



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS – NAEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO
TRÓPICO ÚMIDO
CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

SILVIA MARIA BITAR DE LIMA MOREIRA

CIÊNCIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR NA AMAZÔNIA:
Trajetória e contribuição do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
(NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA)

Belém
2011

SILVIA MARIA BITAR DE LIMA MOREIRA

CIÊNCIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR NA AMAZÔNIA:
Trajetória e contribuição do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
(NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA)

Dissertação apresentada para a obtenção do título de mestre em Planejamento do Desenvolvimento, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

Área de concentração: Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas

Orientador: Prof. Dr. Luis Eduardo Aragón

Co-orientadora: Profa. Dra. Marília Ferreira Emmi

Belém
2011

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Moreira, Silvia Maria Bitar de Lima

Ciência e educação superior na Amazônia : trajetória e contribuição do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) / Silvia Maria Bitar de Lima Moreira; orientador, Luis Eduardo Aragón. – 2011.

184 f.: il. ; 29 cm

Inclui Referências

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.

1. Educação Superior – Amazônia. 2. Ciência – Amazônia. 3. Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. 4. Pós-Graduação – Amazônia. I. Aragón, Luis Eduardo, orientador. II. Título.

CDD: 21. ed. 378.811

SILVIA MARIA BITAR DE LIMA MOREIRA

CIÊNCIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR NA AMAZÔNIA:
Trajetória e contribuição do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
(NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA)

Dissertação apresentada para a obtenção do título de mestre em Planejamento do Desenvolvimento, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

Aprovada em: 19 de dezembro de 2011

Banca Examinadora

Prof. Dr. Luis Eduardo Aragón
Orientador – NAEA/UFPA

Profa. Dra. Marília Ferreira Emmi
Co-orientadora – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior
Examinador – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Raymundo Heraldo Maués
Examinador externo – IFCH/UFPA

À minha filha Bárbara, razão da minha
vida.

AGRADECIMENTOS

Ao orientador, Prof. Dr. Luis Eduardo Aragón, pela serenidade, competente e dedicada orientação, bem como pelas relevantes contribuições para enriquecer o tema discutido.

À Profa. Dra. Marília Ferreira Emmi pela solicitude e co-orientação desta dissertação.

À Profa. Dra. Marília Ferreira Emmi e ao Prof. Dr. Mário Amin pelas importantes contribuições manifestadas durante a defesa do projeto de qualificação que foram incorporadas à pesquisa.

Aos professores Armando Mendes, Heraldo Maués e Armin Mathis pela receptividade e pelas entrevistas concedidas.

À equipe da Biblioteca do NAEA pelo auxílio na busca da informação existente no acervo.

À equipe da Secretaria do Programa pelo fornecimento de informações.

Na modernidade, a ciência tem sido – e será sempre mais no *devir* – o motor da prosperidade. O futuro da Amazônia e do Brasil – e não há futuro para o Brasil sem a Amazônia – depende, portanto, do quanto de conhecimento será gerado e socializado [...].

Mello, 2007b, p. 22

RESUMO

A pesquisa investiga a relação de ciência e educação superior na Amazônia no que concerne à capacidade científica da região e as instituições de ensino superior e os institutos de pesquisa que contribuem para a produção de conhecimentos e para a formação e fixação de recursos humanos qualificados visando ao desenvolvimento regional. Constata que a fixação de pessoal qualificado na região Amazônica é premente à consolidação de uma estrutura científica e tecnológica na região. Há carência de mão-de-obra científica na Amazônia e isso pode ser considerado um dos grandes obstáculos para o desenvolvimento regional. Objetiva a reconstrução da trajetória do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) abrangendo o período de 1972 a 2010, analisando sua contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para a região Amazônica brasileira. Abrange a concepção, expansão, consolidação, o ensino interdisciplinar englobando a pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, com destaque ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) e a pesquisa. Discute a pós-graduação na Amazônia com ênfase para o desempenho do NAEA e do PPGDSTU nesse contexto, bem como investiga a formação acadêmica, a distribuição espacial e a atuação de seus egressos mestres e doutores. São reproduzidos três depoimentos, sendo dois de ex-diretores e o do diretor atual do NAEA. A metodologia contou com a pesquisa documental. Tem como objeto de estudo o NAEA e caracteriza-se como um estudo de caso. Para a coleta e análise dos dados sobre a formação acadêmica e a atuação dos egressos utiliza a Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), especificamente a base de dados *Currículo Lattes*, de onde foram retiradas e analisadas as informações do resumo, bem como a análise de outras informações constantes nos itens do currículo, relevantes para o registro. O universo da pesquisa abrangeu todos os alunos que defenderam as dissertações e teses no período de 1981 a 2010. Comparando a atuação dos egressos mestres e doutores, verifica que a atuação dos mestres é bem diversificada, embora haja uma convergência para o ensino superior, diferentemente da atuação dos doutores que está concentrada na docência, aproximadamente 90%. Apresenta as considerações finais afirmando a relevante contribuição do NAEA para a formação de recursos humanos para a região Amazônica e para as atividades de pesquisa sobre o desenvolvimento sustentável regional e alguns desafios identificados durante a pesquisa são mencionados como forma de sinalizar alguns pontos considerados importantes para o NAEA.

Palavras-chave: Ciência. Educação Superior. Amazônia. NAEA. Pós-Graduação. Egresso.

ABSTRACT

The study investigates the relationship of science and higher education in the Amazon regarding the scientific capacity of the region and higher education institutions and research institutes that contribute to the production of knowledge and the training and retention of qualified human resources in order to regional development. It notes that the formation of qualified human resources in order to contribute to establishing the Amazon region is urgent in the consolidation of a scientific and technological structure in the region. There is a lack of scientific manpower in the Amazon and this can be considered a major obstacle to regional development. Aims at reconstructing the trajectory of the Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) of Universidade Federal do Pará (UFPA) covering the period 1972 to 2010, examining their contribution to the formation of qualified human resources for the Brazilian Amazon region. It covers the design, expansion, consolidation, encompassing teaching graduate *lato sensu and stricto sensu*, with emphasis on the Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) and research. Discusses the graduate in the Amazon with emphasis on the performance of the NAEA and PPGDSTU this context, and investigates the academic, the spatial distribution and the performance of its graduates masters and doctors in order to contribute to the region. Three statements are reproduced, two former directors and the current director of the NAEA. The methodology relied on the documentary research. Its object of study and the NAEA is characterized as a case study. To collect and analyze data on the academic performance of graduates and use the Lattes Platform of the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), the database Curriculum Lattes, whence they were removed and analyzed summary information, and review other information contained in items of the curriculum relevant to the record. The research sample included all students that defended dissertations and theses from 1981 to 2010. Comparing the performance of graduating masters and doctors found that the performance of teachers is diverse, although there is a convergence in higher education, unlike the actions of doctors that are focused on teaching, about 90%. Presents the conclusions stating the contribution of the NAEA for the training of human resources for the Amazon region, for research activities on sustainable development and regional challenges identified during the research are mentioned as a way of signaling some points considered important to the NAEA.

Keywords: Science. Higher Education. Amazon. NAEA. Postgraduate. Graduate.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 –	Diretores do NAEA, 1970-2011	45
Quadro 2 –	Coordenadores do PLADES, 1977-2011	62
Quadro 3 –	Coordenadores do PPGDSTU, 1993-2011	62
Gráfico 1 –	Distribuição percentual de programas de pós-graduação por nível, 2009	74
Gráfico 2 –	Distribuição de programas de pós-graduação por nível, dos anos de 1998 e 2009	75
Gráfico 3 –	Distribuição dos programas de pós-graduação por nota obtida na Avaliação Trienal 2010	76
Gráfico 4 –	Distribuição de programas de pós-graduação por status jurídico/dependência administrativa das IES, na Avaliação Trienal 2010	76
Figura 1 –	Distribuição dos programas de pós-graduação por região, na Avaliação Trienal 2010	77
Gráfico 5 –	Distribuição de programas de pós-graduação por grande área do conhecimento, na Avaliação Trienal 2010	77
Gráfico 6 –	Distribuição de programas de pós-graduação na área interdisciplinar, por nível, 2009	80
Quadro 4 –	Cursos e programas de Mestrado Acadêmico, Mestrado Profissional e Doutorado na grande área Multidisciplinar, área Interdisciplinar: ano de início e notas na Avaliação Trienal 2010, na região Norte	82
Gráfico 7 –	Quantidade de titulados no Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES) do NAEA	88
Gráfico 8 –	Quantidade de titulados no Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (DSTU) do NAEA	89
Gráfico 9 –	Quantidade de titulados no Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES), do NAEA, por área de conhecimento, com relação à formação acadêmica, até 2010	92
Gráfico 10 –	Quantidade de titulados no Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (DSTU), do NAEA, por área de conhecimento, com relação à formação acadêmica, até 2010	92
Gráfico 11 –	Formação acadêmica / cursos de graduação dos egressos do Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES), do NAEA, até 2010	93
Gráfico 12 –	Formação acadêmica / cursos de graduação dos egressos do Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (DSTU) do NAEA, 2010	93
Quadro 5 –	Contribuição do NAEA para a formação de pessoal qualificado na região, na visão de três de seus gestores	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Distribuição de programas de pós-graduação na região Norte, 2009	78
Tabela 2 –	Total de alunos matriculados e titulados na pós-graduação <i>stricto sensu</i> por região, 2009	79
Tabela 3 –	Destino dos mestres do PLADES	95
Tabela 4 –	Destino dos doutores do DSTU	96
Tabela 5 –	Atuação profissional dos egressos mestres do PLADES	98
Tabela 6 –	Atuação profissional dos egressos doutores do DSTU	99

LISTA DE SIGLAS

ADA	Agência de Desenvolvimento da Amazônia
ANPEC	Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia
ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
BASA	Banco da Amazônia
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAInter	Coordenação de Área Interdisciplinar
CAM	Comissão de Área Interdisciplinar
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAG-PA	Centro de Assistência Geral à Pequena e Média Empresa do Estado do Pará
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CESUL	Centro de Estudos Brasil Venezuela
C&T	Ciência e Tecnologia
CITAM	Centro de Informações Técnico-Científicas da Amazônia
CNCTI	Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODEM	Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém
COHAB	Companhia de Habitação do Estado do Pará
CONSUN	Conselho Universitário
CPDA	Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola
C, T&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
DINTER	Doutorado Interinstitucional
DSTU	Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido
EMATER-PA	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESAMAZ	Escola Superior da Amazônia
FACI	Faculdade Ideal
FADESP	Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa

FAP	Fundação Estadual de Apoio à Pesquisa
FDA	Fundo de Desenvolvimento da Amazônia
FEAPA	Faculdade de Estudos Avançados do Pará
FIBRA	Faculdade Integrada Brasil Amazônia
FIDES	Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia
FIEPA	Federação das Indústrias do Pará
FIPAM	Programa Internacional para Formação de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas
GEPAq	Grupo de Estudos Pesqueiros e Aquícolas
IDESP	Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará
IEPA	Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá
IES	Instituição de Ensino Superior
IESAM	Instituto de Estudos Superiores da Amazônia
IFECT	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IIHA	Instituto Internacional da Hileia Amazônica
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INCT	Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPES	Instituto de Pesquisa
IPAM	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPEAN	Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Norte
IPPA	Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
LASA/EUA	Latin American Studies Association
LEAD	Programa de Liderança para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MEC	Ministério da Educação
MINTER	Mestrado Interinstitucional
MPBA	Mineradora Pedra Branca do Amapari
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
OEA	Organização dos Estados Americanos

OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PAS	Plano Amazônia Sustentável
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PICDT	Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica
PIN	Plano de Integração Nacional
PIUAL	Protocolo de Integração das Universidades da Amazônia Legal
PLADES	Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNPE	Programa Nacional de Pesquisa Econômica
PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação
PNPOG	Projeto Norte de Pesquisa e Pós-Graduação
PPA	Plano Plurianual
PPGDSTU	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido
PPLS	Programa de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>
PROAM	Projeto Amazônia
PROGEP	Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal
PTU	Programa do Trópico Úmido
PVEA	Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SEIR	Secretaria de Integração Regional do Estado do Pará
SENAC	Serviço Nacional do Comércio
SEPOF	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Estado do Pará
SETA	Setor de Estudos, Treinamento e Aplicação
SETEC	Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Amapá
SIBI/UFPA	Sistema de Bibliotecas da UFPA
SNCT	Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia
SNPG	Sistema Nacional de Pós-Graduação
SUBIN	Sub-Secretaria de Cooperação Econômica Técnica Internacional
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFAM	Universidade Federal do Amazonas

UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UMSA	Universidad Mayor de San Andrés, Bolívia
UNAMA	Universidade da Amazônia
UNAMAZ	Associação de Universidades Amazônicas
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNEMAT	Universidade Estadual do Mato Grosso
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
UNL	Universidad Nacional de Loja, Equador
USFQ	Universidad San Francisco de Quito, Equador

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 CIÊNCIA, EDUCAÇÃO SUPERIOR E TECNOLOGIA NA AMAZÔNIA.....	23
2.1 CIÊNCIA E EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA.....	23
2.1.1 As bases da ciência na Amazônia.....	23
2.1.2 Importância da ciência para o desenvolvimento regional.....	23
2.1.3 As instituições de ensino superior e de pesquisa na Amazônia.....	25
2.1.4 As instituições de ensino superior e de pesquisa e o desenvolvimento da região Amazônica.....	28
2.2 A CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA AMAZÔNIA.....	33
2.3 ASSIMETRIAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E DA PESQUISA NA REGIÃO AMAZÔNICA.....	35
3 O NAEA E A SUA TRAJETÓRIA.....	37
3.1 OS ANTECEDENTES E O CONTEXTO DA ÉPOCA DOS ANOS DE 1960 E 1970	37
3.2 A CONCEPÇÃO	39
3.3 IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO.....	43
3.4 EXPANSÃO E CONTEXTO ATUAL.....	48
3.5 O ENSINO INTERDISCIPLINAR.....	55
3.5.1 A pós-graduação <i>lato sensu</i>	56
3.5.2 A pós-graduação <i>stricto sensu</i>	60
3.5.2.1 Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES)	63
3.5.2.2 Curso de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (DSTU).....	64
3.6 A PESQUISA.....	66
3.7 PUBLICAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS DOCENTES E DISCENTES.....	67

4 O NAEA E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	71
4.1 A PÓS-GRADUAÇÃO NA AMAZÔNIA E O PROGRAMA DO NAEA.....	71
4.2 OS EGRESSOS DO NAEA, MESTRES E DOUTORES.....	87
4.2.1 Formação acadêmica.....	90
4.2.2 Gênero.....	94
4.2.3 Espacialização do destino dos egressos.....	94
4.2.4 Áreas de atuação profissional de mestres e doutores.....	97
4.3 PERCEPÇÃO DOS GESTORES DO NAEA: ALGUNS DEPOIMENTOS.....	102
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS.....	116
APÊNDICES.....	123

1 INTRODUÇÃO

Na Amazônia brasileira, a relação da ciência, educação superior e desenvolvimento regional é uma questão ampla e muito discutida, especialmente no que tange ao papel das instituições de ensino e pesquisa nesse processo de desenvolvimento da região. No entanto, os fatores envolvidos para uma articulação entre ciência e desenvolvimento estão muito distantes de gerar convergência.

Nessa ótica, Aragón (2001b) ressalta duas visões de perceber o desenvolvimento na Amazônia relacionando a ciência, a educação superior e o desenvolvimento. Na primeira argumenta-se que para instalar um sistema de ciência e tecnologia há necessidade de recursos elevados, levaria um longo tempo para implementá-lo e seria muito difícil fixar pessoal qualificado na região. Seria mais viável formar especialistas em outras regiões mais desenvolvidas e desde lá planejar o desenvolvimento regional. A segunda diz respeito à necessidade de consolidação de uma base científica na própria região, fortalecendo a capacidade científica local onde as instituições de educação superior e instituições de pesquisa desempenhariam papel relevante nesse processo e assim ser possível atingir níveis de desenvolvimento sustentável.

Mello (2007b, p. 16) reforça a segunda visão quando afirma que “não haverá futuro para a Amazônia sem desenvolvimento científico e tecnológico com inflexão e sustentação a partir **de dentro da região**” (grifo do autor) e aponta o principal desafio a ser enfrentado pelas universidades da Amazônia – “o desenvolvimento cognitivo de sua gente – e, como consequência, a *re-invenção da própria Amazônia*” (grifo do autor).

Discute ainda três desafios impostos à universidade amazônica:

Primeiro, a formação e fixação, em número suficiente, de uma massa crítica de doutores atualizados com os padrões mais avançados do estado das artes nos vários campos do conhecimento [...]; segundo, [...] a assimilação de uma cultura acadêmica que priorize experimentos científicos, conteúdos programáticos de formação intelectual e atividades de extensão voltados aos problemas do desenvolvimento regional; terceiro, uma configuração organizativa inovadora, flexível e eficiente que permita democratizar o acesso à educação superior e continuada às populações mais afastadas dos grandes centros urbanos [...] possibilitando-lhes, no seu próprio meio e contexto, as oportunidades de crescimento intelectual e profissional, as iniciativas inovadoras e criativas e a invenção das alternativas ao desenvolvimento local (MELLO, 2007b, p. 52).

Os investimentos em educação, pesquisa e conhecimento ainda são insuficientes e precisam ser priorizados na região. Os dados do censo de 2010 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) mostram que menos de 5% dos pesquisadores doutores (4,2%) do país estão na região Norte enquanto 26,1% do total nacional encontram-se somente no estado de São Paulo. É necessário fixar mais doutores na região e construir parcerias com os setores produtivos, com o Governo (federal, estaduais e municipais) e com as universidades e os institutos de pesquisa.

A questão da necessidade de uma estrutura sólida e competente de Ciência e Tecnologia (C&T) na região Amazônica é evidenciada por Egler (2001) que analisa o importante papel das universidades e instituições de pesquisa para a geração de conhecimentos e para a formação de recursos humanos qualificados, desde que se queira que a Amazônia se desenvolva mediante o uso de seus recursos naturais de forma racional e “com equidade social e econômica”.

Becker (2005) também colabora com essa relevante discussão e ressalta ser imprescindível a união entre a universidade, as instituições de pesquisa e a empresa, cada uma cumprindo a sua missão. As universidades e as instituições contribuem na reflexão, na geração de conhecimento e na formação de competências, e a empresa na inovação. É premente o estabelecimento de uma verdadeira revolução científico-tecnológica para a Amazônia, incluindo o fortalecimento da capacidade regional, com o fim de “atender às demandas sociais e à competitividade internacional” quando afirma que:

O Brasil já realizou importantes revoluções científico-tecnológicas tais como a exploração do petróleo em águas profundas, a Embraer, a transformação da cana-de-açúcar em combustível na Mata Atlântica, a correção das condições ecológicas do cerrado, que permitiu a lavoura da soja e outros grãos. É hora de realizar uma outra para os ecossistemas florestais amazônicos (BECKER, 2005, p. 632).

Para Weigel (2001a, p. 270) o apoio da ciência ao desenvolvimento regional “enfrenta dificuldades de composição com as peculiaridades e demandas do contexto regional”. Weigel (2001a) enfatiza que as divergências apresentadas entre as prioridades da ciência e a realidade socioeconômica do contexto regional levam a uma contraditória dicotomia.

Costa (1998) identifica, na região Norte, quatro instituições significativas na produção do conhecimento científico – fundamental ou aplicado –, dentre elas a Universidade Federal do Pará (UFPA), instituição da qual faz parte o Núcleo de Altos

Estudos Amazônicos (NAEA). O autor cita “exemplos de estruturas capazes de produzir ordenamento e sínteses (também tecnológicas) de conhecimentos provindos das mais diversas áreas” destacando o Mestrado e o Doutorado oferecidos por esse Núcleo. Ressalta que “são estruturas nodais e catalisadoras que objetivam dar conta de problemáticas delimitadas, empírica, econômica e socialmente relevantes, geralmente impossíveis de serem abordadas adequadamente por perspectivas unidisciplinares”.

Diante da argumentação desses e outros autores concorda-se que a Amazônia precisa de um Sistema de Ciência e Tecnologia forte, bem como de um programa nacional com instituições e com a participação de outros atores a fim de absorver as potencialidades existentes.

As discussões concentram-se atualmente, na necessidade de intensificar a competência regional em todos os âmbitos como condição *sine qua non* para atingir um desenvolvimento regional sustentável. Porém, a ciência e a educação superior na região ainda estão muito aquém para responder aos grandes desafios que a região demanda. Ainda hoje, produz-se mais ciência, em termos de publicações sobre a Amazônia, por exemplo, fora da região que dentro dela. Isto é, o conhecimento é dominado por instituições externas à região, seja no país ou no exterior. Com relação a essa produção científica, o biólogo Adalberto Luis Val, diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) em palestra proferida na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) afirma que cerca de 70% é desenvolvida por estrangeiros e esses países desenvolvidos “têm estudado assuntos relacionados à Amazônia, seja por meio de dados coletados via satélite ou por aquisição de material amazônico comprado em outras partes do mundo” (VAL apud BARBIERI, 2007). Acrescenta que isso faz com que a região Amazônica fique vulnerável e para que se conquiste a soberania científica há necessidade de cientistas brasileiros qualificados.

Para discutir a formação de pessoal qualificado na região Amazônica optou-se por fazer um estudo acerca da trajetória e da contribuição dos egressos do NAEA da UFPA. Esse Núcleo foi criado em 1972 e implementado a partir de 1973, com a missão precípua de ser um centro de debate sobre o desenvolvimento da Amazônia, no qual as perspectivas políticas, econômicas e sociais para a região seriam analisadas de maneira profunda e interdisciplinar e se construiria proposta de desenvolvimento regional para a Amazônia. Essa proposta visava “pôr em contato e

promover a interfecundação mútua dos especialistas dos muitos saberes compartimentados, para debruçarem-se em conjunto sobre a esfinge amazônica na busca em comum de sua decifração” (MENDES, 2008, p. 99). Assim, o NAEA foi gerado como um órgão de integração da UFPA voltado para “pensar e agir num contexto multi, inter ou transdisciplinar” (MENDES, 2008, p. 98).

No novo Estatuto da UFPA, aprovado pelo Conselho Universitário (CONSUN), no dia 28 de junho de 2006, o NAEA é uma unidade acadêmica que atua em nível de pós-graduação e da pesquisa científica, “de caráter transdisciplinar, preferencialmente em questões regionais, com autonomia acadêmica e administrativa” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2007). A pertinência desta escolha é justificada por ser uma unidade reconhecida no cenário nacional e internacional ao assumir o compromisso com o desenvolvimento da Amazônia, assegurado pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) que se reveste de vital importância na região pela formação de pesquisadores, docentes e técnicos em políticas públicas, planejamento e desenvolvimento regional o que também favorece a produção científica sobre a região.

Dessa forma, apontam-se alguns questionamentos: Até que ponto a ciência e a educação superior produzidas na região Amazônica estão contribuindo de forma significativa para o seu desenvolvimento? Além disso, qual tem sido a real contribuição do NAEA para a formação de pessoal, nesse contexto?

O objetivo desta dissertação é reconstruir a trajetória do NAEA analisando sua contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para a região Amazônica brasileira, e, especificamente, investigar a atuação e a distribuição espacial de seus egressos mestres e doutores.

Com o fim de seguir um caminho norteador para a investigação, partiu-se do pressuposto de que: sem um sistema sólido de ciência e educação superior na região, dificilmente poderão ser dadas respostas suficientes para alavancar o desenvolvimento regional amazônico. Nesse sentido, o NAEA vem contribuindo, como instituição acadêmica, para as atividades de pesquisa sobre o desenvolvimento sustentável regional e para a formação de pessoal técnico/acadêmico.

Para contextualizar o tema ciência e educação superior na Amazônia foram realizados levantamento e análise bibliográfica cujas fontes de informação foram

pesquisadas em catálogos *online* de bibliotecas, em bases de dados referenciais e de texto completo, constituindo-se principalmente de livros, artigos de periódicos, dissertações e teses, nos suportes impresso, digital e *online*. A leitura, a análise das obras, esse saber reelaborado e sistematizado serviu para a elaboração do referencial teórico e à constituição de uma base teórico-conceitual sobre o NAEA.

Esta pesquisa, portanto, tem como objeto de estudo o NAEA e caracteriza-se como um estudo de caso. A pesquisa documental foi utilizada para a reconstrução da trajetória do NAEA, marcada por fatos notórios, abrangendo o período de 1972 a 2010. A análise de conteúdo é pautada em capítulos de livros, artigos de periódicos, documentos normativos oficiais, relatórios de gestão, atos legais buscando a evolução, consolidação, o contexto atual e a nova estrutura e regimento face ao novo Estatuto da UFPA, aprovado em 2006. A dissertação de mestrado de Oliveira (2001) serve também, de base, pois descreve os antecedentes da instalação do NAEA, a definição de seus objetivos, sua estrutura de funcionamento e o cumprimento de suas funções, nos primeiros 15 anos de atividades, 1973 a 1988.

A pesquisa caracteriza-se do tipo quanti-qualitativa. Os dados quantitativos são demonstrados, especialmente no que concerne ao contexto da pós-graduação *stricto sensu* na Amazônia e à análise do perfil dos egressos titulados mestres e doutores do programa.

Na análise da contribuição do NAEA para a formação de recursos humanos qualificados para a região Amazônica foi investigado o perfil dos egressos mestres e doutores titulados pelo PPGDSTU com o propósito de verificar onde estão atuando, quais funções estratégicas estão exercendo (reitor, secretário de estado, prefeito, deputado etc.) e quem exerce liderança para o desenvolvimento regional. O levantamento dos nomes dos titulados, informações sobre as defesas e outras informações foram extraídas dos catálogos de teses e dissertações publicados pelo NAEA, bem como informações oriundas da Secretaria do Programa de Pós-Graduação.

Para a coleta e análise dos dados sobre a formação acadêmica e sobre a atuação dos egressos utilizou-se a Plataforma Lattes,¹ do CNPq, especificamente, a base de dados *Currículo Lattes*, da qual foram retiradas e analisadas as informações do resumo, bem como a análise de outras informações constantes nos itens do currículo, relevantes para o registro. O universo da pesquisa abrangeu todos os alunos que defenderam as dissertações e teses no período de 1981 a 2010. O primeiro aluno titulado no mestrado foi em 1981 e no doutorado em 1999.

A decisão na utilização da base *Currículo Lattes* deve-se pela sua importância atual e extensão acadêmica, científica e tecnológica não só para as atividades de planejamento, gestão e operacionalização do CNPq, mas também como apoio à formulação de políticas do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) e de outros órgãos governamentais da área de ciência, tecnologia e inovação. Lane (2010) em seu artigo publicado na revista *Nature* afirma que o banco de dados *Lattes* é considerado um dos mais confiáveis do mundo, atualmente. Ademais, pela dificuldade para localizar os sujeitos devido à mobilidade espacial mais intensa dos titulados na pós-graduação.

A percepção dos dirigentes do NAEA quanto à concepção do NAEA, à trajetória e à contribuição dessa unidade na formação de pessoal qualificado para o desenvolvimento regional foi registrada por meio de três depoimentos, sendo dois de ex-diretores e um do atual diretor do NAEA, o Prof. Armin Mathis, cujas entrevistas na íntegra estão inseridas nos Apêndices C, D, E. O tipo de entrevista utilizada foi a semiestruturada, na qual o entrevistado ficou livre para a sua manifestação, porém com base nos assuntos que se pretendia focar. As entrevistas foram gravadas com uma duração de uma hora e meia, aproximadamente, transcritas literalmente, mas revisadas pela autora e pelos entrevistados. Na análise de conteúdo foram extraídas

¹ A Plataforma Lattes foi criada pelo CNPq do MCT, em 1999, com o objetivo de integrar em um único Sistema de Informações e disponibilizar na internet as bases de dados de currículos, de grupos de pesquisa e de instituições. Hoje, é adotada pela maioria das Instituições de Ensino Superior (IES), instituições de fomento e institutos de pesquisa do país. Serve de indicador a respeito do desempenho acadêmico das universidades, e de critério para a obtenção de recursos junto às agências de fomento. A base *Currículo Lattes* registra todas as atividades desenvolvidas por estudantes, pesquisadores, profissionais, gestores e outros atores envolvidos com a ciência e tecnologia do país. Por sua abrangência e constante atualização, seus dados podem ser utilizados tanto no apoio às atividades de planejamento e gestão, como no apoio à formulação de políticas para a área de ciência e tecnologia. Conferir *site*: CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (Brasil). **Plataforma Lattes**. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 28 jan. 2011.

as informações pertinentes e organizadas em um quadro no qual estão resumidas as visões desses gestores.

A dissertação está estruturada em três capítulos, além desta Introdução. O segundo capítulo discute a relação de ciência e educação superior na Amazônia no que concerne à capacidade científica da região e as instituições de ensino e de pesquisa que contribuem para a produção de conhecimentos e para a formação e fixação de pessoal qualificado visando ao desenvolvimento regional. O terceiro capítulo objetiva a reconstrução da trajetória do NAEA centrada em fatos marcantes abrangendo o período de 1972 a 2010. Abrange a concepção, expansão, consolidação, o ensino englobando a pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, com destaque ao PPGDSTU e a pesquisa. O quarto capítulo discute a pós-graduação na Amazônia com destaque para o desempenho do NAEA nesse contexto e sua contribuição para a formação de pessoal para o desenvolvimento regional, bem como investiga o perfil dos egressos do NAEA, a formação pós-graduada e a atuação dos titulados. Incluem-se, também, nesse capítulo, alguns depoimentos dos gestores do NAEA acerca da concepção, da trajetória e da contribuição para a formação de recursos humanos qualificados na região. Finalmente, são apresentadas as Considerações Finais.

2 CIÊNCIA, EDUCAÇÃO SUPERIOR E TECNOLOGIA NA AMAZÔNIA

2.1 CIÊNCIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR NA AMAZÔNIA

2.1.1 As bases da ciência na Amazônia

No Brasil, foi durante o século XIX que a pesquisa científica começou a ser construída quando foram instaladas pela família real as primeiras instituições. Nessa época foram criados o Real Horto, atualmente o Jardim Botânico, a Academia Militar no Rio de Janeiro e a Academia de Medicina na Bahia. Posteriormente, outros centros de pesquisa foram instituídos como o Museu Nacional, o Museu Paulista criado como Museu de Ciências Naturais e o Museu Paraense de História Natural e Etnografia, atual Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) (FAULHABER; TOLEDO, 2001; FAULHABER, 2005).

Na Amazônia, a institucionalização da ciência foi iniciada na década de 1860, pois anteriormente a pesquisa científica era feita por naturalistas estrangeiros e importantes centros de excelência surgiram com o objetivo de desenvolver pesquisas em vários campos do conhecimento.

2.1.2 Importância da ciência para o desenvolvimento regional

A ciência é considerada um fator preponderante para o desenvolvimento regional levando em consideração os fatos históricos que aconteceram relatados por muitos autores e trabalhos de instituições que alicerçam as ações recentes de Ciência e Tecnologia na Amazônia (ARAGÓN, 1994, 2001a, 2001b; BECKER, 2005; BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2010; DINIZ, 1999; MELLO, 2007b; WEIGEL, 1994, 2001a, 2001b).

As características do funcionamento da ciência são consideradas relevantes por Weigel (1994, p. 40) e enfatiza que a ciência

Tem por função básica o domínio e conhecimento da natureza e a produção de conhecimentos que levem à elaboração de novos produtos e processos, passíveis de incorporação pela produção econômica. [...] na gênese da ciência moderna, ocorreu uma absorção da técnica dos artesãos pela ciência formal praticada nas universidades. Esta absorção deu origem a uma forma muito peculiar de organização da geração de conhecimentos. O que se convencionou chamar de ciência moderna é na realidade um binômio, formado pela ciência e pela tecnologia. Tanto a ciência, como a tecnologia, conformam ciclos separados de elaboração de conhecimentos, mas separados a nível formal, uma vez que seu inter-relacionamento é constante.

Evidencia-se que entre a produção econômica e a ciência moderna existem vínculos fortes e uma determina em grande parte os rumos da outra, havendo um contínuo entrelaçamento.

A articulação entre as atividades da ciência e as da tecnologia é composta pelas seguintes fases: “pesquisa básica e pesquisa aplicada, no âmbito da ciência, e desenvolvimento experimental e engenharia de produtos e processos, no âmbito da tecnologia” (WEIGEL, 1994, p. 49).

Chaimovich (2000, p. 138), ao analisar alguns dilemas e desafios da ciência e tecnologia no Brasil, salienta que existe uma “constatação dupla de que a ciência e a tecnologia não causam desenvolvimento socialmente justo e de que, sem um sistema adequado de ciência e tecnologia, é impossível [...] pensar em desenvolvimento”. Considera um dos desafios centrais para a reflexão sobre ciência e tecnologia no país o problema da disparidade regional na produção de conhecimento e demonstra que a pesquisa em universidades públicas, como no estado de São Paulo, poderia determinar “mudanças nas cadeias produtivas e resultar em melhora da qualidade de vida” (CHAIMOVICH, 2000, p. 141). Argumenta que uma alternativa para diminuir essas disparidades regionais seria respeitar as “vocações locais”.

Weigel (1994) discute o papel determinante da ciência para o desenvolvimento regional destacando que “o apoio da ciência ao desenvolvimento regional, com as devidas atualizações, enfrenta seguidamente dificuldades de composição com as peculiaridades e demandas do contexto regional” (WEIGEL, 1994, p. 270). Explica-se isso de duas formas: uma pela “transitoriedade do discurso político e na divergência temporal que existe entre os prazos colocados pela economia e os demandados pela ciência”; outra muito mais complexa é a tradução do discurso para os métodos e a linguagem da ciência. Isto é, existe uma dicotomia complexa e contraditória entre as prioridades da ciência com a realidade socioeconômica do contexto regional. Ressalta ainda que a convergência entre esses dois contextos poderia resolver os dilemas que afetam o desenvolvimento da Amazônia.

2.1.3 As Instituições de ensino superior e de pesquisa na Amazônia

O relevante papel desempenhado pelas instituições de ensino e pesquisa na região Amazônica brasileira está estreitamente ligado às ações desenvolvidas ao longo de várias décadas que foram definidas e consideradas fundamentais para gerar conhecimentos, absorver e adaptar tecnologias.

Weigel (2001a) salienta que as atividades científicas e tecnológicas na região Amazônica foram ampliadas e receberam maior atenção, a partir de 1966, quando houve

O estabelecimento de uma divisão do trabalho entre as instituições existentes e contemplando já a criação de outros centros de pesquisa, além de crescimento de recursos financeiros, físicos e humanos e a definição de políticas públicas para seu direcionamento (WEIGEL, 2001a, p. 269).

Mas, acontecimentos anteriores a essa data são importantes ser destacados: houve uma tentativa de implantar o Instituto Internacional da Hileia Amazônica (IIHA), na década de 1940, sendo sua gestão de responsabilidade de organismos internacionais e países desenvolvidos.

Em 1951, foi fundado o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), reformulado em 1964 e transformado em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio da Lei nº 6.129, de 1º de novembro de 1974. Este órgão centralizava a coordenação da política nacional de ciência e tecnologia até a criação do MCT, em 1985. A sigla do órgão foi mantida com o objetivo inicial de incentivar a pesquisa no Brasil, ou seja, trazer ao Brasil o domínio do ciclo atômico, que naquele momento era um assunto de importância estratégica, pois havia “interesse militar no desenvolvimento de competência de física nuclear” (WEIGEL, 2001a, p. 269). Sobre a fundação do CNPq, Faulhaber (2005, p. 241) realça que

A fundação do CNPq esteve intrinsecamente relacionada, inicialmente, com a definição de uma política científica, sobretudo motivada pela questão nuclear, e que apenas indiretamente dizia respeito a uma política científica em relação à Amazônia. Esta região, no entanto, representava interesses estratégicos para o Estado Nacional brasileiro no sentido da incorporação de fronteiras territoriais, científicas e culturais.

O seu papel foi ampliado no decorrer dos anos para o financiamento de pesquisas científicas e tecnológicas nas diversas áreas do conhecimento, com bolsas e auxílios e possui a missão atual de “promover e fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico do País e contribuir na formulação das políticas nacionais de ciência e tecnologia” (CONSELHO NACIONAL DE

DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2010). Com a criação do CNPq a “ciência passa a ter um órgão aglutinador, uma referência em nível governamental e um canal de expressão de interesses” (WEIGEL, 2001a, p. 270).

Paralelamente à criação do CNPq, no início do segundo governo Vargas, foi criada a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, em 11 de julho de 1951, hoje Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com o objetivo de "assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país" (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2011). Nessa época,²

a retomada do projeto de construção de uma nação desenvolvida e independente era palavra de ordem. A industrialização pesada e a complexidade da administração pública trouxeram à tona a necessidade urgente de formação de especialistas e pesquisadores nos mais diversos ramos de atividade: de cientistas qualificados em física, matemática e química a técnicos em finanças e pesquisadores sociais (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2011).

O seu primeiro diretor foi o professor Anísio Spínola Teixeira. Em 1953, foi implantado o Programa Universitário, principal linha da CAPES junto às universidades e institutos de ensino superior. A partir de 1966, o governo começa a apresentar planos de desenvolvimento, notadamente o Programa Estratégico de Governo e o 1º Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974). A CAPES é reconhecida como órgão responsável pela elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação *stricto sensu*, em 1981 e a função de coordenar a avaliação da pós-graduação no país fortalece muito o seu papel. O Programa de Acompanhamento e Avaliação, além de contribuir para a criação de mecanismos efetivos de controle de qualidade, aprofunda sua relação com a comunidade científica e acadêmica. Em 1992 é instituída como Fundação Pública, o que lhe confere uma consolidação.

A CAPES, atualmente, é uma instituição que tem contribuído significativamente para a institucionalização da pós-graduação e para seu reconhecimento público:

² Conferir informações no *site* da CAPES. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em: 16 maio 2011.

Opera com o envolvimento de docentes e pesquisadores, o que lhe confere um estilo ágil de funcionamento e se reflete na eficiência do seu trabalho;

Atua em várias frentes, diversificando apoios e programas, em sintonia com o desenvolvimento da pós-graduação brasileira e com as novas demandas que esse desenvolvimento requer;

Mantém seu compromisso de apoiar as ações inovadoras, tendo em vista o contínuo aperfeiçoamento da formação acadêmica (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2011).

Dentre as instituições estratégicas na política científica na região destacam-se dois importantes institutos de pesquisa. O primeiro, o Museu Goeldi foi fundado em 1866, em Belém, com o objetivo de “estudar e difundir conhecimento sobre a natureza da Amazônia, sua Flora e sua fauna, sua Geologia, sua Geografia, a História do Pará e do Amazonas e, especialmente, a cultura, tradição, idioma, e organização dos índios da região” (ARAGÓN, 2001b, p. 292).

No entanto, a preexistência de uma instituição como o Museu Goeldi, como representante local da tradição científica, levou à incorporação à política de desenvolvimento, de disciplinas relacionadas às áreas de história natural e etnografia, em termos da criação de departamentos de ciências biológicas e ciências humanas dentro desse Museu, que passou a ser estruturado como um instituto de pesquisa governamental, primeiramente articulado ao CNPq a partir de 1983, e, desde 1999, como o INPA, passa a integrar-se ao MCT (FAULHABER, 2005, p. 241).

O segundo, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) criado em 1952 e instalado na cidade de Manaus (AM), em 1954. Ficou subordinado ao CNPq, onde permaneceu até 1987, ocasião em que, com a criação do MCT, foi transferido para aquele órgão, onde permanece até hoje. Sua criação ocorreu em decorrência de pressões políticas internas e como uma resposta do governo brasileiro à opinião pública internacional, em função do veto do Congresso Nacional brasileiro à criação do IIHA que se organizava naquela época em torno da recém-criada Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O estatuto do INPA colocava-o como fonte de afirmação da soberania nacional no direcionamento e controle da pesquisa científica brasileira na Amazônia.

A criação do INPA está diretamente ligada com a implantação do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (PVEA) e tornou-se o órgão que iria gerar conhecimentos para o êxito do plano. Nessa época, o Museu Goeldi foi colocado sob a coordenação do INPA e parecia que o governo queria estabelecer uma coordenação de produção de conhecimentos sobre a região.

A partir de 1964 com a implantação do regime militar houve alteração marcante no contexto regional, como também houve agressivo processo de

ocupação da Amazônia em razão das determinações do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

O número de instituições de pesquisa e ensino na região foi ampliado por meio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). A partir de 1970 novas universidades foram criadas e instituições como o INPA e o Museu Goeldi receberam forte apoio financeiro.

Nesse período percebe-se a atuação de três fortes instituições EMBRAPA, INPA e Museu Goeldi cada uma com uma missão própria: a EMBRAPA foi encarregada de desenvolver pesquisa na área agropecuária na região, o INPA e o Museu de realizar inventário de biodiversidade e sobre os ecossistemas da região.

As universidades federais ficaram encarregadas de formar recursos humanos qualificados para atender às necessidades do processo de desenvolvimento.

O início do período compreendido entre 1979-2000 foi marcado pelo fim dos anos do “milagre econômico” e o advento de uma década de crises econômicas. Como fruto dessas crises o orçamento do CNPq permaneceu instável até 1987, o que muito afetou as atividades do INPA e do Museu Goeldi. Um novo momento de aumento de recursos financeiros ocorreu no período de 1993-1999, devido ao financiamento dos sete países mais ricos do mundo que reúne os Estados Unidos, Canadá, França, Itália, Alemanha, Japão e Reino Unido, o Grupo dos Sete ou G7, que decidiu transformar os dois institutos em centros de excelência em pesquisa na Amazônia.

2.1.4 As Instituições de ensino superior e de pesquisa e o desenvolvimento da região Amazônica

Aragón (2001b), em seu artigo intitulado *Ciência, educação e desenvolvimento da Amazônia*, descreve a trajetória das instituições de pesquisa localizadas na Amazônia brasileira, bem como discute o importante papel dessas instituições na busca de mecanismos para atingir o desenvolvimento econômico e sustentável.

O desenvolvimento dessas instituições está atrelado à história econômica da região e o autor ressalta cinco períodos importantes nesse processo:

1 Emergência de uma base institucional, de 1850 a 1912;

2 Bases para pesquisa em agricultura e saúde, de 1912 a 1946;

3 A ciência da Amazônia alcança o cenário nacional, de 1946 a 1964;

4 Os militares, de 1964 a 1988;

5 Planos de ação para a institucionalização da ciência na Amazônia, de 1988 até hoje.

No primeiro período destacado pela fase áurea da borracha em que a economia estava em plena prosperidade é que surgiram as primeiras instituições científicas na região Amazônica. A primeira, o Museu Goeldi, em Belém e a Universidade Livre de Manaus, considerada por alguns autores como a mais antiga do país, fundada em 1909, em Manaus. Essa universidade era mantida por meio de recursos financeiros advindos da economia da borracha, porém com a crise dessa economia fechou em 1926 e somente ressurgiu na década de 1960 integrada à Universidade do Amazonas.

O surgimento dessas instituições foi impulsionado pelas classes dominantes que queriam capacitar seus próprios intelectuais. Seriam necessários recursos humanos capazes para trabalhar no comércio que estava ligado ao mercado internacional. Mas o autor, no entanto, evidencia que o “ensino e a pesquisa nas instituições amazônicas durante esse período tiveram pouca aplicação à economia local, sendo incapazes de promover processos alternativos para sustentar a riqueza produzida na região” (ARAGÓN, 2001b, p. 293).

No período, de 1912 a 1946 o desenvolvimento da ciência na região está relacionado com as iniciativas do governo brasileiro para recuperar a economia da borracha e foi quando surgiram as bases para pesquisa em agricultura e saúde. Devido ao declínio abrupto da exportação da borracha de 1912, vários esforços foram empreendidos: primeiro houve uma tentativa da elaboração de um plano para estimular a plantação de árvores de borracha, bem como o crescimento da produção de látex, mas em razão de vários fatores o plano foi fracassado e cancelado em 1914; o segundo refere-se à batalha da borracha que está relacionada com a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial quando foi estabelecido, em 1942, o Acordo de Washington. Nessa época, foram estabelecidas várias agências governamentais como o Banco de Crédito da Borracha (atual Banco da Amazônia), a modernização do Serviço de Navegação da Amazônia e Administração dos Portos do Pará, o Serviço Especial de Saúde Pública, a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico e a Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia.

Para alavancar a agricultura foram criados o Instituto Agrônomo do Norte, atual EMBRAPA Amazônia Oriental e a Escola de Agronomia da Amazônia, atual

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), em Belém, em 1939 e 1945, respectivamente. Com relação à saúde, foram criadas em 1912, a Faculdade de Odontologia e em 1919, a de Medicina e Cirurgia do Pará. Em 1910, foi criado o Instituto Soroterapêutico Federal no Rio de Janeiro (atual Fundação Oswaldo Cruz) que muito contribuiu na pesquisa na área de saúde na Amazônia. Na pesquisa biomédica, destaca-se a criação, em Belém, do Instituto de Patologia Experimental do Norte, atual Instituto Evandro Chagas, em 1936.

Ressalte-se que é nesse período, entre 1912 e 1946, que aconteceram “as primeiras iniciativas para treinar e fixar recursos humanos qualificados dentro da própria Amazônia brasileira” (ARAGÓN, 2001b, p. 295). No entanto, os resultados científicos não foram satisfatórios.

No período entre 1946 e 1964 percebe-se que as iniciativas de institucionalização da ciência na Amazônia são originadas do Governo Federal, cujas ações tornaram-se mais enérgicas. A Constituição de 1946 estabeleceu que, durante os próximos 20 anos, 3% da receita federal fosse alocada a programas de desenvolvimento na região. Para executar esses programas foi criada em 1953, em Belém, a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) com o objetivo de aumentar a produção agrícola, mineral e industrial da região e melhorar as condições sociais e econômicas da população residente na região. Por várias razões os planos da SPVEA não foram logrados de êxito.

Aragón (2001b, p. 296) salienta nesse período quatro contribuições expressivas para a institucionalização da ciência na Amazônia: “a) a criação do conceito de Amazônia Legal; b) a abertura da rodovia Belém-Brasília; c) a implementação de projetos específicos de pesquisas em Agricultura, Saúde e Florestas na região; d) a criação do CNPq, da CAPES e do INPA”.

Nesse período também, fundam-se as primeiras universidades federais: a do Pará, em 1957, e a do Amazonas, em 1962, embora funcionassem anteriormente com estruturas diferentes.

É no período compreendido entre 1964 e 1988 que as políticas de desenvolvimento da Amazônia foram redefinidas, com o golpe militar em 1964. A SPVEA foi substituída pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em, 1966 visando a realizar a Operação Amazônia. A política determinada nos anos 1970 foi implementada por meio do Plano de Integração Nacional (PIN) e do Polamazônia.

Nesse período três relevantes ações podem ser evidenciadas: a) a criação e implementação do Programa do Trópico Úmido (PTU); b) a execução do Projeto Radam; c) a expansão da infraestrutura de ciência e tecnologia na região.

Durante esse período, da ditadura militar, houve a maior expansão das universidades na região. Foram criadas as universidades federais do Maranhão, em 1966; Mato Grosso, em 1970; Acre, em 1971; Rondônia, em 1982; Roraima, em 1988 e posteriormente a do Amapá, em 1991.

A partir de 1988, duas iniciativas locais merecem ser destacadas. A primeira, o Protocolo de Integração das Universidades da Amazônia Legal (PIUAL), criado em 1979, mas a sua maior atuação foi no final da década de 1980 e durante a década de 1990. O seu projeto mais importante foi o Projeto Norte de Pesquisa e Pós-Graduação (PNPOG). A segunda, a criação da Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ), em 1987, responsável pelo fortalecimento da cooperação entre instituições de ensino superior e pesquisa da Grande Amazônia.

Destacam-se ainda, vários planos de ação para a institucionalização de ciência na região, podendo estar relacionados ou não à nova Constituição do país, promulgada em 1988: o Programa Nossa Natureza; mudanças nas políticas da SUDAM; renovação dos programas do PIUAL; implementação dos programas da UNAMAZ e a realização de conferências mundiais das Nações Unidas.

Em 1989, foi criada a Comissão Coordenadora Regional de Pesquisa na Amazônia (CORPAM) com o propósito de assessorar o Ministério de Ciência e Tecnologia na formulação de políticas de desenvolvimento científico e tecnológico na Amazônia. Esta Comissão elaborou um Plano de Ação e neste “reconhecia o potencial da massa crítica local e enfatizava a necessidade de apoiar maciçamente a base institucional na região” (ARAGÓN, 2001b, p. 299).

A SUDAM, após 1988, mudou suas políticas de desenvolvimento na região e considerava projetos nas áreas de preservação ambiental, crescimento econômico, melhora na qualidade de vida e desenvolvimento científico e tecnológico na região e para a região. Em 2001, a SUDAM foi extinta e criada a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA).

A nova SUDAM, criada em 2007, pela Lei Complementar Nº 124/2007, em substituição à ADA, tem como um de seus objetivos apoiar ações na área de Ciência e Tecnologia e colocar público a seleção de propostas de projetos na área de pesquisa, desenvolvimento e tecnologia nos estados da Amazônia Legal

(SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA, 2010). Propõe que a cada parcela liberada do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) deverá ser destinado 1,5% para apoio às ações de Ciência e Tecnologia na Amazônia, para que se garanta o desenvolvimento regional sustentável e a expansão do conhecimento na região.

Aragón (1994), em seu livro sobre a construção da capacidade científica para o desenvolvimento sustentável na Amazônia, aponta para a importância de criar e alargar os mecanismos que facilitem a cooperação entre instituições e pesquisadores para maximizar os recursos limitados, financeiros e humanos. Ressalta ainda, que as redes como o Tratado de Cooperação da Amazônia, a UNAMAZ e o Programa de Liderança para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (LEAD) desempenham importante papel no aumento de massa crítica na região. Sobre a cooperação nas universidades federais da Amazônia, Brasil (2003, p. 253) evidencia que

Está orientada aos acordos bilaterais e convênios movidos por interesses imediatos, como os formulados para os programas de qualificação docente em nível internacional, através da contratação de cursos de mestrado e doutorado, ou do intercâmbio de docentes em missões no exterior e vice-versa.

Nos anos de 1992, 1998 e 1999 foram realizadas as Conferências Mundiais de Meio Ambiente e Desenvolvimento; a Conferência Mundial da UNESCO sobre Educação Superior e a Conferência Mundial da UNESCO sobre Ciência, respectivamente cujo impacto foi muito positivo na institucionalização da ciência. Após a Conferência do Rio de Janeiro foi reconhecida a importância do desenvolvimento científico local como condição para atingir a sustentabilidade do desenvolvimento.

Aragón (2005) em um artigo discute a cooperação Sul-Sul como alternativa para elevar a capacidade em ciência e tecnologia na Amazônia.

No período de 2000 a 2010 o valor estratégico da região é reconhecido, bem como é priorizada a biodiversidade. As políticas públicas para a região visam a “compatibilizar o crescimento econômico com a inserção social e a conservação ambiental” (BECKER, 2005, p. 629). Segundo essa autora, nesse período, vários planos são formulados para a Amazônia: a) o Plano Plurianual (PPA) 2004-2007; b) o Plano Amazônia Sustentável (PAS), 2003; c) Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento; d) o Plano BR-163; e) a Política Nacional de

Desenvolvimento Regional, ajustada ao PAS. Becker (2005) conclui que a Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) é de suma importância para a valorização da Amazônia e registra que para ser eficiente não pode atuar de forma isolada, depende sobretudo das instituições.

Weigel (2001b, p. 74), discutindo o papel da ciência no futuro da Amazônia, enfatiza que a região está “em meio a um período de transição de paradigmas de desenvolvimento”, ou seja, “os novos padrões tecnológicos, com ênfase na biotecnologia, propõem desenvolvimento a partir da conservação da biodiversidade [...]”. Constata ainda que a definição de políticas de C&T para a Amazônia “precisa ter metodologia e conteúdo repensados”. As instituições de ensino e pesquisa da região e suas atividades científicas e tecnológicas necessitam dar “o salto de qualidade exigido para a condução de pesquisas em biotecnologia e para atuar em um ambiente tecnológico de grande competitividade (WEIGEL, 2001b, p. 78-79).

2.2 A CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA AMAZÔNIA

Para a implantação de uma Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação no País, inúmeros debates aconteceram em conferências regionais para propor soluções pertinentes às regiões. Destaca-se a realização, em Belém-PA da 2ª Conferência Regional Norte de Ciência, Tecnologia e Inovação, no período de 18 e 19 de março de 2010 cujo objetivo central foi a definição de prioridades para a Amazônia a serem consideradas dentro dessa política nacional.

Nesse evento, o então secretário executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Luiz Antônio Elias, enfatizou que grandes investimentos estão sendo feitos nos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT) da região Norte.

Esse programa, criado em 2008, ocupa posição estratégica no Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) desenvolvendo programas de pesquisas consistentes e prioritários para o desenvolvimento científico e tecnológico e, particularmente, para a sociedade. Possui como características essenciais:

- a) a mobilização e agregação dos melhores grupos de pesquisa, de forma articulada com atuação em redes; b) o desenvolvimento de programa de pesquisa científica e/ou tecnológica bem definido e estruturado que permita avanços científicos substanciais ou desenvolvimento tecnológico inovador; c) a atuação em áreas estratégicas ou em áreas da fronteira da ciência; d) forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade; e) a promoção

de pesquisa competitiva e relevante para o país; e f) a criação de ambiente atraente e estimulante para alunos talentosos de diversos níveis, do ensino médio a pós-graduação, responsabilizando-se pela formação de jovens pesquisadores (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2010).

Em 2010, o MCTI fazendo um balanço dos investimentos em C&T na Amazônia evidencia que dos 122 INCT, nove foram instalados na região Norte. No Amazonas estão sediados cinco institutos. O INPA, em Manaus, abriga os Institutos de Adaptação da Biota Aquática da Amazônia e dos Serviços Ambientais da Amazônia. Na Universidade do Estado do Amazonas (UEA) está o Instituto Centro de Energia, Ambiente e Biodiversidade.

No Pará encontram-se os outros quatro. A UFPA é sede dos institutos de Geociências da Amazônia e de Energias Renováveis e Eficiência Energética da Amazônia. No Instituto Evandro Chagas (IEC), também em Belém, funciona o Instituto para Febres Hemorrágicas Virais, e no Museu Goeldi está instalado o Instituto em Biodiversidade e Uso da Terra da Amazônia.

A 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável (4ª CNCTI), foi realizada em Brasília, no período de 26 a 28 de maio de 2010 e elaborado um documento com as recomendações das Conferências nacional, regionais e estaduais, e Fórum Municipal de C,T&I. Este documento apresenta de forma sintética os grandes temas considerados os principais desafios a serem enfrentados na formulação da Política Nacional de C,T&I (BRASIL, 2010a).

Dentre esses temas, destaca-se a “ampliação e fortalecimento da base de pesquisa científica e tecnológica nacional”, onde evidencia a formação, capacitação, fixação e valorização de recursos humanos em C,T&I.

As quatro dimensões relacionadas a esse tema são:

- (1) a expansão, em termos quantitativos e qualitativos, da formação de recursos humanos em C,T&I, em todos os níveis de ensino, com ênfase na fixação desses recursos em regiões com sistemas de C&T menos consolidados;
- (2) a ampliação e modernização da infraestrutura de pesquisa disponível nas instituições de ensino e pesquisa do País;
- (3) o aperfeiçoamento e modernização da estrutura organizacional e curricular universitária, com intensificação do processo de interiorização da pesquisa e da pós-graduação; e, finalmente,
- (4) o aumento da oferta de cursos técnicos e profissionalizantes, visando à criação de oportunidade profissional aos jovens e atendimento às necessidades do setor produtivo (BRASIL, 2010a, p. 29).

Outro tema a ser realçado é “conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos dos biomas nacionais”. As recomendações desse tema estão atreladas à implantação de políticas de conservação e uso sustentável dos oito biomas nacionais, sendo a “Amazônia” um deles. Novamente é dada ênfase para a formação e a capacitação de recursos humanos especializados e a fixação de mestres e doutores na região.

Mas, foi em dezembro de 2010 que houve o lançamento do *Livro Azul* onde reúne elementos importantes para fortalecer o estabelecimento de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do país para a década de 2010. Inclui os temas discutidos nas sessões da conferência nacional e orienta para a superação dos novos desafios da política de ciência, tecnologia e inovação para que ela se torne uma política de Estado (BRASIL, 2010b).

2.3 ASSIMETRAIS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E DA PESQUISA NA REGIÃO AMAZÔNICA

Apesar de todos os esforços empreendidos, a situação das instituições de ensino superior e de pesquisa ainda está caracterizada por uma imensa desigualdade e as Instituições financiadoras de atividades científicas e tecnológicas como a FINEP, o CNPq e a CAPES, vêm procurando estimular ciência e tecnologia nas regiões menos favorecidas.

Embora os indicadores segundo as regiões geográficas demonstrados nos censos realizados na última década pelo CNPq revelem, na região Norte, que o número de pesquisadores subiu de 1.756 no ano 2000 para 8.304 em 2010, e os grupos de pesquisa subiram de 354 para 1.433, no mesmo período, há evidência que existem assimetrias entre as regiões. Por exemplo, quando se compara o número de pesquisadores e doutores na região Norte, no ano de 2010, em relação à região Sudeste observa-se que a região Norte possui 8.304 pesquisadores e a região Sudeste 62.630; e a região Norte possui 3.877 (4,2%) doutores e a região Sudeste 45.992 (50,4%).³

³ Censos do CNPq no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, por região. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/censos/series_historicas/pesquisadores/index_pesquisadores.htm>. Acesso em: 6 set. 2011.

No que concerne às ações da CAPES para minimizar essas assimetrias, em seu Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), 2011-2020 expõe sobre as assimetrias regionais e destaca alguns programas que foram criados para reduzir essas desigualdades intrarregionais e entre estados em outras regiões, com o fim de ampliar o número de doutores e o número de cursos de mestrado e doutorado nas regiões Norte, Centro Oeste e Nordeste, as quais são as de maior carência de recursos humanos.

ACELERA AMAZÔNIA – idealizado para ampliar o número de pesquisadores e grupos de pesquisa na região amazônica, promoveu a integração dos estados da região, com a participação do CNPq e FAPs.

DINTER Novas Fronteiras – propicia, em nível de doutorado no país, a formação de docentes das instituições de Ensino Superior (IES), federais ou estaduais, localizadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, via treinamento *in company*. Apresenta como vantagem a formação de doutores em bloco numa mesma IES, fora dos grandes centros, reduzindo o custo por doutor titulado e o período necessário à criação ou consolidação de cursos de pós-graduação.

PRODOUTORAL – substituto do antigo Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica (PICDT), o PRODOUTORAL é um programa que estimula o planejamento da formação doutoral docente nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Além disso, o programa estimula a constante cooperação entre as IFES de origem e as IES de destino, por meio da mobilidade discente e docente ao longo do período de formação doutoral.

PROCAD Novas Fronteiras – foi criado para ajudar a consolidação de programas de pós-graduação jovens, normalmente com nota 3, localizados nas Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste. Procura estimular a interação científico-acadêmica de docentes, de modo a constituir redes de cooperação com IES localizadas nas Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste com os melhores programas nacionais (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2010c, p. 285-286).

Além disso, a CAPES ressalta nesse documento a importância de envolver diferentes órgãos do governo federal e a parceria das fundações de amparo à pesquisa nos estados para reduzir as assimetrias. Elege as seguintes medidas que deverão ser implementadas:

- indução de programas de pós-graduação em áreas de interesse nacional e regional, em especial a Amazônia e o Mar (Amazônia Azul);
- estímulo à formação de centros de excelência e de redes de pesquisa e pós-graduação, para a formação regional de recursos humanos e aumento da massa crítica de pesquisa, com ênfase no desenvolvimento regional e superação das desigualdades socioeconômicas;
- atração e fixação de pessoal qualificado nas regiões necessitadas, com programas de “enxoval” e contratação de grupos de pesquisa, e não apenas pesquisadores individuais e formação de pessoal local;
- adoção de um conjunto de mecanismos para corrigir as distorções existentes em regiões geográficas, em áreas do conhecimento e no sistema de ensino (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2010c, p. 297).

3 O NAEA E A SUA TRAJETÓRIA

Dentre os muitos acontecimentos importantes que antecederam a criação do NAEA e que influenciaram sobremaneira a educação superior e o desenvolvimento regional na Amazônia é válido destacar alguns.

3.1 OS ANTECEDENTES E O CONTEXTO DA ÉPOCA DOS ANOS DE 1960 E 1970

O NAEA foi idealizado no contexto do Golpe Militar de 1964. Neste período, o governo militar promoveu reformas econômicas e institucionais em todo o país, e, conseqüentemente, as políticas de desenvolvimento da Amazônia também foram mudadas de curso.

De fato, a década de 1960 foi marcada por grandes “mudanças e transformações nas estruturas sociais e de poder em todo o mundo” (BASTOS; CASTRO; RAVENA, 2011, p. 655), inclusive, no Norte brasileiro. Souza (2009, p. 328) explica que, foi nessa época, a partir de 1966, que os “militares e seus tecnocratas decidiram ocupar e integrar a região amazônica por meio de uma nova estratégia de desenvolvimento regional, instituindo a Operação Amazônia”.

Foi então que os grandes projetos na Amazônia passaram a ser investidos pelo governo com o objetivo de captar divisas. Assim, no início da década de 1970, em plena época do chamado Milagre Econômico, a Amazônia não era mais uma região de somente economia extrativa, e, sim, uma área de agropecuária, mineração, metalurgia e siderurgia.

Nessa fase de crescimento acelerado, foi muito significativo o aumento da infraestrutura de instituições de ensino que atuam na região. Muitas universidades foram criadas, os seus programas institucionais foram expandidos e deram um grande salto tanto qualitativo quanto quantitativo. Na UFPA, por exemplo, o Centro de Geociências foi criado, em 1964, e, o NAEA concebido em 1968, durante a Reforma Universitária.

A esse movimento precedeu-se, no Brasil, uma insatisfação geral com o regime militar, especialmente no que concerne às medidas repressivas desencadeadas pelos novos governantes com relação aos movimentos estudantis e de professores que estavam se mobilizando para introduzir novos rumos na educação superior. Ficava, então, evidente a posição dos estudantes, por meio da

União Nacional de Estudantes (UNE), de contestar o caráter arcaico e elitista das instituições de ensino superior (FÁVERO, 2006; MARTINS, 2006; SCHWARTZMAN, 1981; SCHWARTZMAN; CASTRO, 1986).

A agitação que estava acontecendo nas universidades era analisada por meio de duas frentes: uma política, externa à Universidade, empenhada em modificar as condições sociais, econômicas e políticas responsáveis pelo subdesenvolvimento dos países; e a outra interna, atuando contra uma elite que não permitia o desenvolvimento das instituições (SCHWARTZMAN, 1981).

Schwartzman (1981, p. 96) ressalta que, na década de 1960, a universidade brasileira enfrentava sérios problemas facilmente identificáveis:

havia poucos recursos; professores catedráticos que não se renovavam impediam a melhoria da qualidade do ensino; exames vestibulares seletivos controlavam a entrada dos cursos, elitizando as escolas; alunos e jovens professores tinham pouca ou nenhuma voz ativa nos assuntos universitários; as universidades dividiam-se em escolas isoladas, departamentos estanques que não permitiam o aproveitamento racional de seus recursos; o ensino, em muitas áreas, era dogmático, repetitivo, desligado da realidade, pouco prático.

De modo que a Reforma Universitária, instituída pela Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968 e pelo Decreto-Lei n. 464, de 11 de fevereiro de 1969, chamava atenção à necessidade de que a educação superior no Brasil pudesse ser mais flexível, aberta e democratizada, modernizando e expandindo as universidades.

Entre as medidas, previstas na lei, destacam-se: a introdução do vestibular unificado e classificatório como recurso para tornar mais racional a distribuição de vagas; a criação dos institutos e dos departamentos que acabaram com as escolas isoladas; a criação do ciclo básico, o sistema de créditos e a matrícula por disciplina; a extinção das cátedras vitalícias; a institucionalização da carreira acadêmica; o ingresso e a progressão docente à titulação acadêmica; a institucionalização da produção científica; a adoção do regime de tempo integral e de dedicação exclusiva para os docentes; a preservação da liberdade acadêmica; a indissociabilidade entre ensino e pesquisa; a institucionalização da pesquisa e outras inovações (FÁVERO, 2006; MARTINS, 2006; SCHWARTZMAN, 1981; MORHY, 2004).

Assim, foi implantado nas universidades de um modo geral um amplo sistema de pós-graduação conduzido pelas agências de fomento (CAPES, FINEP e CNPq) e foi impulsionado um forte programa de iniciação científica que muito contribuiu para articular a pesquisa e o ensino da graduação (MARTINS, 2002; FERREIRA; MOREIRA, 2002).

No caso particular da UFPA, as modificações acadêmicas propostas pela Reforma foram incorporadas gradativamente. Moraes (2007) em seu texto intitulado *A Universidade Federal do Pará em tempos de Reforma Universitária* relata fatos e desdobramentos da implantação e consolidação da reforma universitária no Pará salientando a importância de compreender a história da UFPA nessa época. Nas palavras do autor “Não se pode [...] compreender a história da segunda década de existência da UFPA fora desse contexto de reformas no ensino superior do Brasil” (MORAES, 2007, p. 72).

Da mesma forma, Turenko Júnior⁴ (2008, p. 102) evidencia essa fase turbulenta em Belém-PA e relata que a idéia de criação do NAEA aconteceu dentro de um

grande movimento, que contou com amplo apoio popular, [e] permitiu que, durante meses, estudantes e professores, debatessem nas faculdades ocupadas, nas praças, nas casas, em grupos, em assembléias, pessoalmente ou pela imprensa, o processo social e a universidade, o sentido da educação e a maneira como deveria ser a formação das novas gerações de amazônidas.

O período, portanto, era favorável à criação de um Núcleo que refletisse a “voz da Amazônia” (TURENKO JÚNIOR, 2008, p. 102).

3.2 A CONCEPÇÃO

Para compreender o período de concepção, organização e funcionamento do NAEA, é importante resgatar fatos históricos e datas relevantes.

O prenúncio do NAEA pode ter ocorrido nos idos de 1960 quando foi criado, mais especificamente em 1961, o Setor de Estudos, Treinamento e Aplicação (SETA), da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais do Pará. O SETA sinalizou para a

necessidade de realizar estudos sobre a realidade circundante e fazer aplicações desses estudos, apoiando-se no treinamento adequado de pessoal. Tentava escapar assim a torre de marfim. Era um Setor da academia, insito a ela, mas voltado para fora (MENDES, 2011, p. 21).

Mendes em entrevista (Apêndice C, entrevista 1) confirma que o NAEA foi concebido em função da Reforma Universitária. Por causa desse movimento, no ano de 1968, a universidade estava em meio a uma greve, inclusive era uma das primeiras greves da história das universidades brasileiras.

⁴ Aleksei Turenko Júnior foi aluno e professor colaborador do NAEA. Participou do movimento estudantil, em Belém-PA, em 1968.

Conseqüentemente, o NAEA surgiu como uma das proposições incluídas no documento intitulado *Esboço de concepção básica de uma universidade para a Amazônia*, elaborado pela comissão paritária de professores e alunos, que se formou na antiga Faculdade de Ciências Econômicas da UFPA, em 1968.

Essa Comissão era formada pelos professores Armando Dias Mendes, José Marcelino Monteiro da Costa e Rui Barreiros da Rocha e pelos alunos Alekesei Turenko Júnior, Maria de Lourdes Medeiros e Sebastião Ramalho.

A proposta teve aprovação unânime, em Assembléia Geral da Comunidade Universitária devido ao real significado que se revestia para o debate sobre a Amazônia (BASTOS; CASTRO; RAVENA, 2011; COSTA, 2007, 2008; MENDES, 2008; 2011; OLIVEIRA, 2001; SILVA JÚNIOR, 1985; TURENKO JÚNIOR, 2008).

Assim, a proposta de concepção do NAEA, em sua essência, buscava torná-lo a convergência e a irradiação da UFPA, “tomando como matéria-prima a realidade amazônica” (MENDES, 2008, p. 98). Foi gerado como órgão de integração, sem prejuízo das funções próprias dos centros e departamentos que atuavam em áreas específicas do conhecimento.

Outra característica importante advinda do mesmo objetivo integrador é a de que o NAEA seria voltado para além dos muros da universidade, ou seja, atuaria como um elo entre a UFPA e a sociedade. Assim, foram criados, em sua estrutura, dois conselhos consultivos: um com a participação da SUDAM, BASA e INPA, e, o outro, formado por técnicos ou pensadores – da região e de fora dela –, selecionados conforme as suas experiências e capacidade na análise de questões sobre a Amazônia.

Em 7 de agosto de 1969, por meio da Resolução n. 18/69, do Conselho Universitário (CONSUN) foi criada a Pró-Reitoria⁵ da Universidade Federal do Pará, como órgão central de planejamento e coordenação geral. Para dirigi-la, o então reitor Prof. Dr. Aloysio da Costa Chaves escolheu o professor Armando Dias Mendes, titular de Economia Brasileira, da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais do Pará.

Logo depois, em 25 de setembro de 1969, por meio da Resolução n. 21 do CONSUN, foi criada a Comissão Central de Implantação do Plano de

⁵ Primeira pró-reitoria criada na UFPA sendo denominada, apenas, como Pró-Reitoria da Universidade Federal do Pará.

Reestruturação da Universidade Federal do Pará (CIRU), sendo o pró-reitor Armando Mendes designado para assumir a sua coordenação. A CIRU tinha como principal objetivo

propor, coordenar e superintender a implantação da Reforma Universitária, de maneira gradual e integrada, inclusive estabelecendo as etapas prioritárias de trabalhos a serem desenvolvidos pelas Câmaras (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1969b).

Essa Comissão desempenhou importante papel na construção de documentos e atos constitutivos da UFPA e do NAEA. A Administração Superior tinha urgência na adoção de medidas de implantação do Plano de Reestruturação, como também sentia necessidade de colocar em prática algumas ações já estabelecidas pela Reforma Universitária, como por exemplo, os vestibulares.

Ainda no ano de 1969, o NAEA

foi proclamado no “Plano de Reestruturação da UFPA”, ampliando a ideia-embrião do SETA para o âmbito maior da Universidade. Definido como seu *órgão de integração* interna e externa, o único, o totalizante. A sua configuração medular não divergia da do SETA, como expressa nos documentos fundamentais: *ensino* – ao nível de pós-graduação –, *pesquisa e participação*. Ou seja: FIPAM, CITAM e, coroando a tudo, PROAM. Este, já o compromisso com um “Projeto Amazônia” propositivo, prospectivo (MENDES, 2011, p. 21).

O nome Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) apareceu, assim, pela primeira vez no Plano de Reestruturação da UFPA, sendo submetido ao Conselho Federal de Educação (CFE) e aprovado em 16 de dezembro de 1969, por meio do Decreto n. 65.880. Nesse plano, o capítulo IV, art. 17 estabelecia a inclusão do NAEA na nova estrutura da universidade, bem como a sua função “como órgão de integração destinado à coordenação e à síntese dos estudos referentes ao progresso dos vários setores de conhecimento em função da realidade regional” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1969a, p. 226).

Mendes explica que

o NAEA seria vinculado diretamente ao Reitor e não a algum Centro, porque ele tinha uma característica revolucionária para a época, ou seja, o aspecto multidisciplinar, ele não estava vinculado à Economia, à Sociologia, Geografia, era interdisciplinar, mais do que multi. O objeto de reflexão do NAEA seria a Amazônia, não a Geografia Física ou Geografia Humana ou Social, realmente a Amazônia, o complexo amazônico (Apêndice C, entrevista 1).

Em 1970, por meio da Portaria n. 915/70, de 18 de novembro de 1970, da Reitoria, foi criado um grupo de trabalho, subordinado ao reitor Prof. Dr. Aloysio Chaves, com a incumbência de propor e adotar as providências preliminares indispensáveis à elaboração do Programa de Atividades do NAEA. Além disso, o

grupo deveria definir os projetos prioritários, organizar os seus serviços, obter apoio de órgãos nacionais e internacionais e providenciar a instalação imediata do NAEA (SILVA JÚNIOR, 1985).

Esse grupo de trabalho era constituído pelos pró-reitores Armando Dias Mendes, de Pesquisa, Planejamento e Desenvolvimento, que era o presidente; Maria Anunciada Chaves, de Extensão e Assuntos Estudantis e Nelson de Figueiredo Ribeiro, de Ensino, Administração Acadêmica e Serviços de Apoio; auxiliados pelos professores José Marcelino Monteiro da Costa, Ramiro Fernandes Nazaré e Adriano Velloso de Castro Menezes e, ainda o professor Manoel Orlando Ferreira (BECKMANN, 1985; SILVA JÚNIOR, 1985).

Em 1972, por meio da Resolução n. 80, de 6 de março de 1972, o Conselho Universitário da UFPA aprovou o Regimento do NAEA, complementando o Regimento Geral da UFPA, art. 194. Tal regimento preconizava três objetivos para nortear a atuação do Núcleo:

- a) O treinamento de pessoal, em nível de pós-graduação, visando, em particular, a identificação, descrição, análise, interpretação e solução dos problemas regionais amazônicos;
- b) A pesquisa, notadamente em assuntos de natureza sócio-econômica relacionados com a região;
- c) A informação, através da coleta, elaboração, processamento e divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1972b, p. 1).

O regimento orientava ainda que as suas atividades fossem desenvolvidas em função de programas e projetos específicos. Os recursos humanos e materiais para seu funcionamento teriam que ser mobilizados nos diferentes centros da universidade e em fontes externas. O Núcleo ainda seria responsável por promover eventos como simpósios, seminários, conferências e outros – isoladamente ou em parceria, com outras instituições. Cabendo também a ele, programar e coordenar as pesquisas e programas de extensão referentes a todos os setores da realidade humana, social e econômica da região Amazônica, especialmente as do estado do Pará, de iniciativa da universidade ou em função de sua liderança (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1972b).

O NAEA permaneceu subordinado ao reitor da UFPA, o qual escolhia seu coordenador. Este, por sua vez, tinha a assessoria de dois conselhos: um Conselho Deliberativo, que tinha como competência, dentre outras, articular programas de treinamento de pessoal, em nível de pós-graduação, de pesquisa e de extensão,

além de propor e promover intercâmbio com outras instituições, e, um Conselho Consultivo, para opinar sobre os seus programas de atividades.

Durante todo o ano de 1972, a Sub-Reitoria de Assuntos de Pesquisa, Planejamento e Desenvolvimento desenvolveu intensas atividades visando a implantar efetivamente o NAEA. No primeiro semestre, promoveu vários seminários e palestras os quais tiveram a participação de profissionais locais, nacionais e estrangeiros e, ao final do ano, tomou providências com o intuito de constituir uma equipe de professores da UFPA, em tempo integral, para agilizar os trabalhos.

Esse grupo, sob a coordenação do pró-reitor da época, Prof. Armando Mendes, foi constituído pelos economistas José Marcelino M. Costa e Fernando Coutinho Jorge, o arquiteto Paulo Sérgio Rodrigues Cal e o antropólogo Samuel Sá. No início de 1973, mais dois economistas integraram a equipe: Constantino Ribeiro Otero e José das Neves Capela (OLIVEIRA, 2001).

A partir daí, em 27 de dezembro de 1972, foi instituído o Conselho Deliberativo assim como foi possível garantir o apoio financeiro indispensável ao estabelecimento do NAEA, especialmente no que concerne à realização do programa de ensino.

O Núcleo foi provido de equipamentos, mobiliário e acervo bibliográfico contando com o suporte do BASA, da SUDAM, da Fundação Ford e da Sub-Secretaria de Cooperação Econômica Técnica Internacional (SUBIN) do Ministério do Planejamento. O BASA, além de recursos financeiros, cedeu três de seus economistas citados anteriormente: José Marcelino Monteiro da Costa, José das Neves Capela e Constantino Ribeiro Otero (COSTA, 2008; OLIVEIRA, 2001; SILVA JÚNIOR, 1985).

3.3 IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO

Como relata Mendes (2011, p. 3), todo o processo de concepção do NAEA perdurou por mais de três anos e envolveu um árduo trabalho que englobava desde a sua “proposta [como] debates, correção, testes, seleção, convocação, contratação no Brasil e no exterior, e instalação até a aula inaugural em fevereiro de 1973”.

Embora o NAEA tivesse sido criado oficialmente em 1972 e todas as suas ações estivessem já em curso final, com o estatuto implantado, a Administração Superior da UFPA queria que o ato de instalação representasse o início efetivo de

suas atividades. Dessa forma, a sua implantação real ocorreu somente em fevereiro de 1973 com a realização do *I Programa Internacional de Treinamento em Projetos de Desenvolvimento de Áreas Amazônicas* (FIPAM I), que se concretizou como o primeiro projeto de ensino de pós-graduação em nível de especialização.

A aula inaugural do FIPAM I foi proferida por Armando Dias Mendes em data incerta, fevereiro ou março, de 1973. No registro da ocasião,⁶ Mendes (2011) aborda pontos enfáticos: primeiro, o objetivo do FIPAM, o qual “foge ao caráter teórico, abstrato, que caracteriza quase todos os Mestrados em Ciências Sociais” para debruçar-se sobre “a realidade amazônica, como é, como pode vir a ser, como desejaríamos que fosse [...]”; segundo, o papel que o NAEA deveria desempenhar na estrutura da UFPA:

órgão de integração interna, (grifo nosso) interdisciplinar, interdepartamental. Articulado com todos os centros. Aberto a todas as iniciativas. Receptivo a todas as solicitações. Compreensivo e abrangente dos diferentes ângulos de uma mesma realidade, sensível a todos os reflexos de um mesmo prisma. **Órgão de integração externa**, (grifo nosso) também. Disponível para todas as alianças, vocacionado para todas as cooperações, proposto não para competir, nem somente para coexistir, mas para conviver e comungar;

e, em um terceiro ponto, aborda sobre

o chamado da UFPA à invenção da Amazônia. A esquizofrenia da Universidade moderna – dilacerada entre as suas funções humanísticas essenciais tradicionais e às solicitações tecnicistas da economia avassaladora – teria de repercutir nela. Os próximos anos deverão permitir-lhe a descoberta da própria identidade. Ao buscar, no meio físico, humano e social da região em que existe, a sua própria inspiração, tenta desatar o “nó górdio” e contribuir para definir o universal a partir do homem concreto de uma realidade regional concreta. Com os pés no chão. Humildemente consciente de que apenas atingirá um dia os píncaros da Antropologia, da geologia e (se quiserem) da Teologia, com apoio na base modesta de uma Amazonologia que se faz urgente.

No entanto, toda a preparação para a longa trajetória do NAEA não ficou restrita à estrutura desse curso. Outros projetos estavam envolvidos e era necessária a construção de mais dois programas: o de pesquisa e o de informação. Dessa forma, foram elaborados os projetos: Programação, do FIPAM; o Projeto Amazônia (PROAM); e o do Centro de Informações Técnico-Científicas da Amazônia (CITAM), sendo, o primeiro, o projeto central, do qual se originaram os outros.

Os diretores do NAEA, ao longo do tempo, estão relacionados no Quadro 1. Ressalte-se que todos contribuíram e desempenharam papéis relevantes,

⁶ Conforme consta em documento escaneado, não paginado e disponível no livro, em suporte CD, de Mendes (2011).

garantindo, assim, a implantação, a consolidação e a expansão do Núcleo como é nos dias atuais. Dentre eles, destaca-se a atuação de Armando Mendes, então sub-reitor, idealizador e um dos fundadores do NAEA, que permaneceu na sua coordenação até agosto de 1973, quando, em setembro transferiu a função ao Prof. José Marcelino Monteiro da Costa, coordenador do FIPAM I.

Quadro 1 – Diretores do NAEA, 1970-2011⁷

Período/ano	Diretor
1970 – ago. 1973	Armando Dias Mendes
set. 1973 – jun. 1983	José Marcelino Monteiro da Costa
jul.1983 – jun. 1985	Manoel Pinto da Silva Júnior
5 jul. 1985 – 31 ago.1989	Raymundo Heraldo Maués
1 set. 1989 – 15 set. 1992	Raul da Silva Navegantes
16 set. 1992 – 13 out. 1992	Mário Nazareno Noronha Faria e Souza
14 out. 1992 – 19 nov. 1996	Francisco de Assis Costa
20 nov. 1996 – 21 nov. 2000	Edna Maria Ramos de Castro
22 nov. 2000 – 17 dez. 2004	Luis Eduardo Aragón Vaca
18 dez. 2004 – 21 jan. 2009	Edna Maria Ramos de Castro
22 jan. 2009 – Atual	Armin Mathis

Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal (PROGEP) e Sistema de Informações para o Ensino (SIE) da UFPA, 2011

José Marcelino Monteiro da Costa participou da implantação do NAEA, do seu desenvolvimento e foi designado para a sua coordenação por meio da Portaria n. 119/73, de 29 de agosto de 1973, passando o NAEA, desde então, a ter direção própria. José Marcelino exerceu a função de coordenador do NAEA por mais de 10 anos. A sua gestão é relatada no relatório (1973-1983) do NAEA, publicado em 2008 por ocasião da comemoração dos 35 anos do Núcleo (COSTA, 2008).

Em 1973, o NAEA iniciou suas atividades na

Faculdade de Ciências Econômicas, fora do *campus* principal da universidade. Posteriormente, foi para o *campus* do Guamá, ocupando parte do andar superior do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, onde

⁷ Os dados constantes nos Quadros 1, 2 e 3 foram coletados na Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal (PROGEP) da UFPA, buscando ser o mais fiel possível aos períodos registrados, pois, em fontes impressas e em arquivos no NAEA, não foi possível obter essas informações. Na PROGEP foram consultadas fichas impressas, onde estão registrados os nomes dos diretores e coordenadores com os respectivos períodos de suas funções, bem como acessado o Sistema de Informações para o Ensino (SIE) da UFPA. Vale salientar que ainda existem lacunas nesses registros.

permaneceu até a construção do prédio atual (1980) [...] (BASTOS; CASTRO; RAVENA, 2011, p. 657).

A construção do prédio próprio do NAEA só foi possível devido ao Convênio n. 18/1976, firmado pela UFPA e o MEC/BID/Premesu IV, sendo inaugurado em fevereiro de 1980, com uma área de 2.148m², onde acolheu todas as atividades desenvolvidas, inclusive, dispondo de um espaço próprio para a sua biblioteca (COSTA, 2007). Assim, iniciou-se a organização de uma biblioteca especializada para dar suporte informacional ao ensino e à pesquisa.

O Núcleo tinha uma equipe constituída de docentes permanentes de várias áreas e departamentos da universidade, professores visitantes e servidores técnico-administrativos.

As atividades básicas desenvolvidas foram: “a) o ensino de pós-graduação em níveis *lato* e *stricto sensu*; b) a pesquisa científica [...]; c) a informação científica [...]; e d) a prestação de assistência técnico-científica e consultoria, por via de convênios, a entidades públicas e privadas” (COSTA, 2008, p. 17).

Além disso, o NAEA tornou-se membro da Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), desde 1973, e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), a partir de 1978.

As relações institucionais foram estabelecidas em vários continentes por meio de parcerias com

os Centros de Estudos sobre a América Latina, de Planejamento Urbano e Regional ou Centros de Pesquisa Econômica, a exemplo de universidades americanas do Pacífico ao Atlântico – University of California, Los Angeles (UCLA), Stanford, Indiana, Columbia e Flórida –, para citar algumas, ou, na Europa, nos Institutos de Desenvolvimento Socioeconômicos ou Centros de estudos sobre a América Latina, a exemplo das universidades na Alemanha, França, Inglaterra e Espanha (BASTOS; CASTRO; RAVENA, 2011, p. 648).

Os recursos financeiros, nesse período, foram provenientes de duas fontes: a) recursos próprios da UFPA utilizados para o pagamento de pessoal, docentes, pesquisadores e técnico-administrativos, bem como para a aquisição de material permanente e de consumo; b) recursos obtidos por meio de convênios firmados com instituições regionais, nacionais e internacionais (COSTA, 2008).

O apoio financeiro das instituições mencionadas anteriormente – o BASA, a SUDAM, a Fundação Ford e a SUBIN – foi de suma importância para as fases de implantação e consolidação do NAEA, de 1973 a 1975. Mas, cabe destacar que a SUBIN apoiou financeiramente os quatro primeiros programas de ensino *lato sensu*,

em 1980/81, o FIPAM V, e ainda o Programa de Pesquisa sobre Migrações na Amazônia. Além disso, contou para a atividade de pesquisa, com o auxílio financeiro do Programa Nacional de Pesquisa Econômica (PNPE)⁸ / Instituto de Pesquisa (INPES) do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), atual Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e, com o principal suporte no biênio 1982/1983, o convênio com o Ministério do Interior.

Outras fontes de financiamento são válidas de notabilizar: a articulação com o Ministério das Relações Exteriores para o recebimento de alunos provenientes dos demais países da Pan-Amazônia, a partir da oferta de bolsas de estudos; o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); a CAPES, que ajudou na aquisição de livros e periódicos, concessão de bolsas de estudos, na pesquisa etc.; e do CNPq que investiu no desenvolvimento de projetos de pesquisa, programas de intercâmbio, complementação salarial de pesquisadores etc. (COSTA, 2008; OLIVEIRA, 2001).

Desde o ano de 1974, o NAEA, por meio de seu quadro docente, presta serviços de consultoria e assistência técnico-científica a várias instituições nacionais, estrangeiras e internacionais. Cabe citar algumas: o Governo do Estado, no que se refere ao Plano de Desenvolvimento do Estado (1975-1979), reestruturação do sistema administrativo, estruturação do sistema de planejamento, a elaboração do Programa de Recuperação das Baixadas de Belém e no Plano de Ação da Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB); a Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM); o IPEA; a SUDAM; o Centro de Assistência Geral à Pequena e Média Empresa do Estado do Pará (CEAG-PA); a Confederação Nacional da Indústria/Federação das Indústrias do Pará (CNI/FIEPA); o Ministério da Educação (MEC); a Organização dos Estados Americanos (OEA).

Embora essa atividade não fosse prioritária, propiciava que o Núcleo se integrasse

de várias formas às diversas entidades cujas atuações evidenciem um liame com os objetivos e estudos da própria Instituição. Além disso, constitui contribuição efetiva, direta ou indireta, ao encaminhamento das questões

⁸ O PNPE foi criado em 1973, com a finalidade de estimular a produção científica em Economia. O programa financiava projetos de pesquisa, dissertações e teses. Em 1969, o IPEA passou a chamar-se Instituto de Planejamento Econômico e Social. Em 1990, com a extinção do INPES, o IPEA retomou o nome de Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

referentes à Amazônia ou do país e, por vezes, em fonte de recursos financeiros (COSTA, 2008, p. 37).

O marco do ano de 1977 foi a criação do Curso Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES),⁹ em atividade até hoje, de

natureza eminentemente interdisciplinar que objetiva a formação de profissionais de alto nível na análise e formulação de políticas e programas para o desenvolvimento e mudança socioeconômica, bem como a organização e planejamento do espaço físico da Amazônia (COSTA, 2008, p. 30).

Como relata Oliveira (2001), no período de 1978 a 1983 os primeiros resultados foram alcançados por meio de programas internacionais de treinamento e assistência técnica, e, pela informatização do NAEA, esta última realizada em 1982, considerada uma ação prioritária para a modernização das suas atividades.

O ano de 1983 foi o último ano em que esteve na coordenação do NAEA, o Prof. Marcelino. Em julho de 1983 assume o Prof. Manoel Pinto da Silva Júnior. Na apresentação do relatório de gestão, o Prof. Manoel, na época, menciona que sucedeu o Prof. Marcelino e expõe que

ao deixar a Coordenação, [Prof. Marcelino] de forma espontânea, por motivos de interesses particulares, legou-nos um Núcleo que muito lhe deve do prestígio que goza na comunidade acadêmica não só local, mas, sobretudo nacional e internacional (COSTA, 2008, p. 11).

3.4 EXPANSÃO E CONTEXTO ATUAL

O NAEA tem se expandido e várias gestões marcam a sua trajetória de muitos feitos, os quais foram concretizados em épocas distintas para que estivessem sempre fortalecidas a formação de pessoal, a pesquisa, a geração e a difusão do conhecimento.

Desde 1985, em todas as instituições de ensino superior públicas, dentre as quais a UFPA, são realizadas eleições diretas para reitor e demais dirigentes. Dessa forma, na UFPA, esse ano foi marcado como o primeiro ano de eleições diretas para todos os cargos, em todos os níveis, inclusive, ocorreu também eleição direta para a coordenação do NAEA. Assumiu o Prof. Raymundo Heraldo Maués.

É importante salientar a visão de Maués, em entrevista (Apêndice D, entrevista 2), sobre a criação e a importância do NAEA como um dos núcleos de pós-graduação pioneiros na UFPA, juntamente com o Programa de Geofísica.

⁹ Sobre o PLADES ver tópico específico, p. 63.

Maués relata nessa entrevista que, do NAEA, surgiram outros programas como os mestrados em Antropologia e o de Ciências Sociais, no antigo Centro de Filosofia e Ciências Humanas, resultando, mais tarde, no atual Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, do qual por muitos anos, foi coordenador. De formação antropológica, Maués compara o NAEA a um Exu:

— Eu comparo o NAEA, dentro da Universidade – para fazer uma comparação religiosa de caráter bem brasileiro e amazônico –, a um Exu, que nas religiões de matriz africana é o mensageiro dos deuses e aquele que abre os caminhos, como Hermes na antiga Grécia, como Mercúrio em Roma. Um personagem que leva as coisas para os outros, divide as coisas, distribui. A gente tem na nossa tradição cristã a falsa ideia que nos foi impingida de Exu como um diabo, mas ele é um Deus como existem outros em várias religiões, inclusive no próprio cristianismo, um Deus que se comunica, que faz a mediação, que leva as coisas para os outros. No cristianismo, quem é que faz isso? O próprio Deus (Uno, mas, Trino), que você sabe que é Deus-Pai, Deus-Filho e Deus-Espírito Santo. O Espírito Santo – a terceira pessoa da Santíssima Trindade – faz isso, já nas religiões de matriz africana é Exu quem faz. Na antiga Grécia, quem fazia isso era Hermes, de cujo nome vem a palavra Hermenêutica, vista inicialmente como interpretação dos textos sagrados, dos textos bíblicos e, agora, uma forma de interpretação muito mais ampla, que se refere a muitos outros textos (inclusive à sociedade e à cultura como textos) e, também, uma parte importante da Filosofia. Eu comparo o NAEA, sobretudo na área de Ciências Humanas da UFPA, a esse personagem, porque muita coisa resultou do NAEA e não só na UFPA, mas em outros lugares.

Na década de 1990, assumiram a coordenação, o Prof. Raul Navegantes; o Prof. Nazareno Noronha (durante um curto período, somente um mês); o Prof. Francisco Costa e a Profa. Edna Castro, tendo esta, ocupado a função por dois períodos (1996-2000 e 2004-2008).

Nessa década, evidencia-se a implantação do Curso de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, em março de 1994.

A década seguinte, ainda foi iniciada com a coordenação da Profa. Edna Castro, até novembro de 2000, assumindo posteriormente, em 22 de novembro o Prof. Luis Aragón, que permaneceu na direção até 17 de dezembro de 2004. Na sequência, assume novamente a Profa. Edna Castro para mais um período, de 2004 a 2008, sendo o seu mandato prorrogado até 21 de janeiro de 2009.

O diretor atual do NAEA é o Prof. Armin Mathis, cuja função assumiu em 22 de janeiro de 2009.

No que tange aos atos institucionais que regulam o funcionamento do NAEA e a sua estrutura organizacional, estes possuem total importância para a sua trajetória acadêmica, bem como para a atualidade.

Face ao Novo Estatuto da UFPA, aprovado pelo CONSUN por meio da Resolução n. 614, de 28 de junho de 2006, e pelo Ministério da Educação por meio da Portaria n. 337, de 10 de julho de 2006, aconteceram mudanças fundamentais na organização acadêmica, as quais atualizaram a estrutura da Instituição. A partir de 2007, as faculdades e institutos substituíram gradativamente os departamentos e os centros de ensino. E os núcleos, caracterizados como órgãos de integração no Estatuto de 1978, passaram a ser subunidades acadêmicas responsáveis pelos programas de pós-graduação, preferencialmente transdisciplinares (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2007).

Sobre o significado desse novo estatuto e a necessidade de atualizá-lo em função da contemporaneidade, Mello (2007a, p. 13) evidencia:

Urgia, assim, a re-invenção da Universidade na Amazônia em novas bases e concepções estatutárias, atuais e abertas aos desafios da contemporaneidade. Sem abdicarmos de nossa boa tradição e das contribuições de outras instituições do país e alhures, ela não podia ser simplesmente mimética, nem corporativa, muito menos doméstica. Havia de conter, sim, buscar a mesma qualidade e dinamismo das boas Universidades, ser referência regional e internacional, mas com a necessária dose de originalidade requerida por nossas peculiaridades culturais, econômicas e políticas. Precisávamos criar a nossa própria feição, a nossa *geopolítica acadêmica*, inspirada em nossos desafios regionais e históricos e espelhada em nossa experiência, sonhos e utopias – com inserção nacional e mundial.

O NAEA inserido nesse contexto, e, passados 36 anos, teve o seu Regimento reestruturado em 2008, e, aprovado, por meio da Resolução n. 647, de 29 de fevereiro de 2008 do CONSUN (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2008).

Em seu art. 1º, o Regimento dispõe que o NAEA “é uma unidade acadêmica de formação superior no nível de pós-graduação voltada para a produção e difusão de conhecimento na área de desenvolvimento sustentável da Amazônia e do Trópico Úmido” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2008, p. 2).

Conforme explicitado nos artigos subseqüentes, complementa-se:

Art. 2º O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é órgão interdisciplinar, com autonomia acadêmica e administrativa, e tem como objetivo proporcionar o ensino de pós-graduação e a realização de pesquisa e de extensão por meio de programas multi, inter e transdisciplinares, na forma que dispuser este Regimento.

Art. 3º Para alcançar os seus objetivos, o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) realizará a política de ensino, de pesquisa e de extensão em conformidade com as diretrizes dos projetos político-pedagógicos de suas subunidades acadêmicas, observados o Estatuto e o Regimento Geral da Universidade.

§ 1º O Plano Plurianual do NAEA proposto a cada quinquênio pela Diretoria e aprovado pela Congregação, e revisto anualmente pela Congregação,

ordenará as atividades regulares do Núcleo, desdobrando-se em programas setoriais na conformidade do disposto neste Regimento.

§ 2º As atividades acadêmicas realizadas pelo NAEA obedecerão a uma programação anual definida pela Congregação do Núcleo com base em seu Plano Plurianual.

O art. 4º preconiza sobre a estrutura organizacional acadêmico-administrativa do NAEA que integra:

- I Os Colegiados Deliberativos;
- II A Direção do Núcleo;
- III A Secretaria Executiva;
- IV As Subunidades Acadêmicas;
- V A Coordenadoria de Pesquisa;
- VI A Coordenadoria de Extensão;
- VII A Coordenadoria de Planejamento, Gestão e Avaliação;
- VIII A Coordenadoria de Comunicação, Divulgação e Promoção Científica;
- IX A Biblioteca Setorial “José Marcelino Monteiro da Costa”;
- X O Centro de Estudos Sul-Americanos e do Caribe;
- XI O Comitê Gestor do Núcleo.

Atualmente, o NAEA possui dois tipos de órgãos colegiados deliberativos que são: a) o colegiado da Congregação, que é o órgão deliberativo máximo, constituído pelo diretor-geral do núcleo, como seu presidente, o diretor-adjunto, coordenadores dos programas de pós-graduação, todos os professores lotados no núcleo, e representantes dos servidores técnico-administrativos, eleitos por seus pares, representantes discentes dos programas de pós-graduação, eleitos por seus pares; b) os colegiados dos programas de pós-graduação, os quais são dois: o Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) e o Colegiado do Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* (PPLS).

As Subunidades Acadêmicas do NAEA são duas: a) o PPGDSTU, constituído por Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, em níveis de Mestrado e Doutorado; b) e o PPLS, que congrega os cursos de Especialização ofertados pelo NAEA.

É válido ressaltar que existe ainda o Centro de Estudos Sul-Americanos e do Caribe, como uma subunidade do NAEA, o qual tem como objetivo principal “a promoção e a realização integrada de ensino, pesquisas e intercâmbios científico-culturais com instituições públicas e privadas vinculadas a países sul-americanos e do Caribe interessadas nas questões da Amazônia” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2008, p. 17).

Esse centro, atualmente, mantém atividades por meio do Centro de Estudos Brasil Venezuela (CESUL). Criado em 2006, por meio de convênio assinado entre o Ministério das Relações Exteriores/Fundação Alexandre de Gusmão e a UFPA, o CESUL reforça o interesse de pesquisadores em conhecer esse país da Pan-

Amazônia, bem como fortifica a pesquisa interdisciplinar realizada no NAEA e em âmbito externo.

Sobre as mudanças que aconteceram no projeto original do Núcleo, Mendes (2011) expõe que os atos institucionais do NAEA ficaram obsoletos com a entrada em vigor, em 2006, do novo Estatuto e do novo Regimento Geral da UFPA, tornando-se necessário mudar, porém mantendo-se “resguardada a visão utópica que alimenta o projeto” (MENDES, 2011, p. 7).

Mendes (2011, p. 19) complementa que

[...] dadas às novas coordenadas institucionais, é [preciso] discutir, ainda e sempre, em que medida faz-se possível resguardar no formato atual a visão essencial do NAEA enquanto órgão de coordenação acadêmica.

Assim, ações importantes são empreendidas a partir desse projeto inovador e da atuação forte que o NAEA desempenha até hoje na região e em outros países. Destaca-se aí, o estabelecimento, no NAEA, em setembro de 2006, da Cátedra UNESCO de Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento Sustentável.¹⁰

Bastos, Castro e Ravena (2011, p. 666) consideram a criação dessa Cátedra como fruto de um trabalho reconhecido pela Agência das Nações Unidas e ressaltam que

O Programa de Cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento socioeconômico ambientalmente adequado nos Trópicos Úmidos, da Unesco, possibilitou o envolvimento e o fortalecimento da cooperação da UFPA com instituições da África, Ásia, América Latina e, em especial da Pan-Amazônia.

Aragón (2008a, p. 14), atual coordenador da Cátedra UNESCO de Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento Sustentável, professor e pesquisador do NAEA realça os seus objetivos:

Promover um sistema integrado de pesquisas, ensino, informação e documentação na área de cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento sustentável;
Facilitar a colaboração entre pesquisadores de alto nível reconhecidos internacionalmente e o corpo acadêmico da universidade e outras instituições do Brasil e demais países da América Latina e o Caribe e outras regiões do mundo;
Estabelecer e implementar um amplo programa de cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento sustentável, ajudando assim a alcançar resultados concretos para melhorar a sinergia na produção de informação científica de alta qualidade sobre o entendimento atual das mudanças ambientais, problemáticas ambientais emergentes, as interações entre homens e

¹⁰ As Cátedras UNESCO objetivam “juntar com êxito as diferentes disciplinas para promover a base de conhecimento científico para a formulação de políticas no campo do desenvolvimento sustentável ao redor de problemáticas concretas” (ARAGÓN, 2008a, p. 13).

natureza, e suas consequências para o bem-estar humano através de atividades concretas claramente identificadas.

Da mesma forma, a própria história da UNAMAZ¹¹ está atrelada ao NAEA, como bem afirma a professora pesquisadora do NAEA, Rosa Acevedo Marin, coordenadora da sede institucional da Associação (PINTO; FERREIRA, 2008 apud BASTOS; CASTRO; RAVENA, 2011).

A mais recente iniciativa que está também vinculada ao NAEA é a criação do Fórum de Pesquisa e Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia.

Mendes (2011, p. 4) salienta que

O Fórum é uma oportunidade e o espaço para a reflexão conjunta, contínua, dos Programas convenientes, na trilha aberta há quarenta anos pelo NAEA. Seus dirigentes vinculam-se, por filiação, a essa mesma comum *alma mater*.

De certo modo, não apenas sucede ao NAEA, ao PIUAL e mesmo a Unamaz, de que também aqui se dá notícia, assim como do trabalho modesto e precursor, pioneiro, do SETA, da antiga Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais.

No Fórum, as Universidades amazônicas retomam o compromisso de repensar responsabilmente, reflexivamente, programaticamente, incansavelmente – através de um Projeto e de uma *Cátedra* – a região e o seu futuro.

E acrescenta:

Isso tem a ver com a revisão da [...] estrutura interna [do NAEA], e de modo muito especial a montagem do *Programa Institucional* [do Fórum] previsto nos novos instrumentos organizacionais. [...].

O *Programa Institucional*, bem concebido e construído, poderá proporcionar, finalmente, ao NAEA, uma cara própria, facilmente reconhecível e insuscetível de fazê-lo ser confundido com qualquer outro Núcleo dentro ou fora da UFPA.

A se confirmar essa perspectiva, será possível resgatar o fundamento ou causa eficiente da existência do NAEA: mais do que uma simples unidade acadêmica, uma polêmica unidade acadêmico-política amazônica (MENDES, 2011, p. 19).

O Fórum de Pesquisa e Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia,¹² criado em dezembro de 2008 e instituído em 5 de junho de 2009, conhecido como Fórum Amazônia Pesquisa, é uma instituição sem personalidade jurídica e sem fins lucrativos para “articular e integrar as ações dos Programas de

¹¹ A UNAMAZ integra 57 universidades e instituições de pesquisa de todos os países da Pan-Amazônia e atua em consonância com a OTCA. Ao completar em 18 de setembro de 2011, 24 anos, o seu trabalho em rede permite catalisar ações conjuntas, de forma interdisciplinar e internacional para uma análise mais crítica da realidade amazônica e também indicar alternativas para a solução dos problemas que atingem o desenvolvimento da Amazônia (ARAGÓN, 2008a, 2008b).

¹² Informações sobre o Fórum estão disponibilizadas no site <<http://www.amazonia.ufpa.br>>. Acesso em: 22 jun. 2011.

Pós-Graduação das universidades da Amazônia com atuação nas áreas temáticas das políticas públicas e do desenvolvimento sustentável regional”.

As universidades participantes são: Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade da Amazônia (UNAMA), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal do Tocantins (UFT), Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Universidade Federal do Acre (UFAC), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT).

O Fórum tem como objetivo

contribuir para a formulação de políticas públicas de desenvolvimento focadas na valorização econômica e social da população que vive na Amazônia, através da construção e difusão de visão prospectiva da região, fundamentada no domínio crescente do conhecimento dos problemas regionais, mas sempre com respeito ao meio ambiente.

O Fórum atua por meio de três elementos operacionais: Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia (IPPA),¹³ Cátedra Amazônia e Congresso Amazônico de Desenvolvimento Sustentável. O seu Conselho diretor é composto pelo presidente, Rosemara Staub, da UFAM, pelo secretário executivo, Fábio Carlos da Silva, do NAEA/UFPA, e mais 19 Conselheiros representantes das universidades.

Cabe ressaltar a mais recente e importante ação do Fórum: a criação da IPPA instituída oficialmente em 30 de setembro de 2011, quando foi oficializada por meio da assinatura do termo de instituição pelos reitores das universidades amazônicas que integram o fórum, no Centro de Eventos Benedito Nunes, no campus da UFPA, em Belém-PA.

A IPPA é uma rede de pesquisa, ensino e extensão, ou seja, um

mecanismo institucional de articulação entre as universidades, institutos de pesquisa, governos e setor produtivo da Amazônia, vinculada ao Fórum de Pesquisa e Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, que tem como missão contribuir para a concepção, formulação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável para a Região, seus estados e municípios, apoiadas no conhecimento científico, nos saberes tradicionais e na participação qualificada dos atores regionais.

A IPPA está estruturada em três núcleos operativos vinculados à Secretaria Executiva do Fórum, com sede no NAEA: Núcleo de Sistematização, Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas; Núcleo de Geração e

¹³ Informações sobre a IPPA estão disponibilizadas no *site* <<http://www.amazonia.ufpa.br>>. Acesso em: 22 jun. 2011.

Transferência de Tecnologias de Gestão Pública e Núcleo de Geração e Transferência de Tecnologias Sociais.

É importante enfatizar que o conselho gestor da IPPA é composto pelo representante do Fórum; representantes dos órgãos federais de planejamento e fomento, a SUDAM, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e o BASA; representantes dos institutos de pesquisa, a EMBRAPA, o INPA, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o IPEA e o MPEG; representantes do setor produtivo; representantes da sociedade civil.

Mendes (2011) considera válido refletir sobre a “razão de ser” do NAEA num momento propício em que foi instituído o Fórum de Pesquisa e Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, em 2009, e a IPPA, em 2011: o NAEA, mais uma vez, esteve na condução desse processo.

3.5 O ENSINO INTERDISCIPLINAR

O NAEA, no decorrer de sua trajetória, no que concerne às atividades de ensino, sempre buscou contribuir para a formação acadêmica e incentivou estudos e pesquisas em prol do desenvolvimento da Pan-Amazônia. Em relação ao ensino, a pós-graduação do NAEA foi iniciada com o nível de especialização, em 1973, depois, com o mestrado, em 1977, e o doutorado, em 1994.

Atualmente, essas atividades acadêmicas estão organizadas no Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* (PPLS), em nível de especialização, e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), constituído pelos Cursos de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (DSTU) e Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES), conforme preceitua o art. 20 do Regimento do NAEA, de 2008.

O NAEA adota, desde os seus primórdios, a abordagem interdisciplinar como concepção, processo e método de produção do conhecimento, na pesquisa e no ensino da pós-graduação *lato sensu e stricto sensu*, e, é por meio das

discussões e análises dos resultados de pesquisa, bem como das dissertações e teses dos discentes, que se testam continuamente as possibilidades e os limites da abordagem interdisciplinar – valendo-se das teorias da complexidade e dos sistemas que fornecem uma leitura possível da complexidade socioambiental amazônica (BASTOS; CASTRO; RAVENA, 2011, p. 651).

Aragón (2001a) ratifica que as iniciativas interdisciplinares no NAEA são nitidamente definidas pelos seus cursos de especialização, mestrado, doutorado e pelos seus grupos de pesquisa, estando também relacionadas com o desenvolvimento regional. A interdisciplinaridade dos programas, portanto, é a tônica de sua estrutura bem como enfatizam Bastos, Castro e Ravena (2011, p. 647)

sua inserção regional fez dela e de seus programas elementos fundadores do desenvolvimento regional no sentido amplo desse conceito, ou seja, pensar a Amazônia brasileira como região e sociedade e, ao mesmo tempo, suas relações com as Amazônias de outros países fronteiriços.

No contexto da CAPES, a interdisciplinaridade decorre da premência de se perceber a constante mudança dos problemas que se apresentam em formas diferenciadas e níveis de complexidade crescentes, e, com o avanço dos conhecimentos científicos e tecnológicos, surgem novos desafios que requerem diálogos mais abrangentes (PHILIPPI JR. et al., 2011). Por isso,

a natureza complexa de tais problemas pede diálogos não só entre disciplinas próximas, dentro da mesma área do conhecimento, mas entre disciplinas de áreas diferentes, bem como entre saberes disciplinares e não disciplinares da sociedade e das culturas, dependendo do nível de complexidade do fenômeno a ser tratado (PHILIPPI JR. et al., 2011, p. 925).

Aragón (2001a, p. 44) evidencia a sua visão complementando

A interdisciplinaridade representa a integração de conhecimentos fragmentados de especialistas dos mais diversos campos do saber, necessários para o entendimento e soluções de problemas específicos. O conhecimento disciplinar profundo é condição fundamental para o sucesso do trabalho interdisciplinar, mas uma nova prática de trabalho em grupo de parte dos especialistas torna-se igualmente fundamental. Essa nova prática demanda interesse de trabalhar conjuntamente, reconhecimento de limitações, abertura a críticas e vontade de aprender de outros, resultando daí a necessidade de estabelecer parcerias, enfim, de cooperar.

3.5.1 A pós-graduação *lato sensu*

O NAEA iniciou as suas atividades oficialmente com a realização do primeiro *Programa Internacional para Formação de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas* (FIPAM I), curso de pós-graduação em nível de especialização, criado por meio da Resolução n. 160, de 21 de fevereiro de 1973, do Conselho Universitário (CONSUN), nos termos do Regulamento aprovado pela Resolução n. 148, de 15 de fevereiro do mesmo ano, pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa (CONSEP).

O FIPAM I teve a sua estrutura baseada no intitulado *Projeto de um Programa Internacional de Treinamento em Projetos de Desenvolvimento de Áreas Amazônicas*, aprovado pela Resolução n. 127, de 12 de outubro de 1972,¹⁴ pelo reitor Dr. Aloysio da Costa Chaves, conforme estrutura e programação constantes no processo n. 14.978/72.

Nesse projeto, evidencia-se o contexto em que a Amazônia se encontrava, um momento propício para se obter os “benefícios da legislação combinada de desenvolvimento regional e da reforma universitária” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1972a, p. 4). O desenvolvimento regional, que iniciou na segunda metade da década de 1960, tinha gerado vários projetos direcionados para o desenvolvimento setorial específico com base nos incentivos fiscais, e assim, ocasionaram movimentos migratórios para a região. Por outro lado, a Reforma Universitária fez com que as universidades se tornassem mais ágeis e interativas. Era, então, imperativa, a criação de um programa que viesse a atender essa demanda, de modo que alguns fatores justificaram a criação do FIPAM:

- 1) O meio ambiente em que se concentra o esforço desenvolvimentista está constantemente mudando tanto independentemente como por via de consequência do próprio esforço de desenvolvimento. O técnico de desenvolvimento precisa estar em dias com tais mudanças, e ter a capacidade de prevêê-las;
- 2) O conceito de mobilização das potencialidades da Pan-Amazônia requer um amplo conhecimento das instituições nacionais e extra-nacionais que têm importância na região com um todo. A assessoria individual e coletiva, apoiada nos múltiplos recursos institucionais da região, constitui um elemento imprescindível para o planejador. Na procura desta assessoria, ele precisa se familiarizar com as diversas funções e atividades de tais entidades e precisa estabelecer meios de ligação apropriada entre esforços visando a fins comuns;
- 3) Pelo alcance de muitos projetos recentes, estão sendo gerados novos tipos de informação. Consequentemente, devem ser estudados e desenvolvidos novos métodos de análise e utilização dessas informações. O técnico de desenvolvimento precisa ampliar seu treinamento nesses métodos e técnicas de análise, para tirar maior proveito dos projetos recentes e das informações resultantes;
- 4) O planejamento integrado, para ser eficaz precisa não só da formação de equipes interdisciplinares, mas também de que os participantes especializados tenham conhecimento geral da região e de outros campos científicos e técnicos (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1972a, p. 4-5).

¹⁴ O teor da ementa dessa resolução é a criação do FIPAM e aparece com o nome *Programa Internacional de Treinamento de Projeto de Desenvolvimento de Áreas Amazônicas (FIPAM)*. No entanto, o texto do Regulamento esclarece que é a aprovação do Projeto.

Importante também é reproduzir o objetivo desse Curso, registrado no Projeto do Programa

Ampliar o conhecimento genérico e específico da informação sobre o complexo amazônico em todas as suas áreas, com dupla finalidade: preparar equipes universitárias do mais alto nível, treinadas na elaboração e execução de projetos de desenvolvimento na área amazônica, e também contribuir de maneira sistemática e permanente na elaboração de pesquisas e estudos de interpretação racional e científica daquele desenvolvimento, num processo constante de eliminação do conhecimento irracional e folclórico da região (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1972a, p. 5).

O FIPAM, devido a sua natureza peculiar e por ser uma iniciativa pioneira da época em virtude de seu caráter interdisciplinar, interdepartamental e internacional, e também pelas suas características de execução, se tornou um curso de uma importância significativa, pois logrou êxito por todo o esforço percorrido por vários anos para a organização do NAEA. O curso foi estruturado para um período de 10 meses, em tempo integral, com uma carga horária de 1.408 horas e consistia de aulas teóricas e atividades em grupo no Laboratório de Pesquisa.

Devido ao ineditismo dessa metodologia, é válido destacar como era desenvolvido o trabalho nesse laboratório: a sala era equipada com informações e representação gráfica, os alunos contavam com um ou dois coordenadores permanentes de alto nível acadêmico que conduziam os trabalhos e estavam à disposição para consultas individuais; eram formadas equipes com três ou cinco alunos e eram orientadas para o levantamento de casos, análise e prognóstico dos temas relacionados à perspectiva amazônica.

A prioridade para a composição das turmas era para os alunos técnicos de nível universitário que estivessem envolvidos em programas e projetos ou ainda exercendo atividades profissionais em órgão de desenvolvimento regional com sede na Amazônia, bem como alunos de outros países da Pan-Amazônia. Dessa forma, o primeiro curso do FIPAM contou com cinco alunos estrangeiros – dois da Colômbia, dois da Venezuela e um do Equador– e 25 dos estados do Amazonas, Maranhão, do Pará e de Brasília, bem como profissionais de diversas instituições como: INPA, Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Norte (IPEAN), SUDAM, BASA, Receita Federal, Banco do Brasil, IDESP e UFPA.

Até 1976, foram realizados quatro FIPAMs, quando o programa foi interrompido, voltando a ser ofertado somente em 1981, com o FIPAM V, período este em que foi criado o curso de mestrado, em 1977, e todas as ações foram

canalizadas para esse propósito, bem como para a formação da nova infraestrutura física do NAEA, cuja mudança para um prédio novo aconteceu em 1980.

Após a realização do FIPAM V, que foi viabilizado graças ao convênio estabelecido com a SUBIN e o Ministério das Relações Exteriores, nova interrupção, de sete anos, ocorreu devido à carência de recursos financeiros. O FIPAM VI só foi realizado no período de setembro de 1988 a fevereiro de 1989.

O programa ofertou aproximadamente 40 cursos de especialização, incluindo os FIPAMs, e outros cursos específicos direcionados a determinados temas e público-alvo. O FIPAM, hoje, encontra-se na sua XXIV edição e em execução, tendo iniciado em 12 de setembro de 2011, com o tema *Desenvolvimento urbano, políticas públicas e ordenamento territorial*.

Atualmente, o PPLS¹⁵ obedece as diretrizes gerais estabelecidas pela legislação e normas vigentes, especialmente as emanadas do Conselho Nacional de Educação (CNE), pelo Regimento do NAEA e pela Resolução n. 4.065, de 8 de outubro de 2010, do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2008, 2010b).

Os cursos de especialização destinam-se a qualificar graduados para atividades científicas, tecnológicas, profissionais, literárias e/ou artísticas, em setores específicos do conhecimento e com base no regimento do NAEA, § 3º, o PPLS oferecerá, pelo menos, um curso de especialização por ano.

Os cursos ofertados pelo NAEA são voltados ao atendimento da demanda social podendo ser: gratuitos, respeitadas as disponibilidades financeiras, de pessoal e de infraestrutura da instituição e oriundos por meio de convênios ou contratos com instituições públicas ou privadas, sendo custeados pelas instituições interessadas na qualificação dos seus quadros ou de segmentos específicos da sociedade.

Além do FIPAM, outros cursos em nível de especialização fazem parte das atividades de ensino do NAEA dentre eles: *Curso Internacional em Política Científica e Tecnológica para a Amazônia* (ofertado em cinco edições nos anos 1989, 1995, 1996, 1997 e 1999), *Curso de Especialização em Planejamento, Gestão e*

¹⁵ Os Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* do NAEA eram instituídos pelo Regimento do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PDTU), de 1993 e normas da UFPA. O novo Regimento do Programa, o de 2010, inclui somente os Cursos de Mestrado e Doutorado. Em 2006, foi elaborado um Projeto de Regimento do PPLS, integrando os cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou seja, o FIPAM e outros cursos, mas não aprovado em instâncias superiores da UFPA. Ressalte-se, entretanto, que o PPLS consta no regimento do NAEA de 2008, como uma subunidade acadêmica.

Educação Profissional (2002 e 2004); *Curso de Especialização em Educação Ambiental e Manejo de Recursos Naturais*, realizado em convênio com o Governo do Estado do Amapá (2001 e 2004); *Curso de Especialização em Planejamento Urbano e Gestão Local*, em convênio com a Prefeitura de Parauapebas, com o objetivo de capacitar técnicos e gestores municipais, pela necessidade de elaboração de um Plano Diretor para o município de Parauapebas, no Sudeste do Pará (2006); *Curso de Especialização em Desenvolvimento e Gestão de Cooperativas de Créditos da Amazônia*, em parceria com a Central de Cooperativas de Crédito do Pará (2006 e 2007).

Cabe ressaltar dois cursos de especialização oferecidos para os servidores técnico-administrativos da UFPA em convênio com a Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal: *Política de Desenvolvimento e Gestão Pública*, em 2007, e *Desenvolvimento Institucional, Gestão Orçamentária e Financeira*, em 2009-2010.

Nesses cursos, incluindo os FIPAMs, os alunos são provenientes de universidades da região, brasileiras e de países da Pan-Amazônia, órgãos regionais de fomento, secretarias estaduais e municipais das unidades federativas da Amazônia Legal, ministérios, governos, instituições de pesquisa, entidades de classe, sociedades de economia mista e outros órgãos.

3.5.2 A pós-graduação *stricto sensu*

O Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) é constituído pelos Cursos de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES) e de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (DSTU).

A Resolução n. 3.927, de 21 de janeiro de 2010, do CONSEPE da UFPA, aprova o Regimento do PPGDSTU e revoga a Resolução nº 2.112, de 10 de setembro de 1993 que trata sobre o mesmo tema (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1993, 2010a). Em seu art. 1º, Título: Dos Objetivos Gerais, destaca-se o objetivo central do programa:

Art. 1º O Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) tem por objetivo central, desenvolver a capacidade de análise e síntese de profissionais de nível superior em nível de mestrado e doutorado. Pretende desenvolver uma visão abrangente dos processos de planejamento e desenvolvimento, incorporando suas

dimensões ambientais, sociais, econômicas; estimular a capacidade de crítica e criar a aptidão para a pesquisa científica interdisciplinar, especialmente relacionada com a região Amazônica continental e o Trópico Úmido em geral. Para tanto, propõe-se a formar profissionais que pretendam exercer atividades docentes, de pesquisa ou de planejamento (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2010a, p. 2).

A organização administrativa do programa está preceituada nos arts. 2º e 3º, reproduzidos na íntegra a seguir:

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 2º O Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) é uma subunidade acadêmica do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA).

Art. 3º O Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) é constituído pelos Cursos de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (DSTU) e Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES); e Laboratórios de Pesquisa e Extensão (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2010a, p. 2).

Os títulos emitidos pelo PPGDSTU são o de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento e Doutor em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental.

Cabe salientar que os cursos de mestrado e doutorado do Programa são avaliados conjuntamente pela Comissão de Área Interdisciplinar (CAInter) da CAPES e obtiveram o conceito 5 nas últimas três avaliações trienais (2004, 2007 e 2010).

Nestes 34 anos, o programa¹⁶ contou com a contribuição de 19 coordenadores do PLADES, sendo que, alguns, em mais de um exercício, e, sete, coordenadores do PPGDSTU (Quadros 2 e 3), os quais contribuíram garantindo a expansão e a consolidação do programa.

¹⁶ Além da consulta ao Catálogo de Teses e Dissertações, publicado em 2000, p. 139, os dados constantes nos Quadros 2 e 3 foram coletados na PROGEP e SIE da UFPA. Ver nota de rodapé 2.

Quadro 2 – Coordenadores do PLADES, 1977-2011

Período	Coordenador
mar. 1977 – ago. 1979	Constantino Ribeiro Otero
set. 1979 – jul. 1980	Carlos Cardoso da Cunha Coimbra
ago. 1980 – dez. 1981	Raymundo Heraldo Maués
mar.-set. 1981	Paulo Sérgio Rodrigues Cal
set. 1981 – mar. 1983	Maria de Nazaré Oliveira Imbiriba
15 set. 1983 – 19 maio 1986	Marcos da Silva Palácios
13 nov. 1986 – 13 nov. 1988	Auriléa Gomes Abelém
14 nov. 1988 – 27 nov. 1990	Samuel Maria de Amorim e Sá
28 nov. 1990 – 2 nov. 1992	Rosa Elizabeth Acevedo Marin
3 nov. 1992 – 19 abr. 1993	Franz Bruseke
25 maio 1993 – 13 set. 1995	Marília Ferreira Emmi
14 set. 1995 – 20 jan. 1998	Marília Ferreira Emmi
21 jan. 1998 – 20 jan. 2000	David Ferreira Carvalho
21 jan. 2000 – 31 out. 2001	Indio Campos
1 nov. 2001 – 30 nov. 2004	Indio Campos
1 dez. 2004 – 30 maio 2007	Maurílio de Abreu Monteiro
1 jun. 2007 – 19 nov. 2008	Ana Paula Vidal Bastos
2008 – 2009	Oriana Trindade de Almeida
2009 – 2010	Juarez Carlos Brito Pezzuti
20 nov. 2010 – jul. 2011	Ana Paula Vidal Bastos
ago. 2011 – Atual	Saint-Clair Trindade Junior

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações do NAEA, publicado em 2000, p. 139, PROGEP e SIE da UFPA, 2011.

Quadro 3 – Coordenadores do PPGDSTU, 1993-2011

Período	Coordenador
25 maio 1993 – 13 abr. 1994	Franz Bruseke
14 abr. 1994 – 17 dez. 1997	Edna Maria Ramos de Castro
18 dez. 1997 – 17 dez. 1999	Rosa Elizabeth Acevedo Marin
18 dez. 1999 – 30 nov. 2004	Tereza Maria Ferreira Ximenes Ponte
1 dez. 2004 – 19 nov. 2008	Armin Mathis
20 nov. 2008 – 19 nov. 2010	Ana Paula Vidal Bastos
20 nov. 2010 – jul. 2011	Nírvia Ravena de Souza
ago. 2011 – Atual	Oriana Trindade de Almeida

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações do NAEA, publicado em 2000, p. 139, PROGEP e SIE da UFPA, 2011.

3.5.2.1 Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES)

O PLADES¹⁷ foi implantado no primeiro semestre de 1977, em razão das atividades de ensino, pesquisa e extensão do NAEA estarem consolidadas e pelo reconhecido trabalho desenvolvido na região.

Segundo Castro (2008, p. 1 apud BASTOS; CASTRO; RAVENA, 2011, p. 658), o PLADES “suruiu como parte de uma resposta da área educacional ao debate sobre modelos de desenvolvimento e planejamento nacional/regional, criando programas de pós-graduação *stricto sensu* em diferentes regiões do Brasil”. Assim, o seu objetivo era “formar profissionais de alto nível na análise e formulações de políticas para o desenvolvimento econômico e mudança social, bem como na organização e planejamento do espaço físico da Amazônia” (OLIVEIRA, 2001, p. 81).

Para a época, era um mestrado arrojado, pois seria o primeiro curso de pós-graduação *stricto sensu* criado na região Amazônica e pela sua singularidade e área específica. O curso foi delineado compreendendo as três áreas de concentração: aspectos sociais do planejamento do desenvolvimento; aspectos econômicos do planejamento do desenvolvimento; e aspectos físico-espaciais do planejamento do desenvolvimento (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1977).

O PLADES iniciou as suas atividades com uma equipe interdisciplinar de oito docentes da UFPA representantes dos departamentos de Matemática e Estatística, Arquitetura, Geografia, Administração, Sociologia, Biologia e dois de Economia.

A partir de 1978, a seleção de candidatos estrangeiros oriundos dos países da Pan-Amazônia passou a ser feita pelo Itamaraty, e pela ANPEC, além da seleção local.

Nos anos de 1980, sucessivas discussões aconteceram visando à reformulação do currículo do curso, bem como à elaboração e aprovação do Ante-Projeto do Regulamento do PLADES. Com a reformulação curricular do curso, ocorrida em 1982, ficou definida uma única área de concentração, permitindo que todos os esforços fossem dirigidos para um objetivo comum: o estudo do

¹⁷ A criação do PLADES foi aprovada pela Resolução n. 376, de 27 de outubro de 1976, do CONSEP e alterada pela Resolução n. 409, de 1º de abril de 1977, pelo mesmo Conselho, com o nome Curso Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES). O CONSUN autorizou a criação do Curso, pela Resolução n. 388, de 3 de novembro de 1976, com o nome Programa Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES), na gestão do reitor Clóvis Cunha da Gama Malcher.

planejamento socioeconômico da região Amazônica, em seu sentido mais amplo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1982).

A partir de 1983, passa a vigorar o Regulamento do PLADES, por meio da Resolução n. 872, de 1983, do CONSEP, e um novo currículo é adotado e aprovado por meio da Resolução n. 877, do mesmo ano.

Em 1984, o NAEA encaminhou pedido de credenciamento junto à CAPES, e neste mesmo ano foi avaliado e integrado na área de Ciências Sociais obtendo o conceito B, mas somente em 1986, obteve o credenciamento pelo Conselho Federal de Educação recebendo novamente o conceito B pela classificação da CAPES. Na avaliação do período 1985-1986, recebeu o conceito B+. Na avaliação posterior, o PLADES/NAEA recebeu o conceito A, na época, era avaliado na área de Sociologia. Por ser considerado como programa interdisciplinar de Ciências Sociais, tinha o maior conceito do Brasil nessa área, ou seja, era primeiro lugar entre todos os cursos de mestrado do país nessa área. Logo depois, aparecia o Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola (CPDA) do Horto do Rio de Janeiro, o qual permaneceu com o conceito B.

No final da década de 1980, o mestrado do NAEA e o Programa de Geofísica da UFPA tinham conceito A na CAPES (correspondente hoje à nota 5), que, na época, era o maior conceito atribuído por esse órgão.

A partir da avaliação trienal 2001, o Curso passou a ser avaliado pelo Comitê Multidisciplinar, que recomendou a sua unificação com o doutorado, o que ocorreu em 2003.¹⁸

3.5.2.2 Curso de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (DSTU)

A criação do curso de doutorado do NAEA foi impulsionada pelos debates que vinham acontecendo no ano de 1992 no país e no mundo sobre o desenvolvimento sustentável. Essas discussões ocorreram na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada de 3 a 14 de junho de 1992, no Rio de Janeiro. Essa reunião ficou conhecida como Rio 92.

Logo em seguida, era realizada a III Assembleia Geral da UNAMAZ, durante a Conferência Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável nos Trópicos Úmidos,

¹⁸ Sobre as avaliações do PPGDSTU ver capítulo 4.

em Manaus-AM, no período de 14 a 19 de junho de 1992. O curso de doutorado surgiu nessa assembleia, no âmbito do Programa de Cooperação Sul-Sul da UNESCO, sendo uma das propostas desse evento: a implantação de um programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, no NAEA.

Dessa forma, o desenvolvimento do Programa Sul-Sul¹⁹

estreitou os vínculos da Universidade das Nações Unidas (UNU), com a UNESCO, com a Academia de Ciências do Terceiro Mundo e com a UNAMAZ facilitando as negociações para a implantação desse doutorado, que passou a ser denominado Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, a partir do Workshop Internacional realizado no NAEA, em 18 de novembro de 1993.

Assim, o curso de doutorado foi implantado em março de 1994 e reconhecido pela CAPES em 1998, com o propósito de “formar pesquisadores capazes de analisar as dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e ecológicas no processo de transformações da Amazônia” (BASTOS; CASTRO; RAVENA, 2011, p. 660).

Pretendia ainda formar um corpo discente para avançar nas reflexões teórico-metodológicas sobre sociedade e meio ambiente, incentivando uma produção acadêmica que contribua para definir estratégias de sustentabilidade no Trópico Úmido.

A primeira turma foi composta por cinco doutorandos e as primeiras defesas das teses ocorreram em 1999.

Ressalte-se que foram implantados dois Projetos de Doutorado Interinstitucional (DINTER), fora da sede, em Belém. Um em Porto Velho-RO, finalizado em 2004, para atender à demanda de professores e pesquisadores da UNIR e de outras instituições desse estado, e outro em Macapá-AP, por meio de convênio com a UNIFAP, concluído em 2010.

¹⁹ Informação extraída do site do NAEA, disponível em: <<http://www2.ufpa.br/naea/>>. Acesso em: 15 jun. 2011.

3.6 A PESQUISA

A pesquisa desenvolvida no NAEA sempre foi prioritária desde a sua implantação, mas iniciou de forma efetiva em 1974, quando o INPES/IPEA concedeu apoio financeiro voltado para esse segmento. O apoio, também, da Fundação Ford foi muito importante para promover a pesquisa nessa fase embrionária.

O NAEA desenvolve pesquisas científicas interdisciplinares sobre o processo de desenvolvimento da Pan-Amazônia, a vasta região do continente sul-americano que se compõe de nove países: Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Suriname, Guiana e Guiana Francesa.

Atualmente, a pesquisa do NAEA está estruturada em quatro grandes linhas,²⁰ as quais recebem o mesmo nome das quatro áreas de concentração do Programa de Pós-Graduação. São elas:

1) Desenvolvimento regional e agrário

Aborda questões do desenvolvimento econômico, numa perspectiva interdisciplinar, tendo como foco as questões de desenvolvimento regional e dinâmicas agrárias, com destaque para as complexidades da interação entre sociedade e natureza.

2) Estado, instituições, planejamento e políticas públicas

Interpreta os impactos das alterações institucionais econômico-sociais a partir de um esforço de integração metodológica que permite que tanto estudos históricos quanto temas atuais tenham uma abordagem interdisciplinar.

3) Gestão de recursos naturais

Busca, a partir de uma abordagem interdisciplinar, identificar e compreender as diversas formas de acesso e uso de recursos naturais e os desdobramentos destas ações nas mudanças globais.

4) Sociedade, urbanização e estudos populacionais

Aborda as complexidades das questões sociais e culturais nas cidades e os fenômenos de migração de forma integrada e examina temas como populações tradicionais e suas especificidades, e o turismo.

Todas as linhas de pesquisa estão contempladas com um número significativo de projetos de pesquisa, constituídos por uma equipe de formação

²⁰ Informações extraídas do *site* do NAEA. Disponível em: <http://www.ufpa.br/naea/pesquisa_linhas.php>. Acesso em: 23 mar. 2011.

diversificada. Em maioria, são financiados por agências de fomento como CNPq, FINEP, CAPES, ADA, além de secretarias estaduais e instituições não governamentais, UNESCO e outros organismos, por meio de bolsas de estudo ou auxílio financeiro.

O NAEA possui os seus grupos de pesquisa cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisas do CNPq,²¹ os quais incorporam os pesquisadores da instituição, seus orientandos de mestrado, doutorado e especialização, e, estão vinculados a essas linhas de pesquisa.

Os docentes do NAEA orientam alunos da graduação da UFPA muitos dos quais, encontram-se envolvidos em projetos de pesquisa recebendo bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do CNPq, dentre outras.

3.7 PUBLICAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS DOCENTES E DISCENTES

O corpo docente do NAEA é constituído por mais de 27 professores, entre permanentes e colaboradores, que possuem uma produção científica expressiva, incluindo a publicação de livros, capítulos de livros, coletâneas, artigos completos publicados em periódicos técnico-científicos, trabalhos completos publicados em anais de eventos e outras produções categorizadas pelo CNPq e CAPES como: orientação de dissertações e teses, participação em congressos, relatórios de pesquisa, participação em bancas examinadoras de pós-graduação, organização de eventos, produção editorial etc.

Ressalte-se a importância do registro dessa produção gerada no NAEA, uma vez que reflete os problemas e os impactos da região Pan-Amazônica e contribui para o progresso do conhecimento acerca do desenvolvimento regional.

²¹ O Diretório dos Grupos de Pesquisas, projeto desenvolvido pelo CNPq é uma base de dados constituída de informações sobre os grupos de pesquisa em atividade no Brasil, localizados em universidades, instituições isoladas de ensino superior, institutos de pesquisa, institutos tecnológicos e outros. O Diretório tem como principais finalidades: propiciar o intercâmbio e a troca de informações pela comunidade científica e tecnológica; contribuir para o planejamento e a gestão das atividades de ciência e tecnologia; preservar a memória da atividade científico-tecnológica no Brasil. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/gpesq/apresentacao.htm>>. Acesso em: 26 mar. 2011.

A avaliação trienal da Capes 2010, no item produção intelectual,²² destaca que “cerca de 90% da produção de artigos do estrato superior concentram-se em [revistas Qualis] A1+A2+B1”. Predominam os temas relativos a políticas públicas e é notável o número de trabalhos apresentados em anais.

Cabe salientar a participação de discentes em publicações como coautores sendo considerado pela CAPES como um fator positivo.

Com relação à produção discente, o NAEA conta hoje com mais de 600 trabalhos de conclusão de curso de especialização defendidos, referentes aos períodos dos cursos oferecidos entre 1973 e 2010, versando sobre diversos temas nas diferentes áreas da Amazônia brasileira e dos oito países da Pan-Amazônia. Alguns foram publicados. Esses trabalhos refletem o momento histórico em que foram produzidos, bem como são direcionados ao enfoque dos problemas da Amazônia evidenciados na época. Segundo Castro (2000, p. 5)

as questões de ordem teórica ou prática enfrentadas nestes trabalhos indicam, certamente, momentos do estado da reflexão na instituição. As áreas temáticas e as abrangências geográficas desses estudos dão um testemunho do desempenho acadêmico que se enquadra perfeitamente ao padrão de qualidade da pós-graduação nacional.

Até o ano de 2010, foram defendidas 338 dissertações de mestrado e 133 teses de doutorado, cujas temáticas abordam também a problemática da Amazônia relativa às questões políticas, econômicas e sociais.

Bastos, Castro e Ravena (2011) analisam os temas das dissertações e teses do PPGDSTU com base no Catálogo da Biblioteca Marcelino da Costa (2009), mostrando os vinte temas tratados com maior ocorrência: Amazônia, rural, políticas públicas, desenvolvimento sustentável, urbano, indústria, meio ambiente, desenvolvimento regional, cultura, território, planejamento regional, pesca, agricultura familiar, recursos naturais, mineração, madeira, tecnologia, campesinato, pecuária, turismo. Observaram que a palavra “Amazônia” aparece em cerca de 40% dos trabalhos; “rural” em cerca de 25%; “políticas públicas” e “desenvolvimento sustentável” em 20%; “indústria” e “meio ambiente” em 15%. Ressaltam, no entanto, que assuntos de grande discussão na região como “exploração de recursos naturais” e “pecuária” são abordados somente em 6% das dissertações e teses e “desmatamento”, somente em 3%.

²² Planilhas comparativas dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, referentes à avaliação trienal 2010 estão disponíveis no site da CAPES: <<http://www.capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4355-planilhas-comparativas-da-avaliacao-trienal-2010>>. Acesso em: 16 abr. 2011.

É válido ressaltar que essa produção acadêmica está disponível na Biblioteca do NAEA, bem como no catálogo *online* do Sistema de Bibliotecas da UFPA (SIBI/UFPA). Além de que, algumas dessas dissertações e teses, seguindo orientação da Portaria n. 13, de 15 de fevereiro de 2006, da CAPES, que institui a divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos, estão disponibilizadas na íntegra no Banco de Teses da CAPES e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFPA, atual Repositório Institucional da UFPA (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2006).

O NAEA iniciou as suas atividades de edição, publicação e divulgação de obras desde os anos de 1973, quando foram lançadas as cinco primeiras publicações resultantes de um programa de incentivo à sistematização e divulgação de informações sobre a Amazônia.

Os primeiros veículos de comunicação do NAEA foram criados em 1977: o periódico *Cadernos NAEA* e o *Boletim Informativo e Pesquisa* (BIP). No entanto, a Editora²³ foi implementada em 1982, quando o NAEA recebeu patrocínio para publicação por meio de parcerias e convênios firmados com a UFPA, com projetos de pesquisa, com a Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP), instituições de ensino ou técnicas, órgãos do Estado e ONGs.

A principal função da Editora do NAEA é a publicação da produção gerada pelos seus docentes e discentes, seja em forma de livros, capítulos de livros, artigos de periódicos, trabalhos publicados em eventos e outros, visando a dar visibilidade aos resultados de suas pesquisas.

Para gerenciar o processo editorial, conta com um Conselho Editorial específico e adota um sistema de avaliação por *referees*. Além disso, possui Cadastro na Agência Brasileira do ISBN, vinculada à Fundação Biblioteca Nacional, garantindo, assim, o registro de seus livros e identificando-os numericamente em âmbito internacional. Participa de eventos locais, como a Feira Pan-Amazônica de Livros, realizada anualmente, em Belém-PA, e outros nacionais e internacionais.

²³ Informações sobre a Editora do NAEA e suas publicações estão disponíveis em: <http://www2.ufpa.br/naea/publi_editora.php>. Acesso em: 26 abr. 2011.

A sua política editorial é desenvolvida em consonância com as cinco linhas editoriais existentes: a revista *Novos Cadernos do NAEA*, os *Papers* do NAEA; o boletim *Folha do NAEA*, o *Prêmio NAEA* e a *Publicação de Livros*.

O primeiro número da revista *Cadernos do NAEA* foi lançado em 1977, porém não tinha periodicidade definida. Foram lançadas 15 edições em forma de coletânea de monografias. Em 1998, o projeto da revista foi retomado, com um novo título: *Novos Cadernos do NAEA*, com periodicidade semestral, e hoje é editada nos suportes impresso e eletrônico (BASTOS; CASTRO; RAVENA, 2011).

Os *Papers* do NAEA têm a concepção de *working papers* e são produzidos por docentes e discentes do Núcleo, professores visitantes e pesquisadores associados ao NAEA de instituições parceiras e de outras IES.

O boletim eletrônico *Folha do NAEA* dissemina informações sobre as suas atividades e ações dos pesquisadores, como palestras, cursos, lançamento de livros etc. e suas pesquisas.

O *Prêmio NAEA* propicia aos alunos do PPGDSTU a publicação de dissertações de mestrado e teses de doutorado.

A publicação de livros, no NAEA também merece notoriedade, com mais de 120 títulos, cujo tema fundamental é o desenvolvimento regional.

4 O NAEA E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O objetivo deste capítulo é o de discutir a pós-graduação na Amazônia com ênfase para o desempenho do NAEA nesse contexto, bem como investigar o perfil de seus egressos, formação acadêmica e atuação profissional.

4.1 A PÓS-GRADUAÇÃO NA AMAZÔNIA E O PROGRAMA DO NAEA

A CAPES, órgão responsável em fomentar a pós-graduação no país, desempenha um papel preponderante na condução dos rumos da pós-graduação *stricto sensu* brasileira e dentre as várias atividades desenvolvidas, atualmente, destacam-se: a política de fomento aos programas de mestrado e doutorado, as concessões de bolsas no país e no exterior, o seu sistema de avaliação sistemática dos programas de pós-graduação existentes e a sua política de cooperação internacional.

A pós-graduação nacional tem alcançado resultados satisfatórios pelo seu crescimento vertiginoso, como também pela sua qualidade. Schwartzman (1991 apud BALBACHEVSKY, 2005, p. 278) ressalta que “o salto de qualidade se deu quando esses programas de pós-graduação foram definidos como foco privilegiado das políticas de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, no início dos anos 1970”. Em 1965, quando foi regulamentada, existiam no país apenas 38 cursos de pós-graduação, sendo 27 em nível de mestrado e 11 de doutorado; no início da década de 1970, já somavam 288 cursos de mestrado, permanecendo o mesmo número de doutorado (BALBACHEVSKY, 2005).

Nas últimas décadas, a pós-graduação continuou a se expandir, atingindo uma importância significativa para a política de ensino superior do país. Enquanto na década de 1970 houve a criação de um maior número de mestrados, com 521, na década de 1990, no período de 1990 a 1994 o maior número foi o de doutorado, com 176.

Segundo dados extraídos da base GeoCapes,²⁴ em 1998, o número de mestrados e doutorados totalizavam 1.259 e, em 2009, aumentou para 2.718.

O Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) possui um sistema de avaliação institucional consolidado e internacionalmente reconhecido. Esse processo avaliativo instituído pela CAPES, em 1976, sempre foi o responsável pelas melhorias na pós-graduação brasileira. Nessa época, foram criados comitês de assessores por área de conhecimento que teriam como competência avaliar a produção científica dos pesquisadores ligados a cada programa visando a orientar a distribuição das bolsas de estudo no Brasil, pois até então não existia uma política de concessão de bolsas no país e no exterior.

Embora os procedimentos de avaliação tivessem alcançado êxito alguns problemas foram aparecendo no decorrer dos anos e os resultados já evidenciavam que havia necessidade de reformulação. Em 1996, a CAPES adotou algumas medidas como visitas *in loco* aos programas que apresentavam desempenho mais baixo ou em fase de reestruturação e constataram “a perda do poder discricionário da escala de classificação que vinha sendo utilizada, com a crescente concentração dos cursos avaliados nos conceitos A e B e a falta de comparação, entre as áreas [...]” (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2011).

Assim, em 1998 foram implantadas mudanças no processo de avaliação, vigentes até hoje, as quais estabeleceram parâmetros e critérios mais rígidos, buscando uniformidade para a avaliação das diferentes áreas. Os programas que ofereciam mestrado e doutorado seriam avaliados em conjunto e não mais isoladamente e adotaram padrões de qualidade internacionais de cada área.

A CAPES valorizou a produção científica dos docentes e discentes, a interação do programa com o ensino da graduação e o tempo médio despendido para a titulação dos alunos. Adotou uma nova escala de 1 a 7 substituindo a escala anterior que era de cinco conceitos, de A a E, estabelecendo algumas especificações: os níveis mais altos, 6 e 7 são atribuídos somente para os

²⁴ Base de dados que disponibiliza informações acerca dos diversos segmentos da CAPES disponível no endereço <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em: 20 maio 2011. Referencia informações de acordo com a sua localização geográfica. Nessa base estão disponíveis os dados referentes aos indicadores e períodos da série histórica: concessão de bolsas da pós-graduação (1995-2010), distribuição de bolsistas da Capes no Exterior (1998-2010), distribuição de discentes (1998-2009), distribuição de programas de pós-graduação (1998-2009), distribuição de docentes (1998-2009), acesso ao Portal de Periódicos (2001-2010), articulações de cursos e pólos UAB (2008) e distribuição de cursos UAB (2008).

programas que oferecem doutorado, considerados de excelência, conforme padrões internacionais da área. A nota 5 é atribuída para aqueles programas que possuem somente mestrado e os que contemplem mestrado e doutorado, porém com alto nível de desempenho e reconhecimento internacional; a nota 3 é o mínimo para que o programa seja reconhecido e os diplomas validados; adotou a avaliação trienal em substituição a avaliação a cada dois anos e anualmente realiza análise e acompanhamento.

Atualmente, o sistema de avaliação da CAPES engloba dois processos os quais estão vinculados a instituições das diferentes regiões do país: a) Avaliação dos programas de pós-graduação – abrange a realização do acompanhamento anual e da avaliação trienal do desempenho de todos os programas e cursos que integram o SNPG. Os resultados desse processo, expressos pela atribuição de uma nota na escala de "1" a "7", fundamentam a deliberação CNE/MEC sobre quais cursos obterão a renovação de "reconhecimento", a vigorar no triênio subsequente; b) Avaliação das propostas de cursos novos de pós-graduação – refere-se à avaliação de novos cursos que após analisar a qualidade das propostas encaminha os resultados ao CNE/MEC para deliberar e incorporar ao SNPG. Esses dois processos estão fundamentados em um mesmo conjunto de princípios, diretrizes e normas, compondo, assim, um só Sistema de Avaliação, cujas atividades são realizadas pelos mesmos agentes: os representantes de áreas e consultores acadêmicos.

Os principais objetivos estabelecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2011), no que concerne à avaliação são:

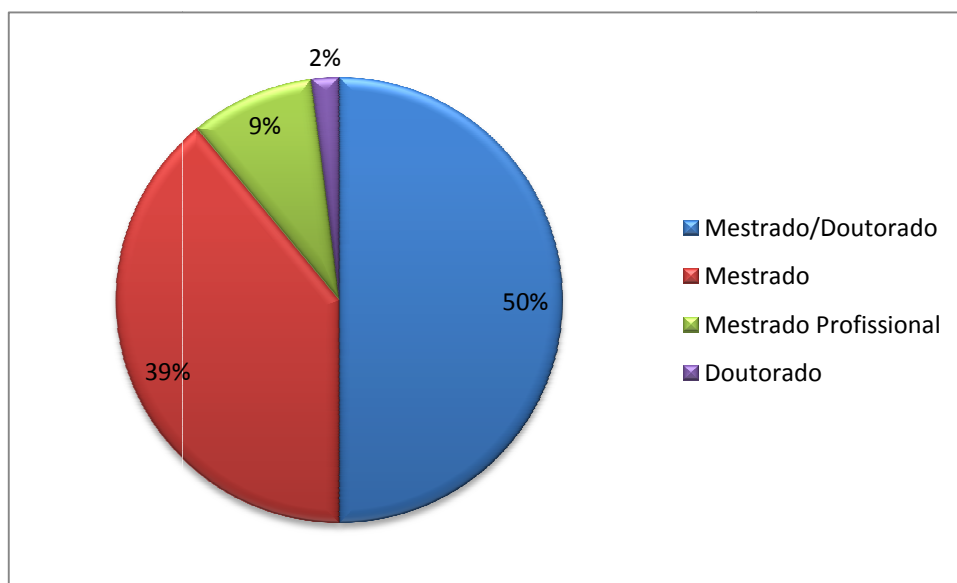
- a) estabelecer o padrão de qualidade exigido dos cursos de mestrado e de doutorado e identificar os cursos que atendem a tal padrão;
- b) fundamentar, nos termos da legislação em vigor, os pareceres do Conselho Nacional de Educação sobre autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de mestrado e doutorado brasileiros - exigência legal para que estes possam expedir diplomas com validade nacional reconhecida pelo Ministério da Educação, MEC;
- c) impulsionar a evolução de todo o Sistema Nacional de Pós-Graduação, SNPG, e de cada programa em particular, antepondo-lhes metas e desafios que expressem os avanços da ciência e tecnologia na atualidade e o aumento da competência nacional nesse campo;
- d) contribuir para o aprimoramento de cada programa de pós-graduação, assegurando-lhe o parecer criterioso de uma comissão de consultores sobre os pontos fracos e fortes de seu projeto e de seu desempenho e uma referência sobre o estágio de desenvolvimento em que se encontra;
- e) contribuir para o aumento da eficiência dos programas no atendimento das necessidades nacionais e regionais de formação de recursos humanos de alto nível;

- f) dotar o país de um eficiente banco de dados sobre a situação e evolução da pós-graduação;
- g) oferecer subsídios para a definição da política de desenvolvimento da pós-graduação e para a fundamentação de decisões sobre as ações de fomento dos órgãos governamentais na pesquisa e pós-graduação.

Na última avaliação realizada, referente ao triênio 2007-2009 divulgada no *Relatório de Divulgação dos Resultados da Avaliação Trienal 2010*, disponível no site da CAPES (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2010d) apresenta em 2009 um total de 2.718 programas, sendo que, desses, 1.381 são cursos de mestrado/doutorado, 1.054 são cursos de mestrado, 243 são cursos de mestrado profissional e 40 somente cursos de doutorado.

O Gráfico 1 ilustra o percentual de programas de pós-graduação por nível

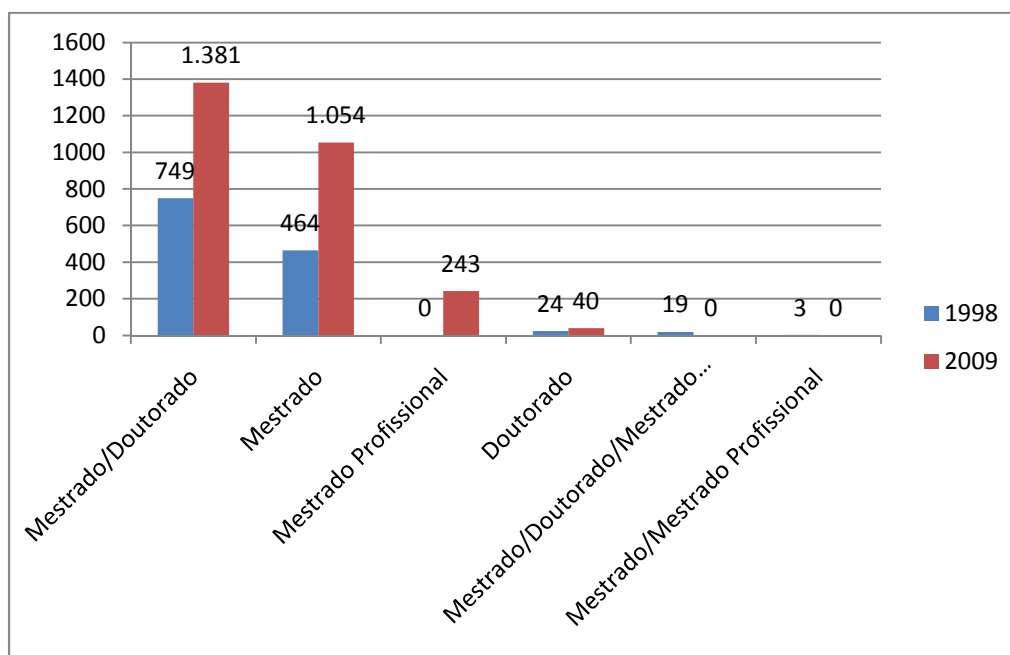
Gráfico 1 – Distribuição percentual de programas de pós-graduação por nível, 2009



Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2010d)

De acordo com os dados disponíveis no GeoCapes, 1998-2009, é válido comparar os dados relativos ao ano de 1998, quando foi implantado o novo modelo de avaliação, e o ano de 2009 e observa-se essa expansão por meio do Gráfico 2.

Gráfico 2 – Distribuição de programas de pós-graduação por nível, dos anos de 1998 e 2009

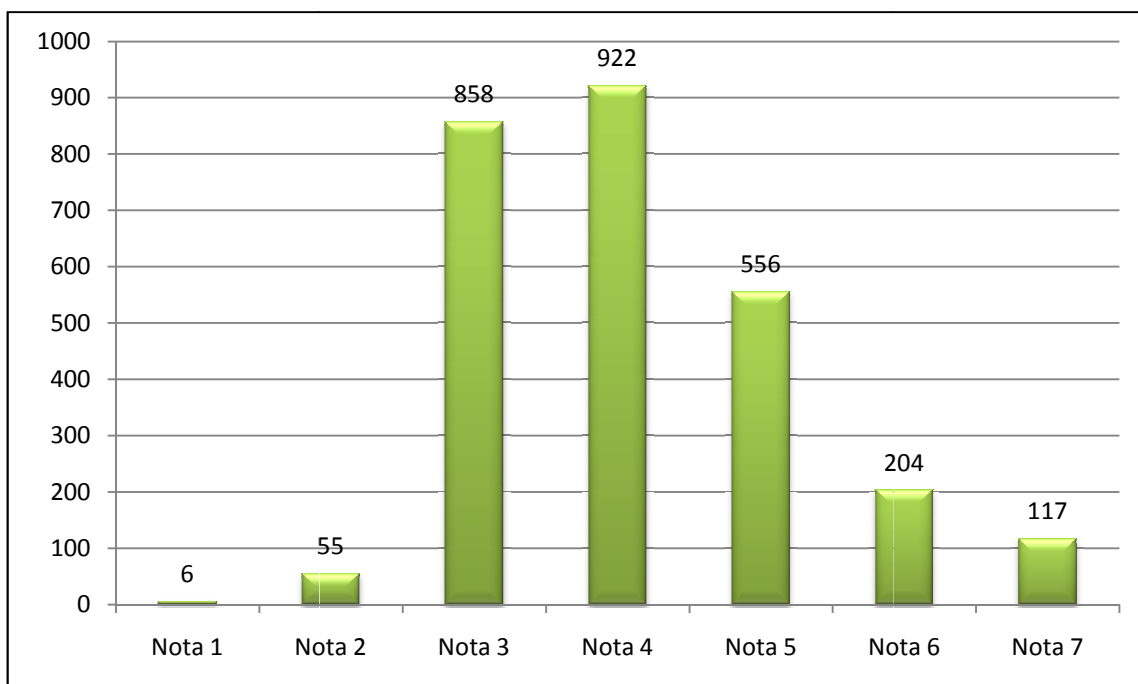


Fonte: GeoCapes, 2011

Percebe-se também a extensão do sistema de pós-graduação implantado no país, quando é analisada a tabela do número total de mestres e doutores titulados nos diversos programas (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2010d, p. 10). No triênio 2007-2009 foram titulados 99.645 mestres, 32.005 doutores e 8.086 mestres profissionais, totalizando 139.736. Estavam matriculados em 2009, 161.068 alunos, sendo 93.016 alunos em cursos de mestrado, 57.917 alunos em cursos de doutorado e 10.135 em cursos de mestrado profissional.

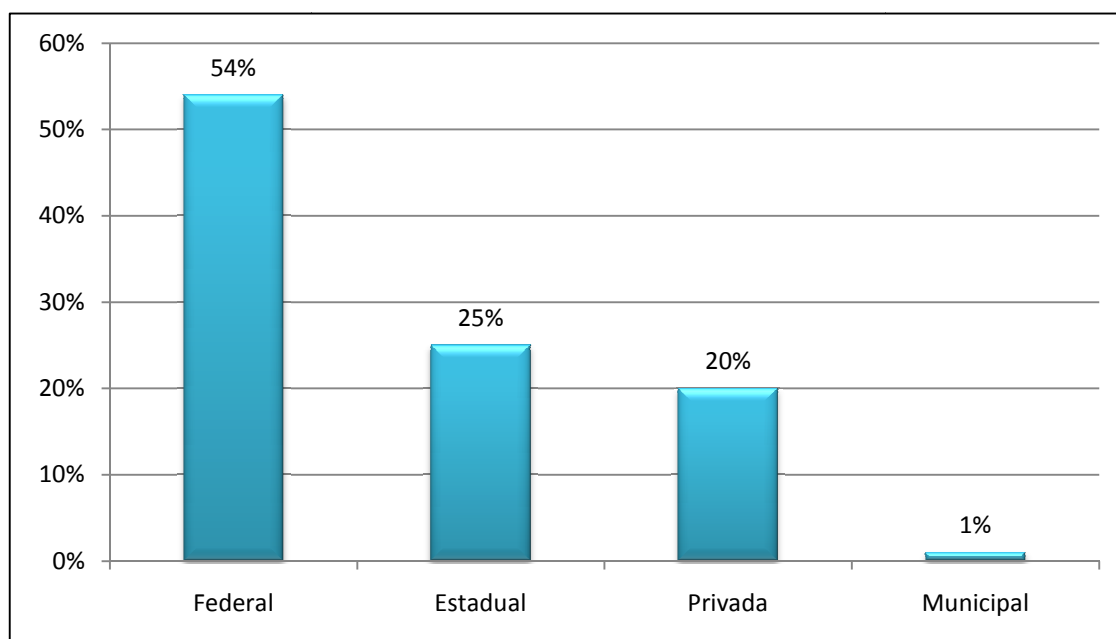
Os gráficos a seguir mostram o estágio de desenvolvimento dos programas conforme os resultados obtidos na última Avaliação Trienal 2010 dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* realizada pela CAPES, referente ao triênio 2007-2009 (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2010d).

Gráfico 3 – Distribuição dos programas de pós-graduação por nota obtida na Avaliação Trienal 2010



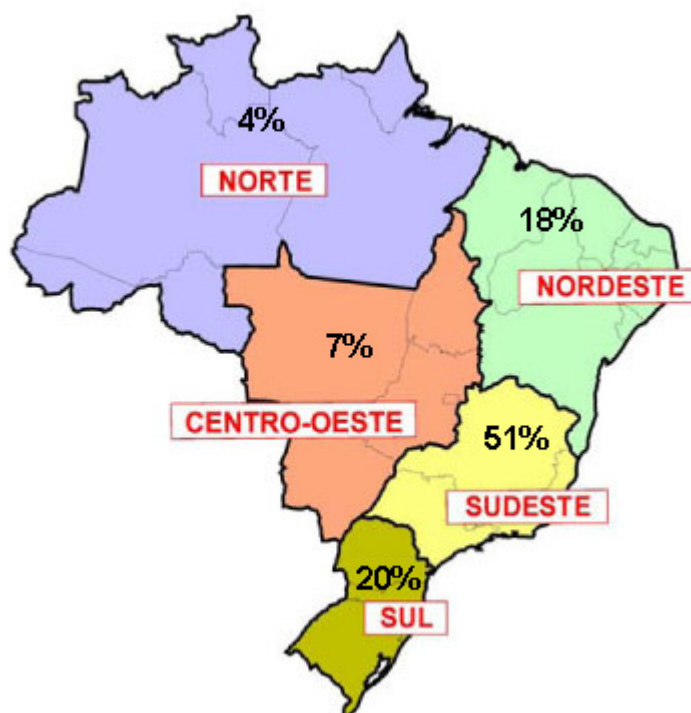
Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2010d)

Gráfico 4 – Distribuição de programas de pós-graduação por status jurídico/dependência administrativa das IES, na Avaliação Trienal 2010



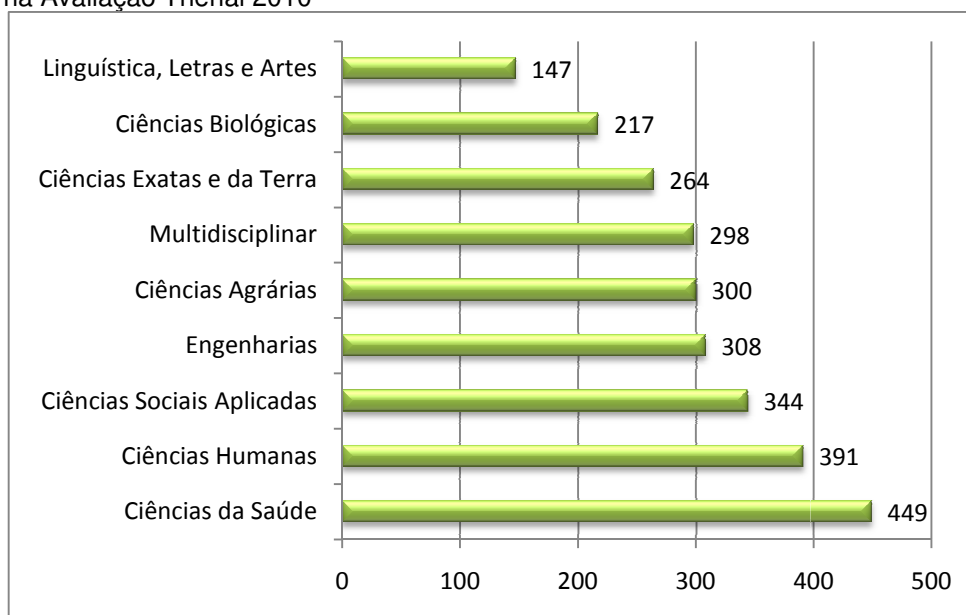
Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2010d)

Figura 1 – Distribuição dos programas de pós-graduação por região, na Avaliação Trienal 2010



Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2010d)

Gráfico 5 – Distribuição de programas de pós-graduação por grande área do conhecimento, na Avaliação Trienal 2010



Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2010d)

Quanto às notas obtidas dos programas avaliados na última Avaliação Trienal 2010 dos programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, realizada pela

CAPES, referente ao triênio 2007-2009, os resultados mostram que dos 2.718 programas avaliados 31,6% receberam *nota 3*; 33,9% *nota 4* e 20,5% *nota 5*. As *notas 6 e 7* indicam desempenho de referência e de inserção internacional, sendo que 7,5% dos programas receberam *nota 6* e 4,3% *nota 7*. Os programas com *notas 1 e 2*, 0,2% e 2,0%, respectivamente (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2010d).

Com referência à pós-graduação na Amazônia por muito tempo “a região foi colocada à margem do planejamento e do desenvolvimento nacional [...] quer seja pela falta de coragem para enfrentar o problema quer seja pelo volume de recursos necessários até para uma abordagem mais superficial” (VAL; GUIMARÃES, 2005). Porém, os autores analisam um cenário promissor para a pesquisa e a pós-graduação na Amazônia. Enfatizam as ações que estão inseridas nesse novo cenário

[...] a implantação de novos programas de pós-graduação em diferentes instituições da região, o estímulo à solidariedade entre os programas de pós-graduação excelentes do país e os programas emergentes, as ações no âmbito dos fundos setoriais, o Programa Acelera Amazônia que prevê um fundo para apoio à mobilidade de pessoal, a disposição de vários atores em defender a fixação de recursos humanos na Amazônia, a instalação e as atividades positivas de várias FAPs na região Norte [...] (VAL; GUIMARÃES, 2005, p. 2).

A região Norte possui 121 programas de pós-graduação conforme demonstra a Tabela 1, totalizando 157 cursos, conforme dados do relatório trienal 2010.

Tabela 1 – Distribuição de programas de pós-graduação na região Norte, 2009

Estado	Nível programa				Total
	M	M/D	MP	D	
Amazonas	26	15	4		45
Pará	29	18	2	2	51
Amapá	2	1			3
Acre	5				5
Rondônia	5	1			6
Roraima	4				4
Tocantins	5	1	1		7
Total	76	36	7	2	121

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2010d)

Esse relatório trienal aponta que a pós-graduação brasileira “continua com uma forte taxa de crescimento” (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE

PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2010d, p. 8). Embora o relatório revele que o maior crescimento do número de cursos avaliados ocorreu na região Norte, 35,3% em relação às outras regiões – Nordeste (31,3%), Sudeste (14,9%), Sul (24,2) e Centro-Oeste (29,8%) – observa-se que é a região com o menor número de cursos (157), a região Centro-Oeste possui 270, a região Nordeste, 672, a região Sul, 810 e a região Sudeste, 2.190.

Outros dados são evidentes e as desigualdades regionais ainda estão presentes até hoje, quando se nota que a formação de mestres e doutores na região ainda é insuficiente considerando a necessidade de ser produzido conhecimento na própria região.

As diferenças entre as regiões do país podem ser observadas pelo número de discentes matriculados e titulados por região, ao final do ano de 2009 (Tabela 2). A região Sudeste concentrava 92.591 (57,5%) discentes matriculados e a região Norte 5.148, representando um percentual de apenas 3,2% de alunos matriculados. Em relação aos titulados a relação é quase a mesma, 57% para o Sudeste e 3,1% para o Norte.

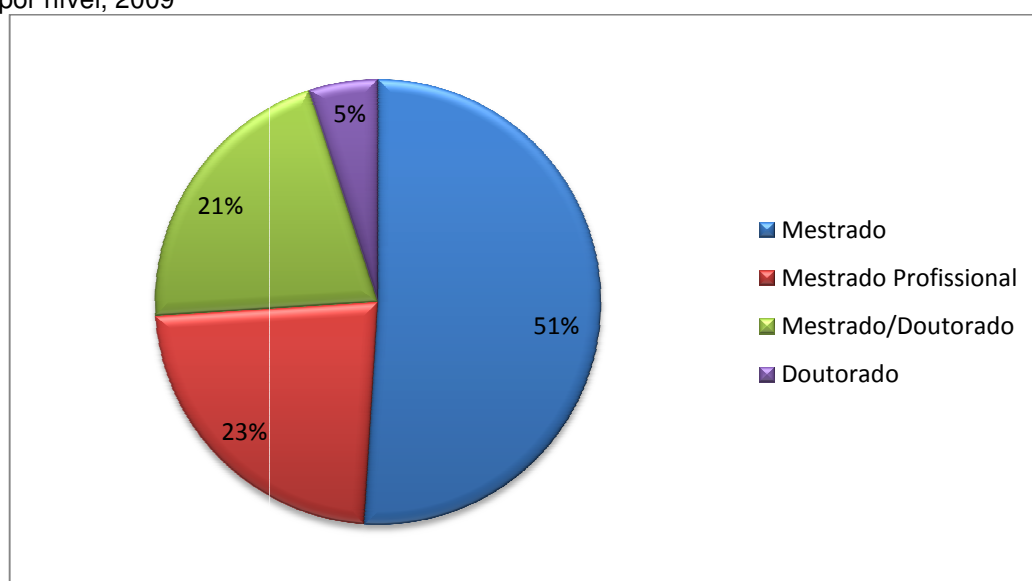
Tabela 2 – Total de alunos matriculados e titulados na pós-graduação *stricto sensu* por região, 2009

Região	Alunos			
	Matriculados	%	Titulados	%
Centro-Oeste	9.487	5,9	3.173	6,3
Nordeste	24.233	15,0	7.342	14,6
Norte	5.148	3,2	1.537	3,1
Sudeste	92.591	57,5	28.601	57,0
Sul	29.609	18,4	9.503	19,0
Total	161.068	100,0	50.156	100,0

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2010d)

Quando se analisa a **Grande Área Multidisciplinar**,²⁵ que representa 11% do total de programas de pós-graduação no Brasil, fica evidente o abrupto crescimento nessa área ocorrido entre 1998 e 2009, considerado inclusive pelo Documento de Área (2007) a que mais cresceu na CAPES. Em 1998, existiam 36 programas; em 2009 concentra 298 programas e especificamente, a área Interdisciplinar 205, incluídos o Mestrado Acadêmico (M), Doutorado (D), Mestrado Profissional (F) e o Mestrado Acadêmico/Doutorado (M/D) demonstrados no Gráfico 6.²⁶

Gráfico 6 – Distribuição de programas de pós-graduação *stricto sensu* na área interdisciplinar, por nível, 2009



Fonte: GeoCapes, 2011

O número de programas das demais áreas é: Ensino de Ciências e Matemática (55); Biotecnologia (23); Materiais (15).

Em relação às notas obtidas pelos programas na avaliação trienal 2010, a área Interdisciplinar aponta para os seguintes resultados: 50,7% obtiveram nota 3;

²⁵ A configuração original da Tabela de Áreas de Conhecimento do CNPq foi alterada pela CAPES, em 23 de janeiro de 2008, por meio da Portaria nº 9, após a decisão do Conselho Superior em sua 44ª reunião, de 5 de dezembro de 2007, em seu âmbito, criando a **Grande Área Multidisciplinar** e, dentro dela as áreas Interdisciplinar, Ensino de Ciências e Matemática, Materiais e Biotecnologia. Além disso, a Capes criou dentro da área Interdisciplinar quatro subáreas: Meio Ambiente e Agrárias; Engenharia, Tecnologia e Gestão; Saúde e Biológicas; Sociais e Humanidades. Essa decisão foi justificada pela necessidade de organizar o processo de avaliação e fomento realizado pela CAPES, uma vez que é a partir da configuração da Tabela de Áreas de Conhecimento que são organizadas as Áreas de Avaliação.

²⁶ Dados extraídos da base GeoCapes, indicador Distribuição de programas de pós-graduação, ano 2009, nota: todas, visão analítica, área de avaliação. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em: 2 ago. 2011.

29,8 nota 4; 9,3% nota 5 e somente 2,4 nota 6. Observou-se que 7,3% dos programas obtiveram nota 2 e 0,5% nota 1.

Dos 121 programas de pós-graduação existentes na região Norte, 20 programas correspondem à área interdisciplinar (16,5%) conforme demonstra o Quadro 4 e estão concentrados nos estados do: Acre (2), Amapá (2), Amazonas (4), Pará (6), Roraima (2), Rondônia (2) e Tocantins (2). Desses, 11 são em nível de mestrado acadêmico, quatro em nível de mestrado/doutorado e cinco de mestrado profissional. No Pará, quatro estão sediados em instituição federal de ensino superior, sendo três na UFPA e um pertencente à mais nova universidade da região, a UFOPA; um em uma universidade estadual e um em uma universidade particular. Os cursos da região em níveis de mestrado/doutorado dois estão na UFPA e dois na UFAM.

Quadro 4 – Cursos e programas de Mestrado Acadêmico, Mestrado Profissional e Doutorado na grande área Multidisciplinar, **área Interdisciplinar**: ano de início e notas na Avaliação Trienal 2010, na região Norte

Unidade da Federação (UF)	Instituição de Ensino Superior (IES)	Programa	Mestrado Acadêmico		Mestrado/Doutorado		Mestrado Profissional	
			Ano de Início	Nota Avaliação Trienal, 2010*	Ano de Início	Nota Avaliação Trienal, 2010*	Ano de Início	Nota Avaliação Trienal, 2010*
ACRE	Universidade Federal do Acre (UFAC)	Desenvolvimento Regional	2006	3	-	-	-	-
		Ciência, Inovação e Tecnologia para a Amazônia	-	3	-	-	-	-
AMAPÁ	Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	Ciências da Saúde	2009	3	-	-	-	-
		Direito Ambiental e Políticas Públicas	2006	3	-	-	-	-
AMAZONAS	Universidade Estadual do Amazonas (UEA)	Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos	-	-	-	-	-	3
	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia	2000	4	-	4	-	-
		Saúde, Sociedade e Endemias na Amazônia	2005	4	-	-	-	-
		Sociedade e Cultura na Amazônia	1998	4	2008	4	-	-
PARÁ	Universidade da Amazônia (UNAMA)	Comunicação, Linguagens e Cultura	2009	3	-	-	-	-
	Universidade Estadual do Pará (UEPA)	Ciências Ambientais	-	3	-	-	-	-
	Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)	Recursos Naturais da Amazônia	2009	3	-	-	-	-
	Universidade Federal do Pará (UFPA)	Ciências Ambientais	2005	4	2010	4	-	-
		Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido	1977	5	1994	5	-	-
		Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia	-	-	-	-	2008	3
RORAIMA	Universidade Federal de Roraima (UFRR)	Ciências da Saúde	-	-	-	-	2010	3
		Recursos Naturais	2004	3	-	-	-	-
RONDÔNIA	Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente	1999	4	-	-	-	-
		Ensino em Ciências da Saúde	-	-	-	-	-	3
TOCANTINS	Universidade Federal do Tocantins (UFT)	Ciências da Saúde	-	-	-	-	2007	3
		Ciências do Ambiente	2003	3	-	-	-	-

Fonte: Relatório de Divulgação dos Resultados Finais da Avaliação Trienal 2010 e Planilhas Comparativas da Avaliação Trienal 2010 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em: 16 maio 2011. *Websites* das IES.

Nota: *Nota na avaliação da CAPES referente ao triênio 2007/2009.

A Coordenação de Área Interdisciplinar (CAInter) da CAPES, criada em 1999, anteriormente denominada Comissão de Área Multidisciplinar (CAM) é a responsável pela “discussão sobre a caracterização de propostas multi e interdisciplinares e o estabelecimento de referenciais e indicadores, tanto qualitativos quanto quantitativos, a serem adotados no processo de avaliação” (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2010a, p. 1). Essa Coordenação realizou quatro avaliações trienais: 2001 (1998-2000), 2004 (2001-2003), 2007 (2004-2006) e a última 2010 (2007-2009).²⁷

Para facilitar o processo de avaliação na área interdisciplinar em razão do número elevado de cursos e programas abrigados na CAlnter os trabalhos são organizados em quatro câmaras temáticas: CAlnter I: Meio Ambiente & Agrárias; CAlnter II: Sociais & Humanidades; CAlnter III: Engenharia, Tecnologia & Gestão; CAlnter IV: Saúde & Biológicas. O programa do NAEA está inserido na CAlnter: Meio Ambiente e Agrárias.

O PPGDSTU do NAEA, credenciado na área Interdisciplinar,²⁸ o mais antigo da região, é um dos pioneiros no país na grande área multidisciplinar, pois foi implantado o mestrado em 1977 e o doutorado em 1994, já concebido com essa abordagem. A Comissão de Avaliação do triênio 2010, na Ficha de Avaliação do Programa corrobora essa afirmativa quando registra que

[...] o Programa é um dos mais antigos do país, criado com apoio da UNESCO e posteriormente da UNAMAZ, tendo o curso de mestrado completado 36 anos e o de doutorado 20 anos em 2009. Portanto, estando ambos plenamente consolidados e são reconhecidamente de referência na região amazônica e internacionalmente de referência sobre a Amazônia (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2010b, p. 1).

²⁷ Os documentos de área de avaliação estão disponíveis no *site* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2001a, 2004a, 2007a, 2010a). Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em: 16 maio 2011. Ver *links* específicos.

²⁸ O documento de área de avaliação Interdisciplinar, 2010 ressalta a interdisciplinaridade como um desafio para o avanço da ciência e tecnologia e entende ser “multidisciplinaridade o estudo que agrega diferentes áreas do conhecimento em torno de um ou mais temas, no qual cada área ainda preserva sua metodologia e independência”. E entende por “interdisciplinaridade a convergência de duas ou mais áreas do conhecimento, não pertencentes à mesma classe, que contribua para o avanço das fronteiras da ciência e tecnologia, transfira métodos de uma área para outra, gerando novos conhecimentos ou disciplinas e faça surgir um novo profissional com um perfil distinto dos existentes, com formação básica sólida e integradora” (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2010a, p. 7).

A partir de 1998 os cursos de mestrado e doutorado do NAEA²⁹ foram avaliados conjuntamente, pois foi uma das mudanças ocorridas no processo de avaliação nesse ano, conforme mencionado anteriormente.

O programa é avaliado pela CAInter e conforme o documento da área interdisciplinar de 2010 um programa nessa área caracteriza-se por:

Contar com corpo docente disposto a abrir as fronteiras do conhecimento, com experiência, competência e produtividade nas respectivas especialidades; conter proposta integradora, com poucas áreas de concentração, caracterizadas por objetivos focalizados; corpo docente, com formação disciplinar diversificada, porém coerente com as áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa integradores, dispostos a ampliar a base do conhecimento fora de suas respectivas áreas de especialização, visando a aprofundar processos de cooperação produtivos; estrutura curricular apropriada à formação de alunos, sólida e integradora, constituída por um conjunto de disciplinas coerentes com as áreas de concentração, evidenciando a construção de linhas de pesquisa fundamentadas; formar profissionais com um perfil inovador; e promover a emergência de novas áreas do saber, o desenvolvimento e a inserção social do conhecimento produzido (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2010a, p. 8)

Com relação aos critérios de avaliação, o programa do NAEA obedece a um instrumento de registro, a Ficha de Avaliação, que é comum a todos os outros cursos e programas, entretanto ela varia de acordo com as diversas áreas do conhecimento. Essa ficha está estruturada em quesitos e itens onde para cada um são atribuídos diferentes pesos.

Na área interdisciplinar, esses critérios são fixados pela CAInter e na avaliação trienal 2010 eles estão centrados nos quesitos referentes à proposta do programa; ao corpo docente; corpo discente, teses e dissertações; à produção intelectual e inserção social. Cabe ressaltar que os quesitos predominantes na avaliação são: produção intelectual, corpo docente e corpo discente.

Percebe-se que todos os quesitos são avaliados de forma quantitativa e qualitativa sendo incluído um texto com a apreciação da Comissão.

O quesito inserção social é mais qualitativo, destacando informações sobre inserção e impacto regional e/ou nacional do programa, integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento

²⁹ O PLADES foi credenciado pela CAPES em 1984, na área de Ciências Sociais com o conceito B de acordo com a escala de classificação de programas de pós-graduação vigente nessa época. Na avaliação do biênio 1985-1986 recebe o conceito B+ e posteriormente A, ocupando o primeiro lugar entre todos os cursos de mestrado em sua área no país (OLIVEIRA, 2001).

da pesquisa e da pós-graduação e a visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação.

É válido ressaltar o desempenho do programa do NAEA nas últimas quatro avaliações. Na avaliação do triênio 1998-2000 obteve o conceito 4 referente ao Mestrado e 4 ao Doutorado, pois os cursos foram avaliados separadamente. A Comissão recomenda para o mestrado a diversificação dos veículos de divulgação da produção intelectual; constituir grupos de pesquisa interdisciplinares; reestruturar a proposta do programa para conferir maior equilíbrio às suas áreas de concentração (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2001b, p. 4). Para o doutorado um maior foco na área de ecologia, que serve de base biológica ao uso de recursos naturais no processo de desenvolvimento sustentável proposto; maior interação com os programas de graduação e a disseminação da produção intelectual em periódicos de circulação internacional e nacional (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2001c, p. 4).

Na avaliação trienal seguinte, 2001-2003 obtém a nota 5 e conforme registrado na síntese evolutiva da ficha de avaliação do programa “mostrou nítida evolução se comparando ao último triênio (1998-2000) e aos anos de avaliação continuada de 2001 e 2002, sobretudo nos quesitos corpo docente e produção intelectual” (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2004b, p. 4). Outros comentários são feitos e válidos de registro como: é um programa já consolidado, com tradição na região da Pan-Amazônia; o corpo docente possui formação qualificada, a proposta é bem construída.

Na avaliação 2004-2006 permanece com a mesma nota, recebeu “Muito Bom” em todos os quesitos, exceto no quesito Corpo Discente, Teses e Dissertações com o conceito “Bom” e dentre as razões estão o tempo médio de titulação de mestrandos e doutorandos ser um pouco alto e pouca participação do corpo discente como coautores de publicações. Conclui na apreciação que o “programa manteve-se estável” (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2007b, p. 4).

O programa do NAEA, em sua última avaliação (2007-2009), recebeu o atributo “Muito Bom” em todos os quesitos – proposta do programa, corpo docente; corpo discente, teses e dissertações; produção intelectual e inserção social – correspondendo à nota 5, a qual é atribuída para os programas que contemplam

mestrado e doutorado, porém com alto nível de desempenho e reconhecimento internacional. Revela então, que ao longo dos anos apresentou melhorias no desempenho, a consolidação de sua trajetória e comparando as notas obtidas pelos programas da região Norte constata-se que é a maior em relação aos demais.

Tanto o mestrado como o doutorado estão consolidados na região e tem referência na região amazônica. O programa tem identidade própria e é bastante conhecido. Existe produção bibliográfica relevante, com participação de discentes como coautores. Mas, não apresentou melhorias suficientes que justifiquem mudança de nota para um conceito mais alto (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2010b, p. 5).

A comissão de avaliação desse período no quesito inserção social elogia a iniciativa do NAEA na oferta de um Doutorado Interinstitucional (DINTER) com a UNIFAP e registra que novos DINTER com a UFMT e UFRR estão em fase de negociação. Cabe destacar que as modalidades MINTER (Mestrado Interinstitucional) e DINTER foram criadas pela CAPES com o objetivo de formar recursos humanos em instituições receptoras por meio de cursos de pós-graduação ofertados por programas consolidados e reconhecidos como forma de reduzir as assimetrias inter e intrarregionais constatadas na pós-graduação do país.

Para melhorias no desempenho do programa a comissão de avaliação desse triênio sugere: revisar as áreas de concentração e as linhas de pesquisa; melhorar a distribuição das atividades docentes, rever o número de docentes permanentes; buscar atrair mais docentes da linha de concentração Gestão Ambiental e Manejo de Ecossistemas; estimular a produção intelectual discente; definir melhor a natureza dos projetos; incluir mais discentes nas equipes de pesquisas; rever as disciplinas e atualizar a bibliografia de apoio.

Dessa forma, por toda a análise realizada o NAEA por meio do seu Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* vem desempenhando um importante papel na região Amazônica e nos países da Pan-Amazônia no que concerne à capacitação de recursos humanos e na fixação de pessoal qualificado na região visando ao desenvolvimento regional e sustentável.

4.2 OS EGRESSOS DO NAEA, MESTRES E DOUTORES

Com relação aos egressos dos programas de pós-graduação, desde os anos 1980 que autores têm se dedicado a pesquisar sobre o destino profissional de mestres e doutores no país, porém os dados revelam uma situação bem diferente em relação aos anos 1990 e 2000. Nos anos 1980 destaca-se a pesquisa de Spagnolo e Gunther (1986) que buscou dados de titulados em diversas áreas do conhecimento formados no país e no exterior e que atuavam no Brasil. Nessa época 40% dos doutores que atuavam no país haviam se formado no exterior. A partir de 1996 menos de 20% fizeram o doutorado fora do Brasil.

A CAPES vem desenvolvendo pesquisas, em convênio com a UNESCO, desde fins de 1998 sobre a relação entre a formação acadêmica obtida nos programas de pós-graduação nacional e o trabalho realizado pelos seus egressos, com o intuito de conhecer de forma mais precisa o destino dos egressos dos programas de mestrado e doutorado, bem como oferecer subsídios para o aperfeiçoamento da pós-graduação brasileira (VELLOSO, 2002b). Um importante estudo foi publicado em 2002 e abrangeu as áreas de: Administração, Agronomia, Bioquímica, Clínica Médica, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Física, Química e Sociologia.

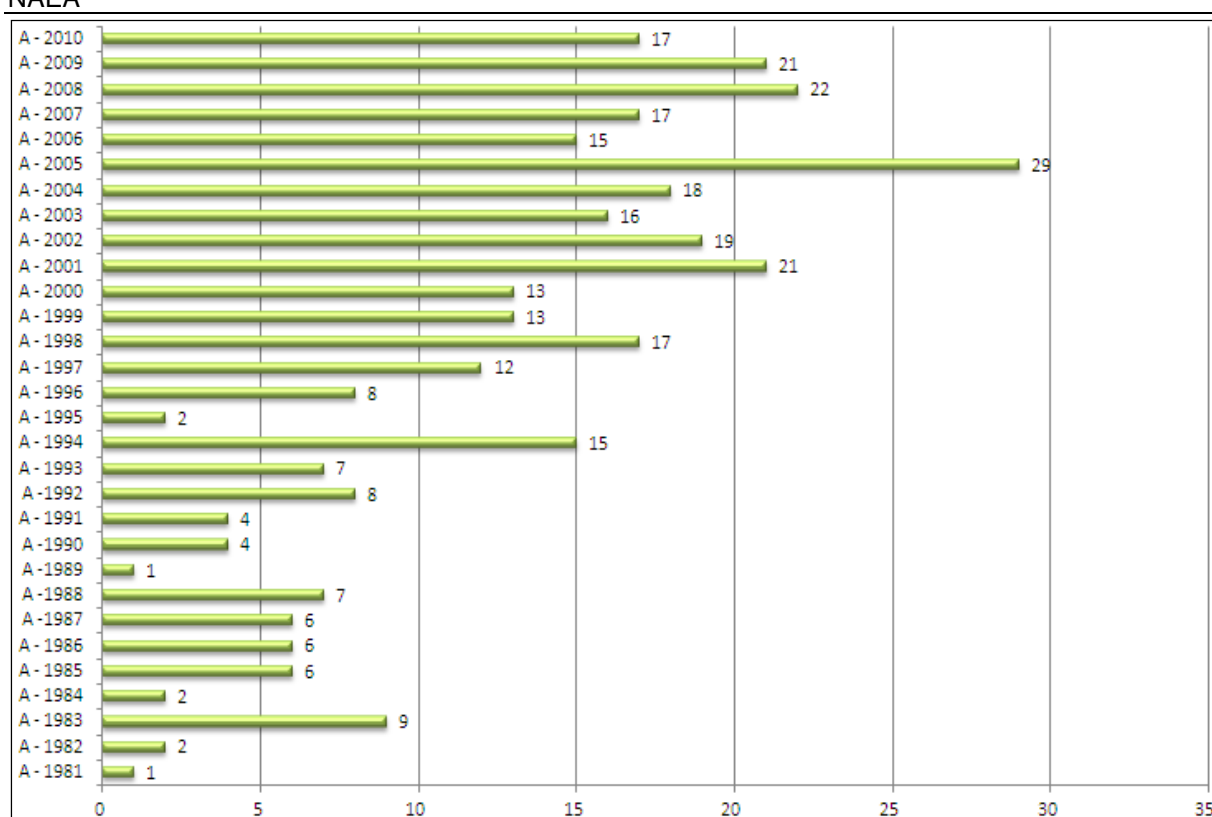
No mesmo ano de 2002, outro estudo abrangeu programas de doutorado de excelência acadêmica em quatro áreas do conhecimento: Bioquímica, Engenharia Elétrica, Física e Química que receberam conceitos 6 e 7 na avaliação da pós-graduação referente ao triênio 1996-1998. Este estudo permitiu comparar trajetórias e atuações acadêmicas dos docentes desses programas buscando compreender a formação desses cientistas e suas experiências profissionais no Brasil e no exterior (VELLOSO, 2002a).

Para investigar o perfil dos egressos do NAEA foram levantados dados de 471 egressos, sendo 338 mestres titulados a partir de 1981³⁰ e 133 doutores, a partir de 1999, ambos os anos do primeiro titulado, até 2010, conforme mostra os Gráficos

³⁰ Existem contradições quanto ao número de mestres titulados em relação aos anos de defesa. Várias fontes foram consultadas como Catálogos de Dissertações e Teses do NAEA, dos anos de 2000 e 2008, catálogo *online* do Sistema de Bibliotecas da UFPA – Pergamum, base de dados *Currículo Lattes* do CNPq, Banco de Teses da CAPES, bem como a secretaria do Programa. Após conferências e comparações exaustivas buscou-se ser o mais fiel possível no registro das informações. Considerou-se a data da defesa.

7 e 8. Cabe esclarecer que na base de dados *Currículo Lattes* estavam disponíveis 283 (84%) currículos dos mestres de onde foram obtidas informações completas. Em contrapartida, as informações referentes aos 55 mestres (16%) foram coletadas, em uma primeira pesquisa, em fontes como o Google.³¹ A partir desses dados, foram consultados outros *sites* como, por exemplo, de instituições com o intuito de obter mais informações e confirmá-las. Com relação aos doutores atingiu-se 100% dos resultados na base *Currículo Lattes*.

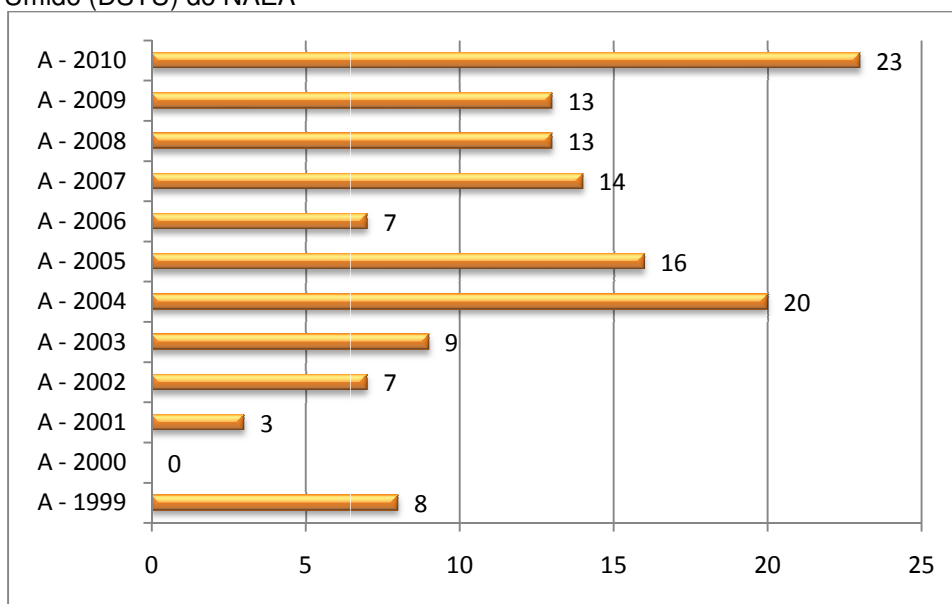
Gráfico 7 – Quantidade de titulados no Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES) do NAEA



Fonte: Catálogos de Dissertações e Teses do NAEA, dos anos de 2000 e 2008; catálogo *online* do Sistema de Bibliotecas da UFPA – Pergamum; base de dados *Currículo Lattes* do CNPq; Banco de Teses da Capes; secretaria do PPGDSTU.

³¹ Google. Disponível em: <<http://www.google.com.br>>. Acesso em: 12 jul. 2011.

Gráfico 8 – Quantidade de titulados no Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (DSTU) do NAEA



Fonte: Catálogos de Dissertações e Teses do NAEA, dos anos de 2000 e 2008; catálogo *online* do Sistema de Bibliotecas da UFPA – Pergamum; base de dados *Currículo Lattes* do CNPq; Banco de Teses da Capes; secretaria do PPGDSTU.

Para melhor compreender o perfil dos egressos do PPGDSTU do NAEA (Apêndices A e B) algumas questões relevantes foram formuladas para o fim proposto como: Qual a formação acadêmica dos egressos do NAEA? Ou seja, em que área do conhecimento os mestres e doutores fizeram seus estudos na graduação como forma de demonstrar assim a concentração de algumas áreas.

Buscou-se conhecer o gênero dos titulados, ou seja, se existe sexo predominante. Foi analisada também a especialização do destino dos egressos, para assim verificar se os mesmos estão fixados na região.

Quanto à atuação de mestres e doutores do Programa de Pós-Graduação do NAEA, é importante considerar algumas características relevantes dos titulados concernentes às funções que estão desempenhando atualmente, se exercem funções estratégicas contribuindo assim para o desenvolvimento da região. Onde atuam os mestres e doutores formados pelo NAEA? Após a titulação, atuam na docência e pesquisa universitárias? Foram absorvidos por empresas, pela administração e serviços públicos? Então, verificou-se onde os egressos do NAEA estão atuando: na administração pública, em instituição de ensino superior (IES), em instituto de pesquisa, instituição de assessoria e ou de promoção social (como as ONGs), entre outras. Exerce função docente? Em relação aos docentes de ensino superior, em sua principal atividade, foi analisada se atuam em universidades ou em

outro tipo de instituição como: centro universitário, faculdade, instituto federal de educação, ciência e tecnologia. Identificou-se também a dependência administrativa da universidade (federal, estadual e particular).

Evidencia-se então, a análise dos dados das questões enunciadas a seguir.

4.2.1 Formação acadêmica

Os cursos de formação dos mestres e doutores foram agregados nas oito áreas da Tabela de Áreas do Conhecimento³² do CNPq que são: Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas; Engenharias; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas; Linguística, Letras e Artes. Além dessas, a tabela engloba a área Outros onde está inserida a área de Ciências Ambientais.

Os mestres do programa são provenientes de diversas áreas. Essa heterogeneidade de formação graduada explica-se pela própria multidisciplinaridade do programa do NAEA.

O número de mestres titulados no PLADES soma 338 até 2010 e em sua formação acadêmica aparecem 33 cursos de graduação. O maior número de mestres está presente na área de Ciências Sociais Aplicadas representada por nove cursos: Ciências Econômicas (82), Serviço Social (25), Administração (19), Comunicação Social (17), Arquitetura e Urbanismo (10), Turismo (10), Ciências Jurídicas (6), Ciências Contábeis (4), Biblioteconomia (1) com 174 titulados. A área de Ciências Humanas está representada por oito Cursos: de Ciências Sociais (48), Geografia (24), História (21), Pedagogia (15), Psicologia (4), Ciência Política (3), Filosofia (2), Teologia (1) com 118 titulados. Em seguida a área de Ciências Agrárias, pelos cursos Engenharia Agrônômica (14), Agronomia (9), Engenharia Florestal (3) com 26 titulados; a área de Ciências da Saúde, pelos cursos de Medicina (2), Nutrição (2), Farmácia (1), Odontologia (1) com 6 titulados; a área de Ciências Biológicas, pelo curso de Ciências Biológicas (5) com 5 titulados; Ciências

³²A Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq está disponível em: <<http://www.cnpq.br/areasconhecimento/index.htm>>. Encontra-se também, no *site* do CNPq uma proposta para discussão, versão preliminar da Nova Tabela das Áreas do Conhecimento, do ano de 2005. Disponível em: <http://www.cnpq.br/areasconhecimento/docs/cee-areas_do_conhecimento.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2011.

Exatas e da Terra, pelos cursos de Estatística (1), Matemática (1), Processamento de Dados (1) com 3 titulados; Engenharias, pelos cursos de Engenharia Civil (2) e Ciências Náuticas (1) com 3 titulados; Linguística, Letras e Artes, pelos cursos de Arte Dramática (1) e Letras (1) com 2 titulados; Outros, Estudos Ambientais (1).

Entre os doutores, a diversidade de origem na graduação é semelhante ao que ocorre com os mestres.

O número de doutores titulados no PPGDSTU soma 133. Estão presentes 26 cursos na formação acadêmica dos doutores. O maior número de doutores está presente na área de Ciências Sociais Aplicadas representada por seis cursos: Ciências Econômicas (16), Comunicação Social (10), Administração (7), Arquitetura e Urbanismo (4), Ciências Jurídicas (5), Turismo (4) com 46 titulados. Segue a área de Ciências Humanas, representada por cinco Cursos: de Ciências Sociais (14); História (11); Pedagogia (5), Geografia (4), Psicologia (4) 38 titulados. Em seguida a área de Ciências Agrárias, pelos cursos Engenharia Florestal (5), Agronomia (6), Engenharia Agrônoma (2) 13 titulados; a área de Ciências Biológicas, pelos cursos de Ciências Biológicas (11), Biomedicina (1) 12 titulados; Ciências da Saúde, pelos cursos de Enfermagem (5), Farmácia (2), Medicina (1), Nutrição (1), Educação Física (1) 10 titulados; Ciências Exatas e da Terra, pelos cursos de Geologia (5), Matemática (2), Processamento de Dados (1) 8 titulados; Engenharias, pelo curso de Engenharia Civil (5) e Engenharia Química (1) 6 titulados.

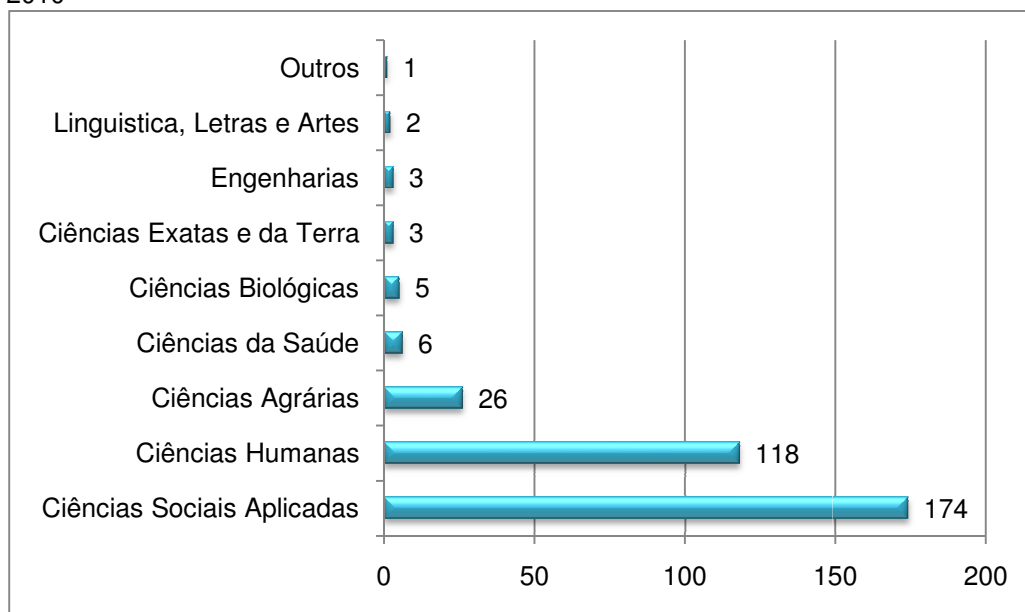
Observa-se que mais da metade dos mestres (174) com o percentual de 51,5% estão concentrados somente na área de Ciências Sociais Aplicadas sendo predominante o Curso de Ciências Econômicas com 82 egressos. Em seguida, aparece o curso de Ciências Sociais da área de Ciências Humanas com 48 egressos. Note-se ainda um índice muito elevado de convergência para essas duas áreas em relação às outras, de 86% e somente 14% nas demais sete áreas. Certamente isso acontece pelo atrativo por duas das áreas de concentração que focam nos aspectos econômicos e sociais do desenvolvimento regional e sustentável.

Com relação aos doutores verifica-se que 63% são oriundos também, das áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas e 37% para todas as demais áreas. No entanto, a diferença entre os dois cursos dessas áreas, de Ciências Econômicas (16) e Ciências Sociais (14) é apenas de dois. Percebe-se

também, que há um predomínio nos cursos de Ciências Biológicas (11) e de História (11).

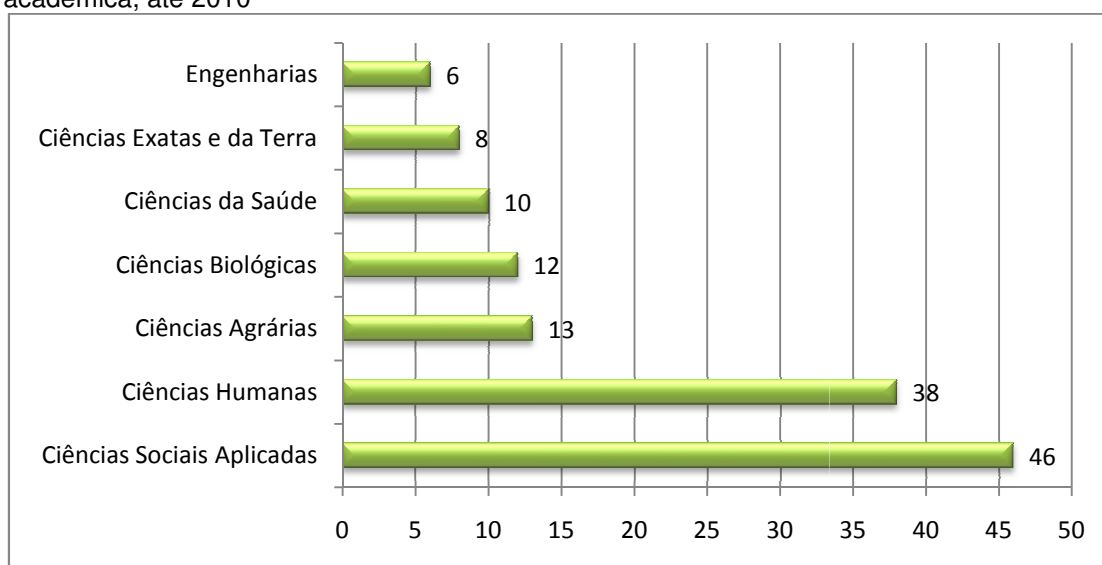
Os Gráficos 9 e 10 ilustram essa predominância e as demais áreas de conhecimento.

Gráfico 9 – Quantidade de titulados no Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES), do NAEA, por área de conhecimento, com relação à formação acadêmica, até 2010



Fonte: Base de dados *Currículo Lattes* do CNPq e outras fontes na internet como, por exemplo, o Google, 2011.

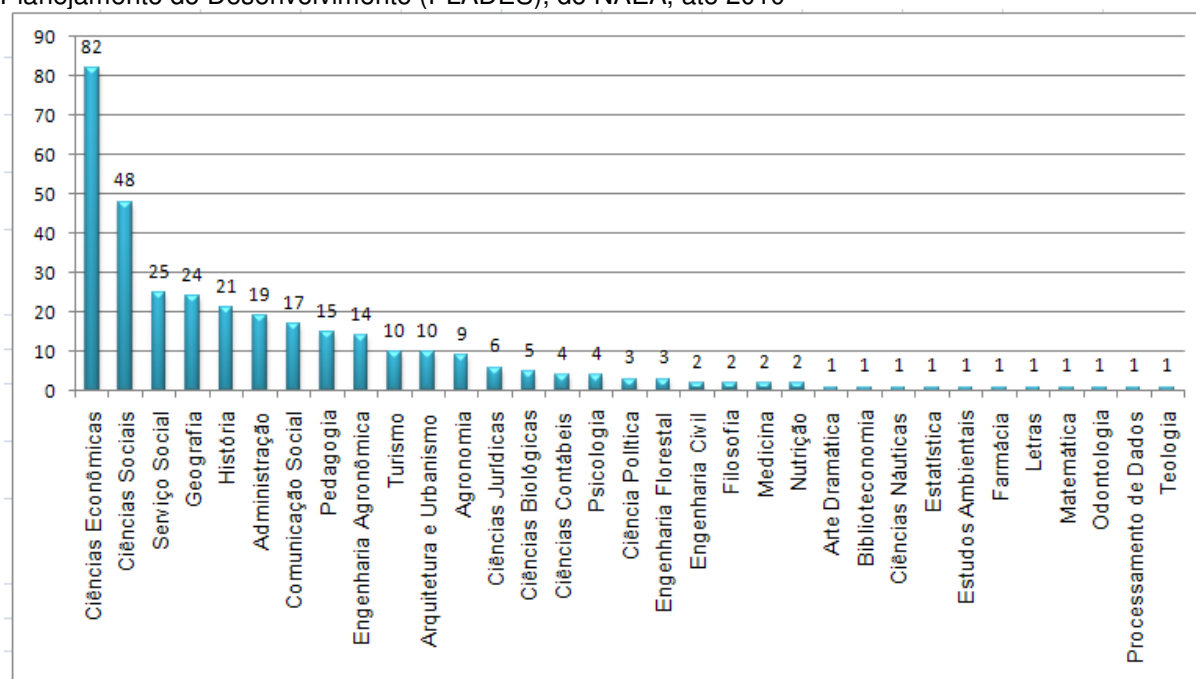
Gráfico 10 – Quantidade de titulados no Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (DSTU), do NAEA, por área de conhecimento, com relação à formação acadêmica, até 2010



Fonte: Base de dados *Currículo Lattes* do CNPq, 2011.

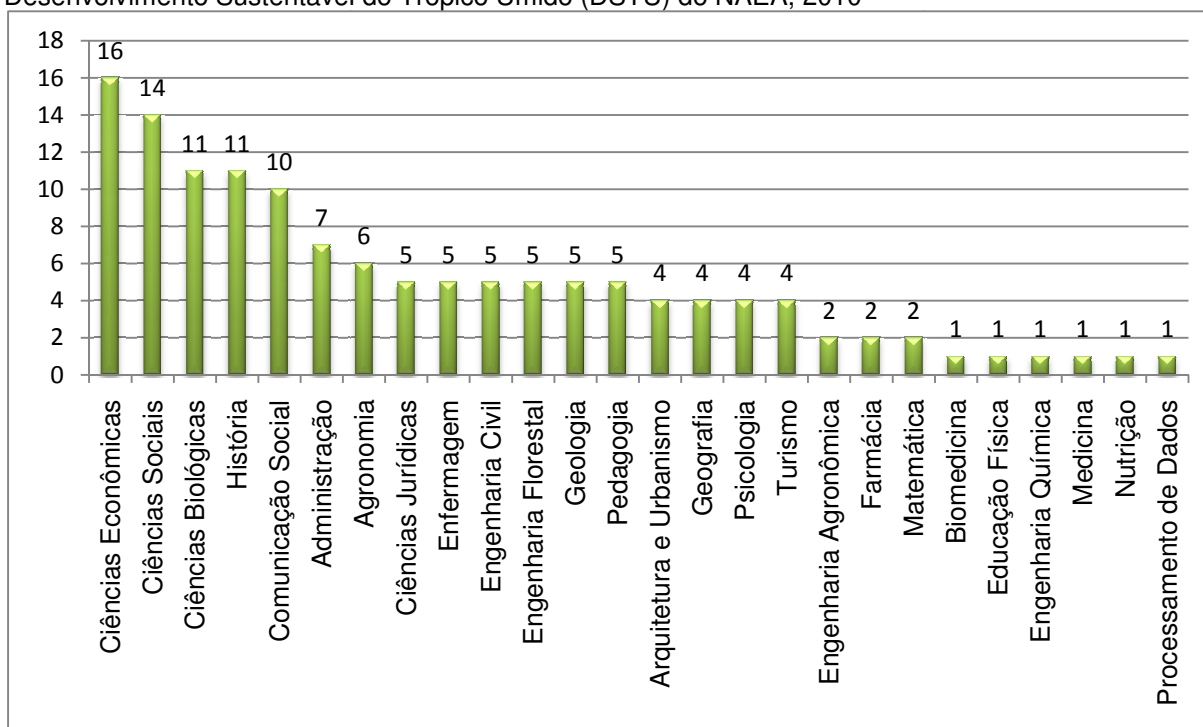
Os Gráficos 11 e 12 demonstram que foram identificados 33 cursos de graduação dos egressos do mestrado (338) e 26 cursos dos egressos do doutorado (133).

Gráfico 11 – Formação acadêmica / cursos de graduação dos egressos do Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES), do NAEA, até 2010



Fonte: Base de dados *Currículo Lattes* do CNPq e outras fontes na internet como, por exemplo, o Google, 2011.

Gráfico 12 – Formação acadêmica / cursos de graduação dos egressos do Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (DSTU) do NAEA, 2010



Fonte: Base de dados *Currículo Lattes* do CNPq, 2011.

4.2.2 Gênero

Em relação ao gênero dos titulados, entre os mestres e os doutores, percebe-se quase um equilíbrio. Entre os mestres o número de homens é de 185 e o de mulheres 153, do total de 338 titulados. Entre os doutores constata-se também essa aproximada proporção no número de homens (73) e mulheres (60) em relação aos egressos de mestrado e de doutorado, do total de 133.

Entre os egressos de mestrado, no período de 1981 a 2010, verificou-se que a proporção de homens é 5% maior em relação às mulheres. E entre os egressos de doutorado, no período de 1999 a 2010, observou-se que a proporção de homens é 10% maior em relação às mulheres.

4.2.3 Espacialização do destino dos egressos

Cabe salientar que foi verificada a localidade de atuação dos egressos, com o objetivo de averiguar se os mesmos estão fixados na região.

Analisando os dados sobre o destino dos mestres, observa-se que 82% estão concentrados na região Norte, sendo que 94% dos egressos estão atuando no estado do Pará e somente 6% em outros estados. 16% dos egressos estão concentrados em outras regiões. Seis alunos estrangeiros (2%), sendo quatro da Colômbia, um do Suriname e um do Equador retornaram aos seus países conforme demonstra a Tabela 3.

Tabela 3 – Destino dos mestres do PLADES

Ano da defesa	Regiões do país											Outros Países	Nº de Egresso s
	Região Norte							Nordeste	Centro- Oeste	Sudeste	Sul		
	A C	A M	A P	P A	R O	R R	T O						
1981	1	-	-	-	-	-	-						1
1982	-	-	-	2	-	-	-						2
1983	1	1		5					1			1 Colômbia	9
1984				2									2
1985				4				1	1				6
1986				2	1			1				2 Colômbia	6
1987				5							1		6
1988				5				1	1				7
1989				1									1
1990				4									4
1991				4									4
1992				6						1	1		8
1993				6				1					7
1994		1		11				2				1 Colômbia	15
1995				1						1			2
1996				7		1							8
1997		2		7							2	1 Suriname	12
1998				16						1			17
1999		1		10				1	1				13
2000				13									13
2001		1		17					1	2			21
2002			2	14				1		2			19
2003				13					2		1		16
2004		2		14		1				1			18
2005				16				13					29
2006		1		9				4				1 Equador	15
2007			1	15				1					17
2008				19				1		1	1		22
2009				20							1		21
2010				14				1	1	1			17
Total	2	9	3	262	1	2		28	8	10	7	6	338

Fonte: Base de dados *Currículo Lattes* do CNPq e outras fontes na internet como, por exemplo, o Google, 2011.

Sobre o destino dos doutores, 68% estão radicados no estado do Pará e 32% em outros estados da região Norte, sendo os de maior incidência os estados do Amapá (14) e de Rondônia (14), ambos com o mesmo índice de 10,5%. É válido registrar que aparece um número maior no Amapá certamente pelo DINTER em convênio com a Universidade Federal do Amapá e que residem nesse estado. Em seguida aparece o estado do Amazonas com 5,3%. Roraima e Tocantins têm o índice de 0,7% cada. O único estado sem representatividade é o Acre. Os demais alunos estão atuando em outras regiões do Brasil: Nordeste (5), Centro-Oeste (4), Sudeste (3) e Sul (1). Três alunos estrangeiros retornaram aos seus países da Pan-Amazônia: Equador e Bolívia (Tabela 4).

Isso comprova que 88% dos egressos doutores estão fixados na região Norte, 10% em outras regiões e 2% em outros países. Por esse dado revelado evidencia-se a contribuição do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* do NAEA para a permanência de pessoal de alto nível na região.

Tabela 4 – Destino dos doutores do DSTU

Ano de conclusão	Regiões do país											Outros países	Nº de egressos
	Região Norte							Nordeste	Centro - Oeste	Sudeste	Sul		
	A C	A M	A P	P A	R O	R R	T O						
1999		1		6							1		8
2000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2001		1		1						1			3
2002				5					1	-	-	1 Equador	7
2003				8	1								9
2004		1		5	12	1				1			20
2005		1	1	12	-	-		1				1 Bolívia	16
2006				5	1				1				7
2007		1	1	11						1			14
2008		1	2	8					1			1 Equador	13
2009			2	9				1	1				13
2010		1	8	10			1	3					23
Total		7	14	80	14	1	1	5	4	3	1	3	133

Fonte: Base de dados *Currículo Lattes* do CNPq, 2011.

4.2.4 Áreas de atuação profissional de mestres e doutores

No que se refere à atuação profissional dos mestres (Apêndice A), 200 (59,5%) exercem atividade docente em Instituições de Ensino Superior (IES), conforme demonstra a Tabela 5. Desses, 116 (58%) atuam em universidades públicas federais; 17 (8,5%) em universidades estaduais; 21 (10,5%) em universidades particulares; 5 (2,5%) em centros universitários; 33 (16,5%) em faculdades isoladas e 8 (4%) em institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Observa-se que o maior contingente dos egressos mestres docentes está atuando em universidades federais e logo em seguida aparece a atuação em faculdades isoladas.

Percebe-se também que 13 (4%) egressos exercem a atividade docente, porém em outras instituições, sendo seis nas redes estadual e municipal de ensino, um na Fundação Getúlio Vargas, um no Serviço Nacional do Comércio (SENAC/SP), um na Escola de Aplicação da UFPA e quatro nas universidades estrangeiras na Colômbia (Universidad de La Amazonia e Universidad Externado de Colombia) e no Equador (Universidad Nacional de Loja).

Nas secretarias do estado do Pará e do município de Belém estão atuando ou já desempenharam funções comissionadas 14 (4,2%) egressos.

Cabe ressaltar a presença de egressos mestres, 54 (16%) ocupando cargos técnicos (economistas, estatísticos, engenheiros, geógrafos etc.), e administrativos em diversas empresas e órgãos como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER-PA), o Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP), o BASA, a SUDAM dentre outras.

Outro grupo de egressos, constituído de 27 (8%) pesquisadores está atuando em institutos de pesquisa e outras instituições.

Dentre as outras atividades aparecem: estudantes de doutorado, bolsistas, ex-bolsistas, docentes aposentados, prestadores de serviço autônomo e um estrangeiro vinculado à Câmara de Comercio de San Jose, na Colômbia, com um percentual de 8,3% (28).

Tabela 5 – Atuação profissional dos egressos mestres do PLADES

Atuação Profissional dos Egressos Mestres	Nº de Egressos
Administração Pública – Governo do Estado e Prefeitura Municipal (seis na docência e 14 em Secretarias de Estado e do Município)	20
Bolsista	6
Ex-bolsista (do NAEA e IMAZON)	2
Docente aposentado	12
Doutorando	5
Fundação Getúlio Vargas (Docente)	1
Serviço Nacional do Comércio (SENAC/SP) (Docente)	1
Instituição de Ensino Superior (IES)	
Universidade Federal (Docente)	116
Universidade Estadual (Docente)	17
Universidade Particular	21
Centro Universitário	5
Faculdade	33
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	8
Universidade Estrangeira (Docente)	4
Câmara de Comercio de San Jose, Colômbia	1
Instituição de ensino fundamental e médio – Escola de Aplicação/UFGA – Docente	1
Instituto de pesquisa – EMBRAPA, INPA, Museu Paraense Emílio Goeldi, IPAM	15
Instituições diversas (Pesquisador) – Arquivo Público/PA, IPHAN, FASE etc.	12
Instituições diversas (Técnico ocupando diferentes cargos e funções)	54
Serviço Autônomo	2
TOTAL	336

Fonte: Base de dados *Currículo Lattes* do CNPq e outras fontes na internet como, por exemplo, o Google, 2011.

Nota: Um egresso é falecido e não foi possível obter informações de um estrangeiro (Suriname).

Com relação à atuação profissional dos doutores (Apêndice B) observa-se que 89,5% dos egressos doutores atuam em instituições de ensino superior (IES) (119), 88% na área da docência, como professores e pesquisadores e dois (1,5%) ocupando cargos administrativos, um economista e um vice-reitor. Desses, 86% atuam no ensino superior público e 14% no ensino superior particular. Do total de docentes (117), 72% estão atuando em universidades públicas federais, 9,4% em universidades estaduais, 9,4% em faculdades particulares, 4,2% em uma única universidade particular e 5% em institutos federais de educação, ciência e tecnologia, conforme apresenta a Tabela 6.

Tabela 6 – Atuação profissional dos egressos doutores do DSTU

Atuação Profissional dos Egressos Doutores	Nº de Egressos
Administração Pública – Secretarias de Estado e Municipal	2
Agência de fomento – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)	1
Ex-bolsista do CNPq	1
Instituição de Ensino Superior (IES)	
Universidade Federal (84 docentes e um técnico-administrativo)	85
Universidade Estadual (11 docentes e um ocupa função administrativa)	12
Universidade Particular	5
Centro Universitário	0
Faculdade	11
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	6
Universidade Estrangeira	3
Instituição de ensino fundamental e médio	1
Instituto de pesquisa – EMBRAPA, Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA)	5
Instituição de assessoria e ou de promoção social (como ONGs) – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON	1
TOTAL	133

Fonte: Base de dados *Currículo Lattes* do CNPq, 2011.

Cabe salientar a importância da atividade de pesquisa desenvolvida pelos egressos doutores, sobre assuntos inerentes à região, não só desenvolvida nas universidades, mas também em institutos e outros órgãos como Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia (FIDES), Latin American Studies Association (LASA)-EUA, Núcleo de Pesquisa Aplicada em Pesca e Aquicultura – Norte 3, Grupo de Estudos Pesqueiros e Aquícolas (GEPaq), Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental, Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá, Mineradora Pedra Branca do Amapari (MPBA), dentre outros.

Ressalte-se que mais de 50% dos docentes ocupam também funções administrativas dentro das IES como diretoria de faculdade, coordenadoria de laboratório, diretoria de campus universitário, coordenação de programas de pós-graduação, coordenação de colegiados, participam de comitês científicos, são consultores, bem como integram a equipe da administração superior como vice-reitor e pró-reitores.

Ocupam, atualmente ou já ocuparam também funções estratégicas fora das universidades contribuindo assim para o desenvolvimento do estado e da região podendo ser destacado: Gerente da SUDAM, Coordenador Geral de Elaboração e Avaliação dos Planos de Desenvolvimento da SUDAM, ex-Secretário de Estado de

Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia, ex-Presidente do Instituto de Terras do Pará, Conselheiro do Tribunal de Contas do Governo do Estado de Tocantins. Atualmente, dois egressos doutores são secretários de Estado, um é Secretário de Planejamento, Orçamento e Finanças do Estado do Pará (SEPOF) (Sérgio Roberto Bacury de Lira), gestão 2011-2015 e o outro Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Amapá (SETEC) (Antônio Cláudio Almeida de Carvalho). Um é Secretário Municipal de Planejamento da Prefeitura Municipal de Macapá (Joselito Santos Abrantes). Um egresso é vice-reitor da Universidade do Estado do Amapá (Raullyan Borja Lima e Silva), gestão 2011-2015; outro é vice-reitor da Universidade Federal do Amapá (Antonio Sérgio Monteiro Filocreão).

Dos 85 egressos de instituições federais de ensino superior, 55% ocupam cargos na UFPA, 46 são docentes e um funcionário técnico-administrativo ocupando o cargo de economista (47).

Os cinco egressos (4%) de universidade particular estão atuando na Universidade da Amazônia (UNAMA), única universidade particular sediada em Belém. Os 11 egressos de faculdades particulares oito estão distribuídos nas diversas faculdades de Belém-PA como o Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (IESAM), Faculdade Ideal (FACI), Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA), Escola Superior Madre Celeste, Escola Superior da Amazônia (ESAMAZ), Faculdade de Estudos Avançados do Pará (FEAPA), dentre outras e três são de faculdades particulares do estado do Amapá. A maioria atua em mais de uma faculdade.

Um egresso também atua na docência, mas em instituição de ensino fundamental e médio da rede pública.

Dois egressos têm como atuação principal a Administração Pública, um atua como Coordenador do Núcleo de Planejamento da Secretaria de Integração Regional do Estado do Pará (SEIR) e o outro como Secretário Municipal de Planejamento da Prefeitura Municipal de Macapá.

Dois egressos têm outros vínculos profissionais como: um analista do CNPq e um pesquisador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON).

Um egresso é ex-bolsista do CNPq.

Trabalhando em instituição de pesquisa encontram-se quatro egressos ocupando cargos de pesquisadores na Embrapa e um pesquisador do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA).

Os três alunos estrangeiros que cursaram o doutorado retornaram ao país de origem e atualmente dois desenvolvem atividades de docência na Universidad Mayor de San Andrés (UMSA), em La Paz–Bolívia e na Universidad Nacional de Loja, na cidade de Loja, no Equador e uma é pesquisadora do Herbário de Etnobotânica da Universidad San Francisco de Quito (USFQ), em Quito-Ecuador.

4.3 PERCEPÇÃO DOS GESTORES DO NAEA: ALGUNS DEPOIMENTOS

A percepção dos dirigentes do NAEA quanto à concepção, à trajetória e à contribuição para a formação de pessoal qualificado para a região Amazônica é registrada por meio de três depoimentos, sendo dois de ex-diretores e um do atual diretor do NAEA, cujas entrevistas na íntegra estão inseridas nos Apêndices C, D, E.

Quadro 5 – Contribuição do NAEA para a formação de pessoal qualificado na região, na visão de três de seus gestores

Diretor	Sobre a concepção	Sobre a trajetória	A contribuição do NAEA para a formação de recursos humanos qualificados na região
Armando Mendes	• E dentro dessa reforma, já no <i>Plano</i>, em dezembro de 69, foi previsto que haveria o <i>Núcleo de Altos Estudos Amazônicos</i>. Um órgão vinculado diretamente ao reitor, não era vinculado a nenhum Centro, porque ele tinha uma característica revolucionária para a época, que era o aspecto multidisciplinar. • O objeto de reflexão do NAEA seria a Amazônia como um todo, em toda a sua multifacetada complexidade, não a sua geografia física ou a geografia humana e social -- o complexo amazônico. • Não era proposta do NAEA, ao ser concebido e instituído, voltar-se para o entendimento e a transformação de nacos ou fatias da Amazônia, ao sabor dos parâmetros convencionais da investigação científica. • [...] Ele, no início, era autônomo. Ele era de <u>integração</u>, aquilo que já falei: integração interna e integração externa.	• Eu lhe digo: em 1970 começou todo esse trabalho, mas combinei com o Reitor Aloysio: “Não vamos fazer a instalação formal, pública do NAEA enquanto ele não tiver condições efetivas de imediato funcionamento.” Assim, passamos três anos 70, 71 e 72, três anos inteiros organizando, montando o programa, convidando os professores, selecionando os alunos. Não só esses que vieram de outros países. E instalamos fisicamente o Núcleo, o reitor destinou a ele um andar do prédio recém-construído do Centro de Filosofia e Ciências Humanas., • [...] em 1973, quando começou a funcionar o FIPAM, o NAEA foi o primeiro desses ensaios. O FIPAM foi o primeiro programa interdisciplinar nos <i>campi</i> universitários, no espaço acadêmico brasileiro. • [...] o NAEA dispunha de um <i>Conselho Deliberativo</i> em que estavam presentes os diretores de todos os centros acadêmicos da Universidade [...]. A interdisciplinaridade	• através dos trabalhos produzidos (v. o <i>Catálogo</i> de teses dissertações, etc.) do levantamento dos egressos. O NAEA tem egressos que já foram, salvo engano, governadores, ministros, prefeitos, deputados, senadores.

Armando Mendes		estava presente também institucionalmente. [...] havia um <i>Conselho Consultivo</i>, externo. Faziam parte dele um representante da SUDAM, um do Banco da Amazônia, um da SUFRAMA. E incluía consultores externos, técnicos qualificados que tinham alguma contribuição pessoal. • A diferença essencial entre o modelo NAEA de 1970 e o modelo NAEA de 2006 é a seguinte: nós na reestruturação da Universidade em 1970 fizemos um esforço inovador, e podemos dizer inédito, talvez incipiente, visando a amazonização da academia em nossa região. Esta última reforma, ao contrário, e simplificando, desenvolveu um trabalho não menos competente, mas em sentido contrário, no sentido da academicização da Amazônia. • Ao fim, resultou que o NAEA hoje não é mais vinculado à Reitoria e ficou no mesmo plano dos outros núcleos. [...] passou a ser um ente acadêmico institucionalmente indistinto dos outros núcleos. São pontos de vista, visões diferentes, a atual e a original. Todas respeitáveis, mas inconfundíveis. • O Núcleo perdeu o <i>status</i> e perdeu ou pelo menos viu murcharem algumas das suas características, que eram muito mais ambiciosas. Podem ser ao menos parcialmente, recuperadas se e quando o NAEA se dispuser a adotar um <i>programa institucional</i> de pesquisa e de atuação, capaz de enquadrar os projetos particulares de pesquisadores individuais ou em grupo, em respeito a uma visão integrada e integradora, verdadeiramente e integralmente amazônica	
----------------	--	--	--

Raymundo Heraldo Maués	• Eu não participei do processo de criação. Eu entrei no NAEA só em 1977. Eu não participei nem mesmo da criação do PLADES. Eu entrei em 77, como professor do PLADES. Agora, a partir daí durante um período que vai do final dos anos 1970 até o final da gestão do professor Raul Navegantes (como coordenador do NAEA) eu participei intensamente desse Núcleo, mas houve um período de interrupção em que eu fui fazer doutorado (entre 1981 e 1985), depois voltei e concluí minha tese em 1986 (já como coordenador do NAEA), mas só a defendi no início do ano de 1987. • Até a gestão do professor Raul Navegantes, tenho certeza que essa preocupação com a integração continuava presente. Não posso mais lhe dizer completamente a partir daí, porque já estava afastado do NAEA. Mais tarde me aproximei durante um período do NAEA, já na segunda gestão da professora Edna Ramos Castro como coordenadora [...] porque fui designado pelo meu antigo Centro (CFCH) para ser representante no Conselho Deliberativo do NAEA. O NAEA tinha esse Conselho, formado em parte por representantes de diversos centros, com essa preocupação ainda de interdisciplinaridade e integração, mas depois, com a mudança do Estatuto e do Regimento da UFPA, na gestão do professor Alex Fiúza de Melo como Reitor da UFPA, esse Conselho Deliberativo desapareceu da forma como existia. Então, tenho certeza que essa preocupação com a integração existia, de	• O NAEA surgiu em 1973, a ideia dele já existia há algum tempo. Do NAEA, eu acho também que da Geofísica surgiram outros programas, porque as pessoas que trabalharam no NAEA ou que foram formadas no NAEA acabaram criando outros programas. Então, no caso do atual Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/PPGCS, inclusive, ele ocupou o vazio que o NAEA deixou quando este saiu da área de Ciências Sociais da CAPES e entrou na área Interdisciplinar. • Ainda na gestão do professor Marcelino se criou o PLADES. O PLADES, Programa Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, tinha esse nome internacional para marcar esse fato de que a gente estava preocupado com a Pan-Amazônia. Por outro lado, naquele momento em que os programas de pós-graduação passaram a ser avaliados pela CAPES, o NAEA, rapidamente, começou a melhorar a sua avaliação. • O NAEA envolvia economistas, sociólogos, antropólogos, geógrafos, administradores, quer dizer, essa forma de interdisciplinaridade que lhe é tão característica. Então, como ele não cabia na área de economia <i>stricto sensu</i>, como não cabia na sociologia <i>stricto sensu</i>, como não cabia na antropologia <i>stricto sensu</i>, nem na área de administração, ele precisava ficar em Ciências Sociais, de acordo com o entendimento da época. Só que quem fazia o julgamento, a avaliação dos programas de Ciências Sociais sempre foi a área de Sociologia, porque a Sociologia é considerada na CAPES uma espécie de “mãe” das Ciências Sociais, não sei porque,	• O NAEA deu origem à pós-graduação na área de Ciências Humanas. Muitos professores de Letras, de Serviço Social, de Psicologia se formaram no NAEA e depois foram para os seus centros acadêmicos e acabaram participando da criação de outros programas. • O NAEA teve um papel muito importante e continua tendo por ser pioneiro na área de Ciências Humanas e por isso ele acabou influenciando não só na produção da ciência, no campo das Ciências Humanas, como também na multiplicação dos programas de pós-graduação [...] na UFPA. • A produção científica do NAEA tem uma importância muito grande na área de Humanas e, especialmente, por estar voltada para a Amazônia e a Pan-Amazônia. Essa produção desde os tempos do FIPAM começou a dar uma contribuição importante para o conhecimento da nossa região. • O NAEA a partir da sua criação passou a liderar esse processo [pesquisa na área de Ciências Humanas] e com essa preocupação na Pan-Amazônia, quer dizer, não só a Amazônia, Pará, mas a Amazônia como um todo e as Amazônias dos nossos vizinhos, Bolívia, Equador, Venezuela etc. Eu não sei se ainda existe essa preocupação, porque eu fiquei um pouco afastado do NAEA, mas havia uma preocupação em atrair alunos de todos esses países. • Além disso, o NAEA e as pessoas que
-------------------------------	--	--	---

Raymundo Heraldo Maués	alguma forma, pelo menos até a gestão da professora Edna, eu não sei se houve um enfraquecimento. Foram criados os núcleos e desapareceu a denominação de órgão de integração. O NAEA foi criado como órgão de integração, na verdade, ele deveria integrar todas as áreas.	mas é, e até hoje isso acontece • A relação da trajetória do NAEA com o desenvolvimento regional é muito antiga, desde a criação do NAEA. Aliás, fazia parte da própria ideia da criação do NAEA que o NAEA contribuísse para o desenvolvimento regional. • [...] A partir de um determinado momento, com a moda intelectual do chamado “meio ambiente”, foi criado o NUMA (antes da gestão do professor Alex como reitor), que também pretendia ser um núcleo de integração, isso criou uma série de dificuldades. Eu acho que aos poucos, com a passagem do tempo, com a criação de outros programas de Pós-Graduação, essa função que o NAEA exercia talvez não tenha mais tido uma necessidade social tão forte, de modo que ela foi sendo talvez deixada de lado. Com a mudança do Estatuto e do Regimento da UFPA, a ideia de núcleo de integração se perdeu. Nesse momento perdeu-se a condição do NAEA como núcleo de integração, já vinha sendo enfraquecida essa função, mas a perda total a meu ver só ocorreu com o novo Estatuto da UFPA, uma mudança bastante grande na área acadêmica [...]. • Mas há uma marca que o NAEA conserva até hoje, uma coisa muito importante, que é essa preocupação com a interdisciplinaridade ou a multidisciplinaridade, há muitas controvérsias sobre como usar a expressão, eu prefiro falar em interdisciplinaridade [...]. Isso é uma marca muito importante do NAEA, que sempre existiu desde o início e isso permite que pessoas de diferentes áreas frequentem o NAEA, como estudantes	trabalhavam no NAEA, inclusive alunos que foram formados pelo NAEA assessoravam órgãos de planejamento do Estado, desenvolviam trabalhos na SUDAM. Então, essa ciência produzida no NAEA, na Universidade Federal do Pará, ela foi muito importante e ajudou a desenvolver de forma significativa a região Amazônica. • É nesse sentido que eu estou querendo chamar a atenção para a importância da pesquisa na região feita por pesquisadores da própria região, mas isso não basta, pode ocorrer que um pesquisador que venha de fora tenha visões que sejam muito importantes e, certamente, contribuem para o conhecimento da região, mas é importante também que as pessoas da região se voltem para o estudo da sua própria região. Agora, claro, a gente não pode só ficar voltado para as questões que dizem respeito a nós mesmos, esse pesquisador tem que ter uma visão mais ampla, universal, internacional etc. Daí porque a preocupação do NAEA, nesse período, pelo menos, é também estudar a Pan-Amazônia, estudar os outros países próximos e, por isso, o NAEA exerceu uma influência muito grande em todo esse país. Nós temos pessoas formadas pelo NAEA na Bolívia, no Equador, no Peru, na Colômbia, na Venezuela, enfim, nas Guianas, no Suriname. Nós temos alunos de todos os lugares. • Você tem centenas, não sei se chega a milhares, de pessoas formadas na especialização que são os cursos do
-------------------------------	--	---	---

Raymundo Heraldo Maués		e professores. Os professores do NAEA normalmente são pessoas com vários tipos de formação, ultimamente não só na área de Humanas. Essa visão mais ampla, interdisciplinar, é muito importante para o conhecimento da Amazônia e para o “desenvolvimento sustentável” (devo assinalar, no entanto, que tenho restrições contra o uso indiscriminado dessa expressão, que às vezes funciona como “palavra mágica” para justificar ações nem sempre favoráveis ao bom equilíbrio das relações entre seres humanos e aquilo que convencionamos ou inventamos chamar de natureza). Essa preocupação com o ambiente, com o trópico úmido, tem tudo a ver com as necessidades atuais da pesquisa, do conhecimento e do desenvolvimento da região. Então, o NAEA continua sendo, apesar de não ter mais oficialmente esse papel de integração, como um órgão de grande importância na Universidade Federal do Pará. Acho que até informalmente ele ainda pode exercer mais efetivamente esse papel de integração, que lhe foi formalmente tirado no papel.	FIPAM. No mestrado e no doutorado já tem centenas, com toda certeza. No doutorado mais de 100. Então, essas pessoas estão espalhadas por toda a Amazônia, estão presentes também em países vizinhos da Amazônia: Equador, Bolívia, Peru, Venezuela, Colômbia, enfim, essas pessoas estão contribuindo nas mais diferentes atividades, como pesquisadores, como professores, como técnicos. O FIPAM como um curso de especialização formou muitos técnicos para o desenvolvimento regional, atuando em órgãos do governo.
Armin Mathis	• O NAEA na sua criação foi idealizado como uma instituição para pensar o desenvolvimento, para formar pessoas que queriam levar adiante o processo de desenvolvimento regional. • Nós temos uma história que é sobre o NAEA, um Núcleo de Integração e Núcleo, de certa maneira, interdisciplinar, interdisciplinaridade, sobretudo nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas.	• E eu creio que a missão, no sentido de formar pessoas para ajudar no processo de desenvolvimento, refletir sobre o processo de desenvolvimento e suas consequências o NAEA continua fazendo. O que nós, talvez, não estamos fazendo como deveríamos fazer, a partir da missão original, é pensar ou propor, pensar alternativas. É, mas isso tem a ver com outra lógica, porque a nossa lógica como parte da Universidade é sobretudo, um Núcleo que tem um programa de pós-graduação e está ligado à exigência da CAPES, que é a instituição que avalia	• A força que nós temos em formar multiplicadores, no sentido que eu considero muito importante para nós como instituição, por exemplo, os cursos que nós fizemos de doutorado e mestrado fora do NAEA. • Nós temos uma inserção na realidade Amazônia, mas não é a Amazônia paraense, Rondônia, Amapá, talvez Mato Grosso. Então, isso nos traz um conhecimento empírico novo e, ao mesmo tempo, começa a se firmar uma rede de amizades, de relações

Armin Mathis		todos os programas. • Aí você vê uma certa contradição, porque para nós sermos bem avaliados pela Capes e dentro do conjunto da Universidade também, através de nota, nós temos que ser um curso de uma grande inserção internacional, na comunidade internacional acadêmica. No entanto, a nossa missão requer, especificamente, a nossa atuação dentro da região. Então, nós teríamos que ter uma voz forte no conjunto político aqui. Então, isso é uma contradição: nós temos que atender às demandas da CAPES, para ser reconhecido como um curso de qualidade e ao mesmo tempo dar conta de uma missão que tipifica a região, quer de nós uma alternativa, uma avaliação política daquilo que está sendo feito. • Outra mudança que eu vejo e que foi muito importante é a transformação do núcleo de integração em unidade acadêmica. Atualmente, o NAEA, a partir do regimento da Universidade é uma unidade acadêmica. • Isso é, eu acho que é um problema sério que nós teríamos que rever quais são os mecanismos, as estruturas que nós podemos criar hoje para trabalhar essa integração.	profissionais, que são muito fortes. • O NAEA, no passado funcionou um pouco como incubadora de outros programas de Pós-Graduação, que pensam também como nós, o desenvolvimento regional. Pensam não, tem como objeto de trabalho. • é muito importante semear a discussão sobre o desenvolvimento regional dentro da região. Para que cada região possa pensar um modelo adequado para si. • Nós temos atualmente o Fórum do Programa do Desenvolvimento Regional [...] firmar essa rede e fazer realmente dessa colaboração uma prática diária. [...] Você planta a semente, você não cria outros Núcleos, mas você incentiva a formação de outros Núcleos, de outros Programas de Pós-Graduação. • a nossa Pós-Graduação ela é um sinal claro, a nota que recebe, do que nós estamos tendo no NAEA. Então, se nós estamos com um conceito hoje 5, que é um conceito que poucos cursos têm na Universidade, nós podíamos de certa maneira demonstrar para dentro da Universidade que nós ainda temos um diferencial em termos de qualidade. • Eu acho que a qualificação de pessoas é importante, a qualificação de pessoas é no sentido de abrir os olhos para os problemas da região em que estão trabalhando, estudando. Eu acho que isso é uma contribuição bastante importante. • E dentro dessa lógica, nós estamos agora elaborando um novo programa
--------------	--	---	--

Armin Mathis			que é o Mestrado Profissional em Gestão Pública. Este mestrado vai ser submetido à CAPES e é o resultado da nossa atuação no nível do curso de especialização, mas também é resultado das nossas pesquisas onde constatamos uma grande carência sobretudo no nível municipal, em termo de gestão pública e também em alguns órgãos públicos.
--------------	--	--	--

Fonte: Entrevistas, gravadas e transcritas, com gestores do NAEA.

No que tange à concepção do NAEA, verifica-se que nos três depoimentos foram expressos pontos importantes e constata-se que o NAEA embora concebido como um órgão de integração, ao longo de sua trajetória a função acadêmica ficou realçada.

Na visão do Prof. Armando a proposta do NAEA era que ele se voltasse para a Amazônia como um todo e como ressalta era um projeto “ambicioso”, que além de ter a característica de formar recursos humanos tinha o objetivo de alcançar toda a “complexidade amazônica”. O Prof. Heraldo como também o prof. Armando enfatizam a existência do Conselho Deliberativo e do Conselho Consultivo e que refletiam essa integração interna e externa. Esses conselhos foram extintos e não há mais a participação das unidades acadêmicas da UFPA.

Embora o NAEA não esteja mais oficializado como órgão de integração, conforme o Estatuto e o Regimento da UFPA, concorda-se com o Prof. Heraldo quando afirma que o Núcleo continua desempenhando um importante papel e que essa sua função pode estar sendo exercida como é verificada por meio da recente criação da rede de cooperação entre os estados da Amazônia brasileira vinculada ao Fórum de Pesquisa e Pós-Graduação.

Observa-se também que, na visão do Prof. Armin, o NAEA está tentando resgatar a ideia de integração por meio de celebração de protocolo para integrar as universidades amazônicas. Cita a criação do Fórum como forma de institucionalizar a rede de cooperação.

O NAEA foi gerado como órgão de integração e atualmente é uma unidade acadêmica de ensino superior no nível de pós-graduação, segundo o Estatuto e regimento da UFPA e o Regimento do NAEA. Ele está focado na área acadêmica, mas como o Prof. Armin argumenta, essas circunstâncias foram a própria condição do NAEA na busca de ser uma unidade de excelência e ter que manter um programa de pós-graduação com nota 5 na CAPES e que precisa ser sempre o melhor. Para ser o melhor precisa seguir as recomendações e cumprir as exigências da CAPES. O programa é submetido à avaliação trienal e precisa manter a nota, pois com isso demonstra a sua qualidade na formação de recursos humanos qualificados para a região e o seu diferencial entre os demais programas.

A trajetória do NAEA é marcante e tem uma relação com o desenvolvimento da região desde a sua criação e nos três depoimentos são relatados fatos importantes no que concerne à interdisciplinaridade, a preocupação com o meio

ambiente e o trópico úmido que está relacionada “com as necessidades atuais da pesquisa, do conhecimento e do desenvolvimento da região”, como enfatiza o Prof. Heraldo dentre outros.

Os três depoimentos se reportam, praticamente, aos mesmos pontos no que tange à contribuição do NAEA: a importância da produção científica gerada no NAEA; o número expressivo de titulados nos programas de pós-graduação *lato sensu e stricto sensu*, a atuação dos egressos, a influência que o NAEA exerceu e ainda exerce na criação e multiplicação de programas de pós-graduação na região, a inserção do NAEA na região e na Pan-Amazônia e a importância de se firmar e fortalecer redes de amizades e de relações profissionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a questão formulada para a pesquisa, a qual foi de investigar a formação de recursos humanos qualificados com vistas a contribuir para a fixação desse pessoal na região Amazônica, constata-se que é premente a consolidação de uma estrutura científica e tecnológica na região. Há carência de mão-de-obra científica na Amazônia e isso pode ser considerado um dos grandes obstáculos para o desenvolvimento regional. Como foi evidenciado pelos dados do CNPq, mais da metade dos doutores está estabelecida na região Sudeste, sendo que a região Norte não alcança sequer a quantidade de 4.000 doutores.

Todavia, é inegável o progresso na institucionalização da ciência e da educação superior na Amazônia, com a criação de novas instituições, como a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), em Santarém-PA; e os centros federais de Educação Tecnológica (CEFETs), que foram transformados em institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFECTs), atuando nos níveis e modalidades da educação profissional, ou seja, o básico, o técnico e o tecnológico, equivalente à educação superior. Com essas instituições, cresceram programas de ciência e tecnologia e programas de pós-graduação na região, mas ainda grandes desafios precisam ser enfrentados para que seja consolidada a Política de Ciência, Tecnologia & Inovação na Amazônia.

Destacam-se alguns: investir em conhecimento e assim assegurar a sustentabilidade futura do desenvolvimento regional; formar recursos humanos altamente qualificados na geração de conhecimento do uso e da conservação da biodiversidade; abrir concursos para professores e pesquisadores de universidades e institutos de pesquisa na região; implantar incentivos para fixar doutores na região, dentre outros.

Cabe salientar que é essencial fortalecer o conhecimento científico para o desenvolvimento da região, bem como estimular a produção e a aplicação desse conhecimento para o uso sustentável dos recursos naturais da Amazônia. A premência da formação e fixação de pesquisadores na região Amazônica é quase um consenso em todos os debates realizados durante a 59ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), ocorrida em julho de 2007, em Belém-PA, cujo tema central era *Amazônia: desafio nacional* (REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, 2007).

Inúmeras iniciativas são benéficas para a região e alguns consensos devem ser persistidos para alcançar resultados altamente positivos como: a formação de recursos humanos de alto nível, a articulação de instituições de ensino superior e de pesquisa locais e regionais, e, o diálogo com outros padrões científicos nacionais.

As instituições de ensino superior e os institutos de pesquisa na Amazônia são considerados fundamentais nesse processo, pois incessantemente buscam mecanismos para impulsionar a base de pesquisa científica e tecnológica na região.

Além desses, no que se refere às ações para reduzir as assimetrias entre as regiões brasileiras, ressalte-se as ações da FINEP, da CAPES e do CNPq que, são unânimes em reconhecer a necessidade de superar a desigualdade regional e desenvolver várias iniciativas e programas com esse propósito.

A FINEP financia a pesquisa científica, tecnológica e a inovação em empresas, universidades, e outras instituições públicas ou privadas na região e no país. A CAPES desempenha papel muito importante na medida em que induz para que a pós-graduação se desenvolva e atenda as necessidades regionais e de expansão. Dentre essas iniciativas estão programas específicos para a região, como o programa de bolsas e os projetos de MINTER e DINTER desenvolvidos nas regiões Norte e Centro-Oeste. O CNPq apoia ainda projetos de pesquisa, concede bolsas, subsidia publicações científicas e capacita pesquisadores por meio de intercâmbios, e fomenta a pesquisa científica e a formação de recursos humanos para a pesquisa na região e no país.

O NAEA, gerado para ser um órgão de integração da UFPA, se apresenta nesse cenário, com a responsabilidade de atuar no contexto interdisciplinar para discutir questões sobre a Amazônia e assim contribuir para o desenvolvimento regional amazônico.

Embora o NAEA tenha sido concebido como um órgão de integração, mas também com propostas claras como a de vir a ser uma unidade de ensino e de pesquisa, percebe-se, no entanto, todo o esforço na sua inserção em redes de pesquisa, ensino e extensão, bem como na busca de parcerias visando a estabelecer acordos de cooperação científica.

É importante destacar o papel desempenhado pelo NAEA desde a década de 1970 e é irrefutável reconhecer que durante a sua trajetória vem contribuindo para a formação de recursos humanos qualificados para a região Amazônica, desde o

primeiro FIPAM (1973), curso de especialização pioneiro e inovador para a época. A formação e a pesquisa sempre foram áreas de atuação fortes e permanentes.

O NAEA vem contribuindo, como uma unidade acadêmica interdisciplinar proporcionando o ensino de pós-graduação e a realização de pesquisa e de extensão por meio de programas multi e interdisciplinares.

Quanto ao PPGDSTU do NAEA, os cursos de mestrado – que completou 34 anos – e o de doutorado – 17 anos, no ano de 2011 –, são solidificados e servem de modelo para outros programas criados no âmbito da própria UFPA e também para outros da região. Essa afirmativa é corroborada pela própria CAInter, quando registra, na ficha de avaliação trienal 2007-2009, que “ambos [são] plenamente consolidados e são reconhecidamente de referência na região Amazônica e internacionalmente de referência sobre a Amazônia” (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2010b, p. 1).

A produção científica dos docentes e discentes dá visibilidade ao conhecimento gerado no NAEA e é apontada como experiência bem-sucedida para um desenvolvimento regional e sustentável.

O PPGDSTU do NAEA é o único programa com o conceito 5 – na grande área multidisciplinar e –, área interdisciplinar, dentre as IES da região Norte, conforme o Quadro 4. Segundo a CAPES, esse conceito corresponde à avaliação de um programa de pós-graduação de muito bom nível e é refletido quando a CAInter registra em sua última avaliação trienal 2010 que o programa possui identidade própria, é referência local, regional e internacional. Esse conceito traduz o grau de consolidação e excelência de suas atividades. Mas, um desafio é apresentado: – galgar um conceito mais elevado – para ocupar um novo espaço entre os programas com padrões internacionais da área.

Ressalte-se que o destino dos egressos é um dos itens da avaliação de programas de pós-graduação consolidados, com conceitos 6 e 7, conforme o documento de área da CAInter, de 2009, que registra a importância da co-autoria discente na produção qualificada. Além de ser um indicador da qualidade dos recursos humanos formados pelo programa, é de grande importância para a inserção do egresso no mercado de trabalho. Um dos resultados mais nobres de um programa de pós-graduação é transformar a vida dos seus titulados, abrindo-lhes novas perspectivas no mercado.

O NAEA, por meio de seu PPGDSTU, atingiu o número de 500 pessoas tituladas, em 2011, contribuindo fortemente para a formação de mestres e doutores na região. Mas, somando este número aos mais de 600 egressos titulados pelo Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu*, estima-se mais de 1.100 no total.

Conforme os dados revelados nesta pesquisa, considerando o período de 1981 até 2010, comprova-se que dos 471 egressos, 82% dos mestres estão concentrados na região Norte, sendo que 94% dos egressos estão atuando no estado do Pará e somente 6% em outros estados. Quanto aos doutores, 88% dos egressos estão fixados na região Norte, 10% em outras regiões e 2% em outros países. Cabe ainda ressaltar que 68% estão radicados no estado do Pará e 32% em outros estados da região Norte. Evidencia-se a permanência na região de pessoal de alto nível formado pelo NAEA.

Ainda no que tange aos egressos do NAEA, foi constatado que a inserção social destes no mercado de trabalho é rica e está comprovada, uma vez que 89,5% dos doutores estão em pleno exercício da profissão e, de acordo com a titulação, visam à carreira acadêmica.

Comparando a atuação dos egressos mestres e doutores, verifica-se que a atuação dos mestres é bem diversificada, embora haja uma convergência para o ensino superior, diferentemente da atuação dos doutores que está concentrada na docência. No entanto, além da docência, os doutores desempenham outras funções estratégicas. Observou-se que, entre os mestres, existe uma porcentagem de técnicos atuando em diversas empresas e instituições.

Essa significativa participação dos egressos mestres e doutores em instituições de ensino superior é evidente e, pode-se afirmar que isso acontece porque um dos objetivos da pós-graduação é capacitar recursos humanos de alto nível nas regiões, bem como os docentes das universidades, e, assim, contribuir para a pesquisa e geração de conhecimentos sobre a Amazônia.

Alguns desafios identificados durante a pesquisa podem ser mencionados apenas como forma de sinalizar alguns pontos considerados importantes para o NAEA enfrentar no decorrer da década de 2010, mas, certamente, muitos outros desafios existem, a saber: manter e ampliar a rede de cooperação regional e internacional, a exemplo da recém-criada IPPA; enfrentar a área interdisciplinar, que é considerada pela CAPES o grande desafio desta nova década em virtude de temas e problemas complexos que desafiam a ciência contemporânea; reestruturar

o Programa englobando as áreas de concentração, linhas de pesquisa e proposta curricular devido à constatação por meio das avaliações trienais realizadas pela CAPES, cujos registros são feitos pela CAInter; estar inserido na política de pós-graduação estabelecida no PNPG 2011-2020; ampliar os esforços de pesquisa em áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável da região, como mitigação de mudanças climáticas, biodiversidade, recursos hídricos, recursos minerais, pesca, como bem realça o PNPG para esta década; estabelecer parcerias pelo desenvolvimento; focar na internacionalização da pesquisa e da pós-graduação. Enfim, o NAEA ainda tem muito por fazer pela Amazônia.

REFERÊNCIAS

ARAGÓN, Luis E. **The Amazon as a study object**: building regional capacity for sustainable development. Stockholm: Stockholm University, Institute of Latin American Studies, 1994.

_____. **Ciência e educação superior na Amazônia**: desafios e oportunidades de cooperação internacional. Belém: NAEA/UNAMAZ, 2001a.

_____. Ciência, educação e desenvolvimento da Amazônia. In: FAULHABER, Priscila; TOLEDO, Peter Mann de (Ed.). **Conhecimento e fronteira**: história da ciência na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001b. p. 291-305.

_____. Cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento científico e tecnológico da Amazônia. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, n. 20, p. 767-792, jun. 2005.

_____. A Conferência Internacional Cooperação Amazônica e educação superior para um desenvolvimento humano sustentável. In: ARAGÓN, Luis E. (Org.). **20 anos de desenvolvimento da educação superior na Amazônia**: uma contribuição para a Conferência Regional da Educação Superior – IESALC. Belém: EDUFPA, 2008a. p. 11-19

ARAGÓN, Luis E. (Org.). **20 anos de desenvolvimento da educação superior na Amazônia**: uma contribuição para a Conferência Regional da Educação Superior – IESALC. Belém: EDUFPA, 2008b.

BALBACHEVSKY, Elizabeth. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida. In: SCHWARTZMAN, Simon; BROCK, Colin. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 275-304.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (Brasil). **Amazônia em debate**: oportunidades, desafios e soluções. Rio de Janeiro, 2010. 203 p. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 1 dez. 2010.

BARBIERI, Jeverson. Para diretor do Inpa, o Brasil precisa conhecer a Amazônia. **Jornal da Unicamp**, n. 356, abr./maio 2007. Disponível em: <<http://www.unicamp.br>>. Acesso em: 23 nov. 2010.

BASTOS, Ana Paula Vidal; CASTRO, Edna; RAVENA, Nírvia. Papel da pós-graduação do NAEA-UFPA na formação interdisciplinar para o desenvolvimento sustentável. In: PHILIPPI JR., Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. (Ed.). **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação**. Barueri, SP: Manole, 2011. cap. 22, p. 647-671.

BECKER, Bertha K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, Brasília, n. 12, p. 135-159, set. 2001.

_____. Ciência, tecnologia e inovação para conhecimento e uso do patrimônio natural da Amazônia. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, n. 20, p. 622-766, jun. 2005.

BECKMANN, Clodoaldo F. R. Apontamentos para a história da Universidade Federal do Pará. In: SIMPÓSIO SOBRE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA NO PARÁ, 1985. **Anais...** Belém, UFPA, 1985. t. 2., p. 507-532.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **Consolidação das recomendações da 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável:** conferências nacional, regionais e estaduais e Fórum Municipal de C,T&I. Brasília, 2010a. Disponível em: <http://centrodememoria.cnpq.br/Recomendacoes_SNCTI_2011.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2010.

_____. **Livro Azul da 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável (4ª CNCTI).** Brasília, 2010b. Disponível em: <<http://www.cgee.org.br/publicacoes/livroazul.php>>. Acesso em: 22 ago. 2010.

BRASIL, Walterlina. **Pertinência científica das IFES universitárias e desenvolvimento regional:** pressupostos, razões e alternativas na Amazônia. 358 f. 2003. Tese (Doutorado) – Curso de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – DSTU, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PPGDSTU, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. Apresentação. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. **Catálogo de monografias dos cursos de especialização do NAEA, 1973-2000.** Belém, 2000.

CHAIMOVICH, Hernan. Brasil, ciência, tecnologia: alguns dilemas e desafios. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 134-143, 2000.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (Brasil). Disponível em: <<http://www.cnpq.br>>. Acesso em: 23 nov. 2010.

_____. **Plataforma Lattes.** Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 28 jan. 2011.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (Brasil). Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em: 16 maio 2011.

_____. **Documento da área interdisciplinar.** [Brasília], 2001a. 10 p. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/2000_045_Doc_Area.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2011. No link Relatórios de Avaliação. Triênio 1998-2000.

_____. **Ficha de avaliação do programa.** [Brasília], 2001b. 5 p. Disponível em: <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/VisualizadorServlet?nome=15001016/045/2000_045_15001016002P5_Ficha.pdf&aplicacao=avaliacaotrienal&idEtapa=0>

&ano=2000&tipo=divulga>. Acesso em: 12 jul. 2011. Ficha do Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento.

_____. **Ficha de avaliação do programa.** [Brasília], 2001c. 4 p. Disponível em: <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/VisualizadorServlet?nome=15001016/045/2000_045_15001016020P3_Ficha.pdf&aplicacao=avaliacaotrienal&idEtapa=1&ano=2000&tipo=divulga>. Acesso em: 12 jul. 2011. Ficha do Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.

_____. **Documento de área.** [Brasília], 2004a. 21 p. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/2003_045_Doc_Area.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2011. No link Relatórios de Avaliação. Triênio 2001-2003.

_____. **Ficha de avaliação do programa.** [Brasília], 2004b. 5 p. Disponível em: <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/VisualizadorServlet?nome=15001016/045/2003_045_15001016002P5_Ficha.pdf&aplicacao=avaliacaotrienal&idEtapa=2&ano=2003&tipo=divulga>. Acesso em: 12 jul. 2011.

_____. **Portaria n. 13, de 15 de fevereiro de 2006.** Institui a divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_013_2006.pdf>. Acesso em: 16 set. 2011.

_____. **Documento de área.** [Brasília], 2007a. 76 p. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/DocArea04_06_Interdisciplinar.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2011. No link Relatórios de Avaliação. Triênio 2004-2006.

_____. **Ficha de avaliação do programa.** [Brasília], 2007b. 6 p. Disponível em: <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/VisualizadorServlet?nome=15001016/045/2006_045_15001016002P5_Ficha.pdf&aplicacao=avaliacaotrienal&idEtapa=2&ano=2006&tipo=divulga>. Acesso em: 12 jul. 2011.

_____. **Documento de área 2009.** [Brasília], 2010a. 31 p. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/INTER03ago10.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2011. No link Relatórios de Avaliação. Triênio 2007-2009.

_____. **Ficha de avaliação do programa.** [Brasília], 2010b. 8 p. Disponível em: <<http://trienal.capes.gov.br/wp-content/uploads/2010/12/fichas/15001016002P5.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2011.

_____. **Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG), 2011-2020.** Brasília, 2010c. v. 1. Disponível em: <<http://capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2011.

_____. **Relatório de divulgação dos resultados da avaliação trienal 2010.** [Brasília], 2010d. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em: 16 maio 2011.

_____. **Banco de teses.** Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>>. Acesso em: <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em: 16 maio 2011.

_____. **GeoCapes**: dados estatísticos. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em: 16 maio 2011.

COSTA, Francisco de Assis. **Ciência, tecnologia e sociedade na Amazônia**: questões para o desenvolvimento sustentável. Belém: Cejup, 1998.

COSTA, José Marcelino Monteiro da. **Da concepção à consolidação**: uma nota pessoal sobre o NAEA. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **UFPA 50 anos**: relatos de uma trajetória. Belém: EDUFPA, 2007. p. 137-149.

_____. **Relatório de gestão (1973-1983). Desenvolvimento regional**: NAEA, uma década de experiência amazônica. Belém: NAEA, 2008.

DINIZ, Cristovam W. P. **Universidades da Amazônia Brasileira**: o pecado e a penitência. 2. ed. Belém: EDUFPA, 1999.

EGLER, Paulo César G. Capacitação para pesquisa e desenvolvimento em ciência, tecnologia e inovação na Amazônia. In: FAULHABER, Priscila; TOLEDO, Peter Mann de (Ed.). **Conhecimento e fronteira**: história da ciência na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001. p. 307-342.

FAULHABER, Priscila. A história dos institutos de pesquisa na Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 241-257, 2005.

FAULHABER, Priscila; TOLEDO, Peter Mann de (Ed.). **Conhecimento e fronteira**: história da ciência na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à reforma Universitária de 1968. **Educar em Revista**, Curitiba, UFPR, n. 28, p. 17-36, jul./dez. 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes; MOREIRA, Regina da Luz. **CAPES, 50 anos**: depoimentos ao CPDOC/FGV. Brasília: Capes, 2002.

LANE, Julia. Let's make science metrics more scientific. **Nature**, v. 464, n. 7288, p. 488-489, 2010.

MARTINS, Carlos Benedito. A CAPES e a formação do sistema nacional de pós-graduação. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; MOREIRA, Regina da Luz. **CAPES, 50 anos**: depoimentos ao CPDOC/FGV. Brasília: Capes, 2002. p. 295-310.

_____. Uma reforma necessária. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 1001-1020, out. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a17v2796.pdf>>. Acesso em: 6 out. 2011.

MELLO, Alex Bolonha Fiúza de. O novo estatuto da UFPA e o desafio da contemporaneidade. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Os estatutos da UFPA**: edição histórica. Belém: EDUFPA, 2007a. p. 9-15.

_____. **Para construir uma universidade na Amazônia**: realidade e utopia. Belém: EDUFPA, 2007b.

MENDES, Armando Dias. NAEA: os primórdios. In: COSTA, José Marcelino Monteiro da. **Relatório de gestão (1973-1983). Desenvolvimento regional: NAEA, uma década de experiência Amazônica**. Belém: NAEA, 2008. p. 97-101.

_____. **A cidadela transversa**. 2. ed. rev. aum. Brasília, 2011. 1 CD.

MORAES, Cleodir da Conceição. A Universidade Federal do Pará em tempos de reforma universitária. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **UFPA 50 anos: histórias e memórias**. Belém: EDUFPA, 2007. p. 69-117.

MORHY, Lauro (Org.). **Universidade no mundo: universidade em questão**. Brasília: Ed. UnB, 2004.

OLIVEIRA, Ivana Cláudia Guimarães de. **Naea: Instituto Regional de Desenvolvimento ou Instituto de Desenvolvimento Regional**. 2001. 139 f. Dissertação (Mestrado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2001.

PHILIPPI JR., Arlindo et al. Diretrizes, critérios e processo de avaliação da pós-graduação interdisciplinar. In: PHILIPPI JR., Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. (Ed.). **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação**. Barueri, SP: Manole, 2011. cap. 34, p. 918-960.

REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, 59., 2007, Belém. **Cadernos SPBC 27: Amazônia, desafio nacional**. Brasília, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon. **Ciência, universidade e ideologia: a política do conhecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SCHWARTZMAN, Simon; CASTRO, Cláudio de Moura. **Pesquisa universitária em questão**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1986.

SILVA JÚNIOR, Manoel Pinto da. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos: a autonomia necessária. In: SIMPÓSIO SOBRE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA NO PARÁ, 1985. **Anais...** Belém, UFPA, 1985. t. 2., p. 345–390.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**. Manaus: Valer, 2009.

SPAGNOLO, F.; GUNTHER, H. Vinte anos de pós-graduação: o que fazem nossos mestres e doutores? **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 38, n. 10, p. 1643-1662, 1986.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. Disponível em: <<http://www.sudam.gov.br>>. Acesso em: 6 fev. 2010.

TURENKO JÚNIOR, Alekesei. O NAEA, onze anos depois. In: COSTA, José Marcelino Monteiro da. **Relatório de gestão (1973-1983). Desenvolvimento regional: NAEA, uma década de experiência Amazônica**. Belém: NAEA, 2008. p. 102-108.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Plano de Reestruturação da UFPA**. Belém, 1969a. Documento escaneado.

_____. **Projeto de um Programa Internacional de Treinamento em Projetos de Desenvolvimento de Áreas Amazônicas.** Belém, 1972a. Documento escaneado.

_____. **Os estatutos da UFPA:** edição histórica. Belém: EDUFPA, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Conselho Superior de Ensino e Pesquisa. **Resolução n. 409, de 1 de abril de 1977.** Altera a Resolução n. 376, de 27 de outubro de 1976, do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa. Belém, 1977.

_____. **Resolução n. 2.112, de 10 de setembro de 1993.** Aprova o Regimento do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, 1993.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n. 3.927, de 21 de janeiro de 2010.** Aprova o Regimento do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, 2010a.

_____. **Resolução n. 4.065, de 8 de outubro de 2010.** Dispõe sobre a oferta de cursos de Pós-Graduação *lato sensu* pela Universidade Federal do Pará. Belém, 2010b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Conselho Universitário. **Resolução n. 69, de 25 de setembro de 1969.** Cria uma Comissão Central de Implantação do Plano de Reestruturação da Universidade Federal do Pará (CIRU). Belém, 1969b.

_____. **Resolução n. 80, de 6 de março de 1972.** Aprova o Regimento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém, 1972b.

_____. **Resolução n. 388, de 3 de novembro de 1976.** Autoriza a criação do Programa Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES). Belém, 1976.

----- **Resolução n. 647, de 29 de fevereiro de 2008.** Aprova o Regimento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). Belém, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Disponível em: <<http://www2.ufpa.br/naea/>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

_____. **Relatório de gestão, 1982.** Belém, 1982.

_____. **Relatório do NAEA - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 1997-1998.** Belém, 1998.

_____. **Relatório do NAEA - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 1999.** Belém, 1999.

_____. **Catálogo de monografias dos cursos de especialização do NAEA, 1973-2000.** Belém, 2000a.

_____. **Catálogo de teses e dissertações.** Belém, 2000b.

_____. **Editora**. Disponível em: <http://www2.ufpa.br/naea/publi_editora.php>. Acesso em: 5 out. 2011.

VAL, Adalberto Luís; GUIMARÃES, Jorge de Almeida. **Um novo momento para a pesquisa e a pós-graduação na Amazônia**. [Brasília], 2005. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/artigos/Artigo_dezembro_05.pdf> Acesso em: 20 jun. 2011.

VELLOSO, Jacques (Org.). **Formação no país ou no exterior? Doutores na pós-graduação de excelência**: um estudo na Bioquímica, Engenharia Elétrica, Física e Química no país. Brasília: Capes, 2002a.

_____. **A pós-graduação no Brasil**: formação e trabalho de mestres e doutores no país. Brasília: Capes, 2002b. v. 1

WEIGEL, Peter. **Ciência e desenvolvimento**: dificuldades de diálogo na experiência do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. 1994. 4 v. Dissertação (Mestrado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1994.

_____. O papel da ciência do INPA no desenvolvimento da Amazônia. In: FAULHABER, Priscila; TOLEDO, Peter Mann de (Ed.). **Conhecimento e fronteira**: história da ciência na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001a. p. 269-288.

_____. O papel da ciência no futuro da Amazônia: uma questão de estratégia. **Parcerias Estratégicas**, n. 12, p. 62-83, set. 2001b.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Mestres titulados pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPDSTU), Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) com atuação profissional, 1981-2010

Nome	Formação Acadêmica	Número de Mestres/Ano de Conclusão	Atuação/Vínculo/Atividade
1/1981			
Renato Nunes da Silva CL atual. mar. 2002 Rio Branco-AC	Ciências Econômicas		Professor da Universidade Federal do Acre (UFAC); Doutorado em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (1999)
2/1982			
Auriléa Gomes Abelém CL. atual. maio 2007 Belém-PA	Ciências Sociais		Professora aposentada da UFPA, ex-consultora da Secretaria de Estado de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM/2006-2007)
Fábio Carlos da Silva CL. atual. abr. 2011 Belém-PA	Administração		Professor e pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA); Diretor Adjunto do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da UFPA; Secretário Executivo do Fórum de Pesquisa e Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia e representante da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE) da região Norte; Doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo, Brasil (USP/1997)
9/1983			
Atasiano Alves da Silva Cuiabá- MT	Ciências Sociais		Professor Aposentado da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
Cléo Conceição Resque de Oliveira CL. atual. dez. 2002 Belém-PA	Ciências Econômicas		Professor e Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Fabio Sepúlveda Lopez San José Del Guaviari- Colômbia	Ciências Econômicas		Ex-presidente da Câmara de Comercio de San José
Francisco Carlos da Silveira Cavalcanti CL atual. jun. 2010 Rio Branco-AC	Ciências Econômicas		Professor, pesquisador, Presidente da CAADES, Coordenador do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Coordenador do Curso de Especialização Agintec da Universidade Federal do Acre (UFAC); Doutorado em Economia Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP/2002)
José Stênio Gonzaga de Souza CL. atual. set. 2011 Belém-PA	Ciências Econômicas		Professor e pesquisador da Universidade da Amazônia (UNAMA); técnico em planejamento – Secretaria Municipal de Economia (SECON/PMB)
Maria Antonieta Fléxa de Almeida Belém-PA	Ciências Econômicas		Professora Aposentada do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) da UFPA
Maria Stella Soares de Brito Belém-PA	Serviço Social		Funcionária Pública federal aposentada
Rosalvo Machado Bentes CL. atual. dez. 2004 Manaus-AM	Ciências Econômicas		Professor, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Diretor da Faculdade de Estudos Sociais da Fundação Universidade do Amazonas (UFAM)
Teresa Coelho Cativo Rosa Belém-PA	Ciências Econômicas		Atual Secretária de Estado de Meio Ambiente (SEMA), 2011; professora aposentada da Faculdade de Economia da UFPA; ex-Secretária Executiva de Estado da Fazenda (1999); ex-Secretária Geral de Gestão do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (2006)
2/1984			
David Ferreira Carvalho CL. atual. dez. 2010 Belém-PA	Engenharia Agrônoma		Professor e pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA); colaborador da Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia (FIDESIA); Doutorado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP/1994); Pós-Doutorado pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Nome	Formação Acadêmica	Número de Mestres/Ano de Conclusão	Atuação/Vínculo/Atividade
Maria Jucirene Mota Nascimento CL. atual. nov. 2009 Belém-PA	Ciências Econômicas		Técnica em planejamento da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER-PA)
6/1985			
Agesilau José de Sousa Martins CL. atual. dez. 2010 Teresina-PI	Ciências Econômicas		Professor da Associação Teresinense de Ensino, Faculdade Santo Agostinho (FSA)
Joaquina Barata Teixeira CL. atual. set. 2008 Belém-PA	Serviço Social		Professora Aposentada da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenadora de Cursos a Distância da Assessoria de Educação a Distância da UFPA.
José Otávio Magno Pires CL. atual. dez. 2010 Belém-PA	Ciências Econômicas		Professor e pesquisador da Universidade da Amazônia (UNAMA); coordenador da Superintendência de Pesquisa da UNAMA – Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas; professor do Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (IESAM); economista da Secretaria Executiva de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN-PA); Doutorado em Planejamento Urbano e Regional pela Cornell University C.U. (Estados Unidos/(1999)
Maria Lúcia Sá Maia Belém-PA	Ciências Sociais		Professora aposentada do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UFPA
Marília Ferreira Emmi CL. atual. mar. 2011 Belém-PA Mestre e Doutora pelo NAEA	Ciências Sociais		Professora e pesquisadora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA (2007)
Minelvina Nascimento Freitas Brasília-DF	Engenharia Agrônoma		Pesquisadora da Embrapa/Sede
6/1986			
Alberto de Jesús Valencia Granada Floresca-Caquetá-Colômbia	Sociologia		Ex-professor da Universidad de La Amazonia
Antônio Marcos Chaves CL. atual. mar. 2011 Salvador-BA	Psicologia		Professor, pesquisador e Diretor do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (USP/1998); Pós-Doutorado pela Universidade Aberta de Lisboa (UAB – Portugal)
Camilo Arturo Domínguez Ossa Bogotá-Colômbia	Sociologia		Professor da Universidad Externado de Colombia; ex-professor do Departamento de Geografia da Universidad Nacional de Colombia; recebeu o Prêmio Internacional Geocrítica 2009
Maria José Oliveira e Silva Jackson Costa CL. atual. out. 2010 Belém-PA	Ciências Sociais		Professora aposentada (colaboradora) da Universidade Federal do Pará (UFPA); Coordenadora do Curso de Mestrado em Sociologia; Diretora-Presidente da Associação Instituto Universitário de Ensino e Pesquisa na Amazônia (AIUPEA); Doutorado em Sociologia pela Université de la Sorbonne Nouvelle (1994)
Orlando Bordallo Júnior Belém-PA	Ciências Econômicas		Professor da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)
Silvio Rodrigues Persivo Cunha CL. atual. fev. 2011 Porto Velho-RO Mestre e Doutor pelo NAEA	Ciências Econômicas		Professor e pesquisador da Universidade Federal de Rondônia (UNIR); Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA (2004)
6/1987			
Juan Lorenzo Bardalez Hoyos CL. atual. fev. 2009 Belém-PA	Sociologia		Professor e pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Leila Mourão CL. atual. fev. 2011 Belém-PA Mestre e Doutora pelo NAEA	História		Professora e pesquisadora da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA (1999)
Lígia Maria Mazzeo Londrina-PR	Ciências Econômicas		Professora do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Londrina (UEL); proprietária da Artesanato Nacional

Nome	Formação Acadêmica	Número de Mestres/Ano de Conclusão	Atuação/Vínculo/Atividade
Maria Amélia Queralt Belém-PA	Administração		Ex-Professora do Laboratório de Pesquisa do PLADES (1979)
Marly Gonçalves da Silva CL. atual. dez. 2010 Belém-PA	Serviço Social		Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Pará (UFPA); pesquisadora da Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL)
Maryan Jansen Cutrim Carvalho Belém-PA	Engenharia Agrônoma e Ciências Econômicas		Ex-Gerente III da Secretaria de Estado de Agricultura, Pará
7/1988			
Aluizio Lins Leal CL. atual. fev. 2009 Belém-PA	Ciências Econômicas		Professor da Faculdade do Pará (FAP); Doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP/1996)
André Luiz Lopes de Souza CL. atual. mar. 2009 Belém-PA Mestre e Doutor pelo NAEA	Engenharia Florestal		Professor colaborador da Universidade Federal do Pará (UFPA); professor, pesquisador e Pró-Reitor de Ensino da Universidade Federal Rural da Amazônia, (UFRA); servidor público da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA (1999)
Edelweiss Falcão de Oliveira CL. atual. mar. 2011 Recife-PE	Serviço Social		Professora, pesquisadora, Vice-coordenador da Pós-Graduação de Serviço Social e Chefe de Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Coordenadora do Programa de Qualificação Interinstitucional (PQI) - UFPE/UFAL; Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/2001); Pós-Doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Eliene Jaques Rodrigues Belém-PA	Ciências Econômicas		Coordenadora de Planejamento da Secretaria Municipal de Educação de Belém-PA (SEMEC)
Maria Cristina Alves Maneschy CL. atual. dez. 2010 Belém-PA	Ciências Sociais		Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Sociologia pela Université Toulouse Le Mirail (França/1993) Pós-Doutorado pela Australian National University
Oádia Rossy Campos CL. atual. abr. 2008 Brasília-DF	Ciências Econômicas		Consultora do Senado Federal do Brasil
Sérgio Roberto Bacury de Lira CL. atual. jan. 2011 Belém-PA Mestre e Doutor NAEA	Ciências Econômicas		Professor e pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA); Secretário de Estado da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF); conselheiro regional do Conselho Regional de Economia (CORECON); Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA (2005)
1/1989			
Eduardo Soeiro de Souza Belém-PA	Engenharia Agrônoma		Ex-Servidor da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) Falecido
4/1990			
Maria Luzia Miranda Álvares CL. atual. jun. 2010 Belém-PA	Ciências Sociais		Professora aposentada da Universidade Federal do Pará (UFPA); coordenadora do Observatório da Lei Maria da Penha (OBSERVE); coordenadora geral da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Gênero (REDOR); ex-coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Gênero (GEPEM); jornalista das Organizações Rômulo Maiorana; Doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (2004)
Antônio José Lamarão Correa CL. atual. mar. 2010 Belém-PA	Arquitetura e Urbanismo		Professor da Universidade da Amazônia (UNAMA)

Nome	Formação Acadêmica	Número de Mestres/Ano de Conclusão	Atuação/Vínculo/Atividade
Marco Aurélio Arbage Lôbo CL. atual. fev. 2011 Belém-PA Mestre e Doutor pelo NAEA	Arquitetura e Urbanismo		Professor, pesquisador e coordenador do Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano; coordenador Operacional do Curso de Mestrado Interinstitucional em Arquitetura e coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Qualidade de Vida e Meio Ambiente da Universidade da Amazônia (UNAMA); técnico da Secretaria Executiva de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado do Pará; Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFGA (1999)
Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto CL. atual. mar. 2011 Belém-PA	Ciências Econômicas		Pesquisador do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG); Doutorado em Government pela University of Essex (Inglaterra/1995); Pós-Doutorado pela Università degli Studi di Napoli Federico II (2005)
4/1991			
Antônio Itayguara Moreira dos Santos Belém-PA	Engenharia Agrônoma		Pesquisador da Embrapa/CPATU; ex-Secretário de Estado de Agricultura, Pará
Eduardo Guimarães Teixeira Belém-PA	Engenharia Agrônoma		Extensionista da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER-PA)
Gutemberg Armando Diniz Guerra CL. atual. mar. 2011 Belém-PA	Engenharia Agrônoma		Professor, pesquisador e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Agricultras Amazônicas do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Socio Economie Du Developpement pelo École des Hautes Études en Sciences Sociales (França/1999); Pós-Doutorado pela Columbia University (2009)
Walter Wanderley Amoras CL. atual. jul. 2011 Belém-PA	Medicina		Ex secretário-adjunto da SESPA (2007-2008); Doutorado em Doenças Tropicais pelo Núcleo de Medicina Tropical da Universidade Federal do Pará (2011)
8/1992			
Artêmio da Trindade Ferreira Belém-PA	Psicologia		Professor aposentado da Faculdade de Psicologia da UFPA
Denise Gentil Ponte Souza Rio de Janeiro-RJ	Ciências Econômicas		Professora do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Helena Lúcia Zagury Tourinho CL. atual. out. 2011 Belém-PA	Arquitetura e Urbanismo		Professora titular da Universidade da Amazônia (UNAMA); técnica do Governo do Estado do Pará.; doutora em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (2011).
João Maurício de Queiroz Freitas Belém-PA	Engenharia Agrônoma		Extensionista Rural do Instituto de Terras do Pará (ITERPA)
Maria das Graças Monteiro Godinho Belém-PA	Ciências Sociais		Professora aposentada do Instituto de Ciências da Educação da UFPA
Maria Vitória Paracampo Borges CL. atual. dez. 2010 Belém-PA	Serviço Social		Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade Estadual do Pará (UEPA)
Paulo Fernando Machado Porto Alegre-RS	Ciências Econômicas		Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Rosineide da Silva Bentes CL. atual. jan. 2011 Belém-PA	Serviço Social		Professora e pesquisadora da Universidade do Estado do Pará (UEPA); professora do Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (IESAM); Doutorado em História pela <i>London School of Economics and Political Sciences</i> (Grã-Bretanha/1998)
7/1993			
Antônio José Alves de Amorim Belém-PA	Arquitetura e Urbanismo		Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN/PA)
Luciano Ferraz Santos CL. atual. fev. 2007 Belém-PA	Ciências Sociais		Professor universitário de faculdades

Nome	Formação Acadêmica	Número de Mestres/Ano de Conclusão	Atuação/Vínculo/Atividade
Marcionila Fernandes CL. atual. set. 2010 João Pessoa-PB	Letras		Professora, pesquisadora, Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/2000)
Maria Antônia Cardoso do Nascimento CL. atual. set. 2011 Belém-PA	Serviço Social		Professora Associada II da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA); vice-coordenadora do Mestrado em Serviço Social na UFPA (2009-2011); vice-presidente do Norte da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (2005/2006); doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000)
Maria José Campos Moura Melo CL. atual. set. 2011 Belém-PA	Serviço Social		Professora e pesquisadora da Universidade da Amazônia (UNAMA)
Saint-Clair Cordeiro da Trindade Junior CL. atual. abr. 2011 Belém-PA	Geografia		Professor Associado III vinculado ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (USP/1998); Pós-Doutorado pela <i>Université de Paris III (Sorbonne-Nouvelle)</i>
Suzanne Jacob Serruya CL. atual. nov. 2008 Belém-PA	Medicina		Professora e pesquisadora da Universidade do Estado do Pará (UEPA); diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia (DECIT), da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE); Doutorado em Tocoginecologia pela Universidade Estadual de Campinas (2003)
15/1994			
Alberto Luiz Teixeira da Silva CL. atual. set. 2011 Belém-PA	Ciências Sociais		Professor Associado I da Universidade Federal do Pará (UFPA); doutorado em Ciências Sociais (Sociologia) pela Universidade Estadual de Campinas (2003).
Celina Julia Nunes Santos Cunha Belém-PA	Ciências Econômicas		Professora da Faculdade de Ciências Econômicas da UFPA
Daniel Chaves de Brito CL. atual. mar. 2011 Belém-PA Mestre e Doutor pelo NAEA	Ciências Sociais		Professor e pesquisador da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA (1999)
Hecilda Mary Ferreira Veiga Belém-PA	Ciência Política		Professora da Faculdade de Ciências Sociais da UFPA
Hilma Tereza Tôres Khoury Carvalho CL. atual. out. 2011 Belém-PA	Psicologia		Professora e pesquisadora da Faculdade de Psicologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (UFPA); docente e tutora no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde/Área de Concentração: Saúde do Idoso - Hospital Universitário João de Barros Barreto (HUJBB); doutorado em Psicologia pela Universidade de Brasília (Brasil/2005)
Islândia Sampaio Vale CL. atual. set. 2009 Belém-PA	Pedagogia		Professora aposentada da Universidade Federal do Pará (UFPA); consultora Pedagógica para elaboração de material didático para Educação a Distância
José Cauby Soares Monteiro CL. atual. jun. 2010 Belém-PA	Ciências Sociais		Professor e pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Marcelo Domingos Sampaio Carneiro CL. atual. fev. 2011 São Luis-MA	Engenharia Florestal		Professor e pesquisador da Universidade Federal do Maranhão (UFMA); professor do Mestrado em Agroecologia da Universidade do Estado do Maranhão (UEMA); Doutorado Sandwich pela <i>École des Hautes Études en Sciences Sociales</i> (França/2004)

Nome	Formação Acadêmica	Número de Mestres/Ano de Conclusão	Atuação/Vínculo/Atividade
Maria de Fátima da Fonseca CL. atual. jun. 2010 Belém-PA	Ciências Sociais		Professora e pesquisadora da Universidade da Amazônia (UNAMA); professora da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC); Doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2006)
Nirvia Ravena CL. atual. abr. 2011 Belém-PA	Ciências Sociais		Professora e pesquisadora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA); professora e pesquisadora da Universidade da Amazônia (UNAMA); Doutorado em Ciência Política e Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (2004)
Orlando Nobre Bezerra de Souza CL. atual. jul. 2010 Belém-PA	Agronomia		Professor e pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA); professor da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA); assessor da Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC); Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000)
Peter Weigel CL. atual. mar. 2011 Manaus-AM	Engenharia Agrônoma		Pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA);
Raimundo Moacir Mendes Feitosa São Luis-MA	Ciências Econômicas		Professor do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA); ex-Secretário Municipal de Educação de São Luis-MA
Sandra Helena Ribeiro Cruz CL. atual. mar. 2010 Belém-PA	Serviço Social		Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Pará (UFPA); consultora do Instituto Amazônico de assessoria à Gestão Urbana e Ambiental (IAGUA); doutorado em andamento no NAEA
Victor Adán Baldrich Ferrer Floresncia-Caquetá-Colômbia	Ciências Econômicas		Professor da Universidad de la Amazonia
2/1995			
Edmilson Brito Rodrigues CL. atual. nov. 2006 Belém-PA	Arquitetura		Professor da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA); professor da Secretaria Executiva de Estado de Educação do Pará (SEDUC); ex-Prefeito de Belém
Francisco Cetrulo Neto CL. atual. mar. 2010 Belo Horizonte-MG	Teologia		Docente Tempo Integral do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, Brasil; doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil(1999)
8/1996			
Alba Regina de Souza Magno Duarte CL. atual. fev. 2009 Belém-PA	Serviço Social		Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Ana Maria Albuquerque Vasconcellos CL. atual. maio 2011 Belém-PA	Ciências Sociais		Professora, pesquisadora e coordenadora do Mestrado em Administração da Universidade da Amazônia (UNAMA); Doutorado em em <i>Development Studies</i> pela University of Wales Swansea (Grã-Bretanha/2008)
Fernando Arthur de Freitas Neves CL. atual. maio 2011 Belém-PA	História		Professor, pesquisador e Pró-Reitor de Extensão da Universidade Federal do Pará (UFPA); presidente da Associação dos Amigos do Arquivo Público do Pará (ARQUIPEP); Doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2009)
Francilene dos Santos Rodrigues CL. atual. mar. 2011 Boa Vista-RR	Serviço Social		Professora e pesquisadora da Universidade Federal de Roraima (UFRR); Doutorado em Ciências Sociais - Estudos sobre as Américas pela Universidade de Brasília (2007)
Luciana Miranda Costa CL. atual. fev. 2011 Belém-PA Mestre e Doutor pelo NAEA	Comunicação Social		Professora e pesquisadora da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará (UFPA); coordenadora do Projeto Rádio Web da UFPA; Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA (2004)

Nome	Formação Acadêmica	Número de Mestres/Ano de Conclusão	Atuação/Vínculo/Atividade
Maurílio de Abreu Monteiro CL. atual. abr. 2011 Belém-PA Mestre e Doutor pelo NAEA	História		Professor e pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA); ex-Secretário de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia (2007-2010) do Pará; Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA (2001)
Raimunda Nonata Monteiro da Silva CL. atual. abr. 2011 Belém-PA Mestre e Doutor pelo NAEA	Comunicação Social		Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA); Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA (2003)
Vânia Regina Vieira de Carvalho CL. atual. jul. 2002 Belém-PA	Ciências Sociais		Diretora do Departamento de Pesquisa e Informação da Secretaria Municipal de Coordenação Geral de Planejamento e Gestão (SEGEPI) da Prefeitura Municipal de Belém
12/1997			
Eunápio Dutra do Carmo CL. atual. fev. 2009 Belém-PA	Administração		Professor e Coordenador do Curso de Administração do Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA); Conselheiro regional do Conselho Regional de Administração Pará/Amapá, CRA PA/AP; Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2010)
Joana Valente Santana Alves CL. atual. abr. 2011 Belém-PA	Serviço Social		Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/2006)
Joaquim Shiraishi Neto CL. atual. maio 2011 Manaus-AM	Ciências Jurídicas		Professor da Universidade Federal do Amazonas (UFAM); professor e pesquisador da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB); professor e pesquisador da Universidade do Estado do Amazonas (UEA); professor colaborador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA); Doutorado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR/2004)
Kid Solano Stock da Silva CL. atual. dez. 2004 Santa Cruz do Sul-RS	Ciências Econômicas		Professor e pesquisador da Faculdade Dom Alberto, Curso de Comércio Exterior
Olinda Rodrigues da Silva CL. atual. maio 2011 Belém-PA	Serviço Social		Professora e pesquisadora do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/2006)
Manuel José Sena Dutra CL. atual. jan. 2011 Belém-PA	Comunicação Social/Jornalismo		Professor e pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA); colaborador da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA); doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (UFPA/2003)
Mário Lúcio de Souza Monteiro CL. atual. mar. 2011 Belém-PA	Ciências Sociais		Professor da Escola Superior da Amazônia (ESAMAZ); doutorado em Ciências pela Universidade Federal do Pará (UFPA/2004)
Mauro Barcellos Sopena CL. atual. fev. 2011 Santana do Livramento-RS	Ciências Econômicas		Professor da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)
Pearl Arthur Jules Antonius CL. atual. mar. 2002 Suriname	Administração		Currículo não disponível
Valcir Bispo Santos CL. atual. jan. 2009 Belém-PA	Ciências Econômicas		Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Waldemar Sobral Sampaio CL. atual. ago. 2010 Belém-PA	Ciências Econômicas		Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA); doutorado em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/2008)
William Nazaré Guimarães Gama CL. atual. maio 2010 Manaus-AM	Comunicação Social		Analista em ciência e tecnologia do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA); analista de ciência e tecnologia da Associação dos Pesquisadores do INPA (ASPI); doutorado em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas (2004)

Nome	Formação Acadêmica	Número de Mestres/Ano de Conclusão	Atuação/Vínculo/Atividade
17/1998			
Ana Laura dos Santos Sena CL. atual. abr. 2011 Belém-PA	Ciências Econômicas		Pesquisadora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); professora do Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (IESAM); Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFGA (2003)
Cláudia do Socorro Gomes da Silva CL. atual. mar. 2009 Castanhal-PA	Pedagogia		Professora do <i>Campus</i> de Castanhal da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Dário Azevedo dos Santos CL. atual. out. 2010 Belém-PA	Ciências Sociais		Professor e pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Deltônio Aires Pereira CL. atual. abr. 2010 Taubaté-SP	Ciências Econômicas		Professor do Instituto Taubaté de Ensino Superior (ITES); secretário de desenvolvimento institucional do Instituto Serra da Mantiqueira de Pesquisa e Planejamento (ISMPP)
Edilson Nazaré Dias Motta CL. atual. ago. 2010 Belém-PA	Arquitetura e Urbanismo		Pesquisador do Fórum Landi do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Pará (UFPA); investigador do Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa (CHAM) Portugal
Edval Bernardino Campos CL. atual. abr. 2011 Belém-PA	Serviço Social		Professor e pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA); professor e coordenador do Curso de Serviço Social da Universidade da Amazônia (UNAMA); servidor da Secretaria Executiva do Trabalho e Promoção Social (SETEPS); doutorado em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (2007)
Eugênia Rosa Cabral CL. atual. fev. 2011 Belém-PA	Ciências Sociais		Professora e pesquisadora <i>pós-stricto sensu</i> da Universidade da Amazônia (UNAMA); pesquisadora do Centro de Tecnologia Mineral (CETEM); Doutorado em Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais, (UFMG/2007)
Francisco Benedito da Costa Barbosa Belém-PA	Engenharia Agrônoma		Sócio-Presidente do Instituto de Pesquisa Aplicada em Desenvolvimento Econômico Sustentável (IPADES)
Janari da Silva Pedrosa CL. atual. maio 2011 Belém-PA Mestre e Doutor pelo NAEA	Psicologia		Professor e pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA); professor colaborador da Universidade do Estado do Pará (UEPA); Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFGA (2003)
José Raimundo Barreto Trindade CL. atual. mar. 2011 Belém-PA	Ciências Econômicas		Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (2006)
Larissa Latif Plácido Sare CL. atual. mar. 2010 Belém-PA	Comunicação Social		Professora, pesquisadora e coordenadora do Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura da Universidade da Amazônia (UNAMA); Doutorado em Artes Cênicas pela Universidade Federal da Bahia (2005)
Marcus Vinnicius Cavalcante Leite CL. atual. abr. 2011 Belém-PA	Comunicação Social		Professor e pesquisador da Universidade da Amazônia (UNAMA)
Ozias Guedes de Aquino CL. atual. fev. 2011 Castanhal-PA	Engenharia Agrônoma		Extensionista rural I da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER/PA) e responsável pelo Núcleo de Programa Especial; professor da Faculdades Integradas de Castanhal (FCAT)
Raimundo Jorge Nascimento de Jesus CL. atual. set. 2009 Belém-PA	Ciências Sociais		Professor e pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Roberto Paulo Bibas Fialho CL. atual. fev. 2011 Belém-PA	Arquitetura e Urbanismo		Professor da Universidade do Estado do Pará (UEPA); professor da Universidade da Amazônia (UNAMA)

Nome	Formação Acadêmica	Número de Mestres/Ano de Conclusão	Atuação/Vínculo/Atividade
Roberto Robson Lopes Vilar Belém-PA	Engenharia Agrônoma		Pesquisador da Embrapa – Amazônia Oriental; assessor da Secretaria Executiva de Estado de Agricultura (SAGRI) em 2005
Silvio José de Lima Figueiredo CL. atual. abr. 2011 Belém-PA	Turismo		Professor e pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA); pesquisador da <i>Université René Descartes, Paris V, Sorbonne</i> , UER, França; diretor da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR); consultor da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará (FAPESPA); consultor do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG); consultor do Ministério da Educação (MEC); Doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP/2005)
13/1999			
Ana Valéria Endres CL. atual. nov. 2010 João Pessoa-PB	Turismo		Professora e pesquisadora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); avaliadora das Condições de Ensino de Graduação do Ministério da Educação (MEC)
Andréia Brasil Santos CL. atual. abr. 2011 Manaus-AM	Ciências Econômicas		Professora pesquisadora da Universidade Federal do Amazonas (UFAM); doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005)
Ernani Lúcio Pinto de Souza CL. atual. abr. 2011 Cuiabá-MT	Ciências Econômicas		Economista da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
Everaldo Machado Portela CL. atual. maio 2010 Santarém-PA	Ciência Política		Professor da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA); prestador de serviços de assessoria técnica da Associação das Comunidades da Região do Juruti Velho (ACORJUVE), Juruti-PA
Guilhermina Maria Vieira Cayres CL. atual. abr. 2011 Belém-PA Mestre e Doutora pelo NAEA	Agronomia		Pesquisadora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); coordenadora do Núcleo de Planejamento do Governo do Estado do Pará – Secretaria de Estado de Integração Regional (SEIR); consultora do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLORA); Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA (2009)
Ivone Domingos e Silva CL. atual. fev. 2011 Santarém-PA	Serviço Social		Professora do Centro Universitário Luterano de Santarém (CEULS/ULBRA)
João Marcio Palheta da Silva CL. atual. abr. 2011 Belém-PA	Geografia		Professor e pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2004)
João Santos Nahum CL. atual. abr. 2011 Belém-PA	Geografia		Professor e pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2006)
Manoel Alves da Silva CL. atual. fev. 2011 Belém-PA Mestre e Doutor pelo NAEA	Ciências Sociais		Coordenador Municipal do Projovem Trabalhador da Secretaria da juventude Esporte e Lazer da Prefeitura de Belém (SEJEL); professor da Escola Superior Madre Celeste (ESMAC); professor da Faculdade de Castanhal (FCAT); consultor de Pesquisa da Federal dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas do Norte (FETIMN); professor da faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA); Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA (2006)
Maria del Carmen Vera Diaz CL. atual. ago. 2009 Belém-PA	Ciências Contábeis		Pesquisadora do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Belém-PA; pesquisadora associada do <i>Global Development and Environment Institute</i> (GDAE/Estados Unidos); doutorado em Geografia e Ciências Ambientais pela <i>Boston University</i> (BU/Estados Unidos – 2008)

Nome	Formação Acadêmica	Número de Mestres/Ano de Conclusão	Atuação/Vínculo/Atividade
Nair Brito Gonzales Sember CL. atual. mar. 2011 Belém-PA	Ciências Sociais		Professora, pesquisadora e coordenadora do Instituto de Ciências e Estudos Avançados – I da Faculdade Ipiranga (FACIPI); professora do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA); pesquisadora da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Rinaldo Ribeiro Moraes CL. atual. abr. 2011 Belém-PA Mestre e Doutor pelo NAEA	Ciências Econômicas		Professor e pesquisador da Faculdade Ideal (FACI); coordenador de Curso de MBA em Gestão Empresa da Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA); professor do Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (IESAM); economista do Governo Federal - Ministério da Integração Regional (SUDAM); Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA (2007)
Sandro Ruggeri Dulcet CL. atual. jun. 2010 Belém-PA	Arte Dramática, Cenografia		Prestador de serviço do Contact Serviços de Tradução Intérpretes (CONTACT); atua no Ato Criativo Design, em Belém-PA
13/2000			
Antonio Osvaldo Ponte Souza CL. atual. out. 2009 Belém-PA	Ciências Econômicas		Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Armando Lírio de Souza CL. atual. abr. 2011 Belém-PA	Ciências Econômicas		Professor e pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em andamento
Cybelle Salvador Miranda CL. atual. abr. 2011 Belém-PA	Arquitetura e Urbanismo		Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (2006)
Durbens Martins Nascimento CL. atual. abr. 2011 Belém-PA Mestre e Doutor pelo NAEA	Ciências Sociais		Professor e pesquisador do NAEA da Universidade Federal do Pará (UFPA); consultor do Instituto ACERTAR; avaliador do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES); diretor de Unidade de Programas e Projetos de Extensão da UFPA; Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA (2005)
Helena Doris de Almeida Barbosa Quaresma CL. atual. abr. 2011 Belém-PA Mestre e Doutor pelo NAEA	Turismo		Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Pará (UFPA); pesquisadora do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG); Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA (2009)
Ivanete Amaral Silva Belém-PA	Ciências Sociais		Professora da Faculdade Ideal (FACI)
Marcílio de Abreu Monteiro Belém-PA	Ciências Sociais		Ex-Gerente Executivo do IBAMA; ex-Secretário de Estado de Projetos Estratégicos do Pará
Maria Joana Pompeu Amorim CL. atual. dez. 2010 Cametá-PA	História		Professora da Escola Tecnológica do Pará-Cametá (ETP/CAMETÁ); professora do Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI); professora e gestora da EMEM Júlia Passarinho (EMEM JP); professora do Governo do Estado do Pará (GOVERNO/PA); professora do Instituto Nossa Senhora Auxiliadora (INSA)
Marilena Loureiro da Silva CL. atual. maio 2011 Belém-PA Mestre e Doutor pelo NAEA	Pedagogia		Professora do Departamento de Administração e Planejamento da Educação do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA); diretora de Projetos Educacionais da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PROEG; Doutorado em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (2005)
Mário Vasconcellos Sobrinho CL. atual. abr. 2011 Belém-PA	Ciências Econômicas		Economista da Universidade Federal do Pará; professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local do Núcleo de Meio Ambiente da UFPA (NUMA/UFPA); professor titular e pesquisador da Universidade da Amazônia (UNAMA), onde leciona no Programa de Pós-Graduação em Administração; doutorado em Estudos do Desenvolvimento (2007) pelo <i>Centre for Development Studies (CDS), University of Wales Swansea (Reino Unido)</i>

Nome	Formação Acadêmica	Número de Mestres/Ano de Conclusão	Atuação/Vínculo/Atividade
Raimundo Valdomiro de Sousa CL. atual. jun. 2010 Belém-PA Mestre e Doutor pelo NAEA	Filosofia		Professor do Centro Universitário Superior do Pará (CESUPA); Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA (2011)
Shirley Maria Silva Nogueira CL. atual. fev. 2011 Belém-PA	História		Professora da Escola Madre Celeste (ESMAC); Doutorado em História pela Universidade Federal da Bahia (2009)
William Gaia Farias CL. atual. maio 2011 Belém-PA	História		Professor e pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2005)
21/2001			
Ana Lídia Nauar Pantoja CL. atual. abr. 2011 Belém-PA	História		Analista em reforma e desenvolvimento agrário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); antropóloga da Superintendência Regional do Pará (INCRA/PA); professora e pesquisadora da Universidade Federal do Pará (UFPA); professora da Secretaria Executiva de Educação (SEDUC); professora da Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA); Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA/2007)
Assunção José Pureza Amaral CL. atual. abr. 2008 Belém-PA Mestre e Doutor pelo NAEA	Ciências Sociais		Professor da Escola Superior da Amazônia (ESAMAZ); pesquisador da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC); professor da Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC); Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA (2008)
Camilo Torres Sanchez CL. atual. fev. 2011 Tabatinga- AM	Ciências Biológicas		Professor, pesquisador e coordenador de curso da Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ/2005)
Débora Barros da Silva Belém-PA	Serviço Social		Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA)
Elis de Araújo Miranda CL. atual. mar. 2011 Rio de Janeiro-RJ	Geografia		Professora e pesquisadora da Universidade Federal Fluminense (UFF); Doutorado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/2006)
Fabrcio Quadros Borges CL. atual. maio 2011 Belém-PA Mestre e Doutor pelo NAEA	Administração de Empresas		Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA); professor e pesquisador da Universidade da Amazônia (UNAMA); Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA (2007); Pós-Doutorado pela Universidade de São Paulo (USP/2010)
Fernando Michelotti CL. atual. nov. 2010 Marabá-PA	Engenharia Agrônoma		Professor, pesquisador e Vice-Coordenador do Campus de Marabá da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Francinete Pontes Cruz Belém-PA	Ciências Sociais		Ex-Gerente de Projeto de Proteção Social da Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social, Pará
Ivana Cláudia Guimarães de Oliveira CL. atual. nov. 2010 Belém-PA	Comunicação Social		Professora da Universidade da Amazônia (UNAMA); professora da Faculdade de Estudos Avançados do Pará (FEAPA); professora da Faculdade do Pará (FAP);
Karina Ninni Ramos CL. atual. jul. 2011 São Paulo-SP	Comunicação Social		Professora de pós-graduação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), São Paulo-SP; editora de <i>web</i> do jornal O Estado de São Paulo como repórter especializada em Meio Ambiente; edita livros como <i>free lancer</i>
Liane do Socorro Bastos Brito CL. atual. mar. 2011 Belém-PA Mestre e Doutora pelo NAEA	Arquitetura e Urbanismo		Professora da Faculdade Ipiranga; coordenadora de Políticas e Planejamento Territorial da Secretaria de Estado de Integração Regional (SEIR); Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA (2007)
Lindomal dos Santos Ferreira CL. atual. dez. 2010 Belém-PA	Pedagogia		Professor e pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA); professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Nome	Formação Acadêmica	Número de Mestres/Ano de Conclusão	Atuação/Vínculo/Atividade
Maria Amélia da Silva Pinto Marques Nome: Maria Amélia Sousa da Silva Belém-PA	Serviço Social		Professora do Centro Socioeconômico da UFPA; (1997); integrante do Projeto MEGAM – Estudo dos Processos de Mudança do Estuário Amazônico pela Ação
Maria do Socorro Soares de Oliveira CL. atual. out. 2008 Belém-PA	Geografia		Assistente de pesquisa da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA/2007-2008); Doutorado em andamento
Milton Cordeiro Farias Filho CL atual. abr. 2011 Belém-PA Mestre e Doutor pelo NAEA	Ciências Sociais		Professor do Mestrado em Administração da Universidade da Amazônia (UNAMA); servidor da Assembléia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA); professor-colaborador e pesquisador do Mestrado em Ciência Política da Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA (2005)
Mônica Cristina Corrêa Carvalho CL. atual. mar. 2011 Santarém-PA	Ciências Sociais		Professora da Faculdades Integradas do Tapajós (FIT); coordenadora do Banco do Povo da Prefeitura Municipal de Santarém (PMS)
Neila Reis Correia dos Santos CL atual. jan. 2012 Belém-PA Nome: Neila da Silva Reis	História e Ciências Sociais		Professora do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará; membro do Fórum Paraense de Educação do Campo; membro do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado do Pará; doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2006)
Patrícia de Fátima Trindade Chagas CL. atual. nov. 2005 Belém-PA	Ciências Econômicas		Professora da Faculdade de Estudos Avançados do Pará (FEAPA); analista do Banco da Amazônia S/A (BASA)
Relivaldo Pinho de Oliveira CL. atual. maio 2011 Belém-PA	Comunicação Social		Professor da Universidade da Amazônia (UNAMA); professor da Faculdade de Tecnologia da Amazônia (FAZ); orientador de monografia da Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA/2011)
Roberta Menezes Rodrigues CL. atual. maio 2011 Belém-PA	Arquitetura e Urbanismo		Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo (USP/2008)
Sérgio Barbosa Gomes CL. atual. abr. 2011 Brasília-DF	Ciências Econômicas		Professor da Universidade Estadual de Goiás (UEG); cooperador técnico do Instituto Federal de Brasília (IFB);
19/2002			
Ana Renata do Rosário de Lima CL. atual. ago. 2011 Belém-PA	História		Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA); Doutorado em Ciências Sociais, Área de Antropologia (PPGCS-UFPA) (2010)
Aldo César Figueira Sampaio CL. atual. nov. 2010 Belém-PA	História		Professor da Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA); professor da Universidade Vale do Acaraú (UVA)
Ana Cláudia Cardoso Duarte CL. atual. abr. 2007 Belém-PA	Serviço Social		Ocupa cargo de Secretário Legislativo na Câmara Municipal de Belém (CMB)
André Luís Assunção de Farias CL. atual. fev. 2011 Belém-PA Mestre e Doutor pelo NAEA	Ciências Sociais		Professor da Faculdade Ideal (FACI); Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA (2008)
Angela Tereza de Oliveira Corrêa CL. atual. fev. 2010 Belém-PA	História		Professora de Educação Básica, Técnica e Tecnológica da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Clay Anderson Nunes Chagas CL. atual. mar. 2011 Belém-PA Mestre e Doutor pelo NAEA	Geografia		Professor da Universidade Estadual do Pará (UEPA); professor da Universidade Federal do Pará (UFPA); professor do Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA); professor do Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Pesquisa (IBPEX); Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA (2010)

Nome	Formação Acadêmica	Número de Mestres/Ano de Conclusão	Atuação/Vínculo/Atividade
Eliane Cristina Lopes Soares CL. atual. set. 2010 Belém-PA	História		Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/2010)
Emmanuel Raimundo Costa Santos CL. atual. fev. 2011 Macapá-AP	Geografia		Professor e pesquisador da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP); Doutorado em Geografia em andamento
Esmeraldo do Carmo da Silva Pires CL. atual. set. 2002 Belém-PA	Ciências Econômicas		Pesquisador da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE/2000-2000)
Henrique Guilherme Carlos Heidtmann Neto CL. atual. maio 2011 Rio de Janeiro-RJ Ano de obtenção: 2002	Administração		Professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV); Doutorado em Administração Pública e Governo (2008) pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP)
Jacqueline Cunha da Serra Freire CL. atual. set. 2010 Redenção-CE Mestre e doutor pelo NAEA	Pedagogia		Professora da Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB); Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA (2009)
Krishina Day Carrilho Bentes Lobato Ribeiro CL. atual. nov. 2009 Belém-PA	Direito		Professora do Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA)
Marcio Marcos Leal Soares Ramos Belém-PA	Administração		Avaliador do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (2009); fez concurso para Oficial de Justiça; trabalhou na Confederação Nacional dos Metalúrgicos (1999)
Marselle Nobre de Carvalho CL. atual. mar. 2011 Belém-PA	Farmácia		Farmacêutica do Hospital Universitário João de Barros Barreto (HUJBB); farmacêutica da Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará (SESPA)
Neila Waldomira do Socorro Sousa Cabral CL. atual. mar. 2011 Belém-PA Mestre e doutora pelo NAEA	Turismo		Professora do quadro permanente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA); Diretora de Pesquisa e Extensão do IFPA; Coordenadora do PARFOR/IFPA; Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA (2010).
Nemézio Clímico Amaral Filho CL. atual. set. 2010 Rio de Janeiro-RJ	Comunicação Social/Jornalismo		Professor da Universidade Estácio de Sá (UES); coordenador-estratégico do Laboratório de Comunicação Comunitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); professor do Instituto A Vez do Mestre/Universidade Candido Mendes (IAVM/UCAM); Doutorado em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/2006)
Raimundo Fernando Mendes Moraes CL. atual. out. 2004 Belém-PA	Serviço Social		Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA); servidor público da Secretaria de Saúde Pública do Estado do Pará (SESPA); assessor técnico-parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA); servidor público da Superintendência do Sistema Penal do Estado do Pará (SUSIPE)
Siméia de Nazaré Lopes CL. atual. fev. 2009 Macapá-AP	História		Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)
Vânia Maria Torres Costa CL. atual. dez. 2010 Belém-PA	Comunicação Social		Professor da Universidade da Amazônia (UNAMA); Doutorado em andamento em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF)
16/2003			
Adaise Gouvêa Lopes CL. atual. mar. 2004 Belém-PA	Geografia		Professora do Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (IESAM)
Alda Selma Frota Monteiro CL. atual. jun. 2009 Belém-PA	Turismo		Professora do Curso de Turismo da Faculdade Ipiranga; assessora da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), onde exerce o cargo de Chefe de Gabinete.

Nome	Formação Acadêmica	Número de Mestres/Ano de Conclusão	Atuação/Vínculo/Atividade
Aldo Luiz Fernandes Souza CL. atual. nov. 2009 Belém-PA	Geografia		Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA-PA)
Alexandre Magno de Melo Faria CL. atual. abr. 2011 Cuiabá-MT	Ciências Econômicas		Professor e pesquisador da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (UFPA/2008)
Beatriz Maria de Figueiredo Ribeiro CL. atual. maio 2011 Belém-PA	Geografia		Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA) até 2009; Doutorado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF/2011)
Débora Alfaia da Cunha CL. atual. ago. 2011 Castanhal-PA	Pedagogia		Professora e pesquisadora do Campus Universitário de Castanhal da Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Educação pela Universidade de Brasília (UnB)
Dilamar Dallemole CL. atual. abr. 2011 Cuiabá-MT	Ciências Econômicas		Professor e pesquisador da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Doutorado em Ciências Agrárias pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA/2007)
Francinete do Socorro Santos Cardoso CL. atual. jul. 2002 Belém-PA	História		Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Gilson da Silva Costa CL. atual. fev. 2010 Belém-PA Mestre e Doutor pelo NAEA	Ciências Sociais		Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA (2009)
Heloísa Helena Feio Ramos CL. atual. nov. 2010 Belém-PA	Ciências Sociais		Professora da Faculdade de Castanhal (FCAT); socióloga do Ministério Público do Pará
José Bittencourt da Silva CL. atual. maio 2011 Belém-PA Mestre e Doutor pelo NAEA	Ciências Sociais		Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação PPGED do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA (2007)
Lourival Ferreira do Nascimento CL. atual. jan. 2006 Belém-PA	Pedagogia		Diretor do Instituto Álvares de Azevedo; assessor Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação de Belém
Polyanna Espíndola Farias CL. atual. set. 2008 Marituba-PA	Ciências Sociais		Socióloga da Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará
Rubens da Silva Ferreira CL. atual. abr. 2011 Belém-PA	Biblioteconomia		Professor e pesquisador da Faculdade de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Silvana de Moraes Brito CL. atual. jan. 2011 Belém-PA	Serviço Social		Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Vanderlei José Pettenon CL. atual. ago. 2010 Santo Augusto- RS	Ciências Econômicas		Professor e pesquisador do Instituto Federal Farroupilha (IFF)
18/2004			
Ana Imanishi Rogge Nome anterior: Ana Imanishi-Rodriguez São Paulo-SP	Ciências Econômicas		Repórter de Ciência da Oficina de Informações – SP (2001)
Antônia do Socorro Pena da Gama CL. atual. jan. 2010 Belém-PA	Ciências Jurídicas		Educadora ambiental e pesquisadora do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM/1994-2006)
Dion Márcio Carvaló Monteiro CL. atual. jan. 2008 Belém-PA	Ciências Econômicas		Professor da Universidade da Amazônia (UNAMA); coordenador de Estudos e Pesquisas do Instituto Amazônia Solidária e Sustentável (AMAS)
Érica Monteiro Azevedo CL. atual. abr. 2011 Belém-PA	Geografia		Professora da Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC); técnica em Gestão do Meio Ambiente da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA/PA)

Nome	Formação Acadêmica	Número de Mestres/Ano de Conclusão	Atuação/Vínculo/Atividade
Fábia do Socorro da Cruz Martins CL. atual. jul. 2010 Belém-PA	História		Professora da Secretaria de Estado de Educação do Pará e da Faculdade da Amazônia
João Bosco Lissandro Reis Botelho CL. atual. set. 2011 Manaus-AM	Ciências Econômicas		Pesquisador B da Embrapa Amazônia Ocidental, Manaus-AM
José Carlos Matos Pereira CL. atual. fev. 2011 Belém-PA	Ciências Sociais		Pesquisador da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE/PA); Doutorado em Ciências Sociais em andamento
Josimara da Silva Almeida CL. atual. ago. 2009 Belém-PA	Ciências Econômicas		Economista do Banco da Amazônia (BASA)
Luís Cláudio Indriunas CL. atual. maio 2006 Belém-PA	Comunicação Social		Professor substituto da Universidade Federal do Pará (UFPA); Editor executivo do Jornal O Liberal (2004-2006)
Márcia Eloisa Melo Lasmar Nome atual: Márcia Eloisa Lasmar Bieri CL. atual. abr. 2011 Belém-PA	Pedagogia		Ex-chefe da Educação Indígena do Estado do Pará; trabalha com os índios Munduruku
Maria Antonieta Rocha dos Santos CL. atual. set. 2010 Belém-PA	Serviço Social		Professora Assistente da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Neusa Gonzaga de Santana Pressler CL. atual. jul. 2011 Belém-PA Mestre e doutora pelo NAEA	Comunicação Social		Professora e pesquisadora do Departamento de Comunicação Social e no Curso de Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura na Universidade da Amazônia (UNAMA). Coordena o Projeto de Extensão Sala de Situação da Criança e do Adolescente (SIT); Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA (2010).
Rosiane Pinheiro Palheta CL. atual. abr. 2011 Manaus-AM	Serviço Social		Professora da Faculdade Salesiana Dom Bosco (FSDB); assistente social da Fundação Hospital Adriano Jorge (FHAJ); assistente social da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) da Prefeitura de Manaus-AM
Rosilene Ferreira Gonçalves Silva CL. atual. maio 2011 Belém-PA	Pedagogia		Professora do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Pará (UEPA); pedagoga da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMPA)
Sandro Luís Bedin CL. atual. dez. 2010 Boa Vista-RR	Ciências Econômicas		Professor de Economia da Universidade Federal de Roraima (UFRR)
Sebastião Aluizio Solyno Sobrinho CL. atual. fev. 2009 Belém-PA	Engenharia Agrônoma		Analista Gerencial de Meio Ambiente do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM); Doutorado em andamento em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA
Sílvia Nádia Lopes Machado CL. atual. jan. 2010 Belém-PA	Serviço Social		Servidor Público do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE-PA); professor da Escola Superior Madre Celeste (ESMAC); servidor público da Prefeitura Municipal de Belém (PMB); assistente social do Governo do Estado do Pará
Wanderlino Demetrio Castro de Andrade CL. atual. out. 2010 Belém-PA Mestre e Doutor pelo NAEA	Ciências Econômicas		Economista e pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA (2009)
29/2005			
Ana Lúcia Cardoso do Nascimento CL. atual. jan. 2011 Belém-PA	Pedagogia		Professora da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA); professora da Universidade Federal do Pará (UFPA); Técnica em Assuntos Educacionais da UFPA; administradora escolar da Secretaria Executiva de Educação do Estado do Pará (SEDUC)

Nome	Formação Acadêmica	Número de Mestres/Ano de Conclusão	Atuação/Vínculo/Atividade
Antonio Esmerahdson de Pinho da Silva CL. atual. abr. 2011 Imperatriz-MA	Administração		Coordenador do Curso de Administração da Faculdade Atenas Maranhense (FAMA), Imperatriz-MA; Doutorado em andamento em Desenvolvimento Regional pela Universidade Santa Cruz do Sul
Antonio Neres Oliveira CL. atual. mar. 2011 Imperatriz-MA	Matemática		Professor e coordenador de Pós-Graduação da Faculdade de Imperatriz (FACIMP)
Carlos Sosthenes Filho CL. atual. dez. 2004 Imperatriz-MA	Odontologia		Professor da Faculdade de Imperatriz (FACIMP)
Cristiane Silva Nogueira CL. atual. fev. 2008 Belém-PA	Ciências Biológicas		Bióloga da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Pará
Edgar Oliveira Santos CL. atual. dez. 2008 São Luis-MA	Ciências Econômicas		Professor da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)
Edney Loiola CL. atual. mar. 2011 Imperatriz-MA Mestre e doutor pelo NAEA	Administração		Professor e pesquisador da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e da Faculdade Atenas Maranhense (FAMA, Imperatriz-MA); Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA (2010).
Enéas Nunes Rocha CL. atual. dez. 2010 Imperatriz-MA Mestre e doutor pelo NAEA	Ciências Econômicas		Professor da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e da Faculdade de Imperatriz (FACIMP); Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA (2010)
Eva de Fátima Grêlo da Silva CL. atual. set. 2005 Belém-PA	Ciências Biológicas		Bolsista da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Fábio Mendonça Santiago São Luis-MA	Ciências Jurídicas		Professor do Curso de Direito da Universidade UNICEUMA, servidor analista judiciário da Justiça Federal de 1º Grau, Subseção Judiciária de Imperatriz-MA
Francisco de Assis Carvalho de Almada CL. atual. set. 2009 São Luis-MA	Pedagogia		Professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
Francisco José de Moraes Alves São Luis-MA	História		Funcionário e Superintendente Estadual do Banco do Nordeste do Brasil, no estado do Maranhão, a partir de 2006
Geany Cleide Carvalho Martins CL. atual. jun. 2010 Belém-PA	Ciências Econômicas		Analista júnior do Banco da Amazônia – Direção Geral (BASA)
Janélder Eustáquio Barbosa da Costa CL. atual. jun. 2011 Imperatriz MA	Ciências Econômicas		Professor do Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão
José Antônio Magalhães Marinho CL. atual. dez. 2010 Belém-PA	Geografia		Professor e pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Márcia Pires Saraiva CL. atual. abr. 2010 Belém-PA	História		Pesquisadora do Arquivo Público do Pará (ARQPEP/2008-2010)
Marcio Douglas Brito Amaral CL. atual. abr. 2011 Belém-PA	Geografia		Professor e pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA); professor e pesquisador da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP); Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP/2011)
Marco Antonio Silva Lima CL. atual. mar. 2011 Belém-PA Mestre e doutor pelo NAEA	Administração		Professor da Universidade do Estado do Pará (UEPA); professor do Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (IESAM); professor da Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA); professor da Universidade da Amazônia (UNAMA); Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA (2010)

Nome	Formação Acadêmica	Número de Mestres/Ano de Conclusão	Atuação/Vínculo/Atividade
Marco Aurélio Dias Magalhães CL. atual. maio 2011 Belém-PA	Ciências Econômicas		Perito criminal do Centro de Perícia Científica Renato Chaves (CPC); técnico em administração e finanças do Instituto de Terras do Pará (ITERPA); professor do Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (IESAM); professor substituto da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Marco Aurélio Gonzaga Santos CL. atual. ago. 2011 Imperatriz-MA	Ciências Contábeis/ Direito		Professor Assistente da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em Imperatriz.
Michelly Rios Arévalo CL. atual. ago. 2011 Belém-PA	Agronomia		Colaborador-pesquisador da Secretaria de Agricultura do Estado do Pará (SAGRI); Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA, em andamento
Nelissa Peralta Bezerra CL. atual. jan. 2011 Belém-PA	Ciência Política		Coordenadora de pesquisa do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM)
Raimundo Nonato Barbosa Costa CL. atual. abr. 2010 São Luís-MA	Filosofia		Professor da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); voluntário da Rádio Nativa FM de Imperatriz; revisor do periódico Jornal Informativo Santa Teresa
Ricardo Scoles Cano CL. atual. mar. 2011 Santarém-PA	Ciências Biológicas		Professor e pesquisador da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA); Doutorado em Biologia (Ecologia) pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA/2010)
Roberto Carlos Romero Pinedo CL. atual. fev. 2009 Belém-PA	Agronomia		Doutorado em andamento em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA (2011)
Roselene de Souza Portela CL. atual. fev. 2011 Belém-PA	Serviço Social		Pesquisadora da Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em andamento em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA (UFPA)
Rui Alves de Andrade CL. atual. nov. 2009 São Luís-MA	Ciências Contábeis		Professor assistente da Universidade Federal do Maranhão e contador do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
Sandra Mônica da Silva Belém-PA	Serviço Social		Trabalhou no Pró-Paz Integrado do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves do Governo do Estado do Pará
Vicente Uparajara Coroa Filho CL. atual. maio 2009 Belém-PA	Ciências Econômicas		Supervisor administrativo da Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias (FUNPEA); professor e pesquisador da Faculdade Integrada Brasil Amazonas (FIBRA)
15/2006			
Ângela Cristina de França Iaghi CL. atual. mar. 2011 Imperatriz-MA	Turismo		Professora da Faculdade Atenas Maranhense (FAMA), Imperatriz-MA
Charles Benedito Gemaque Souza CL. atual. abr. 2011 Belém-PA	Geografia		Geógrafo-técnico em Gestão Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente do Estado (SEMA); pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Dorlice Souza Andrade Imperatriz-MA	Geografia		Diretora da Faculdade de Imperatriz (FACIMP), 2012; doutoranda em Ciência da Educação
Edineide Santos Coelho Belém-PA	Ciências Econômicas		Diretora do Departamento de Tributos Imobiliários (DETI) da Prefeitura Municipal de Belém
Guilherme da Silva Santos Junior CL. atual. dez. 2009 Belém-PA	Ciências Náuticas		Analista ambiental do Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte/Ibama (CEPNOR/IBAMA)
José Guilherme Carvalho da Silva CL. atual. fev. 2011 Belém-PA	História		Técnico em educação não formal da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional/PA (FASE)
José Ribamar Gomes CL. atual. abr. 2008 Imperatriz-MA	Ciências Econômicas		Professor da Universidade Estadual do Maranhão, Centro de Ensino Superior de Imperatriz
Luciana Sá Fernandes Parauapebas-PA	Ciências Econômicas		Auxiliar Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – Fórum da Comarca de Parauapebas

Nome	Formação Acadêmica	Número de Mestres/Ano de Conclusão	Atuação/Vínculo/Atividade
Milton Eduardo Andrade Tapia Dados obtidos na Secretaria do Programa Loja-Ecuador Mestre e Doutor pelo NAEA	Comunicação Social		Professor da Universidad Nacional de Loja (UNL). Mestrado em Docencia Universitaria e Investigación Educativa na UNL; Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA (2008)
Mirella Nascimento Carvalho CL. atual. set. 2010 São Luis-MA	Turismo		Professora do Instituto Federal do Maranhão (IFMA); servidora pública da Prefeitura Municipal de Imperatriz (PMI)
Patrícia Miranda Mendes CL. atual. abr. 2011 Belém-PA	Nutrição		Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA); professora do Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA);
Renilson Rodrigues da Silva CL. atual. abr. 2011 Manaus-AM	Ciências Econômicas		Funcionário da Fundação Centro de Análise Pesquisa e Inovação Tecnológica (FUCAPI-AM), atuando como Técnico-Analista na Coordenação Geral de Estudos Econômicos e Empresariais da Superintendência da Zona Franca de Manaus; professor do Centro Universitário do Norte (UNINORTE); professor do Centro Integrado de Ensino Superior do Amazonas (CIESA); professor do Instituto Superior de Administração e Economia (ISAE/FVG/AM); Doutorado em Economia Aplicada pela Universidade de São Paulo (USP/2011)
Rogério Henrique Almeida CL. atual. dez. 2010 Belém-PA	Comunicação Social		Professor da Universidade da Amazônia (UNAMA); professor da Faculdade do Pará (FAP)
Rosane Maria Albino Steinbrenner CL. atual. dez. 2010 Belém-PA	Comunicação Social/Jornalismo		Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Sheila do Socorro Lima Teixeira Nome atual: Sheila do Socorro Teixeira Gemaque CL. atual. jan. 2011 Belém-PA	Geografia		Bolsista de doutorado do CNPq; professora dos cursos do Plano Nacional de Qualificação Profissional do Governo Federal, pela Federação do Comércio dos Estados do Pará e Amapá (FETRACOM); doutoranda em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA (2008)
17/2007			
Adejard Gaia Cruz CL. atual. mar. 2011 Belém-PA	Ciências Econômicas		Servidor Público da Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia (SEDECT) do Pará
Alexandre Samarone Silva de Souza CL. atual. out. 2007 Belém-PA	Ciências Jurídicas		Professor da Universidade Estadual do Pará (UEPA); da Faculdade Integrada Brasil-Amazônia (FIBRA)
Dalton Marcelo Pardo Enriquez CL. atual. ago. 2010 Belém-PA	Engenharia Florestal		Bolsista de doutorado; doutorando em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA
Eduardo Lima dos Santos Gomes CL. atual. out. 2011 Belém-PA	Turismo		Professor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Elen Cristina da Silva Pessoa CL. atual. mar. 2011 Belém-PA	Ciências Econômicas		Economista do Banco da Amazônia (BASA); coordenadora executiva do Instituto Amazônia Solidária e Sustentável (IAMAS);
Hisakhana Pahoona Corbin CL. atual. jun. 2009 Belém-PA	Estudos Ambientais		Pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA); doutorando em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA
José Adriano Marini CL. atual. jan. 2011 Macapá-AP	Agronomia		Pesquisador da EMBRAPA na área de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar; doutorando em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA (2010)
José Nazareno Araújo dos Santos CL. atual. maio 2010 Belém-PA	Ciências Econômicas		Professor e pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA); professor da Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT); Doutorado em andamento pela Universidade Federal do Pará (UFPA)
Lilian Lopes Ribeiro CL. atual. fev. 2011 Fortaleza-CE	Ciências Econômicas		Professora da Faculdade Padrão (FP); Doutorado em andamento em Economia pela Universidade Federal do Ceará (UFC)

Nome	Formação Acadêmica	Número de Mestres/Ano de Conclusão	Atuação/Vínculo/Atividade
Lindomar de Jesus de Sousa Silva CL. atual. jul. 2011 Belém-PA	Ciências Sociais		Secretário da Cáritas Brasileira Regional Norte II e assessor pontual do Centro de Estudo História e Desenvolvimento e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e formador do Instituto de Pastoral Regional (IPAR); Doutorando em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA, Turma 2010
Márcia Janete Cunha Costa CL. atual. jan. 2009 Belém-PA	Ciências Econômicas		Professora da Faculdade Pan Amazonica (FAPAN) e da Escola Superior da Amazônia (ESAMAZ)
Massoud Tufi Salim Filho CL. atual. mar. 2011 Belém-PA	Estatístico		Estatístico da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Estado do Pará
Roberto Araújo Martins CL. atual. nov. 2010 Belém-PA	História		Professor da Prefeitura Municipal de Belém (PMB); orientador/UAB-Mídias da Universidade Federal do Pará (UFPA/2009-2012)
Rosane de Seixas Brito Araújo CL. atual. set. 2009 Belém-PA	Administração		Administradora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA
Sílvia Cristina Maia Olimpio CL. atual. abr. 2011 Altamira-PA	Ciências Econômicas		Professora do campus de Altamira da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Walena Soares Brasil Lopes CL. atual. out. 2004 Belém-PA	Ciências Sociais		Assessora da Procuradoria do Ministério Público de Contas do Estado do Pará (2012)
Yuko Hoshino CL. atual. out. 2008 Belém-PA	Sociologia		Pesquisadora colaboradora da Universidade Federal do Pará; analista: Cooperação econômica do Ministério das Relações Exteriores
22/2008			
Adebaro Alves dos Reis CL. atual. fev. 2011 Belém-PA	Ciências Econômicas		Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) e no <i>Campus</i> de Castanhal; doutorando em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA
Ana Carolina Pimenta CL. atual. jun. 2011 Belém-PA	Comunicação Social		Jornalista da Assessoria de Comunicação da Universidade Federal do Pará; coordena a Assessoria de Comunicação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia
André Rodrigues Bello Belém-PA	Ciências Econômicas		Técnico de Administração e Finanças do Governo do Estado do Pará
Aurilene dos Santos Ferreira CL. atual. abr. 2011 Belém-PA	Ciências Sociais		Pesquisadora do Observatório de Estudos de Defesa (OBED) da UFPA
Cristina Santos Amorim CL. atual. abr. 2011 Belém-PA	Administração		Bolsista CNPq
Daniel Farias Paula CL. atual. jul. 2011 Fortaleza-CE	Engenharia Civil		Professor da Faculdade Estácio do Ceará - CE
Edgar Monteiro Chagas Junior CL. atual. jan. 2011 Belém-PA	Geografia		Pesquisador do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); professor do Governo do Estado do Pará
Jeanne Vinagre Alcântara CL. atual. abr. 2011 Belém-PA	Ciências Sociais		Servidora da Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará
João de Deus Barbosa Nascimento Júnior CL. atual. abr. 2011 Belém-PA	Ciências Econômicas		Analista da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa-Amazônia Oriental), em Belém-PA
João Paulo Guinalz CL. atual. abr. 2011 São Paulo-SP	Ciências Jurídicas		Conciliador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP); colaborador da Defensoria Pública da União – São Paulo-SP
Luciane Cristina Costa Soares CL. atual. mar. 2011 Belém-PA	Ciências Contábeis		Doutoranda em Desenvolvimento Rural na Universidad Autónoma Metropolitana (UAM-Xochimilco), na cidade do México (2009)
Maria Betanha Cardoso Barbosa CL. atual. abr. 2011 Santarém-PA	Geografia		Professora da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA); pesquisadora da Associação das Universidades Amazônicas (UNAMAZ)
Maria Madalena Costa Freire CL. atual. maio 2009 Belém-PA	Ciências Econômicas		Pesquisadora da Universidade Federal do Pará (UFPA)

Nome	Formação Acadêmica	Número de Mestres/Ano de Conclusão	Atuação/Vínculo/Atividade
Monaldo Begot Silva Junior CL. atual. jun. 2011 Belém-PA	Administração		Servidor público da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará, cedido para a Universidade Federal do Pará, onde atua como pesquisador; professor tutor do Curso a Distância de Especialização em Gestão Pública, do Programa Nacional de Formação em Administração Pública, ofertado pela Universidade Federal do Pará
Myrian Sá Leitão Barbosa CL. atual. mar. 2011 Santarém-PA	Ciências Biológicas		Professora da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA); pesquisadora da Operação Amazônia Nativa (OPAN)
Nairo Rildo dos Santos CL. atual. jun. 2011 Belém-PA	Ciências Econômicas		Funcionário da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); professor universitário
Narda Margareth Carvalho Gomes de Souza CL. atual. out. 2011 Belém-PA	Pedagogia		Servidora Pública Federal da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); professora da Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA) e Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (IESAM); doutoranda em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA
Nilson Luiz Costa CL. atual. abr. 2011 Belém-PA	Ciências Econômicas		Professor e pesquisador da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA); professor da Universidade da Amazônia (UNAMA)
Omar Numa Abrahão CL. atual. mar. 2008 Belém-PA	Engenharia Civil		Pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Silvaneide Santos de Queiroz CL. atual. maio 2011 Curitiba-PR	Ciências Econômicas		Tutora da Universidade Norte do Paraná (UNOPAR/2009-2010); Doutorado em andamento em Engenharia Agrícola pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Válber de Almeida Pires Pires CL. atual. ago. 2011 Belém-PA	Ciências Sociais		Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA); desenvolve sua tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Vânia Lúcia Quadros Nascimento CL. atual. mar. 2011 Belém-PA	Turismo		Servidora pública da Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia (SEDECT); consultora em Planejamento e Gestão em Turismo da AmazonTuris - Planejamento e Gestão em Turismo Ltda. (AMAZONTURIS); Consultora da Prática Consultoria Integrada (PRÁTIKA);
21/2009			
Adalberto Portilho Costa CL. atual. out. 2010 Belém-PA	Pedagogia		Professor e pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Adelaide Maria Pereira Nacif Belém-PA	Geografia		Coordenadora da Coordenação de Defesa Civil (CORDEC) da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)
Aline Fernanda Wisniewski Dias CL. atual. fev. 2009 Belém-PA	Administração		Coordenadora de Cooperação de Políticas da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)
Anderson Rodrigo Tavares Silva CL. atual. jun. 2011 Belém-PA	História		Professor de História junto à Secretaria Estadual de Educação do Pará (SEDUC)
Bruno César Pereira Malheiro CL. atual. out. 2010 Belém-PA	Geografia		Professor e pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Cassiano Figueiredo Ribeiro CL. atual. maio 2011 Belém-PA	Ciências Econômicas		Economista da Companhia de Habitação do Pará cedido para o Instituto de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental do Pará (IDESP), onde exerce o cargo de Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural; professor da Faculdade de Tecnologia da Amazônia.
Edelvira Maria Sinimbu de Lima Damasceno CL. atual. fev. 2009 Belém-PA	Agronomia		Coordenadora da Coordenação de Estudo, Elaboração e Avaliação dos Planos de Desenvolvimento (CEAD) da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)
Edson de Jesus Antunes Corrêa CL. atual. abr. 2011 Belém-PA	Ciências Sociais		Professor da Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC)

Nome	Formação Acadêmica	Número de Mestres/Ano de Conclusão	Atuação/Vínculo/Atividade
Everaldo de Vasconcelos Martins CL. atual. set. 2011 Belém-PA	Agronomia		Assessor da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)
Fábio Araújo Fernandes CL. atual. mar. 2011 Florianópolis-SC	Tecnologia em Processamento de Dados		Doutorado em andamento em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, (UFSC)
Francisco de Assis Pinto Bezerra CL. atual. fev. 2010 Marituba-PA	Ciências Econômicas		Economista da Prefeitura Municipal de Marituba-PA
Gilberto Takashi Suzuki CL. atual. ago. 2011 Belém-PA	Administração		Professor do Curso de Comunicação Social e pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Marketing Tecnológico da Universidade da Amazônia (UNAMA); consultor e instrutor credenciado pelo Sebrae; instrutor do Empretec
Jorgiene dos Santos Oliveira CL. atual. out. 2011 Belém-PA	Sociologia		Assessora da Secretaria de Pesca e Aquicultura do Pará (SEPAQ); professora da Faculdade de Castanhal (FCAT)
Lidiane de Souza Silva CL. atual. fev. 2011 Belém-PA	Agronomia e Biologia		Extensionista Rural I da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (EMATER – PARÁ)
Lúcia Cristina Gama de Andrade CL. atual. mar. 2011 Belém-PA	Administração		Professora da Escola Superior Madre Celeste (ESMAC); bolsista da Universidade do Estado do Pará (UEPA)
Mara Rúbia Muniz Monteiro CL. atual. jan. 2011 Belém-PA	Ciências Sociais/Bacharelado em Turismo		Coordenadora de Planejamento e Gestão do Instituto Brasileiro Socioambiental (IBRASA)
Milene Risuenho Lauande Belém-PA	Geografia		Vereadora de Belém (2012); Professora da rede estadual de ensino do Pará; Coordenadora dos Infocentros do Programa NAVEGAPARÁ no Governo Ana Júlia
Raphael de Paiva Barbosa CL. atual. jan. 2011 Belém-PA	Ciências Econômicas		Técnico de administração e finanças da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará (FAPESPA); professor do Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA)
Sandra Maria Ramos Luchessoli Belém-PA	Pedagogia		Técnica em Assuntos Educacionais da Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) – Gerência Executiva de Desenvolvimento Social (GEDES)
Sildo Pedro Sousa Cordovil CL. atual. fev. 2011 Belém-PA	Ciências Sociais		Sociólogo da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (EMATER/PA)
Yonah Lêda Vieira Figueira CL. atual. maio 2011 Belém-PA	Nutrição		Coordenadora da Escola Superior da Amazônia (ESAMAZ); professora e pesquisadora da Universidade Federal do Pará (UFPA); servidora da Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA)
17/2010			
Aiala Colares de Oliveira Couto CL. atual. abr. 2011 Belém-PA	Geografia		Professor da Universidade do Estado do Pará (UEPA); professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA); professor do Sistema de Ensino Universo (SEU)
Armando Wilson Tafner Junior CL. atual. abr. 2011 Belém-PA	Ciências Econômicas		Doutorando em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA, a partir de 2011
Diana Priscila Sá Alberto CL. atual. abr. 2011 Belém-PA	Turismo		Professora da Faculdade Ipiranga (FACIP); professora da Faculdade Pan Amazônica (FAPAN)
Eraldo Souza do Carmo CL. atual. out. 2011 Breves-PA	Pedagogia		Professor da Universidade Federal do Pará - Campus Universitário do Marajó/Breves
Haroldo de Souza CL. atual. ago. 2010 Marabá-PA	Agronomia		Professor da Universidade Federal do Pará - Campus Marabá
Iane Maria da Silva Batista CL. atual. set. 2011 Belém-PA	História		Professora de História de ensino fundamental e médio da rede pública estadual de ensino; professora em instituições privadas de ensino superior; Doutoranda em História pela UFPA

Nome	Formação Acadêmica	Número de Mestres/Ano de Conclusão	Atuação/Vínculo/Atividade
Jacira Brito Silva CL. atual. jan. 2011 São Luis-MA	Geografia		Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
Jayne Isabel da Cunha Guimarães Chiacchio CL. atual. fev. 2009 Belém-PA	Ciências Econômicas		Ex-bolsista do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
Joana Cláudia Aleixo de Amorim CL. atual. fev. 2011 Belém-PA	Administração		Ex-bolsista do NAEA
Jovenildo Cardoso Rodrigues CL. atual. out. 2011 Belém-PA	Geografia		Pesquisador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PPGCS/UFAM, UFPA/ NAEA); Projeto Incubadoras de Políticas Públicas da Amazônia e Projeto Expansão da Fronteira Agropecuária e Desenvolvimento Regional na Amazônia
Leonardo Milanez de Lima Leandro CL. atual. set. 2011 Belém-PA	Administração		Pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA); bolsista de doutorado
Leonela Guimarães da Silva CL. atual. set. 2011 Cuiabá-MT	Ciências Econômicas		Professora da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)
Marcílio Alves Chiacchio CL. atual. jan. 2011 Belém-PA	Ciências Econômicas		Analista econômico do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON)
Mário Jorge Santos Pinheiro CL. atual. set. 2010 Belém-PA	Ciências Econômicas		Bolsista do Instituto de Desenvolvimento Econômico Social do Pará (IDESP); professor da Escola Superior Madre Celeste (ESMAC)
Reiko Muto CL. atual. fev. 2009 Belém-PA	Administração		Professora pesquisadora da Universidade Federal do Pará
Tatylene do Socorro Campos Freire CL. atual. abr. 2011 Belém-PA	Ciências Econômicas		Bolsista DTI/CNPq da Agência de Inovação Tecnológica – UFPA/UNIVERSITEC
Vinicius Correia Santos CL. atual. maio 2011 Rio de Janeiro-RJ	Ciências Econômicas		Doutorado em andamento em Serviço Social (Conceito CAPES 6), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Fonte: Base de dados *Currículo Lattes* do CNPq e outras fontes na internet como, por exemplo, o Google, 2010-2011

Nota: Produção da autora

APÊNDICE B – Doutores titulados pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPDSTU) – Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (DSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) com atuação profissional, 1999-2010

Nome	Formação Acadêmica	Número de Doutores/ Ano de Conclusão	Atuação/Atividade/Vínculo
8/1999			
André Luiz Lopes de Souza CL atual. mar. 2009 Belém-PA Mestre e Doutor pelo NAEA	Engenharia Florestal		Professor e pesquisador da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), cedido ao Ministério da Integração Nacional para exercer o cargo de Gerente da Gerência de Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Inovação (GEMAM) da Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), atual SUDAM
Daniel Chaves de Brito CL atual. mar. 2011 Belém-PA Mestre e Doutor pelo NAEA	Ciências Sociais		Professor e pesquisador da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Elizabeth Teixeira CL atual. mar. 2011 Belém-PA	Enfermagem		Professora do Curso de Graduação em Enfermagem e Mestrado em Educação da Universidade do Estado do Pará (UEPA); Pós-Doutora pela Universidade de Coimbra, Portugal; atual Diretora de Educação da Associação Brasileira de Enfermagem – Nacional Gestão 2010-2013
Ezequiel Carneiro dos Santos CL atual. 2001 Belém-PA	Engenharia Química		Professor e pesquisador da Faculdade de Engenharia Química do Instituto Tecnológico da Universidade Federal do Pará (UFPA)
José Alberto da Costa Machado CL atual. fev. 2011 Belém-PA	Administração		Professor e pesquisador do Departamento de Economia e Análise da Faculdade de Estudos Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PRODERE) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM); desenvolve estudos econômicos e empresariais na Zona Franca de Manaus e Pólo Industrial de Manaus
Leila Mourão CL atual. fev. 2011 Belém-PA Mestre e Doutor pelo NAEA	História		Professora e pesquisadora da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Marco Aurélio Arbage Lôbo CL atual. fev. 2011 Belém-PA Mestre e Doutor pelo NAEA	Arquitetura e Urbanismo		Professor e pesquisador do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade da Amazônia (UNAMA); Servidor Público/Técnico de nível Superior do Governo do Estado do Pará
Vivien Diesel CL atual. jul. 2011 Santa Maria-RS No CL Ano de Obtenção: 2000	Engenharia Florestal		Professora e pesquisadora do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
3/2001			
Heloisa Pacheco-Ferreira CL atual. out. 2010 Rio de Janeiro-RJ	Medicina		Professora e pesquisadora da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Maria das Dores de Jesus Machado CL atual. out. 2007 Manaus-AM	Enfermagem		Professora aposentada da Universidade Federal do Amazonas; atualmente é professora e pesquisadora da Universidade do Estado do Amazonas
Maurílio de Abreu Monteiro CL atual. abr. 2011 Belém-PA Mestre e Doutor pelo NAEA	História		Professor e pesquisador do NAEA da Universidade Federal do Pará (UFPA); Ex-Secretário de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia (2007-2010) do Pará
7/2002			
Adagenor Lobato Ribeiro CL atual. out. 2010 Belém-PA	Processamento de Dados		Professor e pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA); Coordenador Geral de Elaboração e Avaliação dos Planos de Desenvolvimento da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); Coordenador da construção do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia

Nome	Formação Acadêmica	Número de Doutores/ Ano de Conclusão	Atuação/Atividade/Vínculo
Ana Cristina Mendes de Oliveira CL atual. dez. 2010 Belém-PA	Ciências Biológicas		Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Pará (UFPA); pesquisadora colaboradora do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)
Karla Tereza Silva Ribeiro CL atual. out. 2010 Belém-PA	Biomedicina		Professora e pesquisadora do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Leonilde dos Santos Rosa CL atual. jul. 2010 Belém-PA	Engenharia Florestal		Professora e pesquisadora da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)
Luis Henrique Hermínio Cunha CL atual. fev. 2011 Campina Grande-PB	Comunicação Social / Jornalismo		Professor e pesquisador da Universidade Federal de Campina Grande
Montserrat Rios Almeida CL atual. out. 2004 Quito-Ecuador	Ciências Biológicas		Pesquisadora colaboradora e Curadora do Herbário de Etnobotânica da Universidade de San Francisco de Quito
Vera Lúcia Scaramuzzini Torres CL atual. set. 2004 Belém-PA	Enfermagem		Professora da Universidade do Estado do Pará (UEPA); enfermeira do Núcleo de Ensino e Pesquisa da Fundação HEMOPA – Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará
9/2003			
Ana Laura dos Santos Sena CL atual. mar. 2011 Belém-PA	Ciências Econômicas		Pesquisadora da EMBRAPA Amazônia Oriental; professora do Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (IESAM)
Andréa Bittencourt Pires Chaves CL atual. fev. 2011 Belém-PA	Ciências Sociais		Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Pará (UFPA); atual Diretora da Faculdade de Sociologia (2010-Atual)
Janari da Silva Pedrosa CL atual. abr. 2011 Belém-PA	Psicologia		Professor da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Pará (UFPA); membro da Sociedade Rorschach de São Paulo
José Heder Benatti CL atual. fev. 2011 Belém-PA	Direito		Professor e pesquisador do Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará (UFPA); Ex-Presidente do Instituto de Terras do Pará (ITERPA) (2007-2010)
Luiza Carla Girard Teixeira Machado CL atual. jan. 2011 Belém-PA	Engenharia Civil		Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Pará (UFPA); Coordenadora do Laboratório de Controle de Qualidade da Água; Presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES); Pós-Doutorado na Universidade de Valladolid-Espanha
Manuel José Sena Dutra CL atual. jan. 2011 Belém-PA	Comunicação Social / Jornalismo		Professor do Curso de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Raimunda Nonata Monteiro CL atual. abr. 2011 Santarém-PA Mestre e Doutora pelo NAEA	Comunicação Social		Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)
Sandra Maria Rickmann Lobato CL atual. jan. 2010 Belém-PA	Psicologia		Professora da Universidade da Amazônia (UNAMA); psicóloga e pesquisadora do Hospital da Santa Casa de Misericórdia do Pará
Walterlina Barboza Brasil CL atual. dez. 2010 Porto Velho-RO	Pedagogia		Professora e pesquisadora da Universidade Federal de Rondônia (UNIR); Consultora UNAMAZ, UNESCO
20/2004			
Antônio Carlos Maciel CL atual. abr. 2011 Porto Velho-RO	Filosofia e Pedagogia		Professor e pesquisador da Universidade Federal de Rondônia (UNIR); Diretor do <i>Campus</i> de Ariquemes (2009-2013)
Antônio Cláudio Barbosa Rabello CL atual. abr. 2011 Porto Velho-RO	História		Professor e pesquisador da Universidade Federal de Rondônia (UNIR); pesquisador do Laboratório de Geografia e Planejamento Ambiental (LABOGEOPA); pesquisador do Grupo de Pesquisa Estado e Poder no Brasil
Arimar Leal Vieira CL atual. dez. 2007 Belém-PA	Matemática		Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Pará (UFPA); coordenadora de sub-projeto do MEGAM-NAEA/MPEG/PMB/UFPA
Carolina Rodrigues da Costa Dória CL atual. abr. 2011 Porto Velho-RO	Ciências Biológicas		Professora e pesquisadora da Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Nome	Formação Acadêmica	Número de Doutores/ Ano de Conclusão	Atuação/Atividade/Vínculo
Dante Ribeiro da Fonseca CL atual. mar. 2010 Porto Velho-RO	História		Professor e pesquisador do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia (UNIR); pesquisador de História da Amazônia
Dorisvalder Dias Nunes CL atual; abr. 2011 Porto Velho-RO	Geografia		Professor e pesquisador da Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
Fernanda Carla Tavares da Costa Santos CL atual. jun. 2000 Manaus-AM	Agronomia		Professora da Universidade Federal do Amazonas
João Vicente André CL atual. abr. 2011 Porto Velho-RO	Ciências Econômicas		Professor e pesquisador da Universidade Federal de Rondônia (UNIR); Doutor em Teologia; Pós-Doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul
José Jorge Valdez-Pizarro CL atual. jun. 2008 Belém-PA	Arquitetura		Professor e coordenador do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (IESAM); coordenador da Especialização em Gestão Ambiental do IESAM
Luciana Miranda Costa CL atual. fev. 2011 Belém-PA Mestre e Doutora pelo NAEA	Comunicação Social		Professora e pesquisadora da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará (UFPA); pesquisadora do CNPq; coordenadora do Projeto Rádio Web da UFPA
Marco Antônio Domingues Teixeira CL atual. jul. 2010 Porto Velho-RO	História		Professor e pesquisador do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia (UNIR); bolsista pesquisador da Fundação Rio Madeira (RIOMAR)
Maria das Graças Silva Nascimento Silva CL atual. mar. 2011 Porto Velho-RO	Geografia		Professora e pesquisadora do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR); coordenadora do Mestrado em Geografia; ex Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão da UNIR
Mariluce Paes Souza CL atual. dez. 2010 Porto Velho-RO	Administração de Empresas		Professora e pesquisadora da Universidade Federal de Rondônia (UNIR); pesquisadora-doutora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Agronegócio Rondoniense (IEPAGRO); Coordenadora do Centro de Estudos em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – CEDSA; Pós-Doutorado na Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS);
Mário Lúcio de Souza Monteiro CL atual. mar. 2011 Belém-PA	Ciências Sociais		Professor da Escola Superior da Amazônia (ESAMAZ)
Nelvio Paulo Dutra Santos CL atual. fev. 2010 Boa Vista-RR	História		Professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR); membro do Comitê Científico UFRR do Programa de Iniciação Científica PIBIC
Orenzio Soler CL atual. abr. 2011 Rio de Janeiro-RJ	Farmácia		Professor e pesquisador do Programa de Farmácia Social do Departamento de Medicamentos da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Sérgio Luiz de Medeiros Rivero CL atual. abr. 2011 Belém-PA	Ciências Econômicas		Professor e pesquisador do Curso de Economia da Universidade Federal do Pará (UFPA); Pós-Doutorado na Columbia University
Silvio Rodrigues Persivo Cunha CL atual. fev. 2011 Porto Velho-RO Mestre e Doutor pelo NAEA	Ciências Econômicas		Professor e pesquisador da Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
Theophilo Alves de Souza Filho CL atual. dez. 2010 Porto Velho-RO	Administração de Empresas		Professor e pesquisador da Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
Wilma Suely Batista Pereira CL atual. fev. 2011 Porto Velho-RO	Enfermagem		Professora e pesquisadora da Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
16/2005			
Ana Cristina Pimentel Carneiro de Almeida CL atual. dez. 2009 Castanhal-PA	Educação Física		Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Pará (UFPA) - <i>Campus</i> de Castanhal; ex-vice-coordenadora do <i>Campus</i> de Castanhal/UFPA

Nome	Formação Acadêmica	Número de Doutores/ Ano de Conclusão	Atuação/Atividade/Vínculo
Antônio Carlos Reis de Freitas CL atual. nov. 2010 Belém-PA	Agronomia		Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)
Durbens Martins Nascimento CL atual. abr. 2011 Belém-PA Mestre e Doutor pelo NAEA	Ciências Sociais		Professor e pesquisador do NAEA da Universidade Federal do Pará (UFPA); consultor do Instituto ACERTAR; avaliador do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES); diretor de Unidade de Programas e Projetos de Extensão da UFPA
Frederico Luiz Silva Caheté CL atual jul. 2006 Recife-PE	Biologia		Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Girolamo Domenico Treccani CL atual. fev. 2011 Belém-PA	Ciências Jurídicas / Teologia		Professor e pesquisador do Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará (UFPA); consultor jurídico da Comissão Pró-Índios; assessor chefe do Instituto de Terras do Pará (ITERPA)
José Antonio Rada Perez La Paz-Bolivia	Ciências Econômicas		Professor da Universidad Mayor de San Andrés (UMSA); pós-graduado em Desenvolvimento de Microrregiões e Áreas de Assentamento Rural (Centro de Estudios Regionales Urbano Rurales - Israel); experiência na elaboração de projetos de desenvolvimento e planejamento em áreas tropicais.
Lindemberg Lima Fernandes CL atual. mar. 2011 Belém-PA	Engenharia Civil		Professor e pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira CL atual. mar. 2011 Recife-PE	Ciências Sociais		Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF); professora-colaboradora da Colônia de Pescadores da Vila Angari-Juazeiro-Bahia; professora-colaboradora do Assentamento de Reforma Agrária Terra da Liberdade; professora do Comitê de Ética em Estudos Humanos e Animais (CETHUMA); capacitadora do Comitê das Associações de Agricultores Familiares (COAGRIFAM); coordenadora do Núcleo Temático Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (NUTEMA)
Luiza Elayne Correa Azevedo CL atual. fev. 2011 Manaus-AM	Comunicação Social		Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Marianne Kogut Eliasquevici CL atual. jun. 2009 Belém-PA	Matemática		Professora e pesquisadora do Instituto de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Marilena Loureiro da Silva CL. atual. maio 2011 Belém-PA Mestre e Doutor pelo NAEA	Pedagogia		Professora do Departamento de Administração e Planejamento da Educação do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA); diretora de Projetos Educacionais da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação - PROEG
Milton Cordeiro Farias Filho CL atual. abr. 2011 Belém-PA Mestre e Doutor pelo NAEA	Ciências Sociais		Professor do Mestrado em Administração da Universidade da Amazônia (UNAMA); servidor da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA); professor-colaborador e pesquisador do Mestrado em Ciência Política da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Ronaldo Lopes Rodrigues Mendes CL atual. abr. 2011 Belém-PA	Geologia		Professor e pesquisador do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA) da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Rosemary Ferreira de Andrade CL atual. abr. 2011 Macapá-AP	Enfermagem e Obstetrícia		Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP); Consultora do Governo do Estado do Amapá; Ex-Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da UNIFAP

Nome	Formação Acadêmica	Número de Doutores/ Ano de Conclusão	Atuação/Atividade/Vínculo
Sérgio Roberto Bacury de Lira CL. atual. jan. 2011 Belém-PA Mestre e Doutor pelo NAEA	Economia		Professor e pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA); Secretário de Estado da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF); conselheiro regional do Conselho Regional de Economia (CORECON); Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (UFPA/2005)
Voyner Ravena-Cañete, CL atual fev. 2011 Belém-PA	História		Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Pará (UFPA)
7/2006			
Andréia Cristina Brito Pinto CL atual. abr. 2011 Belém-PA	Biologia		Pesquisadora Assistente do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON)
Carlos Alexandre Leão Bordalo CL atual. mar. 2011 Belém-PA	Geografia		Professor e pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA); Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia; Vice-Coordenador do Curso de Geografia
Denise Machado Cardoso CL atual. mar. 2011 Belém-PA	História		Professora-pesquisadora do Laboratório de Antropologia da Universidade Federal do Pará (UFPA); coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Vice-Coordenadora do Grupo NOSMULHERES; membro do GEPEM; pesquisadora do <i>Latin American Studies Association (LASA)</i> -EUA
Eliane Cristina Pinto Moreira CL atual. mar. 2011 Belém-PA	Direito		Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Pará (UFPA); Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará (MPE); professora do Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA); professora da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Pará (ESMP)
Hildegard Magdalena Klever Krause CL atual. dez. 2010 Goiânia-GO	Psicologia		Professora da Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Lilian Maria Moser CL atual. jun. 2011 Porto Velho-RO	História		Professora e pesquisadora da Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
Manoel Alves da Silva atual. fev. 2011 Belém-PA Mestre e Doutor pelo NAEA	Ciências Sociais		Professor do curso de Direito e de Gestão Ambiental da Faculdade Ideal (FACI); professor de Pós-Graduação da Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA); coordenador municipal do Projovem Trabalhador; professor da Escola Superior Madre Celeste (ESMAC); professor da Faculdade de Castanhal (FCAT); consultor de pesquisa da Federal dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas do Norte (FETIMN)
14/2007			
Aline Maria Meiguins de Lima CL atual. fev. 2011 Belém-PA	Geologia		Professora e pesquisadora da Universidade do Estado do Pará (UEPA) e do Centro de Estudos Superiores do Pará (CESUPA); analista em recursos hídricos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará (SEMA)
Antonio Sérgio Monteiro Filocreão CL atual. dez. 2010 Macapá-AP	Agronomia		Professor, pesquisador e Vice-Reitor da Universidade Federal do Amapá
Cláudia Maria Melo Diogo Soler CL atual. mar. 2010 Belém-PA	Administração		Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA); Vice-Diretora da Faculdade de Administração da UFPA
Edila Arnaud Ferreira Moura CL atual. dez. 2010 Belém-PA	Ciências Sociais		Professora e pesquisadora da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
Erika Matsuno Nakazono CL atual. abr. 2010 Manaus-AM	Ciências Biológicas		Professora da Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

Nome	Formação Acadêmica	Número de Doutores/ Ano de Conclusão	Atuação/Atividade/Vínculo
Ester Roseli Baptista CL atual jan. 2010 Belém-PA	Farmácia		Professora e pesquisadora da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Fabrcio Quadros Borges CL atual. abr. 2011 Belém-PA	Administração		Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA); pesquisador da Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia (FIDES); professor e pesquisador do Programa de Mestrado em Administração da Universidade da Amazônia (UNAMA); Pós-Doutorado no Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN) da Universidade de São Paulo (USP)
José Bittencourt da Silva CL. atual. maio 2011 Belém-PA Mestre e Doutor pelo NAEA	Ciências Sociais		Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação PPGED do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Kemel Amin Bitencourt Kalif CL atual. jan. 2010 Campinas-SP	Agronomia		Pesquisador Post-Doc da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); pesquisador do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)
Liane do Socorro Bastos Brito CL atual. mar. 2011 Belém-PA	Arquitetura e Urbanismo		Professora da Faculdade Ipiranga; coordenadora de Políticas e Planejamento Territorial da Secretaria de Estado de Integração Regional (SEIR)
Luiz Guilherme Teixeira Silva CL atual. nov. 2010 Belém-PA	Geologia		Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); pesquisador do Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental
Marcelo Ferreira Torres CL atual. ago. 2009 Belém-PA	Ciências Biológicas		Professor e pesquisador do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Castanhal (IFPA); pesquisador associado do Laboratório de Dinâmica, Avaliação e Manejo de Estoques Pesqueiros da Faculdade de Oceanografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Pará (UFPA); professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da Universidade Federal do Pará (UFPA); coordenador do Núcleo de Pesquisa Aplicada em Pesca e Aquicultura – Norte 3 e coordenador do Grupo de Estudos Pesqueiros e Aquícolas – GEPAq
Marília Ferreira Emmi CL atual. mar. 2011 Belém-PA Mestre e Doutora pelo NAEA	Ciências Sociais		Professora e pesquisadora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Rinaldo Ribeiro Moraes CL. atual. abr. 2011 Belém-PA Mestre e Doutor pelo NAEA	Ciências Econômicas		Professor e pesquisador da Faculdade Ideal (FACI); coordenador de Curso de MBA em Gestão Empresa da Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA); professor do Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (IESAM); economista do Governo Federal - Ministério da Integração Regional (SUDAM); Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, pelo NAEA / Universidade Federal do Pará (2007)
13/2008			
Adalberto Carvalho Ribeiro CL atual. ago. 2010 Macapá-AP	Pedagogia e Direito		Professor e pesquisador da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Advogado atuando em Escritório de Advocacia
Alexandre Magno de Melo Faria CL atual. abr. 2011 Cuiabá-MT	Ciências Econômicas		Professor e pesquisador da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
Ana Maria Guerra Seráfico Pinheiro CL atual. fev. 2011 Belém-PA	Engenharia Civil		Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Pará (UFPA)
André Luís Assunção de Farias CL. atual. fev. 2011 Belém-PA Mestre e Doutor pelo NAEA	Ciências Sociais		Professor da Faculdade Ideal (FACI); Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (UFPA/2008)

Nome	Formação Acadêmica	Número de Doutores/ Ano de Conclusão	Atuação/Atividade/Vínculo
Assunção José Pureza Amaral CL atual. abr. 2008 Mestre e Doutor pelo NAEA	Ciências Sociais		Professor da Escola Superior da Amazônia (ESAMAZ); pesquisador da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC); professor da Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC)
Emina Márcia Nery dos Santos CL atual. out. 2010 Belém-PA	Pedagogia e Direito		Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Pará (UFPA); consultora do UNICEF no programa EDUCAMAZÔNIA;
Manoel de Jesus de Souza Pinto CL atual. abr. 2011 Macapá-AP	Ciências Sociais		Professor e pesquisador da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP); Pós-Doutorado CNRS – Guyane, 2010-
Márcia Jucá Teixeira Diniz CL atual. mar. 2011 Belém-PA	Economia		Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Milton Eduardo Andrade Tapia Dados obtidos na Secretaria do Programa Loja-Ecuador Mestre e Doutor pelo NAEA	Comunicação Social		Professor da Universidad Nacional de Loja (UNL). Mestrado em Docencia Universitaria e Investigación Educativa na UNL
Nadia Magalhães da Silva Freitas CL atual. abr. 2011 Belém-PA	Nutrição		Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Otacílio Amaral Filho CL atual. abr. 2011 Belém-PA	Comunicação Social/ Jornalismo		Professor e pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA); Vice-Coordenador do Curso de Comunicação Social da UFPA; coordenador de Programa da Universidade Aberta do Brasil (UAB)
Raul Ivan Raiol de Campos CL atual. nov. 2010 Belém-PA	Turismo		Professor e pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Rosângela Dutra de Moraes CL atual. abr. 2011 Manaus-AM	Psicologia		Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
13/2009			
Cláudia Maria do Socorro Cruz Fernandes Chelala CL atual. mar. 2011 Macapá-AP	Economia		Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP); membro do Comitê do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq/UNIFAP)
Constantino Pedro de Alcântara Neto CL atual. mar. 2011 Belém-PA	Engenharia Florestal		Professor do Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (IESAM), da Faculdade de Estudos Avançados do Pará (FEAPA) e da Faculdade Metropolitana da Amazônia (FAMAZ); pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA); Secretário Adjunto de Estado da Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura (SEPAQ)
Daniela dos Santos Santana CL atual. abr. 2011 Belém-PA	Ciências Biológicas		Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Gilson da Silva Costa CL. atual. fev. 2010 Belém-PA Mestre e Doutor pelo NAEA	Ciências Sociais		Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Guilhermina Maria Vieira Cayres CL. atual. abr. 2011 Belém-PA Mestre e Doutora pelo NAEA	Agronomia		Pesquisadora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); coordenadora do Núcleo de Planejamento do Governo do Estado do Pará – Secretaria de Estado de Integração Regional (SEIR); consultora do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLORA)
Helena Doris de Almeida Barbosa Quaresma CL. atual. abr. 2011 Belém-PA Mestre e Doutor pelo NAEA	Turismo		Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Pará (UFPA); pesquisadora do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG); Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (2009)

Nome	Formação Acadêmica	Número de Doutores/ Ano de Conclusão	Atuação/Atividade/Vínculo
Jacqueline Cunha da Serra Freire CL. atual. set. 2010 Redenção-CE Mestre e doutor pelo NAEA	Pedagogia		Professora da Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB); Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA, Universidade Federal do Pará (UFPA/2009)
Lucinaldo da Silva Blandtt CL atual. fev. 2011 Belém-PA	Pedagogia		Professor da Faculdade Pan-Americana (FPA); coordenador do Movimento Promotores da Vida e Cidadania (PROVIDA)
Marcelo Ferreira Torres CL atual. ago. 2009 Belém-PA	Ciências Biológicas		Professor do ensino básico, técnico e tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - Campus Castanhal (IFPA); pesquisador do IFPA; professor do ensino básico, técnico e tecnológico da Universidade Federal do Pará (UFPA); pesquisador da UFPA; pesquisador da Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura (SEPAQ)
Maria Luiza Almeida Cunha de Castro CL atual. abr. 2011 Macapá-AP	Arquitetura e Urbanismo		Professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); professora assistente da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)
Mary Lucy Mendes Guimarães CL atual. jun. 2011 Belém-PA	Engenharia Civil		Professora, pesquisadora e assistente de pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA)
Ricardo Felix Santana CL atual. jun. 2010 Brasília-DF	Engenharia Florestal		Analista em C&T do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
Wanderlino Demetrio Castro de Andrade CL. atual. out. 2010 Belém-PA Mestre e Doutor pelo NAEA	Ciências Econômicas		Economista e pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA)
23/2010			
Antônio Cláudio Almeida de Carvalho CL atual. jul. 2011 Macapá-AP	Engenharia Agrônoma		Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia (SETEC) do estado do Amapá, a partir de 2011; pesquisador da EMBRAPA/AMAPÁ.
Augusto de Oliveira Júnior CL atual. nov. 2010 Macapá-AP	Farmácia e História		Professor e pesquisador do Instituto de Ensino Superior do Amapá (IESAP) e Faculdade do Amapá (FAMA). Escritor, poeta e compositor.
Clay Anderson Nunes Chagas CL atual. maio 2011 Belém-PA Mestre e doutor pelo NAEA	Geografia		Professor efetivo e pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA) e professor contratado da Universidade do Estado do Pará (UEPA).
Danilo Araújo Fernandes CL atual. abr. 2011 Belém-PA	Economia		Professor e pesquisador do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da UFPA, ministrando disciplinas na Faculdade de Economia. Ex-coordenador da Câmara de Política Setorial de Desenvolvimento Sócio-econômico do Governo do Estado do Pará, 2007; ex-Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Governo do Pará (SEGOV), maio 2008-fev. 2009.
Edinaldo Pinheiro Nunes Filho CL atual. maio 2011 Macapá-AP	História		Professor e pesquisador da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP); pesquisador da Mineradora Pedra Branca do Amapari (MPBA).
Edney Loliola CL atual. mar. 2011 Imperatriz-MA Mestre e doutor pelo NAEA	Administração de Empresas		Professor e pesquisador da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e da Faculdade Atenas Maranhense (FAMA).
Elaide Martins da Cunha CL atual. fev. 2009 Belém-PA	Comunicação Social / Jornalismo		Foi professora substituta no curso de Comunicação Social da UFPA, com atuação nas disciplinas Telejornalismo, Ética, Edição e Redação. Trabalhou, ainda, em redações de TV e jornal, em produtoras de vídeo e na área de marketing político-eleitoral. Atualmente, direciona seu foco para suas atividades acadêmicas, especialmente para a conclusão de seu doutorado. Bolsista do CNPq.

Nome	Formação Acadêmica	Número de Doutores/ Ano de Conclusão	Atuação/Atividade/Vínculo
Enéas Nunes Rocha CL atual. dez. 2010 Imperatriz-MA Mestre e doutor pelo NAEA	Economia		Professor da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e da Faculdade de Imperatriz (FACIMP).
Fabício Lemos de Siqueira Mendes CL atual. ago. 2011 Belém-PA	Ciências Biológicas		Professor e pesquisador da Universidade da Amazônia (UNAMA) e da Escola Superior da Amazônia (ESAMAZ)
Irani do Socorro Freitas da Costa Gemaque CL atual. fev. 2011 Macapá-AP	Ciências Agrícolas		Professora do Instituto Macapaense de Ensino Superior (IMMES); professora do Instituto de Ensino Superior do Amapá (IESAP); professora do Governo do Estado do Amapá (GEA); coordenadora do Curso à Distância de Pós-Graduação em Educação Ambiental do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC-AP)
Jessé Rodrigues dos Santos CL atual. maio 2011 Manaus-AM	Ciências Econômicas		Professor e pesquisador da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e Bolsista do FNDE – PROJOVEM.
José Jamil Fernandes Martins CL atual. mar. 2011 Palmas-TO	Economia		Professor convidado da Universidade Federal do Tocantins; professor do Curso de Economia da Universidade do Tocantins (UNITINS); professor do Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP); atualmente exerce a função de Conselheiro do Tribunal de Contas do Governo do Estado de Tocantins.
Joselito Santos Abrantes CL atual. dez. 2010 Macapá-AP	Ciências Econômicas		Secretário Municipal de Planejamento da Prefeitura Municipal de Macapá (PMM/AP); professor do Centro de Ensino Superior do Amapá (CEAP); diretor do Centro de Incubação de Empresas do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá (CIE/IEPA)
Marcelo José de Oliveira CL atual. jun. 2011 Macapá-AP	Geologia		Pesquisador do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA); chefe de Divisão Técnica do Centro de Pesquisas Geológicas e Zoológicas.
Marco Antônio Augusto Chagas CL atual. mar. 2011 Macapá-AP	Geologia		Professor do Curso de Ciências Ambientais da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e Consultor Independente da Eco Tumucumaque, ECO.
Marco Antônio Silva Lima CL atual. mar. 2011 Belém-PA Mestre e doutor pelo NAEA	Administração		Professor assistente da Universidade do Estado do Pará (UEPA); professor adjunto da Universidade da Amazônia (UNAMA); professor do Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (IESAM); professor titular da Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA).
Neila Waldomira do Socorro Sousa Cabral CL atual. mar. 2011 Belém-PA Mestre e doutor pelo NAEA	Turismo		Professora do quadro permanente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA); Diretora de Pesquisa e Extensão do IFPA; Coordenadora do PARFOR/IFPA.
Neusa Gonzaga de Santana Pressler CL atual. jul. 2011 Belém-PA Mestre e doutor pelo NAEA	Comunicação Social		Professora e pesquisadora do Departamento de Comunicação Social e no Curso de Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura na Universidade da Amazônia (UNAMA); coordena o Projeto de Extensão Sala de Situação da Criança e do Adolescente - SIT.
Protásio César dos Santos CL atual. fev. 2011 São Luís-MA	Comunicação Social		Professor e pesquisador do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão e professor e pesquisador do Departamento de Ciências Sociais e do Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDRS) na Universidade Estadual do Maranhão.
Rodrigo da Cruz de Araújo CL atual. mar. 2011 Belém-PA	Engenharia Civil		Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Rosiane Ferreira Gonçalves CL atual. abr. 2006 Belém-PA	Ciências Sociais		Professor AD-4 do Governo do Estado do Pará e Professor E1 do 1º Comando Aéreo Regional Escola Tenente Rego Barros.

Nome	Formação Acadêmica	Número de Doutores/ Ano de Conclusão	Atuação/Atividade/Vínculo
Raullyan Borja Lima e Silva CL atual. Macapá-AP	Biologia		Vice-Reitor da Universidade do Estado do Amapá (2011-atual) (UEAP); Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (2011-2011) (UEAP); pesquisador do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA); professor visitante do Instituto Macapaense de Ensino Superior (IMMES); professor de 1º e 2º graus da Secretaria de Educação-Sistema Modular de Ensino-Governo do Estado do Amapá (SEED-GEA)
Silvia Helena Ribeiro Cruz CL atual. abr. 2011 Belém-PA	Turismo		Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Pará (UFPA); coordenadora do Curso de Turismo da UFPA; colaboradora da Universidade do Estado do Pará (UEPA)

Fonte: Base de dados *Currículo Lattes* do CNPq e outras fontes na internet como, por exemplo, o Google, 2010-2011

Nota: Produção da autora

Apêndice C – Entrevista 1

Armando Dias Mendes

É natural de Belém (PA), atualmente aposentado, exercendo atividades de consultoria. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (FLD-PA). Especialista em Planejamento Regional (SPVEA-FGV). Doutor *Honoris Causa* – 1997 (UFPA); Doutor *Honoris Causa* – 2005 (UNAMA); Professor benemérito do NAEA, 2004; Personalidade Econômica do Ano – 2006 (COFECON); Investigador Pan-Amazônico Emérito – 2007 (UNAMAZ); Menção Especial - 2008 (Ordem dos Economistas do Brasil); Prêmio Samuel Benchimol – 2008 / Categoria Personalidade (MDIC); Membro Emérito da Academia Paraense de Ciências – 2010. Professor titular da UFPA e professor colaborador da UnB. Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais do Pará. Pró-Reitor da UFPA. Fundador, primeiro Coordenador Geral e Professor Benemérito do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). Secretário Executivo da ANPEC. Membro técnico da Comissão de Planejamento da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Presidente do Banco da Amazônia S. A. Assessor especial do Ministro e Secretário Geral do MEC. Membro do Conselho Federal de Educação e relator do Currículo Mínimo do Curso de Graduação em Ciências Econômicas (1984-2006). Membro da Comissão Coordenadora de Ciência e Tecnologia do CNPq. Vereador à Câmara Municipal de Belém. Deputado à Assembleia Legislativa do Pará. Possui livros publicados sobre a questão regional, como por exemplo, *A invenção da Amazônia*, em sua 3ª edição.

Entrevista concedida em 12 de abril de 2011, no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém (PA)

Tempo de gravação: 1h20min

Depoimento

Entrevistadora: *Como o NAEA foi concebido? Relate o seu início.*

Em setembro de 73 o Prof. José Marcelino assumiu o NAEA, até lá eu fiquei na direção do mesmo. O Prof. Marcelino era, antes, coordenador do FIPAM. E foi designado o professor Carlos Coimbra para substituí-lo. E por que eu estive naquela função até setembro? É porque eu era o pró-reitor que coordenava a CIRU - *Comissão de Implantação da Reforma Universitária*. E foi em função disso que se criou o NAEA. O *Plano de Reestruturação* da Universidade Federal do Pará foi aprovado em dezembro de 69 pelo Conselho Federal da Educação. E logo depois, em 1970, o novo *Estatuto* e o novo *Regimento Geral* da Universidade foram igualmente aprovados pelo CFE.

Nessa reestruturação nós extinguímos as faculdades e escolas que existiam antes e criamos os *centros* acadêmicos que vieram a existir até o novo Estatuto da UFPA, de 2006. E dentro dessa reforma, já no *Plano*, em dezembro de 69, foi previsto que haveria o *Núcleo de Altos Estudos Amazônicos*. Um órgão vinculado diretamente ao Reitor, não era vinculado a nenhum centro, porque ele tinha uma característica revolucionária para a época, que era o aspecto multidisciplinar. Ele era

por definição multidisciplinar, ele não estava vinculado à Economia, à Sociologia, à Geografia etc. Nada disso era mesmo interdisciplinar, mais do que multidisciplinar. O objeto de reflexão do NAEA seria a Amazônia como um todo, em toda a sua multifacetada complexidade, não a sua geografia física ou a geografia humana e social – o complexo amazônico. Isso desde o início era o seu objetivo, a sua motivação. E não apenas a Amazônia brasileira, tanto que já no primeiro curso, o FIPAM, teve alunos de outros países amazônicos, que foram selecionados pelo Itamaraty. Nós submetemos o projeto ao Itamaraty que, através das embaixadas fez a seleção desses alunos e pagou-lhes uma bolsa durante os dez meses que durou o curso.

Então, o NAEA já nasceu com essa vocação multidisciplinar. Tanto que o FIPAM era destinado a quaisquer profissionais de nível superior, quaisquer graduados de nível superior. Não interessava se eram diplomados em Economia, Geografia, Pedagogia, Direito, Medicina, Engenharia... “Tem diploma de curso superior? Então pode entrar”. E o curso em si oferecia também uma série de disciplinas e atividades que preservavam essa característica, e terminava com um trabalho de curso por grupo, dentro do que nós chamávamos “Laboratório de Pesquisa”. Eram constituídos grupos de alunos sob supervisão de um professor, cada qual para estudar um aspecto mais específico da realidade amazônica. Então a grande novidade do NAEA foi exatamente essa e extremamente inovadora no panorama universitário e científico brasileiro e até no panorama internacional da época: essa característica da multidisciplinaridade caminhando para a interdisciplinaridade e apontando para a transdisciplinaridade.

Existe no acervo da Biblioteca do NAEA um livro publicado em 2010 pelo CNPq sobre interdisciplinaridade em ciência e tecnologia no Brasil e tem um capítulo sobre o NAEA escrito pelas professoras Edna, Ana Paula e Nirvia. Contém pequenas imperfeições históricas o capítulo, que não afetam o essencial, e é muito ilustrativo da origem do NAEA. Nesse tempo ninguém falava em interdisciplinaridade no Brasil. Esse livro aborda toda a experiência no campo da multidisciplinaridade e interdisciplinaridade em nosso país, além de artigos de natureza mais filosófico-científica, inclusive no exterior, não apenas no Brasil. Mas em relação ao nosso país contém doze ou treze capítulos sobre as primeiras experiências, tentativas de montar programas acadêmicos interdisciplinares, e um desses é o do NAEA. Então você vai ver, ali mesmo que em 1973, quando começou a funcionar o FIPAM, o

NAEA foi o primeiro desses ensaios. O FIPAM foi o primeiro programa interdisciplinar nos *campi* universitários, no espaço acadêmico brasileiro. No mesmo ano, 73, mas um pouco depois, surgiu um programa multidisciplinar ou interdisciplinar na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mas sobre Gerontologia, e, portanto, muito específico. Era multidisciplinar no sentido de que o objeto do programa envolvia disciplinas afins, mas especificamente sobre o problema geriátrico. No nosso caso não, é sobre um complexo físico, natural e social amplo, extremamente diversificado como é a Amazônia. Foram os dois primeiros programas, você vai ver lá.

Quais são dois outros aspectos que é importante ressaltar? Por essas características, como disse, o NAEA era vinculado diretamente ao reitor, não tinha vinculação a nenhum dos centros, ao contrário, ele dispunha de um *Conselho Deliberativo* em que estavam presentes os diretores de todos os centros acadêmicos da universidade; então, era o diretor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, o diretor do Centro de Ciências Sociais, o diretor do Centro Biomédico, o diretor do Centro Tecnológico etc., todos eles eram membros natos do Conselho Deliberativo do NAEA. A interdisciplinaridade estava presente também institucionalmente. Bom, mas visando a evitar que isso virasse uma torre de marfim, para usar a imagem habitual, além do Conselho Deliberativo havia um *Conselho Consultivo*, externo. Faziam parte dele um representante da SUDAM, um do Banco da Amazônia, um da SUFRAMA. E incluía consultores externos, técnicos qualificados que tinham alguma contribuição pessoal, mesmo que não fossem da região, mas tinham alguma contribuição pessoal sobre a questão regional brasileira, tais como, o Prof. Jaime Santiago, um sergipano radicado em Brasília, que dirigia inclusive o CENDEC - Centro Nacional de Desenvolvimento Econômico, ou coisa parecida, do Ministério do Interior. E também o Prof. Luiz Paulo Rozemberg, de São Paulo, que chegou a dizer na primeira reunião do Conselho Consultivo. “Olha, Armando, eu aceitei porque tu estás me convidando, mas eu não acredito em interdisciplinaridade”. Ele é economista. Creio que se converteu. Está vivo até hoje, é docente, banqueiro e conselheiro do Corinthians. Então, você vê, havia uma preocupação real, com o que chamávamos de “integração interna”, através do Conselho Deliberativo, e de “integração externa”, com a sociedade, no Conselho Consultivo.

Por que foi incluída a proposta do NAEA no Plano de Reestruturação da Universidade? Assumira a reitoria o prof. Aloysio da Costa Chaves, em julho de

1969. Rememorando um pouco: em 1968 eu era diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais, e foi um ano de grande agitação político-estudantil no mundo e no Brasil. O Governo estava determinando a implantar a reforma das universidades brasileiras, tinha baixado uma série de leis, decretos-leis etc. que tinham de ser postos em vigor, e havia muita reação. A cátedra era extinta, os docentes deviam compor departamentos de matérias afins, cursos baseados em 'créditos' acadêmicos passavam a substituir ou coexistir com cursos seriados, coisas assim. Então, eu, como os demais diretores de faculdades, tinha recebido uma solicitação do reitor Prof. José Rodrigues da Silveira Netto para oferecer sugestões. Reuni a Congregação e disse: "Olhem: pediram-nos isto, eu sugiro que se organize uma comissão mista de professores e alunos, paritária, para pensar esse assunto", proposta que foi aceita e nomeada a Comissão com três professores e três alunos. Os professores fomos eu próprio, o Prof. José Marcelino que está aposentado pela UFPA e pelo BASA, e o Prof. Ruy Barreiros Rocha, igualmente aposentado pela UFPA. E os alunos foram: Sebastião Ramalho, que hoje é economista aposentado do Banco da Amazônia; Alexei Turenko, hoje economista aposentado da Secretaria de Fazenda do Estado; e Maria de Lurdes Medeiros, que pouco depois saiu da região e perdi contato com ela.

Fizemos um documento agora reproduzido na íntegra no CD que estou lhe oferecendo (*A cidadela transversa* – onde a transversalidade destacada é, precisamente, a condição transdisciplinar do NAEA) em que se sugeria isso (só não se dava ainda o nome de *Núcleo de Altos Estudos Amazônicos*): que houvesse uma estrutura, uma instância interna na universidade para pensar continuamente a região e que deveria ter, necessariamente, essa característica de não se vincular a uma disciplina, a um campo científico específico etc. Isso, em 1968! O documento foi aprovado pela Congregação da Faculdade e remetido ao reitor. Em julho de 69 assumiria, pois, a reitoria o Prof. Aloysio Chaves. Nos seis meses que restavam ao reitor Prof. Silveira, ele não conseguiu tocar as coisas no sentido de fazer a reforma na Universidade, foi até nomeada uma comissão, não sei por que não funcionou. Quando o Prof. Aloysio assumiu, um pouco depois, ele me chamou e me convidou para ser pró-reitor, não existia a função de pró-reitor, ele a criou. Por quê? Porque ele precisava de alguém para assumir a coordenação da CIRU - *Comissão de Implantação da Reforma Universitária*. Ele queria um pró-reitor com essa tarefa principal, quase exclusiva, de coordenar as medidas necessárias para a reforma da

universidade. Essa foi a minha grande responsabilidade. E a primeira coisa que eu tinha que fazer era propor um plano de reestruturação. E como o Conselho Universitário aprovou, ele foi encaminhado ao Conselho Federal da Educação, onde precisava ser homologado. Então, nesse plano de reestruturação foi encaixada a ideia proposta pela Comissão Paritária da Faculdade – tinha que dar um nome, aí se inventou o nome *Núcleo de Altos Estudos Amazônicos*, pronto, está lá no Plano de Reestruturação aceito pelo CFE em dezembro de 69. Aprovado esse plano, era preciso apresentar os projetos do Estatuto e de Regimento Geral, a serem também apreciados pelo Conselho Federal de Educação. Foi assim que começou tudo, por isso eu digo que o NAEA vem de 1970, que é quando foram aprovados o Estatuto e o Regimento Geral. Quer dizer, formalmente, ainda não existia um espaço físico, ainda não existiam funcionários etc., mas existia o quê? Existiam grupos de trabalho, que competia ao pró-reitor coordenar, na condição de coordenador da reforma universitária. Eu coordenava também grupos de trabalho que definiriam como seria o NAEA, como seria organizado, que áreas de atividades ele teria, i.e.: ensino em nível de pós-graduação, pesquisa e informação, que quase não funcionou, foi mais difícil. Hoje é muito fácil, mas quase 40 anos atrás era um sonho.

O que havia a respeito nos meus arquivos particulares foi tudo escaneado e incluído no CD. Outros documentos, colhidos nos arquivos da reitoria e dos colegiados superiores da universidade foram igualmente recuperados. Nele estão os documentos originais da organização do NAEA, as resoluções que estruturaram o NAEA como ele deveria ser, como ia funcionar; o projeto do primeiro FIPAM, completo; os grupos de trabalho, como eram constituídos: fulano, sicrano, beltrano. O Prof. Marcelino participou de vários deles. Muita gente tem a ideia de que o Prof. Marcelino, por ter sido o primeiro coordenador, foi o criador do NAEA. Não foi, sem diminuição dos seus inúmeros méritos, mas ele foi importante colaborador, ele e muitos outros. Porque todos participaram desses grupos que me competia conduzir. O grupo que organizou o FIPAM, a estrutura do FIPAM, como devia ser constituído etc. teve inclusive um consultor trazido dos Estados Unidos, um jovem, mas já experiente mexicano, Fernando Quezada. Foi dele a ideia do Laboratório de Pesquisas. E houve também um filósofo alemão, o Gherard Kutsch, através da Casa de Estudos Germânicos. O reitor Aloysio estabeleceu uma forte ligação com o mundo acadêmico e cultural alemão. E acrescento: você vê que o grande nome dos consultores trazidos, ainda hoje está vivo e é dois anos mais novo do que eu, foi o

Prof. John Friedmann, da Universidade da Califórnia, em Los Angeles. Ele é americano, mas na verdade ele era de nascença austríaco, naturalizou-se americano há muito tempo e tinha sido meu professor e de vários colegas da UFPA, do primeiro Curso de Planejamento Regional dado no Brasil, aqui em Belém, para a SPVEA, pela EBAP – *Escola Brasileira de Administração Pública*, da FGV, em 1955/1956. Depois eu fui trabalhar na Bahia com ele. O eco. Rômulo Almeida que era o Secretário de Fazenda e Planejamento da Bahia levou-o pra lá e ele me convidou. Eu fui com a missão de promover o funcionamento do Instituto de Economia e Finanças da Bahia, que hibernava há anos. E o Friedmann depois veio aqui e nos ajudou a montar o FIPAM, veio participar do curso. Para você ver, a gente mexeu meio mundo. Veio gente da ONU, de Nova York, inclusive um argentino antigo ministro em seu país, escapa-me agora o nome, e que trabalhava na sede em Nova Iorque.

Claro, e para resumir: eu não fiz sozinho, não tirei tudo da minha cabeça, nem podia! Mas, por força da função assumida e em cumprimento ao mandato que me confiara o reitor, coordenei a transformação da UFPA, nesse aspecto a partir da ideia seminal, a ideia que está no documento da Comissão Paritária da Faculdade, discutida amplamente. Quem escreveu o texto fui eu, mas foi amplamente discutido, aprovado por todo mundo e ofereceu-me a oportunidade de ser chamado para fazer a implantação da reforma universitária. Antes de assumir, de aceitar o convite, o reitor Aloysio me chamou. “Muito bem, reitor” (ele tinha sido meu professor também anos antes). “Eu gostaria que o senhor lesse isto aqui. Se o senhor quiser que eu ponha em prática isso que nós propusemos poucos meses atrás, eu venho. É isso que eu quero fazer.” E assim foi. Então você pergunta lá no seu questionário, qual foi a minha participação. Eu lhe digo: em 1970 começou todo esse trabalho, mas combinei com o reitor Aloysio: “Não vamos fazer a instalação formal, pública do NAEA enquanto ele não tiver condições efetivas de imediato funcionamento.” Assim, passamos três anos 70, 71 e 72, três anos inteiros organizando, montando o programa, convidando os professores, selecionando os alunos. Não só esses que vieram de outros países. E instalamos fisicamente o Núcleo, o Reitor destinou a ele um andar do prédio recém-construído do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, designou duas ou três pessoas do quadro administrativo incluindo aquela senhora Marisete, que se aposentou há poucos meses. Ao Banco da Amazônia a gente solicitou apoio e ele cedeu em tempo integral três professores que eram seus

funcionários: Constantino Ribeiro Otero, José Marcelino Monteiro da Costa e José das Neves Capela, O Itamaraty e a Fundação Ford, eu os procurei em nome da Universidade, com o projeto debaixo do braço. “Nós vamos implantar isso aqui, vocês querem nos apoiar?” Eu não fui discutir com a Fundação Ford o projeto do NAEA. “Querem apoiar isso? Muito bem! Não querem?” “Deixe aí!”. E depois: “Vamos apoiar!” Muito bem! Começamos a trabalhar com o dinheiro da Ford com o apoio do Itamaraty, o Banco também deu recursos, assim como a SUDAM, e a universidade deu a infraestrutura mínima. Foi assim, e mais, se me permite a cara e a coragem.

Entrevistadora: *Este foi o início de tudo. O NAEA efetivamente funcionou com o primeiro FIPAM?*

Exatamente, lá no prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Se eu não me engano o diretor do centro a essa altura era o Prof. Ápio Campos. Depois o prof. Marcelino passou cerca de dez decisivos anos na direção do NAEA, conseguiu recursos para construir a sede própria, que está aí, organizou a Biblioteca, que merecidamente ostenta o seu nome e seguiram-se numerosos outros dirigentes, que deixo de relacionar aqui porque não estou fazendo a história do NAEA, só a sua arqueologia.

Entrevistadora: *Qual a importância do NAEA para o desenvolvimento regional?'*

Bom, você vai sentir isso através dos trabalhos produzidos (v. o *Catálogo* de teses e dissertações, etc.) do levantamento dos egressos. O NAEA tem egressos que já foram, salvo engano, governadores, ministros, prefeitos, deputados, senadores. Aí tem que avaliar a atuação de cada um deles, não só no Brasil. O equatoriano Patricio Zuquilanga, por exemplo, aluno do primeiro FIPAM, chegou a Ministro do Exterior em seu país.

Entrevistadora: *Aproximadamente 90% dos egressos doutores estão atuando na área acadêmica, em instituições de ensino superior, são professores-pesquisadores.*

Note que o FIPAM, que já anda pela trigésima edição, ou mais, com o tempo diminuiu em duração e densidade acadêmica, deixou de ser oferecido em dez meses, passou a ser até de três meses. Em segundo lugar, não creio que seja como antes de tempo integral. Na verdade, o FIPAM – isso não foi dito por mim, foi dito

pela professora Eunice Durham, quando diretora de ensino superior do MEC há uns anos atrás – na verdade, era, a seu tempo, mais exigente do que a maioria dos cursos de pós-graduação da época. Eram dez meses de tempo integral e dedicação exclusiva, o aluno passava o dia inteiro aqui dentro ou tendo aula ou pesquisando ou trabalhando no seu projeto de pesquisa. Assim, no texto que está escrevendo sobre o tema, penso que você deve, na medida do possível, esmiuçar o diferencial que caracteriza a identidade do NAEA, o seu DNA inconfundível, porque não houve até agora, de meu conhecimento, um levantamento crítico sobre a história do NAEA. O trabalho da Ivana é interessante, foi até o prof. Armin o orientador dela. Eu acho que você o deve consultar. Mas não cobre todo o universo naeano. E depois dela, não tenho conhecimento de outra tese. É impressionante, no entanto, o que o NAEA produziu nos seus quase 40 anos de funcionamento.

Entrevistadora: *A nova missão do NAEA reproduzida no novo Regimento Geral da UFPA é oferecer o ensino de pós-graduação e desenvolver a pesquisa e a extensão.*

Significa, de certo modo, uma *reductio* em relação ao que o NAEA se propunha ao ser criado. É o que eu tenho dito repetidamente, há já algum tempo, em diversos artigos e em seminários, não sei se você teve a oportunidade de acompanhá-los. A diferença essencial entre o modelo NAEA de 1970 e o modelo NAEA de 2006 é a seguinte: nós na reestruturação da universidade em 1970 fizemos um esforço inovador, e podemos dizer inédito, talvez incipiente, visando a **amazonização da academia** em nossa região. Esta última reforma, ao contrário, e simplificando, desenvolveu um trabalho não menos competente, mas em sentido contrário, no sentido da **academicização da Amazônia**. Abdicou do modelo inovador para aderir ao modelo conservador do ente acadêmico predominante na maioria dos lugares. Certamente exagerando, para fazer o contraste: não mais a academia a serviço da Amazônia, mas a Amazônia a serviço da academia. Óbvio: apontar essa diferença não contesta (o que seria uma grande injustiça) as importantes contribuições públicas e notórias que a UFPA tem dado ao conhecimento e solução dos desafios da região em muitos aspectos que têm sido alvo de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, inclusive com recurso a ferramentas multidisciplinares. As contribuições que têm dado, repito e acrescento, e as que continuará a dar nessa nova etapa da sua existência. A controvérsia resulta, digamos, de uma questão de escala e abrangência do debruçar-se acadêmico sobre

o específico mundo amazônico. O fazer acadêmico é, tradicionalmente, alicerçado, ou focado, em uma disciplina científica específica, ou quando muito, em um grupo de disciplinas afins, digamos ‘setoriais’, ao passo que o do NAEA era no seu nascedouro e a meu ver devia continuar a ser de caráter multi e interdisciplinar no sentido mais compreensivo a inclusivo. Mais do que macro, *mega-regional* e *transversal* às disciplinas, consideradas individualmente ou em grupo. Não foi gratuitamente que chamei o livro esboçado, constante do CD que lhe passei, de *A cidadela transversa*. A leitura mais superficial dos pequenos textos que antecedem e explicam a documentação reproduzida é suficiente para justificar a escolha – além do conteúdo da própria documentação, que é o principal. Repetindo: não era proposta do NAEA, ao ser concebido e instituído, voltar-se para o entendimento e a transformação de nacos ou fatias da Amazônia, ao sabor dos parâmetros convencionais da investigação científica, mas sim voltar-se para a própria Amazônia como um todo. Envolvendo, portanto ecologia, economia e ‘ecomenia’ – hábitat, habitantes e hábitos – e todos os campos científicos que a devem atravessar. Esse é desde sempre o meu ponto de vista, que tenho desenvolvido em seminários e textos nos últimos anos. Durante a fase de elaboração do atual Estatuto da Universidade, na década passada, produzi os comentários, textos etc. solicitados pela Prof^a. Edna, então diretora do NAEA, na tentativa de ajudá-la a evitar o que se me afigurava uma provável e indesejável desfiguração. Mas a partir de certo momento parece não ter havido mais receptividade, não sei em que instância decisória da universidade, para as sugestões que encaminhei. Aliás, nesse período vim a Belém mais de uma vez para reunir-me com o corpo docente do NAEA visando ao esclarecimento dessas questões. Ao fim, resultou que o NAEA hoje não é mais vinculado à reitoria e ficou no mesmo plano dos outros núcleos. Ele, no início, era autônomo. Ele era de integração, aquilo que já falei: integração interna e integração externa. Deixou de ser, passou a ser um ente acadêmico institucionalmente indistinto dos outros núcleos. São pontos de vista, visões diferentes, a atual e a original. Todas respeitáveis, mas inconfundíveis.

Entrevistadora: *O novo Estatuto da UFPA estabelece que o NAEA é um órgão acadêmico, interdisciplinar com autonomia acadêmica e administrativa e tem como objetivo proporcionar o ensino de pós-graduação e a realização de pesquisa e de extensão por meio de programas multi, inter e transdisciplinares.*

Ele sempre foi um órgão acadêmico, mas de início *sui generis*. Deixou de ser *sui generis*. A condição que o termo multi, inter ou transdisciplinar expressa nos novos textos institucionais não abarca toda a complexidade amazônica, fica um degrau abaixo, quando muito por grupos de disciplinas afins. O núcleo perdeu o *status* e perdeu ou pelo menos viu murcharem algumas das suas características, que eram muito mais ambiciosas. Podem ser, ao menos parcialmente, recuperadas se e quando o NAEA se dispuser a adotar um *programa institucional* de pesquisa e de atuação, capaz de enquadrar os projetos particulares de pesquisadores individuais ou em grupo, em respeito a uma visão integrada e integradora, verdadeiramente e integralmente amazônica. Ele não pode reduzir-se a uma plataforma de maturação e lançamento desses projetos. Há disposições estatutárias e regimentais que dão cobertura a essa possível orientação orgânica, aglutinadora, desde que a própria instituição dela se convença e se disponha a assumir a postura correspondente. Resta, pois, uma esperança. Como sempre, a última que morre.

Apêndice D – Entrevista 2

Raymundo Herald Maués

É bacharel e licenciado em História (1962), pela Universidade Federal do Pará, mestre em Antropologia (1977), pela Universidade de Brasília e doutor em Antropologia Social (1987), pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional. É Professor Emérito da Universidade Federal do Pará, Bolsista 1B do Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq.), sócio efetivo da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e da Associação dos Cientistas Sociais da Religião no Mercosul (ACSRM). Foi agraciado pela ABA com a Medalha Roquette-Pinto de Contribuição à Antropologia Brasileira durante a 27ª Reunião Brasileira de Antropologia, em agosto de 2010. Aposentado desde o ano de 2008, trabalha atualmente como professor voluntário na Universidade Federal do Pará, sendo professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da mesma Universidade. Foi professor, pesquisador e coordenador do NAEA. Saiu do NAEA em 1992, mas continuou a atuar no Centro (atual Instituto) de Filosofia e Ciências Humanas, no Mestrado em Antropologia e, desde 2003, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Sociologia e Antropologia). É também professor permanente do Programa de Pós-Graduação de Ciências da Religião (PPGCR) da Universidade do Estado do Pará, atuando também como voluntário. Possui ampla produção científica versando sobre Amazônia, religião, catolicismo, pajelança, xamanismo, Renovação Carismática Católica, pentecostalismo e cura. Atua na área de antropologia, com ênfase em antropologia da religião e antropologia da saúde.

Entrevista concedida em 27 de abril de 2011, em sua residência, Belém (PA).

Tempo de gravação: 1h50min

Depoimento

Entrevistadora: *Primeiramente, confirme o período de sua gestão.*

Existe uma dissertação de mestrado sobre o NAEA, defendida no PLADES, em que a autora omitiu o nome do professor Manoel Pinto da Silva Júnior, que foi coordenador do NAEA na primeira metade dos anos 1980 (aliás, o primeiro coordenador com o título de doutor, obtido na França). Seu mandato foi de 1983 ou 1984 a 1985, não sei com precisão. Como o mandato era de dois anos, pode ter sido de 1983 a 1985, quem poderia lhe dar a informação mais precisa seria o professor Marcelino, porque o professor Manoel Pinto da Silva Júnior sucedeu o professor Marcelino. Há outras imprecisões nessa dissertação, mas é certo que o professor Manoel Pinto da Silva Júnior terminou seu mandato em 1985 e eu assumi como coordenador em julho de 1985 e a minha gestão terminou em 1989. Foram quatro anos de mandato, devido às mudanças que ocorreram no período. Nesse período tive a ajuda inestimável da professora Edna Maria Ramos de Castro, vice-coordenadora eleita e empossada junto comigo, bem como de um grupo de professores que me assessorava na função, o que me foi imprescindível para

exercer o trabalho de coordenação. Destaco, entre eles, os professores Jean Hébette, Raul Navegantes, Rosa Acevedo Marin e Auriléia Gomes Abelém. Eu queria lhe chamar a atenção sobre isso. O período curto de coordenação foi o do professor Raul, que me sucedeu, porque ele não chegou a completar o período todo, devido a uma crise política de que falarei adiante, mas o professor Francisco Costa (que o sucedeu depois de um mandato de transição do professor Nazareno Noronha) dirigiu o NAEA de 1992 a 1996, quer dizer, quatro anos. O Marcelino tinha ido mais longe, porque ele passou bastante tempo, na verdade, foi ele quem implantou o NAEA. O professor Armando Mendes foi a pessoa que concebeu a ideia, enfim, fundou o NAEA, mas quem implantou mais efetivamente o NAEA foi o professor Marcelino. O professor Manoel Pinto da Silva, o apelido dele era Nelito, ele já faleceu. Eu acho que o professor Marcelino pode também lhe dizer algumas coisas sobre esse período do professor Nelito. Quando o Nelito ficou na coordenação eu estava afastado do NAEA, cursando doutorado no Museu Nacional. Quando voltei houve uma nova eleição para a coordenação geral do NAEA, em 1985, início do mandato do professor Lourenço como reitor, exatamente no período da redemocratização, momento em que o Sarney assumiu o governo após a morte do Tancredo. Então, nesse período foi realizada uma eleição, porque não havia eleições gerais para a coordenação do NAEA e concorri com o professor Nelito, que estava se recandidatando e acabei ganhando a eleição e foi por isso que assumi nesse período.

Entrevistadora: *Foram as primeiras eleições que ocorreram no NAEA?*

Eleições gerais, porque sempre na UFPA os cargos de coordenação, direção, são eletivos, mas a regra mandava que a eleição fosse feita pelos colegiados. Só que nesse ano de 85 devido ao processo de redemocratização do país se fez proposta de uma eleição universal, votavam todos os professores, todos os funcionários e todos os alunos. Foi a primeira vez que houve uma eleição direta no NAEA, apenas referendada pelo Conselho.

Entrevistadora: *Então, no início o senhor disse que iria fazer um vínculo dos programas de pós-graduação da UFPA com o NAEA.*

Tenho uma coisa importante para falar, inicialmente. O NAEA e o Programa de Geofísica foram os dois principais programas de pós-graduação da UFPA, um na

área de Exatas e o outro na área de Humanas, durante os anos de 1980. Surgiram nesse período, eu não sei exatamente quando surgiu o Programa de Geofísica. O NAEA surgiu em 1973, a ideia dele já existia há algum tempo. Do NAEA, eu acho também que da Geofísica surgiram outros programas, porque as pessoas que trabalharam no NAEA ou que foram formadas no NAEA acabaram criando outros programas. Então, no caso do atual Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), inclusive, ele ocupou o vazio que o NAEA deixou quando este saiu da área de Ciências Sociais da CAPES e entrou na área Interdisciplinar. Então, nesse momento já existiam o mestrado em Antropologia e o mestrado em Sociologia no CFCH e foi possível que nós fundíssemos os dois e entrássemos na área de Ciências Sociais, porque senão não teria sido possível, porque esse lugar estava ocupado pelo NAEA, a não ser que nós criássemos uma coisa muito diferente, mas era complicado (que até tentamos fazer, mas fomos desaconselhados por consultores que vieram a Belém: um mestrado e doutorado em Ciências Humanas). Então, os cursos foram duplamente, digamos, sucessores do NAEA, filhos do NAEA. É porque eu e a Maria José Jackson éramos os coordenadores dos dois programas na época de Sociologia e Antropologia e nós tínhamos vindo para o NAEA como professores. Houve nessa época um conflito e o professor Raul saiu da coordenação. Quando nós saímos do NAEA, nós discutimos a possibilidade de criar um programa no antigo Centro de Filosofia e Ciências Humanas que depois resultou no atual programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Então, é nesse sentido que eu digo que ele também, em grande parte, é filho do NAEA. O NAEA deu origem à pós-graduação na área de Humanas. Muitos professores de Letras, de Serviço Social, de Psicologia se formaram no NAEA e depois foram para os seus respectivos Centros e acabaram participando da criação de outros programas. Eu acho que isso é uma coisa muito importante. Em uma palestra eu disse uma coisa que vou repetir mais uma vez. Eu comparo o NAEA, dentro da universidade – para fazer uma comparação religiosa de caráter bem brasileiro e amazônico –, a um Exu, que nas religiões brasileiras de matriz africana é o mensageiro dos deuses e aquele que abre os caminhos, como Hermes na antiga Grécia, como Mercúrio em Roma. Um personagem que leva as coisas para os outros, divide as coisas, distribui. A gente tem na nossa tradição cristã a falsa ideia que nos foi impingida de Exu como um diabo, mas ele é um Deus como existem outros em várias religiões, inclusive no próprio cristianismo, um Deus que se comunica, que faz a mediação, que leva as

coisas para os outros. No cristianismo, quem é que faz isso? O próprio Deus (Uno, mas Trino), que você sabe que é Deus-Pai, Deus-Filho e Deus-Espírito Santo. O Espírito Santo – a terceira pessoa da Santíssima Trindade - faz isso, já nas religiões de matriz africana é Exu quem faz. Na antiga Grécia, quem fazia isso era Hermes, de cujo nome vem a palavra Hermenêutica, vista inicialmente como interpretação dos textos sagrados, dos textos bíblicos e, agora, uma forma de interpretação muito mais ampla, que se refere a muitos outros textos (inclusive à sociedade e à cultura como textos) e, também, uma parte importante da Filosofia. Eu comparo o NAEA, sobretudo na área de Ciências Humanas da UFPA, a esse personagem, porque muita coisa resultou do NAEA e não só na UFPA, mas em outros lugares.

Entrevistadora: *Qual a importância do NAEA para o desenvolvimento da Amazônia?*

O NAEA teve um papel muito importante nisso e continua tendo por ser pioneiro na área de Ciências Humanas e por isso ele acabou influenciando não só na produção da ciência, no campo das Ciências Humanas, como também na multiplicação dos programas de pós-graduação, inclusive, influenciando, por exemplo, o Centro de Educação e outros centros, a pós-graduação de Educação e outras na UFPA, que, é claro, não resultam só do NAEA, mas algumas pessoas que criaram a pós-graduação na área de Humanas fizeram curso no NAEA, alguns fizeram especialização, outros fizeram mestrado. Então, essa importância do NAEA é muito grande nesse sentido. Agora, é importante também chamar atenção que, do ponto de vista acadêmico, a produção científica do NAEA tem também uma importância muito grande na área de Humanas e, especialmente, por estar voltada para a Amazônia e a Pan-Amazônia. Desde os tempos do FIPAM ela começou a dar uma contribuição importante para o conhecimento da nossa região. É verdade que a produção científica já se fazia em outros lugares, no campo de Humanas, no Museu Goeldi, no INPA em Manaus, nas universidades de um modo geral, na Universidade do Amazonas e mais na Universidade Federal do Pará, é claro, pois na Amazônia a UFPA sempre esteve na liderança nesse campo. Já se fazia isso, por exemplo, na área de Humanas, desde a antiga Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, que deu origem a toda essa área de Humanas que nós temos hoje, inclusive não só a área de Humanas, porque lá existia Matemática, Física, Biologia, que hoje é tão importante na UFPA. Esta resultou em grande parte de um trabalho que foi feito lá

na antiga Faculdade de Filosofia, pelo professor Manuel Aires, por exemplo, médico pediatra bem sucedido na época, que abandonou a clínica para criar a pesquisa genética aqui no Pará. Ele montou o laboratório de genética na antiga Faculdade de Filosofia, num barracão que nós tínhamos lá na Generalíssimo, sem ar condicionado, era com ventilador, um calor horrível e lá ele começou a fazer as primeiras pesquisas, o Dr. Manoel Aires – que ainda trabalha como professor voluntário na UFPA –, ele dá cursos, palestras e conferências até hoje. Então, a Faculdade de Filosofia era um lugar onde se fazia pesquisas, e também na nossa área de Antropologia. O professor Napoleão Figueiredo foi um dos pioneiros, no campo da Antropologia, mas havia ainda o Museu Goeldi. Existiam também outras instituições e centros de pesquisa que faziam trabalhos na área de Humanas, só que a Universidade Federal do Pará e, mais especificamente o NAEA, a partir da sua criação, passou a liderar esse processo e com essa preocupação na Pan-Amazônia, quer dizer, não só a Amazônia brasileira, o Pará, mas a Amazônia como um todo, as Amazônias dos nossos vizinhos, Bolívia, Equador, Peru, Venezuela, Colômbia etc. Não sei se ainda existe essa preocupação, porque fiquei um pouco afastado do NAEA, mas havia uma preocupação em atrair alunos de todos esses países. As seleções para o FIPAM e para o Mestrado do PLADES eram feitas através das embaixadas brasileiras nesses países e nós mandávamos as provas que eram aplicadas no exterior. Daí nós tivemos alunos bolivianos, venezuelanos, equatorianos, colombianos, enfim, de vários lugares, até de Cuba (orientei em 1989 uma estudante cubana chamada Carmen Julia Abdul que elaborou no FIPAM VII monografia de especialização intitulada “Levantamiento etno-historico de los indios Waiwai que radican en Brasil y en Guyana: influencia de la politica del Estado brasileño”). Além disso, o NAEA e as pessoas que trabalhavam no NAEA, inclusive alunos que foram formados pelo NAEA, assessoravam órgãos de planejamento do Estado, desenvolviam trabalhos na SUDAM. Então, essa ciência produzida no NAEA, na Universidade Federal do Pará, ela foi muito importante e ajudou a desenvolver de forma significativa a região Amazônica. Todos os planos de desenvolvimento da Amazônia, o NAEA era chamado para discutir junto à SUDAM e a outros órgãos. Isso foi um trabalho que se iniciou desde a gestão do professor Marcelino. Ainda na gestão do professor Marcelino se criou o PLADES. O PLADES, Programa Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, tinha esse nome internacional para marcar o fato de que a gente estava preocupado com

a Pan-Amazônia. Por outro lado, naquele momento em que os programas de pós-graduação passaram a ser avaliados pela CAPES, o NAEA, rapidamente, começou a melhorar a sua avaliação. Como normalmente acontece, o PLADES começou com o conceito C, corresponderia hoje à nota 3, que é a nota mínima para que o curso de pós-graduação possa funcionar com reconhecimento nacional. Mas depois de alguns anos de funcionamento ele subiu para o conceito B, que corresponde ao 4 e não me lembro exatamente em que data, mas já em 1987 - precisaria confirmar -, o NAEA alcançou o maior conceito na área de ciências sociais em todo Brasil (conceito A, correspondente à nota 5 atual). Nós tínhamos na época na UFPA dois programas que tinham esse conceito e que eram considerados os melhores do Brasil: o NAEA e a Geofísica. O NAEA ocupava a área de Ciências Sociais que é uma área em que se inclui qualquer programa de pós-graduação que combine mais de uma Ciência Social, por exemplo, no nosso caso atual da UFPA, Antropologia e Sociologia, no IFCH. Se fosse Antropologia e Ciência Política, se fosse Ciência Política ou Sociologia, em todos esses casos seria Ciências Sociais. O NAEA envolvia economistas, sociólogos, antropólogos, geógrafos, administradores, quer dizer, essa forma de interdisciplinaridade que lhe é tão característica. Então, como ele não cabia na área de economia *stricto sensu*, como não cabia na sociologia *stricto sensu*, como não cabia na antropologia *stricto sensu*, nem na área de administração, ele precisava ficar em Ciências Sociais, de acordo com o entendimento da época. Só que quem fazia o julgamento, a avaliação dos programas de Ciências Sociais sempre foi a área de Sociologia, porque a Sociologia é considerada na CAPES uma espécie de “mãe” das Ciências Sociais, não sei porque, mas é, e até hoje isso acontece. Qualquer programa de Pós-Graduação que combine duas ou três ciências sociais, oficialmente é considerado dentro das Ciências Sociais: Antropologia, Sociologia e Ciência Política. Qualquer programa que combine, pelo menos, duas dessas ciências vai para área de Ciências Sociais e para a Sociologia. Agora, claro, havia os programas estritamente de Sociologia, de Antropologia, de Ciência Política como ainda existem hoje. Havia então antes do NAEA, os programas estritamente de Antropologia, de Sociologia e Ciência Política que tinham o conceito A, mas em Ciências Sociais nenhum tinha, o primeiro a ter foi o NAEA. Agora depois, por uma série de outros problemas, o NAEA desceu do conceito A e passou para B, passou alguns anos nessa condição e depois que entrou na área interdisciplinar voltou a ter conceito A. Infelizmente isso não

aconteceu com a Geofísica. A Geofísica que foi considerada o melhor programa de Geofísica no Brasil, depois entrou em declínio e hoje ela tem a nota 3. A Geologia e Geoquímica é o programa de pós-graduação mais bem avaliado da UFPA, tem nota 6, eles que subiram, mas infelizmente aquele mais tradicional, mais antigo, acabou caindo e eles estão lutando e vão conseguir melhorar, mas tiveram alguns problemas. O NAEA teve esse problema, mas agora se recuperou, voltou à nota máxima (5). Você sabe que na pós-graduação a nota máxima é 5. A nota que permite o programa funcionar é 3. Abaixo de 3 não é reconhecido nacionalmente, pode até continuar existindo, mas deixa de ser reconhecido. Agora as notas 6 e 7 são especiais, por quê? São notas de programas que, além de merecerem a nota 5, têm uma inserção internacional, uma projeção nacional e isso é julgado de forma especial. Já participei mais de uma vez da avaliação da CAPES, na Antropologia e na Sociologia. Primeiro julga-se os programas e se dá as notas de 5 a 3 ou, se receber 2, o programa tem que fechar ou pode continuar sem validade nacional, vale somente dentro da Universidade onde funciona. Depois todos que receberam 5 vão ser avaliados de novo, para ver quais os que merecem as notas 6 ou 7. Tem que ter uma série de outros requisitos, que não invalidam a nota máxima 5, mas eles preenchem outras coisas que outros não preenchem, porque são considerados programas de alto nível, de nível internacional, que equivalem a programas importantes em nível internacional. É nesse ponto que eu ressalto essa importância que o NAEA teve e tem, como um programa amazônico de grande relevância.

Gostaria também de abordar outra questão. É difícil um pesquisador que vem de fora conhecer bem a nossa região. Vou falar de uma pessoa, o professor Jean Hébette, que é um dos maiores pesquisadores da área de campesinato aqui na Amazônia, ele está no mesmo patamar de grandes pesquisadores do Brasil e de outros países. Ele é graduado em Teologia (por ser sacerdote católico), em Economia pela Universidade Federal do Pará e tem especialização do NAEA/FIPAM. Foi professor do PLADES desde o início e já era um grande pesquisador, ele foi reconhecido pela CAPES como professor de pós-graduação. Então, candidatou-se a uma bolsa do CNPq, bolsa de produtividade do CNPq, que só é dada a pesquisadores de nível mais elevado e chegou a ser bolsista 1B do CNPq, nível que muitos pesquisadores doutores do NAEA e de outros programas da UFPA (e de outras universidades) não têm (os níveis são: 2, 1 D, 1 C, 1D e 1A). Ele se destacou no NAEA não só pelo ensino, pela pesquisa, pela orientação, mas também por ter

fundado o Centro Agropecuário do Tocantins (CAT). Foi vice-coordenador do NAEA durante a gestão do professor Raul Navegantes, que acabou se afastando da coordenação em razão de conflitos relacionados com a alegação de que nem ele nem o professor Jean Hébertte tinham doutorado formal. Houve então um período de transição, em que o professor Nazareno Noronha, mestre em administração, ocupou a coordenação do NAEA. A partir daí o professor Francisco Costa assumiu a coordenação e foi em razão desse episódio que o nosso grupo de professores e pesquisadores do NAEA, ligado ao professor Jean Hébertte e ao professor Raul, saiu do NAEA, nós só continuamos orientando as pessoas com que já estávamos trabalhando, até o término dessa orientação. O professor Jean Hébertte é um dos melhores pesquisadores nessa área de campesinato e a gente percebe pelos trabalhos que ele faz, comparando com os de pessoas que vêm do sul para a Amazônia, que nem sempre esses pesquisadores de fora conseguem entender a nossa região. É nesse sentido que estou querendo chamar a atenção para a importância da pesquisa na região feita por pesquisadores residentes na própria região, mas isso não basta, pode ocorrer que um pesquisador que venha de fora tenha visões que sejam muito importantes e, certamente, contribuem para o conhecimento da Amazônia, mas é importante também que as pessoas da região se voltem para o estudo da sua própria região. Agora, claro, a gente não pode só ficar voltado para as questões que dizem respeito a nós mesmos, nossos pesquisadores têm que ter uma visão mais ampla, universal, internacional etc. Daí porque a preocupação do NAEA, nesse período, pelo menos, era também estudar a Pan-Amazônia, estudar os outros países próximos e, por isso, o NAEA exerceu uma influência muito grande em todos esses países. Nós temos pessoas formadas pelo NAEA na Bolívia, no Equador, no Peru, na Colômbia, na Venezuela, enfim, nas Guianas, no Suriname. Nós temos alunos de todos os lugares da Pan-Amazônia.

Entrevistadora: *Qual é a correlação da trajetória do NAEA com o desenvolvimento regional?*

A relação da trajetória do NAEA com o desenvolvimento regional é muito antiga, desde a criação do NAEA. Aliás, fazia parte da própria ideia da criação do NAEA que ele contribuísse para o desenvolvimento regional.

Entrevistadora: *Você participou do processo de criação do NAEA? Como o NAEA foi concebido na sua visão?*

Não. Eu não participei do processo de criação. Eu entrei no NAEA só em 1977. Eu não participei nem mesmo da criação do PLADES. Eu entrei em 77, como professor do PLADES. Agora, a partir daí durante um período que vai do final dos anos 1970 até o final da gestão do professor Raul Navegantes (como coordenador do NAEA) eu participei intensamente desse Núcleo, mas houve um período de interrupção em que eu fui fazer doutorado (entre 1981 e 1985), depois voltei e concluí minha tese em 1986 (já como coordenador do NAEA), mas só a defendi no início do ano de 1987.

Quanto ao PLADES (Programa Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), implantado em 1977, seu primeiro coordenador foi o professor Constantino Ribeiro Otero, mas em 1979 terminou o seu mandato. Então o professor Carlos Coimbra assumiu como coordenador e eu como vice-coordenador, ambos eleitos pelo Colegiado. Em 1980, o professor Carlos Coimbra teve um problema de saúde e precisou se afastar; então, assumi a coordenação do PLADES nesse ano. Levei essa coordenação até 1981, foi quando fui para o Rio de Janeiro como aluno de doutorado e o professor Paulo Cal assumiu a coordenação em meu lugar. Nessa época era possível e até comum que pessoas só com o mestrado exercessem funções de magistério e administração em programas de pós-graduação. Depois veio a professora Nazaré Imbiriba (que já tinha doutorado e em cuja gestão o PLADES foi reconhecido oficialmente pelo MEC), o professor Marcos Palacios (que também tinha doutorado e começou nesse cargo ainda na gestão do professor Manoel Pinto da Silva como coordenador do NAEA) e a professora Auriléa Gomes Abelém (minha primeira orientanda de mestrado, no mesmo PLADES, já na minha gestão como coordenador desse núcleo). Aliás, o professor Marcos ainda foi coordenador do PLADES no início de minha gestão como coordenador do NAEA. Então, na função de coordenador, participei do NAEA ainda mais ativamente. Quem sucedeu a professora Auriléa foi o professor Samuel Sá e posteriormente a professora Rosa Acevedo, mas não tenho muita certeza. Foi nesse período que eu me afastei da coordenação do NAEA e fiquei só como professor, mas depois logo em seguida assumi a direção do então Centro de Filosofia e Ciências Humanas, a partir de 1989. Saí do NAEA em 1992, quando houve a crise que injustamente

afastou da coordenação desse núcleo os professores Raul Navegantes e Jean Hébette.

Entrevistadora: *O NAEA foi concebido como um órgão de integração. Como o senhor percebe isso?*

Até a gestão do professor Raul Navegantes, tenho certeza que essa preocupação com a integração continuava presente. Não posso mais lhe dizer completamente a partir daí, porque já estava afastado do NAEA. Mais tarde me aproximei durante um período do NAEA, já na segunda gestão da professora Edna Ramos Castro como coordenadora (ela tinha sido vice-coordenadora durante minha gestão, era antes disso e continua sendo minha amiga), porque fui designado pelo meu antigo Centro (CFCH) para ser representante no Conselho Deliberativo do NAEA. O NAEA tinha esse Conselho, formado em parte por representantes de diversos centros, com essa preocupação ainda de interdisciplinaridade e integração, mas depois, com a mudança do Estatuto e do Regimento da UFPa, na gestão do professor Alex Fiúza de Melo como Reitor da UFPa, esse Conselho Deliberativo desapareceu da forma como existia. Então, tenho certeza que essa preocupação com a integração existia, de alguma forma, pelo menos até a gestão da professora Edna, eu não sei se houve um enfraquecimento. Foram criados outros núcleos e desapareceu a denominação de órgão de integração. O NAEA foi criado como órgão de integração, na verdade, ele deveria integrar todas as áreas. Não sei se você já entrevistou o professor Armando Mendes, talvez valesse a pena consultá-lo, porque ele certamente sabe muito mais do que eu sobre essa questão da integração, uma ideia concebida por ele. Ele poderia lhe falar melhor, mas, na minha opinião, até um certo período o NAEA foi realmente esse órgão de integração atuando sobretudo em áreas como as Ciências Humanas. A partir de um determinado momento, com a moda intelectual do chamado “meio ambiente”, foi criado o NUMA (antes da gestão do professor Alex como reitor), que também pretendia ser um núcleo de integração, isso criou uma série de dificuldades. Eu acho que aos poucos, com a passagem do tempo, com a criação de outros programas de pós-graduação, essa função que o NAEA exercia talvez não tenha mais tido uma necessidade social tão forte, de modo que ela foi sendo talvez deixada de lado. Com a mudança do Estatuto e do Regimento da UFPa, a ideia de núcleo de integração se perdeu. Nesse momento perdeu-se a condição do NAEA como núcleo de integração. Já vinha sendo

enfraquecida essa função, mas a perda total a meu ver só ocorreu com o novo Estatuto da UFPA, uma mudança bastante grande na área acadêmica, que lamento bastante, sobretudo pela abolição dos tradicionais departamentos acadêmicos. Nossos representantes do antigo CFCH votaram contra essa abolição, mas foram vencidos.

Mas há uma marca que o NAEA conserva até hoje, uma coisa muito importante, que é essa preocupação com a interdisciplinaridade ou a multidisciplinaridade, há muitas controvérsias sobre como usar a expressão, eu prefiro falar em interdisciplinaridade (aliás, a área de avaliação da CAPES em que o NAEA se integra, com o PLADES e o DSTU – que em conjunto compõem o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) –, é a área interdisciplinar). Isso é uma marca muito importante do NAEA, que sempre existiu desde o início e isso permite que pessoas de diferentes áreas frequentem o NAEA, como estudantes e professores. Os professores do NAEA normalmente são pessoas com vários tipos de formação, ultimamente não só na área de Humanas. Essa visão mais ampla, interdisciplinar, é muito importante para o conhecimento da Amazônia e para o “desenvolvimento sustentável” (devo assinalar, no entanto, que tenho restrições contra o uso indiscriminado dessa expressão, que às vezes funciona como “palavra mágica” para justificar ações nem sempre favoráveis ao bom equilíbrio das relações entre seres humanos e aquilo que convencionamos ou inventamos chamar de natureza). Essa preocupação com o ambiente, com o trópico úmido, tem tudo a ver com as necessidades atuais da pesquisa, do conhecimento e do desenvolvimento da região. Então, o NAEA continua sendo, apesar de não ter mais oficialmente esse papel de integração, como um órgão de grande importância na Universidade Federal do Pará. Acho que até informalmente ele ainda pode exercer mais efetivamente esse papel de integração, que lhe foi formalmente tirado no papel.

Posso também falar um pouco mais sobre esse período em que estava trabalhando no NAEA. O CAT - Centro Agroambiental do Tocantins foi criado pelo professor Jean Hébert e vários outros professores e estudantes – bem como camponeses e líderes rurais. Surgiu no período em que eu era coordenador do NAEA. A coordenação do NAEA deu todo o apoio para o trabalho, um trabalho extremamente importante para os agricultores dessa região da Transamazônica, aquela área de Marabá, Altamira, mas recentemente há alguns anos atrás nós

trouxemos aqui para Belém o professor Otávio Guilherme Velho, professor emérito da UFRJ e pesquisador sênior do CNPq, que é também um grande especialista na área de campesinato. Ele escreveu um livro que até hoje é muito lido, no qual faz também uma micro história de Marabá. Em Marabá as pessoas leem esse livro, estudam esse livro até hoje. Nós o levamos lá e ele ficou muito impressionado com os efeitos do CAT sobre a população da região. O que o CAT deixou como efeitos positivos, nesse trabalho desenvolvido pelo NAEA nessa região. Estou falando de um processo que conheço mais de perto, mas tenho certeza que existem vários outros projetos importantes que estão sendo desenvolvidos, como por exemplo, um projeto que não pertence ao NAEA, mas que surgiu do NAEA: é o POEMA que, de alguma forma, surgiu do NAEA. Os professores Thomas Mitschein e Nazaré Imbiriba, que são os que dirigem esse projeto, foram professores e pesquisadores do NAEA. A proposta do POEMA começou a ser gestada no NAEA, pelo professor Thomas e depois que ele saiu, criou esse projeto, junto com a professora Nazaré, projeto que é importante até hoje. Eu não sei até que ponto ele reconhece essa filiação. Na minha opinião, o POEMA surgiu do NAEA, embora seja um órgão diferente.

O CAT, atualmente, não existe propriamente, porque foi criado já com a ideia de que não deveria existir permanentemente. Ele tinha um período para existir. A ideia era desenvolver o projeto que ajudasse no desenvolvimento, na autonomia dos produtores rurais da região, criasse um laboratório e em um determinado momento ele deixaria de existir e os próprios agricultores iriam tocar as coisas por si mesmos. Eu não tenho maiores informações sobre como a situação está hoje, mas os frutos do CAT continuam muito importantes na Amazônia.

Entrevistadora: *O NAEA vem contribuindo como instituição acadêmica na formação de pessoal para a região amazônica?*

Claro que sim! Você tem centenas, não sei se chegam a milhares de pessoas formadas na especialização, que são os vários cursos do FIPAM, ao longo de vários anos. No mestrado e no doutorado já há centenas de titulados, com toda certeza. No doutorado mais de 100. Então, essas pessoas estão espalhadas por toda a Amazônia, como disse acima, estão presentes também em países vizinhos da Amazônia: Equador, Bolívia, Peru, Venezuela, Colômbia, enfim, essas pessoas estão contribuindo nas mais diferentes atividades, como pesquisadores, como

professores, como técnicos. O FIPAM, como um curso de especialização, formou muitos técnicos para o desenvolvimento regional, atuando em órgãos do governo. Você vai em qualquer lugar da Amazônia, em Manaus, Boa Vista, Rio Branco, Porto Velho etc., em outros lugares do Brasil, você encontra pessoas formadas pelo NAEA e fora da Amazônia também.

A propósito, muito recentemente, neste ano de 2011, foi defendida e aprovada uma dissertação de mestrado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (que mantém a antiga sigla CPDA de quando funcionava no Horto do Rio de Janeiro), de autoria de Luciano Leal Almeida, intitulada “Sindicalistas e Pesquisadores na Região de Marabá: uma Análise do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT)”. Essa dissertação, da qual você já tem notícia, conta uma parte da história do NAEA e mostra em parte o alcance da importância nacional do mesmo NAEA, através de um de seus projetos mais importantes, já comentado acima nesta entrevista.

Apêndice E – Entrevista 3

Armin Marthis

Doutor em Ciências Políticas. Possui mestrado em Ciências Políticas, pela *Freie Universitat Berlin* (1987) e doutorado em Ciências Políticas pela *Freie Universitat Berlin* (1995). Atualmente é professor pesquisador e diretor do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Políticas Públicas. Atua principalmente nos seguintes temas: Amazônia, desenvolvimento sustentável, garimpagem de ouro na Amazônia, valorização da Amazônia e políticas públicas.

Entrevista concedida em 21 de agosto de 2011, no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém (PA)

Tempo de gravação: 1h30min

Entrevistadora: *Até que ponto a ciência e a educação superior produzida na região estão contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento da Amazônia?*

Isso é muito complicado, sabe por quê? Porque isso depende um pouco do observador. O que você primeiro define como desenvolvimento e como você vai medir o desenvolvimento, a mudança e a que fator você atribui isso. Porque de certa maneira, a nossa região se desenvolve em função do mercado mundial. Por exemplo, aqui o caso dos minérios, da madeira. Ela se desenvolve por causa da atuação do Governo Federal, incentivos e tudo isso. Por outro lado, você precisa também de mão-de-obra qualificada aqui para poder produzir, para investir. Então, eu creio que essa pergunta ela não pode ser respondida de maneira simples, dizendo isso é a contribuição ou não. É um conjunto que você pode fazer assim, você pode tentar melhorar a qualidade das pessoas, da mão-de-obra que atua na região para ela entender melhor o processo todo, o desenvolvimento regional. De que maneira ela pode enxergar oportunidades que existem fora da região, que pode ser digamos colocada em prática, isso sim. Nesse sentido, você teria que, é a outra questão, você precisa ter uma mão-de-obra qualificada para poder negociar de maneira mais competente com as ofertas que vêm de fora, com as demandas. Acho que é importante você ter essa informação, porque se você tem uma região fraca de mão-de-obra, de qualificação, as demandas externas conseguem se impor com mais facilidade, você não tem como saber. O ideal, não sei se chegamos a esse ponto, é você criar de forma autônoma o seu projeto de desenvolvimento na região e a partir dessa definição você buscar as oportunidades que existem lá fora. Então isso seria

mais ou menos a nossa contribuição, o meu desejo de contribuir para que cada um, seja município, seja uma organização pública, seja um Estado consegue de forma participativa e democrática definir o que ele quer para si mesmo. E dentro desse projeto estratégico realçar aquilo que interessa vindo de fora.

Entrevistadora: *Qual a sua opinião sobre a afirmativa “sem um sistema sólido de ciência e tecnologia na região, dificilmente poderá se dar respostas suficientes para alavancar o desenvolvimento da Amazônia”?*

Eu concordo com isso. É importante um sistema que não só concentre as capacidades dentro da universidade, mas você precisa de um sistema de conhecimento também fora da universidade. Qual o problema nosso hoje? Nós temos uma universidade como a Federal do Pará que se destaca na região. Então, toda demanda que envolve, que necessita de um trabalho intelectual está sendo feito pela universidade, e para trabalho que não, necessariamente, precise, que poderia ser feito por uma ONG, um grupo de pessoas, uma empresa de consultoria, mas como não tem sempre fica para a universidade fazer.

Entrevistadora: *Qual a correlação da trajetória do NAEA com o desenvolvimento regional?*

O NAEA na sua criação foi idealizado como uma instituição para pensar o desenvolvimento, para formar pessoas que queriam levar adiante o processo de desenvolvimento regional.

Entrevistadora: *Qual a contribuição do NAEA para a formação de pessoal qualificado na região Amazônica?*

Eu acho que uma das questões é: nós temos uma atuação, é claro, individual. Quando você tem um fato que um ex-aluno nosso se torna secretário de Estado, como foi o caso do Maurílio ou outros. Mas eu não quero falar sobre isso, eu quero falar sobre a força que nós temos em formar multiplicadores, no sentido que considero muito importante para nós como instituição, por exemplo, os cursos que nós fizemos de doutorado e mestrado fora do NAEA. Porque com isso, qual é o ganho que nós temos? Nós temos uma inserção na realidade Amazônia, mas não é a Amazônia paraense, Rondônia, Amapá, talvez Mato Grosso. Então, isso nos traz um conhecimento empírico novo e, ao mesmo tempo, começa a se firmar uma rede

de amizades, de relações profissionais, que são muito fortes. Então, nesse sentido, o NAEA no passado funcionou um pouco como incubadora de outros programas de Pós-Graduação, que pensam também como nós o desenvolvimento regional. Pensam não, tem como objeto de trabalho. Então, eu acho que isso é muito importante, no sentido de semear a discussão sobre o desenvolvimento regional dentro da região. Para que cada região possa pensar um modelo adequado para si. Então, isso eu considero muito importante. Nós temos atualmente o Fórum do Programa do Desenvolvimento Regional, coordenado pelo professor Fábio, que é uma tentativa de institucionalizar um pouco essa rede. Hoje são 21 programas de pós-graduação que visam ao desenvolvimento regional. Então, digamos assim, firmar essa rede e fazer realmente dessa colaboração uma prática diária. Eu acho que foi um ganho muito grande que nós fizemos para região nesse sentido. Você planta a semente, você não cria outros núcleos, mas você incentiva a formação de outros núcleos, de outros programas de pós-graduação.

Entrevistadora: *Como o NAEA foi concebido e como resistiu às mudanças de sua missão?*

Nós temos, e eu vejo como mudança. O que nós temos? Nós temos uma histórica que é sobre o NAEA, um núcleo de integração e núcleo, de certa maneira, interdisciplinar, interdisciplinaridade, sobretudo nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas. E eu creio que a missão, no sentido de formar pessoas para ajudar no processo de desenvolvimento, refletir sobre o processo de desenvolvimento e suas consequências o NAEA continua fazendo. O que nós, talvez, não estamos fazendo como deveríamos fazer, a partir da missão original, é pensar ou propor, pensar alternativas. É, mas isso tem a ver com outra lógica, porque a nossa lógica como parte da universidade é sobretudo, um Núcleo que tem um programa de pós-graduação e está ligado à exigência da CAPES, que é a instituição que avalia todos os programas. Então, nós podemos fazer toda essa parte prospectiva no sentido de contribuir para a discussão sobre o modelo político na região, mas isso não está sendo avaliado, porque a CAPES quer os programas dentro do discurso acadêmico. Então, por exemplo, nós temos que discutir melhor e ainda publicar fora da região. Aí você vê uma certa contradição, porque para nós sermos bem avaliados pela CAPES e dentro do conjunto da universidade também, através de nota, nós temos que ser um curso de uma grande inserção internacional, na comunidade

internacional acadêmica. No entanto, a nossa missão requer, especificamente, a nossa atuação dentro da região. Então, nós teríamos que ter uma voz forte no conjunto político aqui. Então, isso é uma contradição: nós temos que atender às demandas da CAPES, para ser reconhecido como um curso de qualidade e ao mesmo tempo dar conta de uma missão que tipifica a região quer de nós uma alternativa, uma avaliação política daquilo que está sendo feito. As duas coisas não andam juntas, porque se você faz uma você deixa de fazer outra e os reconhecimentos são distintos. Bom, então, nesse sentido essa nossa missão está de certa forma nos colocando numa situação desafiadora. Outra mudança que eu vejo e que foi muito importante é a transformação do núcleo de integração em unidade acadêmica. Atualmente, o NAEA, a partir do regimento da universidade é uma unidade acadêmica. Isso significa que nós temos votação própria e aí isso, de certa maneira, cria um fechamento da unidade que é contra o espírito da integração. Aliás, toda a ideia que você tem sobre unidades acadêmicas dentro da universidade onde o docente é lotado, essas não combinam com a formação de núcleo de integração. E por quê? Porque você tem um objeto de estudo, um projeto de trabalho em conjunto. Então, isso, de certa maneira, fez com que vários professores, a situação hoje, em parte, é mais confortante, porque tem uma notação clara, por outro lado a nossa falsa integração dentro da universidade diminuiu muito. Isso é, eu acho que é um problema sério que nós teríamos que rever quais são os mecanismos, as estruturas que nós podemos criar hoje para trabalhar essa integração. Eu acho uma coisa importante e que não é só a integração entre as diversas disciplinas, mas, por exemplo, nós estamos de certa maneira muito distantes da graduação, que é uma outra forma de integrar. Mas, tudo isso eu acho que foi, de certa maneira para nós um avanço, porque deu uma certa tranquilidade para os professores, mas descaracterizou um pouco essa ideia do núcleo de integração dentro da universidade.

Entrevistadora: *Como você percebe o NAEA hoje no ambiente acadêmico da UFPA?*

Na verdade nós temos hoje uma situação que é caracterizada pela perda da nossa exclusividade, exclusividade no sentido de que antes só existia um núcleo que era o nosso. Hoje você tem vários núcleos que, de certa maneira tentam funcionar com a mesma lógica do NAEA. Isso faz com que o NAEA hoje precisa trabalhar

muito para manter o destaque. Qual é o destaque? Você sempre tem que ser melhor do que os outros. Se todo mundo melhora, você tem que melhorar ainda mais. Isso é uma questão que nós temos que trabalhar muito, digamos o símbolo maior que nós temos isso é a nota do nosso curso de pós-graduação, porque o NAEA está muito ligado à pós-graduação, embora faça outras coisas. Então, a nossa pós-graduação ela é um sinal claro, a nota que recebe, do que nós estamos tendo no NAEA. Então, se nós estamos com um conceito hoje 5, que é um conceito que poucos cursos têm na universidade, nós podíamos de certa maneira demonstrar para dentro da universidade que nós ainda temos um diferencial em termos de qualidade. Se nós perdermos isso hoje, e não queremos perder aí já é mais complicado. Então, por isso, o nosso desejo é de melhorar, de manter esse papel de destaque dentro da universidade.

Entrevistadora: Qual a contribuição do NAEA para a região?

Isso é difícil, na verdade quem deveria dizer isso são os outros, não somos nós. Me sinto pouco à vontade de falar sobre a nossa contribuição. Eu acho que a qualificação de pessoas é importante, a qualificação de pessoas é no sentido de abrir os olhos para os problemas da região em que estão trabalhando, estudando eu acho que isso é uma contribuição bastante importante.

É uma questão que nós temos que, na verdade, nós temos que pensar qual é a contribuição que nós queremos dar para a nossa instituição para o desenvolvimento regional. E dentro dessa lógica, nós estamos agora elaborando um novo programa que é o Mestrado Profissional em Gestão Pública. Este mestrado vai ser submetido à CAPES e é o resultado da nossa atuação no nível do curso de especialização, mas também é resultado das nossas pesquisas onde constatamos uma grande carência sobretudo no nível municipal, em termo de gestão pública e também em alguns órgãos públicos. Por quê? Você vê nos últimos 10/20 anos um certo esforço de moralização na administração federal, a própria universidade hoje ela é diferente de 20 anos atrás. No entanto, no nível dos municípios e também no nível dos estados essa modernização, ela não aconteceu da mesma forma. Então, você tem uma defasagem grande entre competência instalada no nível federal e no nível municipal e é nossa ideia de superar um pouco isso no sentido de ofertar formação acadêmica para pessoas que vão atuar na gestão pública no nível do município e em organizações públicas. Na verdade, nós temos aqui na universidade

lacuna na oferta de curso de pós-graduação, por exemplo, não tem curso de Administração no nível de mestrado. Bom, evidentemente, que a gente não vai poder fazer isso, porque nós não temos experiência em nível de administração de empresas. Nós temos, de certa maneira, uma experiência na administração pública. Então, a área de concentração é administração pública visando ao desenvolvimento que, de certa maneira a nossa competência é historicamente construída. Então, nesse sentido nós vamos repensar um pouco a nossa contribuição para a universidade e para a região e nesse sentido de vez em quando a instituição ela tem que repensar um pouco qual é a sua serventia. Você serve a quê? Porque de certa maneira você tem que ter um objetivo para você ser reconhecido como organização. Então, nesse sentido, isso talvez seja dentro daquela ideia da contribuição para o desenvolvimento da região, a mais nova contribuição.